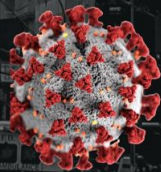
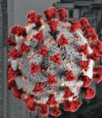
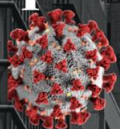
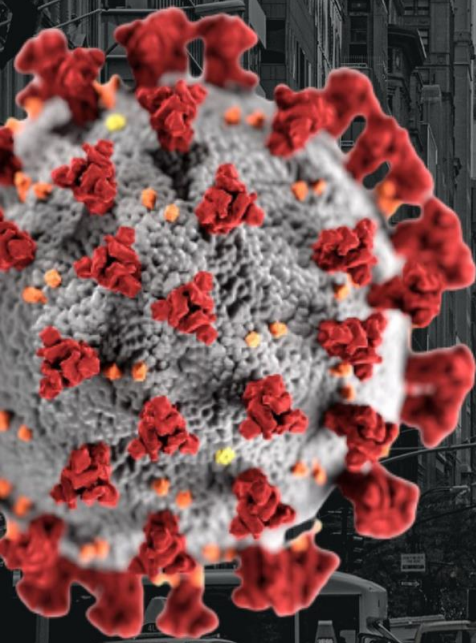


# CORONAVÍRUS

## E CRISE DO CAPITAL

impactos aos trabalhadores  
e à natureza

Artur Bispo dos Santos Neto  
Elaine Nunes Silva Fernandes  
(Organizadores)



EDITORA

**phillos.**  
ACADEMY

Os textos publicados nesta coletânea emergem em um momento extremamente difícil em que o mundo atravessa uma pandemia (covid-19) – cujos desdobramentos têm lastro e proporções ainda imensuráveis – e ousam tomar exatamente a dinâmica conjuntural em curso, atravessada pelos impactos dessa crise sanitária como objeto de análise. A ousadia se revela na disposição de pôr em relevo para análise, um objeto em movimento com a observância necessária de suas determinações fundamentais, sem as quais não seria possível tratá-lo radicalmente.

Na tessitura dessa organização com práticas apontadas para resultados concretos com vistas a transformação da realidade na qual nos inserimos – marcada por expropriação, exploração e opressão –, concordamos com Marx ao apontar que “o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas”. Nesse sentido, entendemos que as análises radicais do tempo presente se mostram fundamentais na conformação de ações conseqüentes contra o capital e condizentes com os reais interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores. E nesses termos, assinalo minha satisfação em prefaciar essa coletânea, uma vez que reconheço nos textos que seguem o compromisso de contribuir com análises críticas que apontem para a superação da ordem social vigente.



EDITORA  
**phillos.**  
ACADEMY



**CORONAVÍRUS E CRISE  
DO CAPITAL:  
impactos aos trabalhadores e  
à natureza**

**DIREÇÃO EDITORIAL:** Willames Frank

**DIAGRAMAÇÃO:** Willames Frank

**DESIGNER DE CAPA:** Willames Frank

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

2020 Editora PHILLOS ACADEMY

Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.

Goiânia-GO

[www.phillosacademy.com](http://www.phillosacademy.com)

[phillosacademy@gmail.com](mailto:phillosacademy@gmail.com)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

S358p

SANTOS NETO. Artur Bispo dos, FERNANDES. Elaine Nunes Silva,

CORONAVÍRUS E CRISE DO CAPITAL: impactos aos trabalhadores e à natureza. [recurso digital] / Artur Bispo dos Santos Neto, Elaine Nunes Silva Fernandes (Orgs.). – Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020.

ISBN: 978-65-88994-02-3

Disponível em: <http://www.phillosacademy.com>

1. Capital. 2. Capitalismo. 3. Dinheiro. 4. Pandemia.

5. Sistema Financeiro. I. Título.

CDD: 100

---

Índices para catálogo sistemático:

Filosofia 100

ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO  
ELAINE NUNES SILVA FERNANDES  
(Organizadores)

**CORONAVÍRUS E CRISE  
DO CAPITAL:  
impactos aos trabalhadores e  
à natureza**

Goiânia-GO | EDITORA  
2020 | **phillos.**  
ACADEMY

# Direção Editorial

---

Willames Frank da Silva Nascimento

## Comitê Científico Editorial

**Dr. Alberto Vivar Flores**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Dr.<sup>a</sup> María Josefina Israel Semino**

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

**Dr. Arivaldo Sezyshta**

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

**Dr. Dante Ramaglia**

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

**Dr. Francisco Pereira Sousa**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Dr. Sirio Lopez Velasco**

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

**Dr. Thierno Diop**

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

**Dr. Pablo Díaz Estevez**

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguai)

# Sumário

PREFÁCIO.....9

*Yanne Angelim Dias*

APRESENTAÇÃO ..... 14

*Artur Bispo dos Santos Neto*

*Elaine Nunes Silva Fernandes*

## Seção I

**Pandemia e conjuntura brasileira.....25**

NEOLIBERALISMO, NEOFASCISMO E PANDEMIA .....26

*Artur Bispo dos Santos Neto*

*José Jânio Câmelo Canel*

PANDEMIA E LABIRINTO DO NEOFASCISMO NO GOVERNO BOLSONARO .....56

*Artur Bispo dos Santos Neto*

*Renalvo Cavalcante Silva*

PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: expressão do caráter de classe do Estado .....92

*Artur Bispo dos Santos Neto*

*Lorraine Marie Farias de Arango*

## Seção II

**Impactos da pandemia no cotidiano dos trabalhadores .....122**

O TRABALHO REMOTO NA PANDEMIA DA COVID-19: tendências e sequelas para as/os trabalhadoras/es da educação pública brasileira .....123

*Fábio dos Santos Barbosa*

*Ana Paula Leite Nascimento*

A SUPEREXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES DE  
APLICATIVO .....156

*Thays Fidelis*  
*Liana Barradas*

UNIVERSIDADE, CIÊNCIA E PANDEMIA: entre desmontes  
e resistências .....183

*Paulo Roberto Felix dos Santos*

O IMPACTO DA PANDEMIA NAS PERIFERIAS: uma  
questão de raça e classe .....207

*Marcos Ricardo de Lima*  
*Mônica Regina Nascimento dos Santos*

### **Seção III**

**Natureza, pandemia e exploração.....233**

AS EPIDEMIAS VIRAIS COMO FENÔMENOS DA  
NATUREZA DO SISTEMA DO CAPITAL .....234

*Luiz Felipe Barros Silva*  
*Talvanes Eugênio Maceno*

O AGRONEGÓCIO E A PANDEMIA DO  
NOVO CORONAVÍRUS .....268

*Elaine Nunes Silva Fernandes*  
*Franqueline Terto dos Santos*

OS TERRITÓRIOS DA MINERAÇÃO NÃO ENTRAM EM  
QUARENTENA!.....299

*Everton Melo da Silva*  
*Lucas Zenha Antonino*

MUNDO DO TRABALHO E MINERAÇÃO: capitalismo  
e exploração.....327

*Artur Bispo dos Santos Neto*  
*Rikartiany Cardoso Teles*



## PREFÁCIO

Os textos publicados nesta coletânea emergem em um momento extremamente difícil em que o mundo atravessa uma pandemia (covid-19) – cujos desdobramentos têm lastro e proporções ainda imensuráveis – e ousam tomar exatamente a dinâmica conjuntural em curso, atravessada pelos impactos dessa crise sanitária como objeto de análise. A ousadia se revela na disposição de pôr em relevo para análise, um objeto em movimento com a observância necessária de suas determinações fundamentais, sem as quais não seria possível tratá-lo radicalmente.

Nesse cenário, despontam discursos que reclamam à necessidade de que “tudo volte ao normal”, afirmações de que “o mundo não será o mesmo depois da covid-19” e que a “humanidade vai melhorar após viver algo tão traumático” ou que “todo esse tempo difícil vai levar o mundo a novas ideias e com elas a produção de um ‘novo normal’ dotado de mais respeito entre as pessoas e delas com a natureza”. Há também afirmações fatalistas que apontam, por exemplo, o breve fim da humanidade. Diante de tão grave e complexo contexto não se trata de assumir reivindicação otimista ou pessimista – o que terminaria remetendo ao limite das análises dualistas e nem sempre afinadas com o que a vida concreta informa à consciência –, mas da necessidade de problematizar a realidade atual a partir do que a determina e entendendo que o futuro se gesta no curso das relações sociais que conformam esse tempo presente, um tempo em que se agudizam as marcas de distinção entre os projetos da burguesia e da classe

trabalhadora e a impossibilidade de conciliação entre os interesses dessas classes.

A despeito do seu espraiamento planetário, essa crise sanitária não atinge igualmente todos os países, nem as diferentes regiões e cidades de um mesmo país e sua população, bem como, sob condições desiguais também se dá seu enfrentamento. De acordo com as estatísticas e notícias apresentadas diariamente, no Brasil a covid-19 e suas consequências (sanitária, econômica e social) têm atingido brutal e majoritariamente a vida da população negra e pobre. Vale lembrar que mulheres negras compõem a maioria da população brasileira, negras e negros são maioria entre moradores das periferias das cidades – geralmente com baixo nível de escolaridade, moradia precária (e sem acesso a serviços essenciais a exemplo do saneamento básico e com pouco acesso à água potável) – e maioria também entre trabalhadores em empregos precários e subempregos. Também são maioria entre a população em situação/moradora de rua e no sistema prisional, compondo a grande massa de trabalhadores/as pobres sem condições de realizar isolamento social e de acessar medidas preventivas conforme orientações das instituições sanitárias, além de enfrentarem severas dificuldades no acesso ao tratamento quando confirmada a contaminação. Tal como a população negra e pobre, povos indígenas de diferentes etnias – que historicamente lutam pela vida e enfrentam a ofensiva cada vez mais intensa e sem limites do agronegócio, das madeireiras, das hidrelétricas e dos empreendimentos minerários, entre outros projetos que asseguram mecanismos de expropriação capitalista no campo brasileiro – também

compõem o conjunto da população mais suscetível à contaminação, desassistência e morte pela covid-19 no país.

Nesse sentido, os recortes de classe, étnico-racial e de gênero são determinantes na definição de quem está mais exposto à contaminação, quem tem melhores condições de tratamento quando acometido pelo vírus e quem prioritariamente adensa a grande massa de mortos no Brasil. Nessa direção, a análise crítica do grave e complexo cenário que estamos vivendo no país, apesar da pandemia se iniciar com um vírus, exige buscar suas raízes para além dos limites da ordem biológica, entendendo que se encontram no padrão de relações sociais que vivemos no país, com sua economia periférica (e centralmente agroexportadora), cujo padrão de acumulação capitalista se assenta numa dinâmica colonial, marcada pelo peso do latifúndio, do escravismo, do patriarcado e da autocracia.

Em síntese: tratar acerca da pandemia em curso, além de seu óbvio caráter sanitário, põe a nu, a natureza deletéria da sociabilidade capitalista marcada pela sobreposição do lucro à vida e que se estrutura no Brasil na relação intrínseca e indissociável entre expropriação da natureza, exploração do trabalho, racismo e patriarcado. E vale assinar que, além de explicitar as desigualdades que marcam a sociedade brasileira, a pandemia tende, também, a aprofundá-las.

Conforme apontam as análises expressas nos textos a seguir, essa crise sanitária no Brasil assume contornos ainda mais drásticos ao encontrar como húmus a atual conjuntura nacional. Expressão do ascenso da extrema direita no mundo e no país, o governo Bolsonaro atua com uma política econômica ultraliberal de portas escancaradas para o mercado

internacional, opera ataques constantes à frágil democracia brasileira – cuja instabilidade institucional é notória principalmente desde o *impeachment* de Dilma Roussef – em nome da implantação da agenda de reformas exigidas pelo grande capital, recorre ao forte aparato violento do braço armado do Estado, entre outras medidas com vistas a assegurar as condições essenciais para os movimentos cada vez mais vorazes da ofensiva do capital sobre o trabalho e a natureza na sua busca sem limites por superlucros no contexto da sua atual crise estrutural (MÉSZÁROS).

Nessa dinâmica, a “retomada econômica” para o Brasil, propalada pelo governo Bolsonaro, com a emergência da crise pandêmica, vem acentuando os sinais de sua incapacidade para responder aos interesses da burguesia nacional. Esta já disputa, táticas sobre os destinos econômicos e políticos do país no presente, desenhando um futuro que certamente não ponha em xeque o *status quo* (leia-se: o “normal” de antes da pandemia) ou que possibilite o “novo normal” como “mais do mesmo”, isto é, mais uma vez a garantia dos interesses de poucos apresentados como supostos interesses de todos.

Apesar de frações da burguesia brasileira estarem a desenhar o presente com olhos para o futuro mirando seus interesses, nessa conjuntura de crise sanitária na esteira da crise estrutural do capital, com severas implicações para a classe trabalhadora, a luta de classes tende ao acirramento, de modo que “o aqui e agora” e o “porvir” estão abertos e em disputa. A necessidade de organização de trabalhadoras e trabalhadores do campo e das cidades a partir de suas bases, portanto, é urgente, o que requisita a construção de diálogos

constantes e consequentes entre movimentos sociais, organizações sindicais, entre outras formas de organização política da classe trabalhadora que favoreçam sua incidência na esfera da luta de classes. E o conhecimento científico produzido nas universidades públicas deve cumprir um papel relevante nessa direção, seja elaborado pela própria classe trabalhadora e/ou apropriada por ela.

Na tessitura dessa organização com práticas apontadas para resultados concretos com vistas a transformação da realidade na qual nos inserimos – marcada por expropriação, exploração e opressão –, concordamos com Marx ao apontar que “o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas”. Nesse sentido, entendemos que as análises radicais do tempo presente se mostram fundamentais na conformação de ações consequentes contra o capital e condizentes com os reais interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores. E nesses termos, assinalo minha satisfação em prefaciá-la, uma vez que reconheço nos textos que seguem o compromisso de contribuir com análises críticas que apontem para a superação da ordem social vigente.

*Yanne Angelim Dias*

Professora no Departamento de Serviço Social da  
Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Serviço  
Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
(UERJ).  
Membro do GEPEM/UFS.

## APRESENTAÇÃO

A presente coletânea tem como propósito apresentar um balanço socioeconômico da conjuntura nacional sem desconsiderar sua relação com o capital, enquanto um sistema assentado na expropriação permanente das riquezas naturais pertencentes aos trabalhadores e às trabalhadoras e na exploração da força de trabalho.

O ponto de inflexão deste livro é a necessidade de apreender a contraposição nodal existente entre capital e trabalho, no contexto de ascendência da pandemia no território brasileiro e, particularmente, entender como o crescimento exponencial dos casos da covid-19 se dá de forma conectada aos ataques aos direitos dos trabalhadores e à desvalorização das vidas operárias e camponesas pelos capitalistas do agronegócio, do setor de serviços, etc.

A incapacidade de o capital resolver os problemas essenciais que afetam a classe trabalhadora brasileira, no contexto de crescimento da pandemia, revela os limites estruturais do sistema capitalista e a impossibilidade de colocar a vida humana acima dos imperativos centrados na necessidade de ampliação e de expansão das taxas de lucro. Uma vez que o capital é incapaz de oferecer uma alternativa efetiva ao problema sanitário desencadeado com a pandemia do Sars-CoV-2, o referido sistema econômico recorre aos anacrônicos expedientes adotados no passado, no sentido de impedir o protagonismo da classe trabalhadora.

No decorrer desta coletânea, será possível observar como, somente o proletariado, pode representar a verdadeira

insurreição contra a ordem estabelecida e contra o crescimento da pandemia do coronavírus, à proporção que será possível elucidar os limites do Estado e das instituições democráticas burguesas, para interceptar o movimento ascendente das taxas de destruição da natureza, de focos de queimadas, de irradiação de crimes ambientais, de destruição da força de trabalho, de ampliação do desemprego, do crescimento da precarização pela mediação dos trabalhadores de aplicativos, pelo pauperismo das massas trabalhadoras.

Num contexto em que o capital comparece, evidentemente, como elemento de contrainsurgência, pois, não consegue desenvolver positivamente as forças produtivas, observa-se que o governo Bolsonaro assume a forma que interessa a esse sistema econômico nos tempos hodiernos, perante o fracasso das políticas voltadas à tentativa de conciliação de classes. Ele configura-se como a forma necessária para impedir a insurgência proletária em um cenário de crise profunda do capitalismo.

Nesse sentido, o fio condutor da presente obra é a relação intrínseca entre crescimento da pandemia e predominância dos interesses do capital (agronegócio, serviços, setores industrial e financeiro). Com isso, a crise sanitária revela a crise desse sistema, ao mesmo tempo que possibilita constatar como a vida dos trabalhadores não passa de um produto de segunda categoria para o capital. O lucro é o que move os capitalistas, e as vidas operárias não representam nada. Nesse processo, observa-se que a política de isolamento social e/ou o *lockdown* somente funcionam para a classe média e à burguesia, pois, a classe trabalhadora não goza do direito à vida, nem mesmo neste contexto de

crescimento da covid-19. Destituída das condições vitais para a reprodução de sua existência material, a classe trabalhadora precisa lutar cotidianamente pela sua sobrevivência, isso explica a manifestação dos entregadores de aplicativos recentemente no Brasil.

O governo que brinca com a morte e desconsidera a tragédia que acomete a classe trabalhadora não pode ser tratado com desdém e deve ser enfrentado com determinação revolucionária, pois representa a natureza destrutiva do sistema socioeconômico hegemônico. Nesse contexto, a retomada das atividades econômicas tem como premissa fundamental assegurar a intensificação da exploração do trabalho e aprofundar os mecanismos de espoliação capitalista dos recursos naturais pertencentes aos trabalhadores, às comunidades indígenas, às comunidades quilombolas e aos camponeses. Não é possível retomar à normalidade do capital; pelo contrário, é preciso destruir essa forma de exploração do trabalho que se aprofunda com o governo de extrema direita no Brasil, mas que também é colocada em curso pelos governos de esquerda em outras partes do mundo.

A tentativa de apreensão do movimento geral de crescimento da pandemia será realizada de forma conjunta à análise dos aspectos socioeconômicos relacionados. As pesquisas desenvolvidas se enquadram na tentativa de apreensão da irradiação da covid-19 no complexo socioeconômico. Para operacionalizar o movimento expositivo da investigação realizada, a presente obra divide-se em três partes: 1) Pandemia e conjuntura brasileira; 2) Impactos da pandemia no cotidiano dos trabalhadores; 3) Natureza, pandemia e exploração.



A primeira parte é formada por três capítulos que resultam diretamente da investigação desenvolvida pelo pesquisador Artur Bispo dos Santos Neto e por seus orientandos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), do Mestrado e do Doutorado, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com exceção de José Jânio Câmelo Canel (doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp). Os referidos capítulos possuem linha de continuidade com a leitura de textos, debates e discussões que perpassaram a existência de uma fração determinada do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social, vinculado ao PPGSS da UFAL, majoritariamente formada por orientandas e orientandos do Doutorado.

O primeiro capítulo, intitulado “Neoliberalismo, neofascismo e pandemia”, procura apontar como o neoliberalismo constitui-se como a forma assumida pela política econômica do capital em tempos de crise estrutural, tendo como fator ideológico, o neofascismo. A expansão do sociometabolismo de controle ocorre pelo capital contra o trabalho e coloca os trabalhadores contra si mesmos, mediante um véu que encobre sua unitariedade de classe, transformando-os em empreendedores e concorrentes. Na pandemia da covid-19, o *slogan* “Não há alternativa” mostra cada vez mais que capital e trabalho não podem viver juntos por muito tempo. O capital coloca em curso o movimento neofascista porque teme uma ofensiva de massa socialista.

O segundo capítulo, “Pandemia e labirinto do neofascismo no governo Bolsonaro”, investiga como o governo Bolsonaro possui correlação com o movimento

fascista tradicional e pode representar um regime autoritário ou neofascista (ou, ao menos, protofascista) mediante o apoio da classe média, das milícias organizadas, dos grupos paramilitares, das Forças Armadas, das igrejas evangélicas e de uma fração expressiva da burguesia nacional. Na tentativa de mapear a natureza do governo Bolsonaro, no contexto da pandemia, observa-se como sua necropolítica está plenamente articulada aos interesses do capital e à desvalorização da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

No terceiro capítulo, “Pandemia da covid-19 no Brasil: expressão do caráter de classe do Estado”, tem-se como propósito investigar como a natureza do Estado se expressa em meio à pandemia da covid-19, com ênfase especificamente no Brasil, por meio de dados oferecidos pelo próprio governo. Com esse intuito, o texto apresenta um breve panorama sobre a gênese do capital que se circunscreve em meio a diversas epidemias ao longo da sua história. Para tal, resgata Marx (2017), no sentido de depreender o funcionamento da ordem do capital por meio do fetiche da mercadoria e da lei geral da acumulação capitalista.

O Estado, em conformidade com o autor mencionado, serve à manutenção dos interesses da classe dominante e à viabilização da acumulação de capital e da extração de trabalho excedente. Isso se torna óbvio com a análise sobre a subserviência do governo brasileiro, na figura do presidente neofascista Jair Bolsonaro, aos ditames do sistema financeiro. A investigação constata que a pandemia da covid-19 é um reflexo da forma de ser do capital. Esse sistema tem, portanto, um caráter destrutivo para a humanidade. Nesse sentido, o fetiche da mercadoria (MARX, 2017), que dá

*status* de humanidade a esta e transforma os seres humanos em mercadorias, contribui para que, mesmo diante de uma pandemia capaz de levar a óbito, milhares de pessoas, a pedra de toque da sociedade continue sendo o lucro.

A segunda parte da coletânea, “Impactos da pandemia no cotidiano dos trabalhadores”, é composta por quatro capítulos, em que a contraposição entre capital e trabalho envolve os trabalhadores da educação pública e os trabalhadores de aplicativos, nos tempos hodiernos. No entanto, os capítulos sétimo e oitavo vão, pertinentemente, salientar a relevância dos processos de resistência que envolvem os trabalhadores e as trabalhadoras da universidade pública, bem como, da periferia.

O quarto capítulo, “O trabalho remoto na pandemia da covid-19: tendências e sequelas para as/os trabalhadoras/es da educação pública brasileira”, opera uma breve contextualização acerca da crise sanitária dentro da crise estrutural do capital, que encontra no trabalho remoto uma modalidade necessária para a garantia do distanciamento social de alguns setores da sociedade, mas atua concomitantemente para o rebaixamento do custo da produção e da força de trabalho, lógica que se reproduz nos serviços públicos, como no âmbito da educação federal, com maior intensificação da exploração do trabalho das mulheres nesse setor.

No quinto capítulo, “A superexploração dos trabalhadores de aplicativo”, destaca-se que Marx, em seus diversos escritos, revela a centralidade do trabalho enquanto categoria essencial para entendermos a vida social. Partindo dessa centralidade e da particularidade do capitalismo

brasileiro (enquanto país da periferia do capitalismo), buscase entender como a classe trabalhadora vem se reproduzindo atualmente, em especial a parcela dos trabalhadores que foram expulsos das relações formais de trabalho e recorreram às plataformas digitais para garantir sua reprodução.

Nesse sentido, a categoria superexploração da força de trabalho, desenvolvida por Ruy Mauro Marini (2011), ajuda a compreender como essa nova estratégia de apropriação da mais-valia no setor da circulação é, na verdade, uma tendência do capitalismo em sua fase de crise estrutural. Esta tem uma face própria nos países da periferia do capitalismo, aprofundando os mecanismos de exploração da força de trabalho e criando outros mecanismos que levam ao consumo do fundo de vida dos trabalhadores. Dessa forma, as inquietações de Marx no século XIX permanecem as mesmas no século XXI: o que é mais importante, a vida humana ou o lucro, o capital? Os “despossuídos contemporâneos” respondem em seus cartazes no “Breque dos *Apps*”: “Nossas vidas valem mais que os lucros deles”.

No sexto capítulo, “Universidade, ciência e pandemia: entre desmontes e resistências”, é abordada a importância estratégica da universidade e das ciências públicas brasileiras no enfrentamento à crise pandêmica no país, onde se acirram tensões entre dois projetos distintos. O primeiro se assenta no sucateamento, desfinanciamento e adequação aos imperativos do mercado, acentuados durante o governo Bolsonaro. O segundo diz respeito à reafirmação do papel da universidade como instituição pública e socialmente referenciada. As diversas ações desenvolvidas (pesquisa, extensão, produção de insumos e equipamentos) destacam a importância da

instituição e recolocam a necessidade da defesa de um projeto popular de universidade, nos marcos de um projeto societário sintonizado com as demandas dos(as) trabalhadores(as).

No sétimo capítulo, “O impacto da pandemia nas periferias: uma questão de raça e classe”, aponta-se que, apesar de todos os avisos da Organização Mundial de Saúde (OMS), alguns países não se prepararam devidamente para evitar a entrada do novo coronavírus em seus territórios, ou mesmo conter sua propagação em grande escala. Na contramão das evidências, muitos optaram por adotar atitudes negacionistas e, agora, amargam altos índices de contaminação e mortes, portanto, sob esse aspecto, esta pandemia pode ser considerada a crônica de uma morte anunciada.

O estudo avalia ainda que as medidas que estão sendo adotadas agora, de modo tardio e atropelado – investimento em hospitais de campanha que são temporários, em vez de recuperar os centros hospitalares já existentes, e indicação de medicação sem que houvesse um protocolo científico que fundamentasse tal medida –, estão acontecendo pelo simples fato de que o vírus não escolhe classe, gênero ou cor. Todavia, é preciso enxergar que, se o vírus é, de certa forma, democrático, pode atacar qualquer um, a doença, ao contrário, não é, ela tem classe, gênero e cor, sim. As consequências da covid-19 acometem bem mais os periféricos – sobretudo, negros – do que os ricos, como é demonstrado no texto.

A terceira parte da coletânea, “Natureza, pandemia e exploração”, debruça-se sobre uma temática da máxima relevância para entender o movimento do capital e sua inserção na economia na conjuntura mundial. Os quatro

capítulos versam sobre os novos processos de espoliação que marcam a face perversa da nova mundialização, conhecida pela intensificação da exploração do trabalho e pela destruição da natureza no Brasil.

No oitavo capítulo, “As epidemias virais como fenômenos da natureza do sistema do capital”, a pesquisa trata da relação de causalidade entre o sistema do capital e as epidemias virais como um todo. As transformações no desenvolvimento do capitalismo fomentaram uma negligência cada vez maior às necessidades de reprodução da humanidade e da natureza. A partir da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2003), as mudanças na produção agropecuária criaram um contexto biocultural que propicia a intensificada evolução de vírus com potencial pandêmico. Com base no desenvolvimento da agropecuária capitalista e nas formulações do biólogo evolucionista Rob Wallace (2016), o escrito procura traçar uma linha explicativa para as epidemias virais que marcaram o fim do século XX e o início do século XXI, para, com isso, discutir algumas perspectivas sobre a crise atual relacionada ao novo coronavírus.

No nono capítulo, “O agronegócio e a pandemia do novo coronavírus”, realiza-se uma breve reflexão sobre o cenário do agronegócio na América Latina e, em especial, no Brasil, no contexto da crise social intensificada pela pandemia do novo coronavírus. Parte-se do pressuposto de que o agronegócio representa o principal modelo de acumulação capitalista na agricultura brasileira, sob o monopólio de grandes empresas transnacionais, que conserva e intensifica a concentração fundiária, protegido, apoiado e fortemente subsidiado pelo Estado brasileiro à custa da classe

trabalhadora, reafirmando o caráter dependente e subordinado da economia e da política nacional no quadro da economia capitalista global.

O décimo capítulo, “Os territórios da mineração não entram em quarentena!”, procura-se demonstrar que o setor extrativo-mineral continua no ritmo de apropriação dos recursos naturais e de exploração dos trabalhadores, mesmo no contexto marcado pela pandemia e pela crise sanitária. Esse processo resulta em conflitos socioambientais entre empresas mineradoras e comunidades tradicionais e na morte de trabalhadores e da população tradicional pela covid-19. Nesse sentido, a pandemia revela a ferocidade do setor mineral, que explora diversos minérios no território brasileiro e, concomitantemente, leva o coronavírus para as comunidades tradicionais. Esse contexto, coadunado com as características do governo Bolsonaro, aponta para o cenário de genocídio dos trabalhadores, principalmente os negros e os indígenas.

O décimo primeiro capítulo, “Mundo do trabalho e mineração: capitalismo e exploração”, tem por escopo o mundo do trabalho da mineração em meio à crise sanitária atual, sendo a mineração uma das atividades econômicas e laborais mais antigas do Brasil e do mundo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a indústria extrativa é a que mais oferece risco de acidente e até mesmo de vida, por ser o setor que menos oferta, medidas de segurança aos trabalhadores. O mundo do trabalho, segundo a ótica do materialismo histórico e dialético, é baseado na exploração do homem pelo homem; nesse aspecto, a relação vida humana e não humana se deteriora à proporção que a

natureza é destruída. Assim, no cenário de crise sanitária, a crise do capital se agrava e externa, ainda mais, suas contradições e seu poder autodestrutivo.

Para concluir, é importante salientar que a presente coletânea constitui-se como resultado das pesquisas desenvolvidas pelo segmento dos discentes coordenados pelo Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto no PPGSS da UFAL, em consonância à produtiva parceria estabelecida com docentes das áreas de Geografia, Filosofia, Educação, História e Serviço Social, oriundos da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como o Prof. Dr. Paulo Roberto Felix dos Santos e o Prof. Dr. Lucas Zenha Antonino; da Universidade Estadual de Pernambuco (UPE), a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liana França Barradas; e ainda professores de outras unidades da UFAL, como Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima e a Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>a</sup> Mônica Regina Nascimento dos Santos (Campus Sertão); o Prof. Dr. Talvanes Eugênio Maceno (Campus Arapiraca). A coletânea conta ainda com a colaboração do doutorando Fábio dos Santos Barbosa (UFRJ) e da pós-doutoranda Ana Paula Leite Nascimento (UFS/IFS). Nessa parceria, assumiram papéis protagonistas os discentes do PPGSS da UFAL, com destaque para Everton Melo da Silva, Luis Felipe Barros Silva e Lorraine Marie Farias de Araujo.

*Artur Bispo dos Santos Neto*  
*Elaine Nunes Silva Fernandes*  
(Organizadores)



**Seção I**  
Pandemia e conjuntura brasileira

# NEOLIBERALISMO, NEOFASCISMO E PANDEMIA

*Artur Bispo dos Santos Neto*<sup>1</sup>  
*José Jânio Câmelo Canel*<sup>2</sup>

## 1 Introdução

É preciso entender que a materialidade da ascensão da extrema direita na contemporaneidade não se trata de mero epifenômeno ou devaneio que emana de aspectos meramente subjetivos ou morais. Em outras palavras, é preciso considerar o neofascismo e/ou neonazismo como expressão do movimento histórico que emana da economia política, assumindo na contemporaneidade aspectos distintos dos assumidos nas décadas de 1920 e 1930.

A ditadura do capital sobre o trabalho pode revelar formas políticas distintas, configurando-se na forma da democracia burguesa, da ditadura militar, do bonapartismo,

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (1993), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2007) e pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atua como professor Associado III na Universidade Federal de Alagoas, nos cursos de Filosofia e Serviço Social. É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Participa do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social.

<sup>2</sup> Formado em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), mestre e doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

do fascismo, do nazismo etc. Não se pode esquecer que a democracia burguesa sempre prepara o terreno para a ascensão da extrema direita, da ditadura militar, do bonapartismo e do fascismo ou do neofascismo. Quando a social- democracia não radicaliza o programa dos trabalhadores e ajuda a bloquear o caminho para a superação do capital, ela desarma os trabalhadores e desmantela suas organizações, com sua política de conciliação de classes.

O fascismo foi um movimento que emergiu como uma espécie de vingança da burguesia contra a classe trabalhadora e fracassou na sua tentativa de operar a revolução socialista na Alemanha e na Itália das décadas de 1920 e 1930. Quando a classe trabalhadora bate em retirada, a burguesia apunhala a classe trabalhadora pelas costas.

A necessidade de expansão e acumulação de capital constitui-se como fundamento do fascismo e do neofascismo nas economias capitalistas de desenvolvimento tardio. A ideologia assentada na defesa radical da propriedade privada dos meios de produção, no anticomunismo, na preservação dos valores mais reacionários da burguesia (pátria, família, religião e forças armadas) e no ultranacionalismo decorre do aprofundamento da crise econômica.

O discurso da extrema direita não se mostrou uma unanimidade no interior da burguesia quando da ascensão do fascismo, que contou inicialmente com o apoio prioritário da burguesia agrária devido à ausência do Estado no combate à ascensão dos socialistas no campo. O fascismo culminou como alternativa do grande capital industrial-financeiro perante o receio do socialismo e diante da necessidade de expandir seus tentáculos para o mercado internacional,

configurado na política imperialista que levou a humanidade a duas grandes guerras.

Para o bem da humanidade, o fascismo foi vencido na Segunda Guerra Mundial, mas muitos de seus elementos reacionários, autoritários e preconceituosos foram incorporados ao modo de vida da sociedade burguesa na época do capitalismo monopolista. A crise do sistema do capital constitui-se como fundamento da ascendência da extrema direita neofascista na contemporaneidade, que busca expandir seus tentáculos no contexto da pandemia do coronavírus.

## **2 Relação entre neoliberalismo e neofascismo**

Enquanto expressão da necessidade de encontrar novos mecanismos para deslocar suas contradições, o capital recorreu ao neoliberalismo a partir da década de 1970, o que significou o fim do pacto taylorista-fordista e o esgotamento das políticas que marcaram os anos dourados do capitalismo – em que o capital desconheceu grandes crises durante as três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. A crise econômica de 1973 inaugura um ciclo histórico de crises sucessivas que marcam, segundo Mészáros, a crise estrutural do sistema do capital. O capital financeiro constitui-se como sua força motriz.

Nessa quadra histórica, o neoliberalismo é o seu instrumento de guerra ideológica contra os obstáculos e barreiras à livre expansão do mercado. A necessidade de intensificar as taxas de lucro num contexto de retração da

economia mundial serviu para que os capitalistas operassem uma constelação de ataques à rede de proteção social constituída anteriormente. A necessidade de assegurar as taxas de lucratividade implicou uma clara inversão da lógica do pós-guerra; a política econômica passava claramente a ser orientada pela perspectiva de tirar cada vez mais dos pobres para dar aos ricos. A lei geral da acumulação capitalista, apregoada por Karl Marx, nunca foi tão atual quanto nessa quadra histórica.

O neoliberalismo não teria sido vitorioso se não existisse uma clara política coercitiva dos EUA, pela mediação do FMI e do Banco Mundial, em todas as partes do mundo. O neoliberalismo coloca de joelhos a classe trabalhadora através de uma política de conciliação de classe, como também pode fazer isso mediante o enfrentamento aberto. Para isso o capital conta com distintas formas políticas: com a democracia burguesa em pedaços, com um golpe militar, com o neofascismo, com o bonapartismo etc.

Num contexto de crise econômica profunda, todos os valores jurídicos, políticos e morais da burguesia são colocados em xeque pela própria burguesia, afinal, ela foi a classe social que submeteu todos os valores morais ao lucro. Não foi à toa que Milton Friedman e Hayek encontraram na ditadura do general Pinochet, no Chile, as condições adequadas para implementar o neoliberalismo, posição política também adotada no Reino Unido sob a ditadura neoliberal do capital com Margareth Thatcher.

O neoliberalismo mostrou sem nuances a peculiaridade da liberdade que perpassa o capital, a liberdade que salvaguarda unilateralmente as elevadas taxas de lucros

dos grandes aglomerados financeiros e das grandes corporações empresariais. Em nome da liberdade do mercado se destrói a rede de proteção social dos trabalhadores e se aprofunda o desemprego estrutural. A liberdade tirânica do capital conta com o agenciamento da natureza persuasiva e coercitiva do Estado, sem o qual seria impossível estabelecer o espaço de atuação das organizações sindicais. A particularidade de cada correlação estabelecida entre capital e trabalho delimita a natureza da estrutura política necessária para assegurar as novas taxas de exploração (e expropriação do trabalho excedente) e a espoliação da classe trabalhadora nas distintas partes do mundo.

A defesa radical da liberdade do mercado se inscreve sob a insígnia do ataque aos direitos dos trabalhadores e a transformação do desempregado crônico na figura fantasmal do empreendedor. O neoliberalismo, com o suporte do grande capital, difunde no interior das massas a lógica do empreendedorismo. Ele aprofunda o processo de distanciamento do homem de si mesmo mediante a generalização da lógica da gestão empresarial, da administração da vida individual como se fosse uma empresa, da governança corporativa da vida pessoal na transformação do trabalhador desempregado numa espécie de gestor de si mesmo.

Desse modo, o poder do mercado reverbera em todos os poros da sociabilidade capitalista, transformando os trabalhadores desempregados em agentes das iniciativas impostas pela ditadura do sistema do capital. Nada escapa à tirania do mercado. As relações pessoais passam a ser regidas pela lógica da mercadoria e pelo universo impessoal do

mundo empresarial. Nada escapa à lógica perversa da concorrência que perpassa o mercado.

Para mobilizar as massas na defesa do projeto neoliberal, as distintas personificações do capital têm recorrido à contradição e à manipulação. Ante o temor do desemprego estrutural, a classe média fez crescer os sentimentos mais individualistas e concorrenciais que constituem a sociedade capitalista. O temor da proletarização e da perda do poder aquisitivo levou a classe média à completa adesão ao desumano, aos valores racistas, xenófobos, irracionais e de desprezo para com os imigrantes e desempregados.

O neofascismo é a expressão cabal do sistema do capital como uma pandemia, como um monstro que somente consegue sobreviver contaminando o corpo e a alma da humanidade com sua lógica perversa da concorrência e do individualismo, que encontrou no neoliberalismo a sua mais contundente forma de configuração nos tempos hodiernos.

O ódio e a irracionalidade profascista e neofascista da classe média contra os pobres no Brasil não têm nada de natural ou espontâneo. Se o capital não interviesse constantemente na perspectiva de constituir uma comunidade internacional do ódio contra os imigrantes, contra os negros, contra os pobres e contra os indígenas, nada disso seria possível. É ledó engano imaginar que a extrema direita emerge do nada; ela é financiada pela burguesia em todas as partes do mundo, cujo principal propósito é disputar a consciência das massas e impedir a ascensão de um movimento de massa dos trabalhadores numa perspectiva que coloque em xeque a estrutura do capital como um todo. Não existe nada de

espontâneo na ascensão da extrema direita em escala internacional e nacional; ela é uma clara alternativa da burguesia para enfrentar a nova etapa de luta de classes entre o capital e o trabalho.

A intensificação da crise econômica do sistema do capital em 2008 revela os limites absolutos do sistema do capital e demonstra a incapacidade do sistema capitalista de solucionar os problemas fundamentais da classe trabalhadora e da humanidade, levando a humanidade a pensar numa alternativa efetiva ao presente sistema sociometabólico. No entanto, o que se viu foi a ascensão da extrema direita e a burguesia a recorrer ainda mais a medidas neoliberais como resposta aos problemas criados pelo próprio neoliberalismo.

No Brasil, a aplicação das medidas neoliberais esteve na base das jornadas de junho de 2013, como também no Chile em 2019. Estes movimentos despertaram o sinal de alerta da burguesia nacional e internacional. Para interceptar a ascensão da massa contra a pauta neoliberal no Brasil, os capitalistas passaram a investir maciçamente em organizações de direita e extrema direita. O claro financiamento do empresariado às organizações de extrema direita revela a afinidade existente entre neofascismo e neoliberalismo. Isso pode perfeitamente ser observado no governo Bolsonaro, que tem como ministro Paulo Guedes, um claro representante dos *Chicago boys* de Pinochet.

O novo fascismo somente pode ser compreendido considerando as vicissitudes da anatomia do capital nos tempos hodiernos, e não mediante os pressupostos morais da classe média ou da grande burguesia financeira. A ascensão da extrema direita “fascistoide” revela a dimensão desumana



e bárbara do sistema que veio ao mundo espalhando sangue e lama por todos os seus poros.

A crise do projeto social-democrata é o substrato fundamental para a ascendência do neofascismo. Na impossibilidade de preservar os vetores essenciais da democracia burguesa, a liberdade burguesa desvela sua verdadeira essencialidade e caem por terra todos os velhos ideais civilizatórios da burguesia. A crise econômica cria um terreno fértil para o niilismo e para o apego ao que existe de mais retrógrado ante o temor do socialismo e a constituição de uma alternativa efetiva ao sistema do capital.

As bases essenciais do crescimento da extrema direita e do neofascismo foram postas claramente pelo neoliberalismo. Ele prepara o caminho para o fracasso das democracias liberais, na medida em que o capital não pode solucionar os problemas estruturais. Os limites do capital para solucionar suas próprias contradições impõem as respostas mistificadas do neoliberalismo. A incapacidade de a democracia burguesa solucionar as contradições do sistema do capital faz com que o neoliberalismo radicalize suas posições.

O neofascismo emerge como resposta para as incapacidades do próprio sistema, criando uma constelação de mistificações do mundo com respostas fáceis e fundadas no maniqueísmo entre o bem e o mal. Este mal pode ser o imigrante, pode ser a juventude desempregada da periferia das grandes cidades, pode ser o camponês sem terra, pode ser o indígena, o homossexual, o negro, o nordestino etc. Essa luta contra as forças insurgentes faz parte da tática

contrainsurgente do neoliberalismo, que para isso conta com o apoio irrestrito de todos os governos burgueses.

A revolta dos indivíduos contra a estrutura erguida pelo sistema do capital deve ser internalizada e redimensionada na revolta contra si mesmo, na responsabilização dos indivíduos pelo desemprego, na falta de moradia, de escola e de condições adequadas de transportes. O neoliberalismo redimensiona os valores do passado centrado na noção de grupo e coletividade para acentuar a valorização do indivíduo e da militância individual, que tem como modelo a figura do empresário bem-sucedido, do homem branco de sucesso, da supremacia da classe dominante sobre a classe dominada, do machismo e do culto ao chefe. A meritocracia é a resposta para todos os fracassos, por isso as políticas compensatórias devem ser combatidas.

A cantilena neoliberal desloca os problemas promovidos pelo capital e pela sociabilidade capitalista para o coração dos indivíduos. Essa cantilena repetida cotidianamente pelos meios de comunicação de massa durante trinta anos serviu para formar uma nova camada social completamente avessa aos fundamentos dos problemas sociais, à esquerda, ao comunismo, ao socialismo, à necessidade de organização sindical e popular.

O neoliberalismo intensificou o individualismo possessivo e os sentimentos mais reacionários e retrógrados da humanidade, canonizando a noção de que a administração privada das coisas é perfeita. Desse modo, constituiu uma classe média que privilegia o serviço privado em detrimento do serviço público, colaborando com a política neoliberal de privatização das empresas estatais no mundo inteiro. Essa

política acabou contaminando inclusive o movimento sindical, que passou à condição de investidor na Bolsa de Valores e de participante do processo gestor das empresas estatais.

O elemento decisivo que determina o nível da liberdade e da democracia burguesa é a luta de classes. A burguesia somente pode recuar em sua avalanche de ataques contra os direitos dos trabalhadores se estes agirem de forma organizada como classe social, do contrário serão completamente esmagados, pois a burguesia conta com a maquinaria estatal para seu projeto de ataques aos trabalhadores. O neoliberalismo escancara a natureza destrutiva do capital. O livre mercado somente pode ser estabelecido pela mediação da intervenção estatal das nações imperialistas e pela constituição de políticas profascistas e neofascistas encarnadas no neoliberalismo.

### **3 Caracterização do governo Bolsonaro como neofascista**

O novo fascismo é produto do desenvolvimento das políticas neoliberais. A ascensão da extrema direita resulta da intensificação da crise decorrente da própria incapacidade do capital para solucionar e deslocar suas contradições. A extrema direita emerge como resposta às crises criadas pelo próprio neoliberalismo, que através da manipulação consegue esconder o fundamento efetivo dos graves problemas do sistema do capital.

Bolsonaro é um neofascista e o bolsonarismo é uma versão tropical (tupiniquim) da *alt-right* planetária, para além

das ligações familiares com o próprio Steve Bannon. A diferença, que torna tudo mais preocupante, é que sua eleição deu forma político-institucional a esse neofascismo tropical, além de operar um dispositivo de mobilização informacional via redes sociais digitais. Esses dois fatores potencializam as históricas tecnologias de extermínio de trabalhadores nas periferias das grandes cidades e no campo (BRAY, 2017, p. 10). O ovo da serpente se tornou uma serpente que precisa ser duramente combatida, pois o aprofundamento da crise explicita que o capital pode recorrer ao expediente belicista e às loucuras da extrema direita bolsonarista.

O governo Bolsonaro é uma decorrência do aprofundamento da crise do sistema do capital e da incapacidade do neoliberalismo para resolver suas contradições. Pela mediação da manipulação e pela reciclagem permanente de seu discurso, o neoliberalismo vai cada vez mais se impondo com medidas coercitivas. Bolsonaro é uma possível saída “fascistoide” para o sistema do capital, da mesma maneira que Donald Trump nos Estados Unidos, Orban na Hungria, Erdogan na Turquia e Duterte nas Filipinas. A onda ultradireitista no Cone Sul não se limita somente ao Brasil, mas se apresenta ainda na Colômbia, na Bolívia, no Paraguai, no Chile, no Uruguai etc.

Apesar de fazer a defesa aberta e declarada do regime militar e tentar recorrer aos militares para desferir uma espécie de autogolpe militar no decorrer de junho de 2020, o governo Bolsonaro se distingue do regime militar, pois possui uma base social mais ampla que os militares em 1964. A constituição do movimento de massa profascista conta com a colaboração intensa dos capitalistas do agronegócio e de

uma fração importante do setor de serviços (Havan, Riachuelo, Centauro etc.) e da pequena burguesia, mostrando claramente seu vínculo direto com a herança colonial escravista brasileira, seus traços retrógrados fincados na exploração do trabalho escravo, o berço esplêndido do estado policial (clientelista, oligárquico) e a continuidade da estrutura repressiva profundamente seletiva e direcionada para os trabalhadores pauperizados.

Essa base se alastra abertamente com a crise substancial que afeta o sistema do capital e o movimento de ascendência dos ideais neoliberais. Para isso, conta com a passividade e a desorganização dos trabalhadores e o conformismo político difundido pela mídia monopolista profundamente articulada aos interesses do capital financeiro-industrial-agrário. O governo Bolsonaro possui uma ampla base de sustentação que denota elementos ideológicos que devem permanecer ainda que uma ampla frente antifascista consiga derrotá-lo nas ruas e afastá-lo do poder, devido à intensificação da crise econômica e à sua política necrófila de combate à pandemia da covid-19.

A ausência de um partido político constituído não implica que ele não tenha uma plataforma política muito bem delimitada. Seu nacionalismo mitigado é sua base de sustentação; a bandeira do Brasil e sua afirmação de que seu partido é o Brasil levam as massas ao delírio. Sua sustentação passa pela pequena burguesia, pelo pequeno empresariado desesperado com a crise econômica, pelo agronegócio, pelas comunidades evangélicas, pelas milícias, pelos policiais militares estaduais, por parte dos policiais federais e pelos militares das Forças Armadas. Essa base cresce com respaldo

das redes sociais mediante a expansão da guerra híbrida, dos recursos dos robôs financiados por grandes, médios e pequenos empresários. No entanto, o bolsonarismo não se circunscreve à militância nas redes sociais, mas se revela como movimento de massa intrépido, ganhando cotidianamente as ruas, mesmo com a pandemia do coronavírus que estabelece a obrigatoriedade do isolamento social.

A defesa do nacionalismo não passa de artifício retórico, porque a classe média não possui nenhuma aversão pelo imperialismo norte-americano, pelo contrário, a classe média brasileira, formada pelos meios de comunicação de massa, tem profunda simpatia pelo mundo norte-americano. Não é à toa que sempre carrega a bandeira dos EUA em suas manifestações e lança palavras de ordem contra as instituições democráticas em inglês (para inglês ver).

Bolsonaro tenta estabelecer uma política de subordinação integral da burguesia brasileira ao imperialismo norte-americano, perfeitamente observada na entrega de Alcântara, na questão do pré-sal, nas privatizações, na relação com Cuba e Venezuela e na diplomacia estabelecida nos organismos internacionais.

A aproximação com Israel denota que o governo Bolsonaro procura uma subordinação semelhante na perspectiva de estabelecer uma política de subordinação da região, fazendo o que Israel tem feito no Oriente Médio. No entanto, é preciso destacar que a burguesia brasileira é muito mais complexa do que a burguesia financeira e militar de Israel. A burguesia brasileira é complexa em cada uma de suas particularidades; não existe unanimidade interna nem mesmo entre a pequena burguesia, que adere completamente aos

imperativos do novo fascismo. Além da pequena burguesia, há a média e a grande burguesia com interesses profundamente divergentes e contraditórios; cada fração da burguesia industrial, comercial, agrária e financeira possui suas corporações, associações, institutos e organizações, que nem sempre estão em consonância com o imperialismo norte-americano.

Há, ainda, divergências entre a burguesia voltada exclusivamente ao mercado externo e a burguesia direcionada mais especificamente ao mercado interno, bem como com a burguesia que opera tanto no mercado externo quanto no interno. Isso pode ser notado na esfera do agronegócio, em que as corporações que atuam diretamente para o mercado são muito mais competitivas e muito mais desenvolvidas do ponto de vista científico e tecnológico, pois uma parte tem seus interesses nos Estados Unidos, outra parte na China, no Oriente Médio, na Europa e na África.

A burguesia que não opera diretamente no mercado internacional tem corolários distintos, nem sempre se mostrando associada econômica e politicamente ao imperialismo e às grandes corporações financeiras estrangeiras. Isso não quer dizer que essa fração da burguesia seja contrária aos imperativos neofascistas de Bolsonaro. É importante destacar que não é fácil conciliar interesses tão divergentes numa economia profundamente complexa e desenvolvida, que opera nos setores mais distintos, devido à dimensão continental do Brasil.

Apesar de não ser nacionalista e atuar em plena consonância com o capital estrangeiro desde a queda de Getúlio Vargas em 1954, a burguesia brasileira possui esferas

e camadas delimitadas de atuação perante as esferas dominadas pelas transnacionais estrangeiras. O campo maior de atuação da burguesia brasileira tem sido a indústria de transformação (têxtil, alimentos, bebidas, bens de capital etc.), “na cadeia produtiva do petróleo, na construção civil pesada, na produção de *commodities* agrícolas e minerais, em segmentos do grande comércio varejista e do agronegócio” (FILGUEIRAS; DRUCK, 2019, p. 5).

Esses autores asseveram que o campo de atuação da burguesia brasileira associada ao grande capital estrangeiro aparece no mercado financeiro (bancos, fundos de pensão e investimento, planos de saúde), no mercado de capitais (seguradoras), em empresas prestadoras de serviços, em empresas multinacionais na indústria e no agronegócio, em grandes grupos de *marketing* e comunicação e nas grandes universidades privadas (FILGUEIRAS; DRUCK, 2019, p. 6).

A burguesia brasileira, associada com o capital transnacional, desfruta de uma posição protagonista na América Latina, representando regionalmente o papel que desempenham a Alemanha na Europa e a China no Leste asiático. As empresas transnacionais brasileiras atuam em várias partes do mundo, inclusive nos EUA, onde possui maior volume de investimentos. As riquezas naturais existentes no Brasil despertam o interesse das grandes empresas multinacionais, daí a necessidade de uma intervenção maior dos EUA na economia brasileira, para barrar a presença das multinacionais chinesas.

O governo Bolsonaro representa uma recusa à tentativa dos governos petistas de colocar o Estado, através do BNDES, a serviço dos interesses de determinadas frações



da burguesia nacional (empreiteiras, Petrobrás, JBS, BRFs, Banco do Brasil, Banco Itaú e Banco Bradesco, Gerdau, Vale, CSN etc.). A intensificação da crise internacional levou o imperialismo norte-americano a interceder nesse processo, na perspectiva de obstaculizar também o crescimento da presença chinesa na economia brasileira. A política de cooperação antagônica deveria ser substituída pela política de integração vertical aos imperativos das grandes corporações norte-americanas. No entanto, a crise do imperialismo norte-americano e a necessidade de estabelecer uma política internacional que priorize o investimento interno nos Estados Unidos, como anunciados na guerra comercial de Donald Trump com a China, impedem que a adesão ao formato da integração vertical proporcione respostas positivas como na época do denominado “milagre econômico” brasileiro.

Apesar das operações da Lava Jato orquestradas pelo Ministério Público e das ações do Supremo e do Congresso Nacional que levaram ao afastamento de Dilma Rousseff do poder central mediante *impeachment*, persiste a subordinação ao imperialismo norte-americano. Essas ações fortaleceram o projeto da extrema direita que levaram Bolsonaro ao poder em 2019, visando superar a crise que acometeu a economia brasileira e levou ao colapso a política petista de conciliação de classes.

Apesar de todos os setores da burguesia nacional aderirem às medidas neoliberais, é possível apontar diferenciações no interior da burguesia brasileira sobre a política de submissão ao imperialismo norte-americano. No entanto, grande parte prefere o projeto profascista de Bolsonaro ao retorno da política de conciliação de classes dos

petistas. Por sua vez, a contraposição de determinados setores da burguesia brasileira ao projeto protofascista demonstra que o movimento dos trabalhadores ainda pode ser controlado pelas instituições democráticas burguesas.

O governo Bolsonaro não é um governo neofascista porque persistem muitas divergências e correlações de forças no seu interior, especialmente com os acordos recentes estabelecidos com o Centrão. As clivagens e distinções da burguesia brasileira se configuram no interior do próprio governo Bolsonaro em três frações da extrema direita.

A polarização entre a extrema direita fascista, capitaneada pelo ideólogo Olavo de Carvalho, pelo irracionalismo e misticismo de ideólogos internos e pelo ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, com a extrema direita militar, culminou com a vitória desta última, o que acabou servindo para estabelecer uma trégua nas disputas entre Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal.

As ameaças golpistas de Bolsonaro somente cessaram com a prisão de Queiroz na casa de seu principal advogado. A clara vinculação de Bolsonaro com Fabricio Queiroz desvela a possibilidade de responsabilizar juridicamente o presidente da República por crime de corrupção e vinculação com milicianos. Aliás, há 48 pedidos de *impeachment* na gaveta de Rodrigo Maia (DEM). O não encaminhamento dos pedidos de *impeachment* demonstra sua política de conciliação com a extrema direita militar e com a extrema direita liberal (conservadora e reacionária).

## 4 A situação da classe trabalhadora no contexto da pandemia

Marx anotou nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 que a crise econômica sempre afeta mais os trabalhadores que os capitalistas, isso porque os trabalhadores não possuem nenhuma riqueza acumulada para atravessar a crise, diferentemente do capitalista.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE em 24 de junho de 2020, sobre os impactos da pandemia no mercado de trabalho, destaca que a necessidade de atender às determinações do distanciamento social para escapar dos efeitos nocivos da pandemia da covid-19, “deixou 9,7 milhões de trabalhadores sem remuneração em maio de 2020. Isso corresponde a mais da metade (51,3%) das pessoas que estavam afastadas de seus trabalhos e a 11,7% da população ocupada do país, que totalizava 84,4 milhões” (GOMES, 2020, p. 1).

Esses 9,7 milhões de trabalhadores sem remuneração fazem parte do contingente de 19 milhões de trabalhadores afastados do trabalho no mês de maio. Segundo o referido órgão, os trabalhadores mais afetados pela pandemia foram os domésticos sem carteira assinada, representando um percentual de 33,6% dos afastados de seu posto de trabalho, sem receber nenhuma espécie de remuneração de seus antigos patrões. Este segmento é seguido pelos “empregados do setor público sem carteira (29,8%) e pelos empregados do setor privado sem carteira (22,9%). Já entre os trabalhadores domésticos com carteira, o percentual de afastados foi de 16,6%” (GOMES, 2020, p. 2). O fato de receberem

remuneração abaixo do salário mínimo não impediu que os trabalhadores domésticos sem carteira assinada estivessem na lista do maior número de demitidos.

O salário de trabalhadores terceirizados é 24% menor do que o dos empregados formais, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). No setor bancário, em 2015, a diferença era ainda maior: eles ganham em média um terço do salário dos contratados. Terceirizados trabalham, em média, três horas a mais por semana do que os contratados diretamente. Com mais gente fazendo jornadas maiores, deve cair o número de vagas em todos os setores.

Entre 2010 e 2014, cerca de 90% dos trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo contemporâneo eram terceirizados, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MDUD, 2015, p. 1). Se o processo fosse o inverso e os terceirizados passassem a trabalhar o mesmo número de horas que os contratados, seriam criadas 882.959 novas vagas, segundo o Dieese. O trabalho informal se multiplica na forma de flanelinhas, vendedores de balas, motoboys, vendedores de seguros, motoristas de Uber, trabalho em domicílio, *youtubers* precarizados e empregados do crime.

Da força de trabalho formada por 84,4 milhões de trabalhadores ativos no Brasil, o IBGE constatou um percentual de 19 milhões de trabalhadores afastados; destes, 9,7 milhões aparecem literalmente sem remuneração. O Nordeste é o detentor da maior taxa de desempregados, com 16,8% dos trabalhadores – 5 milhões de pessoas (NOGUEIRA, 2020, p. 1). Os dados oficiais do governo

procuram apresentar uma estabilização do nível de desemprego que não confere com a realidade, haja vista que somente se contabilizam como desempregados aqueles que procuram um posto de trabalho; como não se procura trabalho num contexto de pandemia, a taxa tende a cair.

Os dados oficiais sobre o desemprego tampouco conferem com a realidade quando se considera o número de pessoas beneficiadas pelo auxílio governamental (Auxílio Emergencial ou Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda) de 600 reais, uma vez que 38,7% dos domicílios brasileiros receberam auxílio com a pandemia da covid-19. Considerando que o número de pessoas nos domicílios beneficiados é sempre de mais de uma pessoa, o percentual de desempregados no Brasil ultrapassa em muito 38,7 milhões de trabalhadores. Caso se considere que no Brasil existem 71 milhões de domicílios, 38,7% dos beneficiados representam mais da metade da população trabalhadora brasileira. Como 63,5 milhões receberam benefícios, segundo a Caixa Econômica, a coisa é muito mais séria do que se pode imaginar.

O próprio IBGE aponta que em maio existiam “75,4 milhões de pessoas fora da força de trabalho no Brasil, dos quais 34,9% não procuraram trabalho, mas gostariam de trabalhar, e 24,5% não procuraram devido à pandemia ou porque faltava trabalho na localidade em que residiam, mas também gostariam de trabalhar” (GOMES, 2020, p. 5).

Evidentemente, o Auxílio Emergencial e o Programa Emergencial amorteceram a luta de classes nesse período de pandemia. A população formada pelos trabalhadores desempregados perdeu sua capacidade de mobilidade social e

a possibilidade de encontrar na informalidade alguma alternativa para enfrentar o pauperismo e a fome.

Ao contrário do que se imagina, a determinação de isolamento social pelos governos estaduais e pelas prefeituras municipais não implicou o completo afastamento dos trabalhadores de seu posto de trabalho, pois 77,5% dos trabalhadores ocupados continuaram a exercer suas atividades de maneira presencial e regularmente. Escreve Gomes (2020, p. 3): “Do total de ocupados, 65,4 milhões não estavam afastados, o equivalente a 77,5% dos ocupados. Dos não afastados, 8,7 milhões estavam trabalhando de forma remota (13,3%)”.

O trabalho remoto ficou muito mais circunscrito aos trabalhadores com instrução superior (professores, analistas de sistema, técnicos de TI etc.). Desses 13,3%, somente 7,9% tinham ensino médio ou ensino superior incompleto, 1,7%, ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, e 0,6%, ensino fundamental incompleto ou sem instrução (GOMES, 2020, p. 3).

A pandemia permitiu que os capitalistas reduzissem a jornada de trabalho de 27,9% (18,3 milhões) dos trabalhadores, caindo de 39,6 horas semanais para 27,4 horas semanais, com a redução de seus salários em até 70%. O fundamental para o capitalista é que ele conseguiu reduzir o valor da jornada de trabalho em 18%, rebaixando a média nacional dos salários de R\$ 2.320 para R\$ 1.899; ou seja, os trabalhadores tiveram uma perda de 18% no valor de seus salários (GOMES, 2020, p. 4), num contexto, em que o valor dos produtos da cesta básica dos alimentos aumentou significativamente.

As medidas adotadas pelo governo Bolsonaro e pelo Congresso Nacional, permitindo a demissão dos trabalhadores e o rebaixamento dos salários, foram fundamentais para conter o aprofundamento da crise econômica e da depressão em grande escala, num quadro em que a economia mundial deve sofrer uma queda de seu PIB de 4,9%, segundo o FMI. Isso significa que os trabalhadores estão pagando pela crise e salvando os capitalistas da falência no contexto da pandemia.

De acordo com o IBGE, o setor de serviços foi o que mais sofreu na pandemia, e certamente o que mais demitiu trabalhadores. A queda em suas atividades chegou a 11,7% no mês de abril. É importante destacar que o referido setor cresceu de forma substancial nestes últimos 25 anos, passando de 58% para 63% das atividades econômicas desenvolvidas.

As empresas de turismo e as companhias aéreas estão entre as mais afetadas pela crise. Segundo o IBGE, as empresas de transporte aéreo tiveram uma perda de 80,9% e as empresas do setor de turismo sofreram um recuo de 68,1%. Os prejuízos podem chegar a 90%, e o volume de demissões a mais de 700 mil postos de trabalho (GARCIA, 2000).

No entanto, a queda mais substancial afetou o setor industrial, que caiu 9,2% em março e 18,8% em abril, tendo uma recuperação de 7% em maio. Isso implica que a indústria reduziu sua queda crescente para 11,8%. Quando comparado com maio de 2019, a indústria sofreu um recuo de 21,9%. A queda acumulada em 2020 alcançou em maio a taxa de 11,2% (TRADEMAP, 2020).

O crescimento insignificante do PIB em 2020 (1,1%) teve uma queda de 1,5% no primeiro trimestre, antes mesmo

de começar a pandemia, e encontrou na pandemia os elementos necessários para o seu aprofundamento, com uma previsão de queda de 10%, podendo esse movimento, segundo a previsão otimista do Banco Central, chegar somente a -6,51% em 2020 (ECONOMIA UOL, 2020). A avaliação do FMI é mais cética e prevê uma recessão de 9,4% em 2020, com uma previsão otimista de expansão de 3,7% em 2021. Tanto num caso quanto no outro, a queda será a maior dos últimos 120 anos.

O Estado deve aprofundar seu endividamento interno e externo para salvar os grandes capitalistas do complexo financeiro e do complexo industrial; em relação ao PIB, é provável que a dívida pública passe de 75% em 2019 para 90% em 2020. Evidentemente, os representantes do capital vão obliterar o papel expressivo do auxílio oferecido pelo Estado aos grandes aglomerados financeiros, que ultrapassou 1,5 trilhão no primeiro semestre. Afirmarão certamente que o grande problema continua sendo os gastos sociais e as despesas com os servidores públicos.

O desemprego deve ser aprofundado pelo fato de ser o setor de serviços aquele que apresenta a maior taxa de emprego no Brasil, enquanto o setor produtivo de *commodities*, devido ao incremento de novas tecnologias e ao desenvolvimento de atividades relacionadas à monocultura, deve continuar apresentando baixa demanda de força de trabalho, passando incólume pela pandemia. A agroindústria canieira obteve safra recorde de 3 milhões de toneladas, a maior desde 2017. Um dos elementos fundamentais para a retomada do crescimento foi a desvalorização do real, de 9,7%



perante o dólar. A comercialização garantiu uma receita total de US\$ 810,80 milhões.

No contexto da pandemia, além de salvar os capitalistas da crise, o Estado intenta minimizar o efeito destrutivo do desemprego sobre a classe trabalhadora, mediante a continuidade do programa de auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional. Isso certamente serviu para minorar a condição de pauperismo e o aprofundamento da miserabilidade dos trabalhadores informais e dos desempregados do Brasil.

Além do rebaixamento dos salários em 20%, é importante destacar que o auxílio emergencial constituiu um relevante elemento para a leve recuperação econômica apresentada em maio, segundo o IBGE (GOMES, 2020). Tanto num caso quanto no outro, a previsão de queda do PIB será a maior desde o começo século XX, quando o Produto Interno Bruto jamais ultrapassou 5%. Nem mesmo a grande depressão da década de 1930, a hiperinflação na década 1980 e as crises financeiras de 1981 e 2008 a igualam. Nesse contexto, as quedas consecutivas do PIB em 2015 e 2016, que estiverem na base do *impeachment* de Dilma Rousseff, estarão bem abaixo da crise de 2020.

A urgência de impedir o movimento ascendente da queda da economia brasileira repercute na política necrófila que desconsidera as recomendações de isolamento social. O retorno das atividades econômicas num contexto ainda de avanço expressivo da pandemia demonstra a desconsideração para com a vida dos trabalhadores. A irresponsabilidade do governo Bolsonaro no tratamento da covid-19 colocou o país em segundo lugar no *ranking* internacional, com mais de 85

mil mortes, abaixo somente dos EUA, ficando o México em terceiro lugar, com mais de 30 mil óbitos. Com isso, o centro da pandemia se desloca da Europa para a América, em que a natureza selvagem do capital se revela completamente.

É bem provável que no período pós-pandemia, os salários dos trabalhadores sejam rebaixados ainda mais e as condições de vida dos trabalhadores deteriorem-se significativamente, criando novos elementos de explosão social. *O desemprego e a queda dos salários estão articulados no sentido de assegurar novas taxas de lucro para os capitalistas.* Nesse processo, as pequenas empresas que não desaparecerem com a pandemia devem ser engolidas pelas grandes corporações, que passaram por novos processos de fusões e incorporações com o auxílio valioso do Estado.

A necessidade urgente de atender às demandas do capital e reverter a tendência de queda do PIB serve para que o governo Bolsonaro acentue a relevância da economia sobre a vida dos trabalhadores. A desconsideração das recomendações médicas e sanitárias estabelecida mediante a crescente flexibilização das restrições à mobilidade e ao funcionamento das atividades econômicas colocadas em curso em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, deve permitir que a queda do PIB não se mantenha nos dois dígitos, como no segundo trimestre.

A necropolítica conta com o apoio do grande empresariado. Isso pode ser observado no discurso de Junior Dursk (Madero), Alexandre Guerra (Giraffas), Luciano Hang (Havan), Roberto Justus (Grupo Newcomm), Abílio Diniz (Carrefour) e Marcelo de Carvalho (*Rede TV*), que iniciaram campanha publicitária, na primeira semana de abril de 2020,

defendendo não somente “a volta ao trabalho” para o “Brasil não parar”, mas argumentando abertamente que a morte de alguns milhares de velhinhos não representaria absolutamente nada perante o desenvolvimento econômico. Para esses crápulas e sicofantas, 85 mil mortes, majoritariamente de trabalhadores e trabalhadoras, nada representa ante os interesses econômicos.

## **5 Considerações Finais**

O neoliberalismo é a política de guerra aberta e deliberada contra o trabalho em grande escala. Ele conta com o apoio dos governos burgueses de esquerda, de direita e da extrema direita. É a palavra de ordem do capital no contexto de crise estrutural e ante a impossibilidade de o capital fazer alguma concessão ao trabalho. Para assegurar sua reprodução social em grande escala, o capital precisa do neoliberalismo para intensificar a guerra de todos contra todos, em que os trabalhadores se lançam contra os trabalhadores, coordenados pelos políticos de extrema direita, para assegurar interesses que não são seus, mas sim dos representantes do capital.

A alienação do trabalhador alcança um nível ainda mais elevado, à proporção que o trabalhador não se reconhece como classe social, em plena consonância com os preceitos neoliberais. Ao invés de os trabalhadores dirigirem sua revolta contra o capital e suas personificações, dirigem seu ódio e sua revolta ao seu parceiro e companheiro de classe. O capital não somente consegue dismantelar as organizações sindicais e o movimento organizado dos trabalhadores, como consegue

lançar trabalhadores contra trabalhadores e fazer deles agentes inconscientes de seus interesses, quando transforma cada trabalhador num empreendedor.

Na quadra histórica atual, em que os tradicionais partidos de esquerda servem aos imperativos do capital, os maiores inimigos do capital são os movimentos dos camponeses, as comunidades indígenas, os defensores dos direitos humanos, os movimentos feministas, os movimentos antirraciais e os movimentos de luta por moradia.

O capital não tem nada de emancipatório nos tempos hodiernos; ele consiste num entrave completo ao desenvolvimento das forças produtivas, pois o desenvolvimento da ciência e da tecnologia tem como preceito exclusivo a economia de tempo de trabalho para a produção de um excedente cada vez maior, e não a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora e da humanidade.

O neoliberalismo e o neofascismo são manifestações contrarrevolucionárias num contexto carente de revolução. Essa política resulta da constatação de que o capital não pode oferecer nenhum futuro positivo para a humanidade, mas somente a barbárie. Perante a possibilidade da ofensiva de massa socialista e da emancipação humana, o capital entra em cena para impedir a constituição de um futuro emancipador para a humanidade.

A simetria entre neofascismo e neoliberalismo revela que a extrema direita hoje é muito mais poderosa ideologicamente que na década de 1920-1930; por isso, é preciso muito mais cuidado e atenção para investigar a anatomia do sistema do capital e sua política de extrema direita. Somente a organização dos trabalhadores e uma

ofensiva de massa socialista poderão fazer recuar o movimento ascendente do neoliberalismo, que encontra no neofascismo a arquitetura necessária para subjugar completamente o trabalho. Contra isso é necessária a insurgência do trabalho em escala nacional e internacional.

## Referências

BRAY, Mark. *Antifa - O Manual Antifascista*. Trad. Guilherme Ziggy. Brasil: Autonomia Literária, 2017.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. *O neoliberalismo só se sustenta e se reforça porque governa mediante a crise*. 30 de julho de 2019. Endereço eletrônico: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/economia/59698/o-neoliberalismo-so-se-sustenta-e-se-reforca-porque-governa-mediante-a-crise>. Acesso em 08 de julho de 2020.

FILGUEIRAS, Luiz, DRUCK, Graça. *Para entender a conjuntura: Neoliberalismo, neofascismo e burguesia no Brasil*. 27 de maio de 2019. Endereço eletrônico: <https://diplomatique.org.br/para-entender-a-conjuntura-neoliberalismo-neofascismo-e-burguesia-no-brasil/>. Acesso em 08 de julho de 2020.

G1. *Coronavírus: os países onde a pandemia cresce, com o Brasil entre os mais afetados; veja a situação de cada lugar*. 16 de junho de 2020a. Endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/15/coronavirus-os-paises-onde-a-pandemia-cresce-com-o-brasil-entre-os-mais-afetados-veja-a-situacao-de-cada-lugar.ghtml>. Em 21 de junho de 2020.

GOMES, Irene. *Pandemia deixa 9,7 milhões de trabalhadores sem remuneração em maio*. IBGE. 24 de junho de 2020. Endereço eletrônico: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28038-pandemia-deixa-9-7-milhoes-de-trabalhadores-sem-remuneracao-em-maio>. Acesso em 09 de julho de 2020.

MIRANDA, Maíra. *A farsa “liberal”: por que o neoliberalismo leva o mundo ao fascismo*. 22 de agosto de 2019. <https://www.socialistamorena.com.br/a-farsa-liberal-por-que-o-neoliberalismo-leva-o-mundo-ao-fascismo/> Acesso em 06 de julho de 2020.

MOVIMENTO HUMANOS DIREITOS. *Nove motivos para você se preocupar com a lei da tercerização*. Endereço eletrônico: <http://www.humanosdireitos.org/noticias/mhud-na-midia/873-TERCEIRIZAcAO---Filme.htm>. Acesso em 10 de julho de 2020.

NOGUEIRA, Kleiton. *A política de Bolsonaro para a classe trabalhadora: entre a penúria e a precarização*. *Esquerda Diário*. 30 de junho de 2020. Endereço eletrônico: <http://www.esquerdadiario.com.br/A-politica-de-Bolsonaro-para-a-classe-trabalhadora-entre-a-penuria-e-a-precarizacao>. Acesso em 09 de julho de 2020.

NOVACANA. *Exportações de açúcar em junho chegam a 3 milhões toneladas; o aumento anual é de 95%*. 08 de julho de 2020. <https://www.novacana.com/n/acucar/exportacao/exportacoes-acucar-junho-chegam-3-mi-toneladas-aumento-anual-95-080720?kmi=arturbisponeto@gmail.com>. Acesso em 09 de julho de 2020.

PRADO, Eleutério F. S. *Quando os neoliberais encontram os fascistas*. Publicado em 02/12/2019.

<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/o-persistente-encontro-entre-neoliberais-e-fascistas/>. Acesso em 07 de julho de 2020.

SOARES NETO, Mario. *Racismo & fascismo: dimensões da acumulação capitalista*. *Jornal A Tarde*, página A2, Salvador, Terça-Feira, 07-07-2020.

UNISINOS. *Neoliberalismo, projeto político*. Entrevista com David Harvey. <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568205-neoliberalismo-projeto-politico-entrevista-com-david-harvey>

# PANDEMIA E LABIRINTO DO NEOFASCISMO NO GOVERNO BOLSONARO

*Artur Bispo dos Santos Neto<sup>1</sup>*  
*Renalvo Cavalcante Silva<sup>2</sup>*

## 1 Introdução

O aprofundamento da crise estrutural do sistema demonstra a intensificação da barbárie no cotidiano dos trabalhadores e no aprofundamento dos processos de exploração do trabalho e da expropriação dos trabalhadores. A impossibilidade de continuar a atender às demandas da classe trabalhadora ante a política de conciliação de classes e as políticas compensatórias, a despeito da constelação de ataques aos direitos conquistados ao longo do século XX, implica a necessidade do capital de recorrer aos mecanismos

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (1993), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2007) e pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atua como professor Associado III na Universidade Federal de Alagoas, nos cursos de Filosofia e Serviço Social. É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Participa do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social.

<sup>2</sup> Docente da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Pedagogo do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.



coercitivos no sentido de assegurar suas taxas de acumulação e de lucro.

A crise do sistema do capital e as medidas neoliberais serviram como esteio da ascensão das jornadas de junho de 2013 no Brasil e permitiram acionar o sinal de alarme para os representantes do capital nacional e internacional. Os capitalistas e suas distintas personificações do capital perceberam que não podiam mais contar somente com o respaldo das organizações reformistas (CUT, MST, PT etc.) para controlar os trabalhadores. Era preciso colocar em ação novas organizações para dominar o movimento de massa, pois as manifestações espontâneas demonstraram que a burguesia poderia perder o poder político se não mudasse imediatamente sua tática de controle e subordinação do trabalho no Brasil.

A burguesia se intimidou diante das mobilizações de 2013 e procurou, pela mediação das organizações de extrema direita, impedir que novos movimentos políticos dessa natureza voltassem a acontecer. A ascensão da extrema direita no Brasil (neofascismo, neonazismo, integralismo, militarismo, grupos milicianos, sectários religiosos etc.) está relacionada ao aprofundamento da crise econômica e, conseqüentemente, à queda da taxa de lucro do grande capital, juntamente com o processo crescente de endividamento da classe média. Portanto, há indícios significativos de que o crescimento exponencial da crise do capital tem relação intrínseca com essa perspectiva político-ideológica, sendo percebido como um fenômeno mundial, já que, desde a década de 1970, a crise econômica capitalista se apresenta como estrutural (MÉSZÁROS, 2012).

Nota-se, por exemplo, a ampliação dos partidos e dos agrupamentos de ultradireita, especialmente depois de 2008, em diversas partes do mundo. Entre estes movimentos se destacam: o *Front National* francês de Le Pen, Aurora Dourada na Grécia, *Blue Lives Matter*, *Casa Pound* italiano (*Movimento Sociale Italiano* – MSI – compôs o governo de Berlusconi), *Hogar Social* de Madri, Partido da Liberdade na Holanda, Patriotas Europeus contra a Islamização do Oeste na Alemanha (PEGIDA), *National Action* inglesa, *Neonazi Against Racism* etc.

No Brasil, os movimentos que criaram as condições para a chegada de Jair Bolsonaro ao poder e que, subsequentemente, favoreceram a eclosão da extrema direita foram: Movimento Brasil Livre (MBL), Os Revoltados *Online*, Vem pra Rua, SOS Forças Armadas, Instituto von Mises Brasil, Instituto Liberal, Instituto Millenium, Escola sem Partido, Instituto de Estudos Empresariais, Mídia Sem Máscara e Movimento Endireita Brasil.

Com isso, grupos de extrema direita começaram a ter mais evidência no país, em todas as vertentes nazifascistas: White Power, Kombat rac, Front 88, Ultra Defesa, Ultra Skins, Brigada Integralista, Resistência Nacionalista, **Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro (PNRB)**, Terror Hooligans, Carecas do ABC, **Soberanos da Revolução (SDR)**, **Carecas do Brasil**, entre outros. De acordo com o El País, só em 2020 foram criadas 204 páginas de conteúdos neonazistas, todas com uma relação de causalidade com os pronunciamentos e com as atitudes de Jair Bolsonaro. A matéria ainda reproduz os dados coletados pela antropóloga Adriana Dias, da Unicamp, que “[...] identificou 334 células

neonazistas em atividade no país no final de 2019, a maioria ainda ativa hoje (2020). Cada célula tem entre três e trinta pessoas” (EL PAÍS, 2020, p. 2). Já o *site* Uol, na matéria “Nazismo e xenofobia ‘surfam’ na pandemia e denúncias triplicam”, afirma que houve um crescimento de 271% de denúncias relacionadas à xenofobia e 307 denúncias contra 109 páginas de conteúdo neonazista (UOL, 2020).

A luta contra a extrema direita não descarta a necessidade de uma compreensão clara e precisa do fascismo e do neofascismo. Leandro Konder (1979) observa que nem todo movimento autoritário, tirânico e reacionário é fascista. Não é possível sustentar que existia fascismo em Esparta ou fascismo na Roma de Nero. O fato de Nero ser um carrasco sanguinário não faz dele um fascista. O fascismo é um movimento de massa que emerge no contexto do capital monopolista, em que o capital financeiro alcança um determinado estágio de desenvolvimento nas economias capitalistas tardias como Itália e Alemanha nas décadas de 1920 e 1930, e que precisa deslocar suas contradições internas mediante a guerra imperialista. No entanto, é preciso ter cuidado para não se cair num estéril debate conceitual sobre a natureza do nazifascismo e subestimar a capacidade de reconfiguração da extrema direita e sua penetração no interior das massas para atender aos interesses do capital e obstar suas potencialidades revolucionárias.

Apesar de os fascismos italiano e germânico se constituírem como uma experiência de economias imperialistas, não se despreza o fato de elas poderem emergir no contexto dum capitalismo tardio e que tiveram seu ponto de partida na burguesia agrária e com o apoio da pequena

burguesia. Paxton (2007) diz que onde existia uma poderosa classe média pré-industrial, conseguiu-se impedir soluções pacíficas das questões industriais e fornecer indivíduos insatisfeitos, grande parte da classe trabalhadora e de setores médios, para compor a horda necessária ao movimento fascista. Outros elementos destacados pelo historiador estadunidense foram a alfabetização universal, os meios de comunicação em massa e a invasão de culturas estrangeiras<sup>3</sup>, apropriando-se de novas capacidades propagandísticas e de uma inédita falta de escrúpulos em se utilizar delas. E apesar de a Alemanha ser uma nação de elevado desenvolvimento industrial, após a Primeira Guerra Mundial, dos países envolvidos no conflito era o que mais precisava de reconstrução (PAXTON, 2007).

É preciso entender a aproximação e a diferenciação dialética entre a extrema direita brasileira e o neofascismo. Há aspectos de aproximação e distanciamento do governo Bolsonaro do neofascismo. A compreensão disso é fundamental no processo de constituição da estratégia e da tática da luta contra o capital no contexto de crise estrutural e das dificuldades do capital para deslocar novamente suas contradições mediante a recorrência à aventura duma nova grande guerra mundial. Novamente concordamos com Paxton quando ele afirma: “O fascismo foi, historicamente,

---

<sup>3</sup>A invasão de novas expressões culturais, sobretudo as oriundas de países de culturas bastante distintas, incomodou setores da ala conservadora de vários países europeus. Segundo Paxton, isso foi um dos requisitos para que o movimento conservador apoiasse tanto Mussolini quanto o nazismo na Alemanha. “*Os conservadores culturais de ambos os países sentiam-se intensamente ameaçados pelos experimentos artísticos e pela cultura popular; a Alemanha de Weimar foi, de fato, o epicentro do experimentalismo cultural do pós-guerra*” (PAXTON, 2007, p. 139, grifo nosso).

**um fenômeno característico de Estados liberais fracos ou fracassados, e de sistemas capitalistas tardios ou avariados, e não dos triunfantes”** (Ibidem, p. 143, grifo nosso).

Nesse contexto, deve-se considerar sim a possibilidade de denominar a luta contra a extrema direita brasileira como uma luta “antifascista”, malgrado as possíveis diferenciações historicamente estabelecidas. Isso indica que o “antifascismo” é uma espécie de patrimônio da luta da classe trabalhadora e dos povos oprimidos contra o capital e seu braço armado contra o trabalho. A luta antifascista é portadora de um elevado sentido ético e moral, à proporção que ela representa a luta contra as formas mais perversas de opressão do capital sobre o trabalho e de ferocidade declarada do capital sobre a classe trabalhadora.

A diferença entre o fascismo de Mussolini e a natureza reacionária do regime militar de Franco tem pouca importância para quem é esmagado pela opressão, da mesma forma que pouca diferença subsiste entre os métodos repressivos da ditadura militar brasileira e o fascismo italiano (BRAY, 2017). Do mesmo modo, não se pode desconsiderar a relação orgânica existente entre os métodos defendidos abertamente pela extrema direita e o neofascismo na conjuntura atual brasileira. Tampouco se pode imaginar que o fascismo apenas possa ser entendido como tal se se tornar um regime. Em grande parte, a maioria dos movimentos fascistas foi interrompida ou se tornou inoperante (PAXTON, 2007).

## 2 Fascismo e caracterização do governo de extrema direita de Bolsonaro

Embora a caracterização da extrema direita brasileira como neofascista sirva somente para caracterizar uma parte dela, não se pode negar que o presidente Bolsonaro tenha aproximações expressivas com o neofascismo e procure constituir um movimento análogo no Brasil. Isso implica que o governo Bolsonaro tem características neofascistas, porém, não se constitui como um governo neofascista, pois as regras do jogo ainda são determinadas pelas instituições democráticas burguesas e não por um regime neofascista.

Bolsonaro é um neofascista e o bolsonarismo é uma versão tropical da *alt-right* planetária, para além das ligações familiares com o próprio Steve Bannon. A diferença, que torna tudo mais preocupante, é que sua eleição deu forma político-institucional a esse neofascismo tropical, além de operar um dispositivo de mobilização informacional via redes sociais digitais. Esses dois fatores potencializam as históricas tecnologias de extermínio de negros e pobres, tão comuns por aqui desde o processo de colonização (BRAY, 2017). O ovo da serpente se tornou uma serpente que precisa ser duramente combatida, pois o aprofundamento da crise denota que o capital precisará recorrer ao expediente belicista e às loucuras da extrema direita bolsonarista. Para Clara Zetkin (2019), o fascismo é um sintoma da decadência do capitalismo e da dissolução em andamento da economia capitalista, podendo levar à dissolução do Estado burguês.

O crescimento da extrema direita não está estritamente relacionado à pessoa do Bolsonaro, mas tem

crescido devido à intensa injeção de recursos financeiros da burguesia dos setores industrial, agrário e financeiro, que sustentou a sua eleição. Isso indica que a extrema direita não é um fenômeno que se limita ao bolsonarismo, mas deve continuar pujante com a intensificação da crise estrutural do sistema capitalista e com a impossibilidade de deslocamento de suas contradições, sem levar ao expediente de uma nova grande guerra mundial, uma vez que “a burguesia necessita de força agressiva para se defender da classe trabalhadora. O antiquado e supostamente ‘apolítico’ aparato repressivo do Estado burguês não lhes traz mais segurança suficiente” (ZETKIN, 2019, p. 79).

O governo Bolsonaro adotou uma postura claramente neofascista no contexto de ascendência da pandemia da covid-19. Ao invés de estabelecer uma política de combate ao avanço da doença, conforme as orientações da OMS e as determinações dos epidemiologistas e especialistas da área de saúde, o presidente preferiu ignorá-las completamente em benefício da primazia econômica e da necessidade de salvar os investimentos capitalistas. A prioridade dada à economia diante da vida dos trabalhadores tem perpassado todas as iniciativas estabelecidas pelo representante máximo da política nacional, demonstrando claramente a natureza desumana do capital e o caráter “fascistoide” de seu governo.

A desconsideração da vida dos trabalhadores e trabalhadoras se revela na necessidade urgente de retomada das atividades econômicas. Desconsidera-se o movimento ascendente de infecção pela covid-19, fazendo com que o Brasil tenha mais de 86 mil mortos em 25 de julho de 2020. Esse número, que cresce de forma exponencial, infelizmente,

não representa o limite máximo da pandemia no território brasileiro, que pode alcançar mais de 130 mil óbitos ou, quem sabe, ultrapassar o número de mortos dos Estados Unidos. O crescimento da pandemia nos Estados Unidos e no Brasil desvela a natureza perversa do sistema do capital e os efeitos deletérios das políticas neoliberais que desmantelaram o sistema público de saúde.

O fascismo é um movimento de extrema direita chauvinista, antidemocrático, antissocialista, antioperário e, inclusive, antiliberalismo clássico. Este movimento se constitui, principalmente, como antípoda radical ao marxismo, ao comunismo e ao socialismo, mediante uma apropriação indevida de categorias utilizadas pelos marxistas. Na atualidade, reside na forma de crítica ao marxismo cultural, da teoria da conspiração, da ideologia de gênero, da Escola sem Partido, da anti-ciência etc.

Para combater o espectro da revolução socialista, o fascismo emerge como um movimento essencialmente contrarrevolucionário, velado sob uma falsa intenção de mudança e de revolta contra a ordem instituída. Segundo Paxton (2007, p. 105): “O fato de que os fascistas conseguiram preservar parte de sua retórica antiburguesa e algum resquício de aura ‘revolucionária’ ao tempo que formavam alianças políticas pragmáticas, constitui um dos mistérios de seu sucesso”, de modo que para alcançar o êxito requerido, os fascistas sugeriram oferecer uma nova forma de fazer política, cujo objetivo era atrair eleitores decepcionados com a “velha” política, suja e fútil. “Posar de ‘antipolítico’ muitas vezes funcionava com as pessoas cuja grande motivação política era o desprezo pela política” (ibidem, p. 106-107).



Para Guido Bortolotto (apud BERNARDO, 2015, p. 13), “o fascismo é uma revolução conservadora”; para Enrico Coradini (2015, p. 13), o fascismo é “uma revolução que se efetua no interior da ordem estabelecida” (BERNARDO, 2015, p. 13). No entendimento de Bernardo (2015, p. 13), “o fascismo foi uma revolta na ordem”. Para José Primo de Rivera, Hitler apresentou-se às massas como “o revolucionário mais conservador do mundo” (apud BERNARDO, 2015, p. 13). Escreve Bernardo (2015, p. 23): “a revolta dentro da ordem foi a sombra da luta anticapitalista projetada no âmbito do capital, a nostalgia da auto-organização no interior dos limites da hétero-organização”. Para Georges Oltramare (apud BERNARDO, 2015, p. 23): “se pode ser rebelde desde que não se ponha em causa o patrimônio sagrado, as verdades fundamentais”. As verdades fundamentais, bem entendido, da propriedade privada, da família monogâmica burguesa e do sistema do capital como eterno e imutável.

Assim como o fascismo, os novos movimentos de extrema direita brasileira emergem da crise econômica de 2008 com um conjunto de afirmações que procura banalizar os direitos humanos, o pensamento científico e o comunismo, centradas na defesa da Escola sem Partido, do antiesquerdismo, da ideologia de gênero, da teoria da conspiração do marxismo cultural (Ernesto Araújo, Olavo de Carvalho), da “teoria” terraplanista, da meritocracia, do racismo, do militarismo, da misoginia, da xenofobia, da homofobia e da tortura. Num contexto de crise das doutrinas e das ideologias (pós-modernidade/pós-verdade), essas elucubrações delirantes acabam se consubstanciando num

amplo movimento de massa fundado na paixão, no sentimento nacional, na valorização da violência e no apelo à força. O seu programa é bastante simples e acessível ao grande público, destituído de fundamentação crítica e analítica. O neofascismo se aproveita da comoção popular e da necessidade de saídas imediatas para problemas complexos, objetivamente impossíveis de ser solucionados no interior da ordem do capital.

O caminho de ascensão da extrema direita brasileira resulta não somente de nossa formação colonial hegemônica pelo poder do latifúndio, do patriarcado e do trabalho escravo, mas também dos ideais privatistas postulados pelo neoliberalismo e defendidos pelo PSDB e pela Rede Globo (com suas telenovelas que apostam na passividade das massas e difundem o sentimento de aversão pela participação política, com suas leituras fragmentadas da realidade social). Além disso, contou com o respaldo significativo dos telejornais assentados na visão maniqueísta do mundo e na compreensão de que os problemas sociais se resolvem com uma intransigente e homicida política de segurança pública, com o armamento civil e com o apoio a milícias privadas.

A impossibilidade da continuidade da política de conciliação de classes estabelecida pelos governos representa um campo aberto para a extrema direita e para golpear as instituições democráticas constituídas pela própria burguesia. Isso indica que o capital tanto pode recorrer à ditadura velada da democracia burguesa quanto pode recorrer à ditadura aberta do fascismo, do bonapartismo e das ditaduras militares.

### 3 Bolsonaro brinca com a morte

Walter Benjamin (1984) apontou a relação do nazifascismo com a Inquisição da contrarreforma na análise realizada sobre *A origem do drama barroco alemão*, em que indica que o drama barroco (*Trauerspiel*) é considerado como um jogo de enlutados, como o brincar com a morte. A caveira é a expressão singular dessa manifestação estética perfeitamente incorporada pelas Tropas de Assalto (SS e SA) e pelas *squatristi*. O drama barroco, segundo Benjamin, é a expressão viva do movimento conservador e reacionário representado pela contrarreforma, que encontra seu correlato no nazifascismo.

O reino contraditório que plasmou a arte barroca serve perfeitamente para mostrar o labirinto do fascismo, que intenta operar uma reviravolta no sistema, apelando para o que subsiste de mais desumano. O reino das contradições do labirinto barroco encontrou no nazifascismo sua configuração nas décadas de 1920-1930 e encontra um correlato na atualidade na figura de Jair Bolsonaro, que é a representação máxima de alguém que se diverte com a morte no contexto da pandemia de Sars-CoV-2, como a encarnação do jogo dos enlutados, como plena encarnação do sistema do capital, enquanto força mais poderosa de extração de força de trabalho que existiu na história da humanidade.

Ao invés de adotar uma política de combate ao avanço da pandemia da covid-19 no Brasil, o mandatário máximo adotou uma política de menosprezar a vida dos trabalhadores que precisam do Sistema Único de Saúde (SUS) e demonstrar claramente que a questão decisiva era salvar a economia, ou

melhor, garantir que os capitalistas continuem obtendo seus lucros, mesmo que isso signifique a exploração até a morte dos trabalhadores. Ao invés de estabelecer como prioridade uma política de saúde pública capaz de superar a crise sanitária, como fizeram China, Argentina etc., ele prefere ignorar as recomendações nacionais e internacionais e adotar uma política anticientífica e irracional, que privilegia a manutenção das atividades econômicas, criticando abertamente os governadores e prefeitos que seguiram as recomendações científicas da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Quanto mais cresce a pandemia, mais ele se preocupa com o destino da economia e ridiculariza a vida dos enlutados, buscando dessa maneira arregimentar os aliados necessários no interior da burguesia e da pequena burguesia para se perpetuar no poder. A preocupação com a economia é central e configura-se como estratégia para evitar um possível *impeachment*, promovido pelo conjunto de atos inconstitucionais até então cometidos. No entanto, quanto mais ele luta desesperadamente para assegurar os interesses dos grandes capitalistas, mais se assemelha a uma personagem quixotesca que luta contra moinhos de vento, pois não compreende que a retomada das atividades econômicas depende de uma política correta e exitosa de combate à pandemia.

A centralidade da economia perante as vidas dos trabalhadores se revelou na constituição de uma política irresponsável e aventureira. O presidente Bolsonaro chegou a contrapor-se às orientações de seu próprio ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e incentivou seus seguidores a

invadir hospitais para dismantelar uma suposta supernotificação de doentes e, por conseguinte, uma falsa ocupação de leitos. A necropolítica do governo colocou o Brasil em segundo lugar no *ranking* mundial da pandemia. O avanço do número de óbitos coloca o país atrás somente dos Estados Unidos, tendo à frente do Ministério da Saúde o general Eduardo Pazuello que, após assumir o cargo, já nomeou 17 militares; destes, somente um possui formação em saúde, uma tenente-médica.

O negacionismo de Bolsonaro no tocante às orientações dos maiores centros de pesquisa do mundo, na área da saúde, aumenta de forma significativa o número de infectados e de óbitos, aprofundando extensivamente a crise econômica, pois é impossível a retomada da economia com milhares de pessoas doentes e a morrer cotidianamente. A perspectiva é que a economia brasileira tenha uma queda de 6,4% no decorrer de 2020, segundo o Banco Central. Uma queda superior ao período da depressão econômica de 1930.

Como se não bastasse o descaso com o avanço da pandemia e com os familiares dos mortos, Jair Bolsonaro passou a restringir a divulgação dos dados acerca da evolução da pandemia com a nomeação de mais de quarenta militares para cuidar do Ministério da Saúde. O escárnio do presidente com os meios de comunicação que divulgavam as estatísticas da covid-19 se revelou na expressão “Acabou a matéria no Jornal Nacional” e teve prosseguimento com a determinação do Ministério da Saúde de recontar o número de mortos acometidos por Sars-CoV-2 no Brasil.

De forma análoga à ditadura militar-empresarial que escondeu os dados acerca do avanço de meningite na década

de 1970 e cassou o direito de manifestação, Bolsonaro determina o desaparecimento dos números consolidados e o histórico do avanço da pandemia no começo de junho, que apenas foram apresentados novamente por determinação do STF (Supremo Tribunal Federal) em 20 de junho. Além disso, seus seguidores impedem a realização de atos que tentam fazer justiça aos mortos por coronavírus, invadem hospitais e ameaçam profissionais no exercício de suas profissões.

A imposição da narrativa fascista do governo Bolsonaro demonstra que nem mesmo os falecidos estão isentos de suas ameaças. Os mortos não podem descansar em paz, e qualquer tentativa de fazer justiça, denunciando o descaso do governo federal, tem sido combatida pela atitude neofascista de seus seguidores, como aconteceu na praia de Copacabana, quando o empresário Héquel da Cunha Osório derrubou, deliberadamente, as cruzes erguidas na praia de Copacabana, que fazia homenagem às vítimas da doença com esse ato simbólico, em 11 de junho de 2020. Semelhante atitude fascista levou uma mulher, não identificada, a interromper “um protesto em homenagem às vítimas da covid-19 ao retirar faixas que haviam sido fixadas pelos manifestantes na praia de Camburi, em Vitória”, em 21 de junho de 2020 (G1, 2020, p. 1).

A tentativa de intimidação ainda se revelou no ato realizado em Brasília pelos profissionais de saúde, em 1º de junho, quando Renan da Silva Sena agrediu duas enfermeiras. O referido neofascista não comparecia ao trabalho no Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) havia meses, mas esteve presente nos ataques dirigidos ao STF e nos ataques direcionados aos profissionais

da saúde, numa clara tentativa de cercear o direito de manifestação pela violência.

O Brasil possui o maior número de casos diários na América Latina, com a pior taxa de isolamento social (44%), atrás do México (45%), Chile (62%) e Argentina (85%). O fracasso no combate à pandemia conduziu ao rebaixamento da popularidade do governo Bolsonaro para 30%, persistindo na base de apoio tão somente os ludibriados pelas mentiras propagadas pela internet (*fake news*) e os eleitores com profunda afinidade ideológica fascista. Bolsonaro, apesar de tudo, tenta se aproveitar da crise sanitária e da possibilidade de superar o aprofundamento da crise econômica, como retórica principal para manter seus adeptos nas ruas contra seus possíveis opositores.

Num momento de crise profunda do capital, mesmo numa época de pandemia, a continuidade da política de conciliação de classes é impossível, pois implica a necessidade de fazer concessões ao trabalho. Contudo, nenhuma concessão pode ser realizada neste contexto, principalmente tendo como ministro da Economia Paulo Guedes (um inveterado *Chicago boy*) e com a agenda neoliberal em curso “normal”.

#### **4 Bolsonaro e a natureza neofascista da classe média**

A classe média plasmou-se como a base neofascista que elegeu Bolsonaro. Oriundo da classe média, como Hitler e Mussolini, o representante do baixo clero é considerado como um mito para seus seguidores fanáticos. Forjada no interior dos valores burgueses, a classe média incorpora os

valores mais desumanos do capital e passa a fazer da mistificação da realidade o fundamento da preservação de seus interesses a partir da constituição da política do ódio contra os mais pobres e contra os direitos sociais dos trabalhadores. A lógica da concorrência imposta pelo sistema do capital encontra na pequena burguesia seus principais bucaneiros.

O aprofundamento da crise econômica e política levou essa classe social a ganhar as ruas e a recorrer às redes sociais para difundir suas ideias reacionárias. As manifestações grotescas dessas ideias encontraram nas igrejas evangélicas, nas agremiações de pequenos empresários, na tribuna dos partidos nacionalistas, nas casernas e nas mesas de bar espaço de irradiação. Desse modo, a tradição colonial escravista pulsante na sociedade brasileira ganhou eco na classe média amedrontada com o crescimento da violência social, com o aprofundamento da crise econômica, com o receio do retorno da esquerda petista e da pseudoameaça comunista, preservando o espírito da classe média desesperada que serviu de base para o golpe militar de 1964.

O apoio de fração expressiva da classe média tem viabilizado as manifestações de rua de apoio ao governo Bolsonaro. Ao contrário dos governos petistas, que procuraram retirar o movimento sindical e popular das ruas com sua política de conciliação de classe, o governo Bolsonaro não retirou seus militantes das ruas nem mesmo com as proibições de aglomerações estabelecidas pelos governos estaduais com a pandemia da covid-19, e procura através dessas manifestações atacar as instituições burguesas, característica que destoia de seu suposto engajamento na



corrente conservadora, mas que se aproxima da onda fascista europeia das décadas de 1920-1930. Apesar de ter apoio dos conservadores, os (neo)fascistas não têm comprometimento em garantir a preservação das instituições liberais democráticas.

Segundo Paxton (2007), o regime fascista se distingue das ditaduras tradicionais pelo fato de muitos impulsos radicalizadores e violentos emanarem da base e não somente de cima, como nas ditaduras tradicionais. O papel fundamental do partido e dos militantes na constituição do regime fascista o distingue das ditaduras tradicionais. Inexiste movimento fascista sem o suporte de um amplo movimento popular, não somente para chegar ao poder, mas especialmente para assegurar o monopólio de sua atividade política quando chega ao poder, mediante a intervenção política e militar de suas organizações paralelas. Existe uma relação orgânica entre partido e organizações paralelas, que constituem uma alternativa à estrutura estatal. Sua base de apoio com a organização partidária é regida pela pressão por emprego ou cargos, poder e dinheiro (PAXTON, 2007).

Paxton adverte (2007, p. 134-135):

Os fascismos começavam em quartos de fundo e cresciam até chegar à arena pública com maior facilidade em países onde os governos funcionavam mal ou simplesmente não funcionavam. Um dos lugares-comuns das discussões sobre esse movimento é que ele lucrava com a crise do liberalismo.

A classe média se apresenta como representação da pureza dos valores e como classe injustiçada, quando na

verdade não passa de uma classe parasitária, pois não produz nenhuma riqueza material. Esta classe vive da exploração do proletariado e dos trabalhadores rurais, recorrendo ao expediente da manipulação da realidade para se afirmar como base de sustentação das políticas sociais endereçadas aos mais pobres, ou “vagabundos remunerados”, pelos programas sociais. É preciso considerar que quem sustenta a maquinaria estatal não é a classe média, mas os trabalhadores produtivos. A classe média não transforma a natureza, e tudo que é colocado em sua mesa provém dos trabalhadores produtivos.

O falso moralismo da classe média desaba quando ela não admite a veracidade das denúncias de corrupção que envolvem Bolsonaro, seus filhos e aliados políticos. O clã Bolsonaro é a configuração cabal de tudo que é amoral. E para impedir qualquer processo de investigação e apuração da verdade, Bolsonaro aposta na ruína e no ataque às instituições democráticas burguesas. A ofensiva como forma de defesa tem servido para acumular ainda mais inimigos e pode conduzir à implosão de sua base de sustentação. No entanto, ele tem apostado todas as suas fichas na possibilidade de formação duma nova ditadura militar ou de um regime neofascista, com o propósito de eliminar seus opositores de esquerda de maneira muito mais ampla do que a operada pela ditadura militar-empresarial de 1964.

Embora Bolsonaro não seja um teórico, ele se constitui como seu instrumento fundamental de propaganda para abrir a caixa de Pandora do sistema do capital em sua constelação de preconceitos seculares contra negros, índios e jovens desempregados da periferia, entre outros. Bolsonaro emerge como a encarnação do ódio da classe média aos

pobres assistidos pelas políticas sociais compensatórias da época petista, que, com seus programas sociais, serviu para a pequena burguesia justificar seu processo de proletarização e endividamento mediante políticas públicas destinadas aos pobres trabalhadores desempregados. Da mesma maneira que o fascismo se serviu para obliterar os fundamentos da crise econômica, o governo Bolsonaro tenta deslocar os problemas econômicos para a esfera da moralidade, por intermédio da retórica de combate à corrupção, da defesa da segurança privada e da necessidade de armamento da sociedade civil.

O discurso belicista de Bolsonaro se dirige, sobretudo, contra a massa dos trabalhadores desempregados, tornados *lupemproletariado*. Essa posição claramente escancara a compreensão de que os desempregados estruturais são a população supérflua que o capital precisa descartar, e nada mais conveniente do que uma política sanitária que contribua para eliminar as arestas do capitalismo nacional.

## **5 Bolsonaro e o apoio dos milicianos, dos policiais militares e dos empresários**

Segundo Zetkin (2019, p. 79, grifo nosso): “**O fascismo evidentemente apresentará características diferentes em cada país, surgindo a partir de circunstâncias históricas dadas**”. Assim, o que fez emergir o fascismo como alternativa para a burguesia agrária italiana foi a incapacidade de o Estado liberal interceptar o avanço do socialismo entre os camponeses na região italiana denominada Vale do Pó. Para Zetkin (2019), a expressão mais madura do fascismo se encontra na experiência italiana.

Os proprietários de terra italianos encontraram nas *squadristi* (Camisas Negras) a força privada necessária para derrotar a ameaça socialista no campo, e o Partido Nazista (Nacional-Socialismo) ampliou sua capacidade na Alemanha em face do desespero dos fazendeiros ante a possibilidade de perderem suas terras hipotecadas na crise de 1928 (PAXTON, 2007, p. 145). O governo democrático funcionava mal na Alemanha e na Itália entre 1920 e 1930 – e os fascistas fizeram de tudo para que a democracia burguesa não funcionasse bem e eles se mostrassem como uma alternativa. No entanto, os fascistas não podiam chegar ao poder sem o recurso da democracia burguesa, porque não reuniam ainda força suficiente para promover um golpe de Estado.

A Marcha sobre Roma, de 28 de outubro, não passou de um blefe aceito pelo rei Vítor Emmanuel III (PAXTON, 2007, p. 198), pois os participantes da referida marcha não passavam de uma multidão faminta formada por 10 mil pessoas que poderia ter sido completamente contida pelos exércitos regulares. Uma vez no poder, Mussolini opera um golpe de Estado preventivo para eliminar o regime parlamentarista e instituir uma ditadura. De forma semelhante, Bolsonaro sabe que ganhou as eleições, mas tem certeza de que ainda está distante de estabelecer um regime neofascista, uma ditadura militar ou um regime bonapartista, por isso vai testando as instituições democráticas burguesas, para saber até onde essas instituições democráticas são sólidas para suportar seus ataques. Sem entendimento histórico e/ou formação política, os fascistas se acham acima dos partidos e das classes sociais (ZETKIN, 2019).

As *squadristi* de Mussolini fizeram no Vale do Pó o que os grupos milicianos fazem no Rio de Janeiro e os grupos paramilitares fazem em várias regiões do Brasil. Eles instituíram um Estado paralelo, com distribuição de terras e eliminação das organizações socialistas. As *squadristi* eram o braço armado dos grandes latifundiários no nordeste da Itália. O serviço prestado foi tão relevante que D'Annunzio acusou Mussolini de modificar os princípios originários quando o quadro que compunha o partido foi substituído “por filhos de proprietários de terra, por policiais jovens, oficiais do exército da ativa e da reserva e por outros partidários do *squadristismo*” (PAXTON, 2007, p. 112). Ainda conforme Paxton (ibidem, p. 112): “D'Annunzio, por quem alguns idealistas desapontados queriam substituir Mussolini, vociferou que o fascismo passara a significar ‘escravidão agrária’”.

Os grupos milicianos do Rio de Janeiro derivam de ex-policiais (expulsos ou da reserva), policiais militares, agentes penitenciários, bombeiros e agentes de segurança privados que atuavam como grupo de extermínio a serviço de empresários. Esses grupos de extermínio cresceram e se transformaram em milícias armadas que expulsaram ou passaram a conviver amistosamente com os traficantes de determinados territórios. Esses grupos controlam grande parte do Rio de Janeiro, a exemplo da Baixada Fluminense, na qual conseguiram eleger seus representantes na Câmara de Vereadores e na Assembleia Legislativa. A passagem da condição de grupo de extermínio e justiceiros para grupos milicianos implicou a ampliação de estruturas paralelas ao Estado e/ou ao narcotráfico, que vendem bens e serviços e não mais somente segurança.

Além de fazer apologia à tortura realizada pela ditadura militar e, em particular, ao coronel Brilhante Ustra, Bolsonaro afirmava que os grupos de extermínio seriam sempre bem-vindos no Rio de Janeiro. Na internet, foram divulgadas várias fotos dos Bolsonaros com milicianos, bem como com os PMs e irmãos gêmeos Alan e Alex Rodrigues Oliveira. “Os dois policiais são irmãos de Valdenice de Oliveira, tesoureira do PSL e assessora da liderança do partido na Alerj” (MIRANDA, 2019, p. 1). Os irmãos gêmeos também foram acusados de participar do assassinato da vereadora Marielle Franco, filiada ao PSOL (RJ).

O aprofundamento do desemprego estrutural é um fermento essencial para o crescimento do narcotráfico e do banditismo social no subúrbio das grandes cidades, irradiando-se em todos os espaços urbanos. No entanto, a base fundamental de sustentação do narcotráfico na América Latina e no Brasil é o imperialismo estadunidense. O narcotráfico se constitui como elemento fundamental – juntamente com as forças repressivas do Estado, as milícias e os grupos paramilitares – para assegurar a contrarrevolução. A derrota dos Panteras Negras nos Estados Unidos demonstra perfeitamente isso. Através da política de criminalização das drogas estabelece-se um combate fratricida nas periferias, cujo propósito fundamental é impedir a ascensão de qualquer movimento de esquerda nas camadas populares. Os grupos milicianos que atuam na periferia controlam territórios e agem de forma semelhante aos narcotraficantes.

As ameaças constantes de Bolsonaro contam com o apoio do movimento de massa (verde-amarelo), das milícias,

dos grupos paramilitares, dos policiais estaduais e dos militares do Exército. Assim, ele vai testando e avaliando o momento de desferir um autogolpe e começar a caça aos comunistas e esquerdistas. Nem mesmo a Rede Globo escapa da acusação de comunista, assim como qualquer ex-aliado.

Para manter sua base popular mobilizada, Bolsonaro faz visitas frequentes ao quartel da Polícia Militar, comumente às sextas-feiras, e distribui elogios aos militares e aos grupos milicianos, incita seus seguidores contra a democracia e não raramente faz a apologia de alguma personalidade do regime militar brasileiro, incentivando a revolta de grupos militares no Brasil, como aconteceu em Sobral (CE). A guerra permanente às instituições burguesas, em plena época da pandemia, realizada por Bolsonaro somente recuou depois da prisão de Fabrício Queiroz, ex-assessor de seu filho, o senador Flávio Bolsonaro. Em consequência da queda de popularidade devido ao claro envolvimento nas “rachadinhas”<sup>4</sup>, nas *fake news*, de corrupção etc., Bolsonaro recuou taticamente, operando como Mussolini, num grande acordo com as forças conservadoras e reacionárias do chamado Centrão.

Conta com o apoio dos milicianos e dos policiais militares, bem como de representantes das forças armadas cooptados para o governo (são dez ministros militares num total de 22 ministérios, representando 45%; já no governo Costa e Silva, a taxa chegou a 44%). Uma matéria publicada

---

<sup>4</sup> “É uma divisão de proventos, de algumas vantagens financeiras, por deliberação de um agente público” (CHEMIN apud VALLONE, BBC News, 2020).

pelo G1<sup>5</sup>, em 17 de julho de 2020, aponta que o TCU identificou 6.157 militares da reserva e da ativa em cargos civis, superando o número de militares no Estado brasileiro na época da ditadura militar.

Os benefícios aos militares foram concedidos na contrarreforma da previdência, que “criou o Adicional de Compensação de Disponibilidade Militar, que varia 5% a 32%. Para os oficiais-generais, o percentual vai de 35% a 41%. A lei também prevê reajustes anuais, até 2023, nos percentuais do Adicional de Habilitação, que serão incorporados aos pagamentos dos soldos (salários dos militares)”.

Aproveitando o momento de caos no INSS, o governo substituiu concursos públicos para servidores de carreira pela nomeação direta de militares, mediante o Decreto 10.210/20. Apenas no INSS, o custo previsto pela militarização era de R\$ 15 milhões por mês – os militares chamados têm gratificação de 30% sobre o valor que recebem na inatividade. Ademais, recentemente se aprovou a isonomia entre policiais civis e militares para a reserva.

Os militares são mentirosos e amorais como todos os capitalistas. Basta lembrar as palavras de Jarbas Passarinho quando Arthur da Costa e Silva apresentou a proposta de AI-5 e o civil Pedro Aleixo discordou. O ministro do Trabalho Jarbas Passarinho rasgou a total fantasia democrática com os seguintes termos: “Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência” (apud MAGALHÃES, 2012, p. 415).

---

<sup>5</sup>Cf. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governobolsona-ro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>



Bolsonaro não tem outra moral que não seja a imoralidade da subserviência aos interesses do agronegócio, do grande capital e do imperialismo norte-americano. A moral do lucro se confunde com a imoralidade da tortura de todos os seus opositores. É imoral Bolsonaro como é imoral o sistema do capital. É imoral a classe média e todos aqueles que defendem a tortura e o regime ditatorial. Configura-se como um enorme oportunismo e uma enorme hipocrisia alguém se valer da democracia e da liberdade de expressão para ulteriormente caçar a liberdade de expressão e toda forma de oposição e resistência ao regime militar.

As tentativas golpistas de Bolsonaro contra o STF só foram atenuadas com a prisão de Fabrício Queiroz (amigo de longa data) no sítio de Frederick Wassef, advogado do presidente e de seu filho Flávio Bolsonaro. O advogado, com livre trânsito no Palácio do Planalto, escondia o velho amigo de Bolsonaro há mais de um ano em sua propriedade em Atibaia (SP). A promiscuidade dos Bolsonaros lança por terra a idoneidade dos ministros militares, dos empresários que apoiam Jair Bolsonaro e da fração da classe média irracionalista e imoral.

Queiroz pagava as contas do clã Bolsonaro com recursos oriundos das “rachadinhas” no gabinete de Flávio Bolsonaro, nos quatro mandatos que exerceu como deputado estadual na Assembleia Legislativa carioca, e de dinheiro proveniente da contravenção dos milicianos, através de Adriano Magalhães da Nóbrega (líder do Escritório do Crime), assassinado pela polícia em fevereiro de 2020, na Bahia. O grupo do referido miliciano acha-se envolvido no assassinato de Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista,

Anderson Gomes. A esposa e a mãe do ex-capitão e atirador de elite do Bope pertenciam ao gabinete de Flávio Bolsonaro. Esse miliciano recebeu, em 2005, do então deputado estadual Flávio Bolsonaro, a Medalha Tiradentes, além de elogios feitos por Jair Bolsonaro, então deputado federal. De acordo com as investigações do Ministério Público do Rio de Janeiro, parte dos recursos da contravenção teria sido disfarçada a partir da lavagem de dinheiro na aquisição de 19 imóveis e negócios realizados na franquia da loja de chocolates Copenhagen, de Flávio Bolsonaro, localizada no Shopping Via Parque, na Barra da Tijuca.

A prisão de Queiroz pode ser o momento mais débil do governo Bolsonaro. No entanto, a sua fragilidade no campo democrático não é suficiente para afastá-lo do poder, porque ele demonstrou claramente que está disposto a recorrer ao expediente das armas se as Forças Armadas toparem entrar nessa aventura; para isso, as Forças Armadas devem ser acionadas pelo grande capital nacional e internacional, como em 1964. Muitos militares das Forças Armadas já embarcaram na aventura do bolsonarismo, que tende a se ampliar com o aprofundamento da crise econômica brasileira.

Através da compra dos parlamentares do Centrão, o presidente do Congresso (Rodrigo Maia) dificilmente vai encaminhar um dos 48 pedidos de *impeachment* do presidente Bolsonaro, 41 a mais do que os da ex-presidente Dilma Rousseff. Entre os solicitantes, destacam-se os ex-apoiadores de Bolsonaro, os deputados Alexandre Frota (PSDB-SP) e Joice Hasselmann (PSL-SP), e os líderes da oposição, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Alessandro Molon (PSB-RJ)

e Fernanda Melchionna (PSOL-RS), a Associação Brasileira de Imprensa e mais de quatrocentas entidades civis e sociais. A posição do deputado Rodrigo Maia, que continua engavetando os pedidos que chegam, escancara a leniência do DEM e do Centrão com as atitudes fascistas do presidente.

Jair Bolsonaro, deliberadamente, politizou a pandemia ao afirmar que “Os de direita tomam cloroquina; os de esquerda tomam tubaína”. Na linguagem da ditadura militar, tubaína era a prática de tortura por afogamento aplicada pelos carrascos da repressão aos militantes de esquerda (além do infame trocadilho com a intubação dos indivíduos vitimados pelos casos mais graves da covid-19). Novamente Jair Bolsonaro revela-se um neofascista, que sem nenhum pudor defende a tortura e elogia os torturadores. O labirinto da mente doentia de Bolsonaro serve perfeitamente ao labirinto do neofascismo, como Mussolini e Hitler no passado.

A sua apologia do ódio à esquerda conta com o anteparo não somente dos carrascos milicianos dos grupos de extermínio e com os policiais avessos aos direitos humanos, mas também com a lógica da violência aberta e declarada do capital. Como se não bastasse o Estado coercitivo como apêndice fundamental para colocar a classe trabalhadora no lugar que interessa ao capital, a ultradireita brasileira conta com o respaldo de empresários que financiam o “Gabinete do Ódio”, como o proprietário da Havan, Luciano Hang; o dono da *Smart Fit*, Edgard Gomes Corona; Otávio Fakhoury, financiador do *site* Crítica Nacional; o “humorista” Reynaldo Bianchi Júnior; e o coordenador do Bloco Movimento Brasil Winston, Rodrigues Lima. Os cinco milhões mensais para financiar campanhas neofascistas na forma de *fake news*

constituem investimentos que serão recompensados com privatizações milionárias. O estabelecimento de um regime neofascista ou de uma ditadura militar será muito rentável para esses empresários. A estes empresários se somam políticos como Douglas Garcia (PSL) e Gil Diniz (sem partido).

O neofascismo (ou a extrema direita) não teria crescido sem a cumplicidade e a anuência dos chefes de Estado, da mídia burguesa, dos líderes partidos de direita e de centro, dos magistrados, dos policiais, dos oficiais das Forças Armadas e, acima de tudo, dos capitalistas. Não há nada de espontâneo na ascensão da extrema direita que culminou com a chegada de Bolsonaro ao poder. Paxton (2007) assegura que o fascismo é a manifestação de um nacionalismo apaixonado, vinculado “[...] a uma visão conspiratória e maniqueísta da história como uma batalha entre os campos do bem e do mal, entre os puros e impuros e os corruptos, da qual a própria comunidade ou nação é sempre vítima” (ibidem, p. 78). Seus excessos parecem menos nocivos num contexto de crise profunda do sistema do capital e diante de uma possível ameaça ao *status quo*.

A clareza do projeto neofascista de Bolsonaro é reconhecida pelo decano do STF, Celso de Mello:

É preciso resistir à destruição da ordem democrática, para evitar o que aconteceu na República de Weimar quando Hitler, após eleito pelo voto popular e posteriormente nomeado pelo presidente Paul von Hindenburg como chanceler da Alemanha, não hesitou em romper e em nulificar a progressista, democrática e inovadora Constituição de Weimar, impondo ao país um sistema totalitário de Poder (GORTÁZAR, 2020, p. 1).

Em meio ao crescimento da pandemia da Sars-Cov-2, o governo Bolsonaro adotou uma posição belicosa contra todos que, de alguma maneira, colocam em risco a sua credibilidade ante seus asseclas (mídia, gestores públicos, cientistas, artistas etc.). A guerra deliberadamente estabelecida com os representantes da comunidade científica nacional e internacional tem sido seguida pelo conflito contínuo com o STF, contra os partidos de oposição, contra o Congresso Nacional e contra os socialistas e comunistas.

A política de conflito permanente contra todas as forças discordantes encontrou seu coroamento no mês de junho de 2020, quando o presidente claramente ameaçou o Poder Judiciário (STF) com uma espécie de autogolpe militar, em que, pela mediação de um novo AI-5, pretendia caçar todos os seus oponentes. Para isso, tentou acionar o movimento de massa “fascistoide” das ruas, desrespeitando as recomendações de isolamento social e se mostrando solidário aos militares reformados, aos policiais estaduais e, especialmente, às forças milicianas e paramilitares espalhadas pelo país<sup>6</sup>.

Entre as múltiplas acusações que pesam sobre o governo Bolsonaro merecem destaque: o Caso Queiroz, o Processo das *Fake News*, a intervenção na Polícia Federal, as denúncias de manifestações antidemocráticas, o envolvimento com milicianos etc. Bolsonaro não tem nenhum compromisso com a democracia burguesa, pois é o principal incentivador dos ataques ao STF, da invasão dos hospitais, do armamento

---

<sup>6</sup>A *dog whistle* ou, em português, apito de cachorro, é uma mensagem política codificada para um determinado grupo específico, que normalmente não é compreendida pela população em geral.

aberto para os seus seguidores, da intervenção militar, entre outras coisas que o afastam dos princípios do liberalismo clássico e o aproximam da ideologia fascista. Por isso, mais do que nunca, é fundamental um movimento que impeça que Bolsonaro e Mourão provoquem mais prejuízos do que já ocasionaram e que os crimes que foram cometidas sejam punidos. Porém, os danos que o governo Bolsonaro causou (e está causando) serão sentidos por muitas décadas, tanto econômicos quanto sociais. E devemos ter em mente que se a caixa de Pandora foi aberta, cabe agora uma ofensiva comunista para fechá-la definitivamente.

## **6 Considerações finais**

A intensificação da crise do capital expõe para a classe trabalhadora os limites do capital. Nesse contexto, a democracia burguesa começa a demonstrar sua clara configuração classista e sua incapacidade de solucionar os problemas fundamentais do cotidiano dos trabalhadores. Ante a possibilidade de a classe trabalhadora eliminar a democracia burguesa numa perspectiva revolucionária, a extrema direita entra em cena e opera uma contrarrevolução num contexto em que ainda inexistia um processo concreto revolucionário em curso. Isso demonstra que a burguesia percebe o abismo que tem pela frente e se antecipa e demonstra que está disposta a tudo para preservar seus interesses.

Ao colocar na ordem do dia um discurso contrarrevolucionário, as classes dominantes descartam a possibilidade de uma política de conciliação de classes, mas

também explicitam o receio do retorno dos petistas ao governo central, apesar de o PT ter aplicado medidas neoliberais enquanto estava no poder. Antes que os trabalhadores extingam as instituições capitalistas e apresentem um novo projeto societário, a burguesia investe numa política de extrema direita para roubar a possibilidade do protagonismo da classe trabalhadora e do projeto socialista. O medo do comunismo não está no presente nem no passado, mas no futuro, porque a burguesia não dispõe de um projeto emancipatório para a humanidade.

A extrema direita brasileira não pode ser reduzida à figura excêntrica de Bolsonaro, da mesma forma que não pôde ser reduzida à insignificante figura de Hitler na década de 1920, quando lutava pela liderança do Partido dos Trabalhadores Alemães. A extrema direita não pode ser considerada como grupelhos irrelevantes no cenário brasileiro, pois ela conta com volumosos recursos dos empresários do agronegócio, do setor de serviços e do setor financeiro, e com o apoio sistemático de determinados meios de comunicação. Esse poder se expressa não somente na figura de Bolsonaro e dos generais alojados em seu governo, mas também no interior da burguesia financeira, com capacidade para irradiar-se pelo interior das classes dominadas (pequena burguesia, trabalhadores desempregados e subempregados). Essa é a questão decisiva para a burguesia: É preciso impedir que os trabalhadores passem para o lado dos socialistas. Várias providências foram tomadas neste sentido, na medida em que as periferias se transformaram em campo de guerra entre os narcotraficantes, os milicianos, os grupos paramilitares e os policiais militares.

A extrema direita procura emergir como alternativa efetiva da burguesia num contexto de crise profunda. O governo Bolsonaro não tem como apresentar uma resposta em curto prazo para a crise, mas pode fortalecer as soluções repressivas contra os trabalhadores e suas organizações. Na tentativa de cooptar a classe trabalhadora, determinadas políticas compensatórias serão preservadas ou ampliadas no contexto de pandemia e da pós-pandemia. É o que se observa com a política de ajuda de 600 reais aos desempregados. Para Zetkin (2019), quando há um fluxo de forças com menor consciência de classe que se sente seduzida pelo fascismo, este deve ser bloqueado por uma vigorosa luta revolucionária contra a classe dominante.

Dada a impossibilidade de a extrema direita apresentar respostas duradouras, os trabalhadores devem formar células para derrotar não apenas a extrema direita neofascista brasileira (enquanto manifestação de que cada proletariado deve primeiro derrotar sua burguesia interna/nacional para, em seguida, derrotar a burguesia e o capital em escala internacional), mas derrotar o sistema do capital. Por isso a luta antifascista no Brasil deve ser uma luta antifascista revolucionária. A tática imediata da derrota da extrema direita deve estar articulada à estratégia da revolução socialista, porque a extrema direita não pode apresentar uma alternativa efetiva para a humanidade. Ela pode apresentar somente a barbárie e a destruição da humanidade, como fez no passado.

O aparato repressivo da burguesia, intensificado pela extrema direita no poder, não pode interceptar uma ofensiva de massa socialista. O braço repressivo do capital não tem como impedir a capacidade da classe trabalhadora quando ela



se colocar efetivamente em movimento. O que se assistiu em 2013 no Brasil, e em 2019 no Chile, foi somente ao movimento das pálpebras da classe trabalhadora. Quando efetivamente a classe trabalhadora entrar em movimento, nenhuma forma de ditadura será capaz de impedir o processo revolucionário, que deve começar pela alteração do modo de organização da produção e do trabalho que lhe dá sustentação. Não se trata apenas de retirar os neofascistas do poder, mas de derrubar o edifício do capital e erigir um monumento social assentado no trabalho livre, universal e associado.

## Referências

BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Barroco Alemão*. Trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo: na encruzilhada*. São Paulo: Afrontamento, 2015.

BRAY, Mark. *Antifa - O Manual Antifascista*. Trad. Guilherme Ziggy. Brasil: Autonomia Literária, 2017.

BRAY, Mark. *Cinco lições de história para antifascistas*.  
<https://revistaserrote.com.br/2018/03/cinco-licoes-de-historia-para-antifascistas-por-mark-bray/>

EL PAÍS. *Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso Bolsonaro, aponta ONG*. Disponível em: <  
<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>>. Acesso em: 17 de julho de 2020.

G1. *Nazismo e xenofobia “surfam” na pandemia de denúncias triplicam na internet*. Disponível em: <  
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/25/neonazistas-aproveitam-pandemia-para-intensificar-acoes-no-brasil.htm>>. Acesso em: 17 de julho de 2020.

G1. *Coronavírus: os países onde a pandemia cresce, com o Brasil entre os mais afetados; veja a situação de cada lugar*. 16 de junho de 2020a. Endereço eletrônico:  
<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/15/coronavirus-os-paises-onde-a-pandemia-cresce-com-o-brasil-entre-os-mais-afetados-veja-a-situacao-de-cada-lugar.ghtml>. Em 21 de junho de 2020.

GENRO, T. *Borges e os labirintos do fascismo*. Endereço eletrônico: <https://www.sul21.com.br/colunas/tarso-genro/2018/11/borges-e-os-labirintos-do-fascismo/>

GORTÁZAR, Naiara G. *O labirinto de Bolsonaro*. 13 de junho de 2020. Endereço eletrônico:  
<https://brasil.elpais.com/ideas/2020-06-13/o-labirinto-de-bolsonaro.html>. Acesso em 21 de junho de 2020.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.  
MIRANDA, Eduardo. *Proximidade da família Bolsonaro com milicianos não é novidade*. 2019.  
<https://www.brasildefatorj.com.br/2019/01/22/proximidade-da-familia-bolsonaro-com-milicianos-nao-e-novidade>. Acesso em 22 de junho 2020.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. Tradução: Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SINTRAJUFE. Com quase metade dos ministros, militares já são 2,9 mil no governo. Onde (sic) vai Bolsonaro? Endereço eletrônico: <https://www.sintrajufe.org.br/ultimas-noticias-detalle/17335/com-quase-metade-dos-ministros-militares-ja-sao-2-9-mil-no-governo-onde-vai-bolsonaro>. Acesso em 22 de junho de 2020.

ZETKIN, Clara. *Como nasce e morre o fascismo*. Tradução: Eli Moraes. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

# PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: expressão do caráter de classe do Estado

*Artur Bispo dos Santos Neto<sup>1</sup>*  
*Lorraine Marie Farias de Araujo<sup>2</sup>*

## 1 Introdução

A existência de uma pandemia, nos tempos hodiernos, implica em diversos questionamentos sobre o funcionamento da sociabilidade em que estamos inseridos, bem como, o porquê de atrocidades como essa, ainda serem possíveis de ocorrer. Consequentemente, torna-se imprescindível deslindar acerca da forma de ser do capital, a fim de desmistificarmos a pandemia da covid-19. O processo de produção e reprodução do capital é central, para a compreensão relativa à disseminação de tal vírus a nível

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (1993), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2007) e pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atua como professor Associado III na Universidade Federal de Alagoas, nos cursos de Filosofia e Serviço Social. É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Participa do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social.

<sup>2</sup> Assistente social. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Especialista em Saúde e Ambiente pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES). Membro do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social (UFAL).

mundial, uma vez que, este levou à morte mais de 600 mil pessoas até o momento.<sup>3</sup>

O objetivo do presente escrito centra-se em investigar como se expressa o caráter de classe do Estado em meio a pandemia da covid-19, com ênfase especificamente no Brasil, através de dados oferecidos pelo próprio governo do país. Para tanto, construímos um breve panorama sobre a gênese do capital que se circunscreve em meio a diversas epidemias ao longo da sua história, no qual resgatamos Marx (2017), no sentido de deprendermos o funcionamento da ordem do capital, por meio do fetiche da mercadoria e da lei geral da acumulação capitalista.

A investigação sobre o advento do Estado traz à tona a atualidade do pensamento de autores, a exemplo de Engels (1984), Marx (1995) e Mészáros (2002), que contribuem de forma decisiva para o entendimento sobre tal categoria, da mesma forma que o seu caráter histórico e finito, bem como, a estreita relação de “reciprocidade dialética” entre Estado e Capital. O ponto de partida desse processo investigativo está na realidade concreta que nos traz inúmeras inquietações sobre a forma a qual se desenvolve o modo de produção capitalista e as consequências que este promove à humanidade, onde temos como prova cabal de seu caráter destrutivo, o desencadeamento de uma pandemia.

A justificativa para empreender tal análise parte da necessidade material de desvelar as relações de produção que balizam a sociabilidade atual, assim como, as consequências que esse modo de produzir promove à vida dos seres humanos. Evidenciar as contradições do capital e sua relação

---

<sup>3</sup>Dados coletados até 24 de julho de 2020.

intrínseca com o Estado, caracteriza-se como uma tarefa prioritária àqueles que visam a transformação radical da sociedade burguesa. O capítulo está dividido em seções, com o intuito de sistematizar as categorias e os dados obtidos por meio do recurso às diversas bibliografias, notícias e aos documentos, a fim de alcançarmos uma síntese do significado da pandemia da covid-19 no capital e explicitar, nesse sentido, como se expressa o caráter de classe do Estado.

Na seção intitulada *O significado da pandemia no capital*, recorre-se a Marx (2017), a fim de desnudar as relações de produção especificamente capitalistas, e como estas influenciam à existência de epidemias e pandemias, onde as vítimas fatais desse processo são compreendidas de acordo com a classe da qual fazem parte. No capital, a classe que é submetida a inúmeras mazelas é formada por trabalhadoras e trabalhadores. Para asseverar tais afirmativas, empreendemos a análise dos recursos financeiros destinados ao combate à pandemia no Brasil, nos âmbitos da saúde pública, auxílio emergencial e capital financeiro, com o intuito de sumariar as diferenças substanciais entre as verbas destinadas pelo Estado à burguesia em detrimento da classe trabalhadora.

Na seção denominada *O caráter de classe do Estado*, desempenha-se o debate sobre tal categoria, para qualificar e analisar os dados obtidos na seção anterior. O Estado, em conformidade com os autores mencionados anteriormente, serve à manutenção dos interesses da classe dominante e à viabilização da acumulação de capital e extração de trabalho excedente. Isso ganha obviedade com a análise sobre a subserviência do governo brasileiro, na figura do presidente neofascista Jair Bolsonaro, aos ditames do capital financeiro.

Por fim, ao longo da análise perpetrada, torna-se explícito o caráter destrutivo do modo de produção capitalista, de tal forma que é premente a construção de uma sociabilidade radicalmente diferente, em que o lucro não possua mais importância que a vida humana, pois, a pandemia da covid-19 é expressão evidente do imbróglio no qual estamos submetidos na ordem sociometabólica do capital.

## **2 O significado da pandemia no capital**

O capital provoca, desde sua gênese, uma série de epidemias e pandemias, Santos Neto (2020) informa que, doravante a invasão das Américas, os colonizadores trouxeram uma série de doenças aos povos nativos. As epidemias eram utilizadas, inclusive, enquanto armas de destruição em massa, pois, para facilitar a colonização de novos territórios, os saqueadores europeus exterminaram expressiva parte da população autóctone, a fim de permitir a extração e expropriação das riquezas alheias, e a construção de condições materiais para sujeitar esses povos ao jugo civilizatório do capital.

As epidemias foram mecanismos importantes para destruir as formas de sociedades contrapostas ao capitalismo e à lógica do capital. As formas de organização da vida material assentadas no coletivismo e na socialização do excedente precisavam ser destruídas, pois elas se contrapunham ao modo de ser do capital. Pela mediação da escravização dos indígenas e africanos estabeleceram-se as bases para o processo de acumulação primitiva de capitais (SANTOS NETO, 2020, p. 25).

A acumulação primitiva do capital, que ocorreu de acordo com Marx (2017), entre os séculos XVI e XVIII, expressou a desumanização que o capital impôs aos povos não civilizados, sob a insígnia de “civilizar” aqueles que ainda não estavam subjugados ao seu domínio, este utilizou-se de todos os artifícios possíveis para o estabelecimento de sua classe dominante: a burguesia. O processo de acumulação originária demonstra a forma de ser do capital. Através da morte, destruição e expropriação dos povos nativos das colônias, enquanto reflexo do que se passou com os próprios trabalhadores europeus, foram forjadas as classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista: burguesia e proletariado. O capital, portanto, baseou-se na morte, desde sua gênese, e, promove extermínios e massacres, até os tempos hodiernos, em nome do lucro.

A pandemia da covid-19 demonstra de forma cabal, o caráter destrutivo que o capital exerce sobre a humanidade. Embora, biologicamente, o vírus possa atingir quaisquer pessoas, a maneira como ocorre a sua disseminação é fruto da forma em que as relações sociais se produzem e reproduzem, ou seja, no modo de produção capitalista, é necessário que o capital continue a sua reprodução ampliada. A acumulação de capital é a pedra de toque da sociedade, vide a lei geral da acumulação capitalista expressa por Marx (2017).

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força



expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (MARX, 2017, p. 719-720, grifos do autor).

Em suma, o autor mencionado aponta que, enquanto o capital tende a ampliar a acumulação de riquezas, a miséria e a pobreza também são ampliadas. À classe trabalhadora, nesse processo, é designado o ônus de tal acumulação, visto que, trabalhadoras e trabalhadores produzem a riqueza material, porém, os produtos obtidos por meio do trabalho são expropriados dos produtores, pela classe de parasitas detentora dos meios de produção. Ao acumular riquezas à custa do trabalho alheio, o capitalista suga a saúde e a vida dos explorados. Portanto, acumulação de capital significa, conseqüentemente, o fomento da miséria.

Diante de tais constatações, entendemos que, no modo de produção capitalista, o lucro está acima da vida humana. Destarte, mesmo com o surgimento de um vírus que põe em risco a saúde dos seres humanos, ocasionando uma série de óbitos, a acumulação de capital continua sendo o objetivo central dessa relação de produção. A contenção da pandemia relativa à Sars-CoV-2 (ou contra qualquer outra pandemia), não é prioridade para o capital, pois, para a

manutenção da produção e a reprodução deste, pressupõe-se a constante exploração da classe trabalhadora.

Sob a luz dos escritos de Marx (2017), ao tratar sobre o fetiche da mercadoria, desvela-se o processo social em que as mercadorias ganham um caráter supostamente autônomo diante dos produtores, ou seja, a relação entre detentores de mercadoria aparenta ser uma relação entre as próprias coisas. Mediante esse decurso, a mercadoria obtém mais validade que a vida humana, através da reificação. Em consequência disso, o fetiche da mercadoria esconde a relação social que está na retaguarda da troca pura e simplesmente de mercadorias.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação entre os objetos existentes à margem dos produtores. [...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 2017, p.147).

O processo inverso ocorre em relação aos seres humanos, mais especificamente aqueles que estão despidos de quaisquer meios de produção, e, desta maneira, possuem apenas a sua força de trabalho para sobreviver. A classe trabalhadora é transformada em mercadoria. No capital, as mercadorias ganham *status* de humanidade e os seres humanos transformam-se em mercadorias. Trabalhadoras e

trabalhadores são obrigados a vender uma quantidade exorbitante de horas de sua existência, para subsistir no modo de produção capitalista. A classe trabalhadora, ao tempo que se torna “livre” sob a face do *laissez-faire*<sup>4</sup>, não possui mais somente um senhor. De acordo com Marx (1980), o trabalhador, por conseguinte, é livre para servir a uma classe de capitalistas, por meio da venda da força de trabalho, a sua vida é sugada pela exploração do capital.

O *operário livre*, pelo contrário, vende-se a si mesmo, pedaço a pedaço. Vende em leilão oito, dez, doze, quinze horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, aos proprietários das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de vida, isto é, os capitalistas. O operário não pertence a nenhum proprietário nem está preso a nenhuma terra, mas as oito, dez, doze, quinze horas de sua vida pertencem a quem as compra. O operário, quando quer, deixa o capitalista para quem trabalha e o capitalista pode despedi-lo quando achar necessário, quando já não obtêm lucros dele ou quando não lhe arranca o lucro que esperava. Mas o operário, cujo único recurso é a venda de sua força de trabalho, não pode desligar-se de *toda a classe de compradores*, isto é, da *classe capitalista*, sem renunciar à existência. Ele não pertence a este ou aquele patrão, mas à *classe capitalista* e compete-lhe a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador dentro dessa classe burguesa (MARX, 1980, p.19, grifos do autor).

---

<sup>4</sup> A expressão *laissez-faire* denota o lema do liberalismo econômico. Este é forjado na liberdade e igualdade formais, bem como na defesa intransigente da propriedade privada. Para a melhor compreensão do significado desse termo consultar a obra de Laski (1973).

A classe trabalhadora é transformada em mercadoria e é tratada de forma descartável, pois, caso o trabalhador adoça ou chegue ao óbito, prontamente será substituído por outro que pertence ao exército industrial de reserva<sup>5</sup> e sofre as consequências do desemprego crônico (MÉSZÁROS, 2002) inerente ao modo de produção capitalista. Em meio ao contexto da pandemia da covid-19 isso não é diferente, em busca de manter a rotação do capital, a burguesia relega à classe trabalhadora, os riscos de contaminação com o coronavírus, obrigando-a a trabalhar.

A relação-capital, enquanto uma “relação de compulsão”, como aponta Marx (2017), necessita manter a “autorreprodução ampliada”, e, para tanto, tem a finalidade de extrair trabalho excedente incontrolavelmente. O Estado enquanto “comando político totalizador”, à luz dos escritos de Mézáros (2002), tem a funcionalidade vital de manter o poder da classe dominante sobre os trabalhadores e, assim, viabilizar a maior extração de excedente possível.

Os interesses da classe dominante são diametralmente opostos aos da classe trabalhadora. No Brasil, ao adentrarmos em meio a conjuntura da pandemia, evidencia-se que, ao tempo que os padrões podem isolar-se em suas residências de

---

<sup>5</sup> “[...] uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavancada acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele tivesse o criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional” (MARX, 2017, p. 707).

alto padrão, e, caso adoeçam, têm acesso a uma estrutura hospitalar adequada, a classe trabalhadora, em contrapartida, não parou de trabalhar nenhum dia sequer, portanto, está impossibilitada de realizar o isolamento social, e, ainda não possui acesso à saúde de qualidade, conforme a insuficiência de condições materiais apresentadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nesse país.

Um caso emblemático que serve de expressão da desumanidade produzida pelo capital inscreve-se na situação de uma empregada doméstica que teve que permanecer trabalhando na residência, mesmo com seus patrões estando infectados pela covid-19. De acordo com Melo (2020), a trabalhadora não teve o direito de permanecer em seu lar, pois se o fizesse não teria condições de manutenção das suas necessidades básicas. Esta mulher foi a primeira vítima fatal do coronavírus registrada no Brasil, demonstrando que as mortes decorrentes da covid-19 têm um alvo constante: a classe trabalhadora.

Carvalho (2020) aponta que, segundo dados coletados no Boletim Epidemiológico publicado pela Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas (SESAU), a concentração de óbitos na capital (Maceió) está nos bairros localizados na periferia, em que se evidencia Benedito Bentes e Vergel do Lago. Não é coincidência que o maior número de mortes atinja a periferia da cidade, isso acontece devido à falta de infraestrutura adequada nas residências, onde não existe acesso ao saneamento básico, “estima-se que na cidade apenas 30,9% da população da capital recebe atendimento de coleta de esgoto, e 31,5% dos esgotos de Maceió são tratados” (TRATA BRASIL, 2019, n. p.), tampouco, à saúde pública de

qualidade. A necessidade de continuar trabalhando é premente, visto que, o auxílio emergencial oferecido pelo governo brasileiro, configura-se como incapaz de atender às necessidades cotidianas de trabalhadoras e trabalhadores.

Diante do exposto, faz-se necessário analisar algumas medidas tomadas pelo governo federal brasileiro, para entendermos a dimensão do problema que estamos inseridos, bem como o intransponível caráter de classe que o Estado exerce, que manifesta os limites inexoráveis da democracia burguesa, pois, mesmo quando esta permite a execução de políticas sociais que, aparentemente, servirão aos trabalhadores, essas também beneficiarão direta ou indiretamente a classe dominante.

Até hoje a luta por direitos sociais encontra-se prisioneira da ilusão de que com mais democracia se pode deter o capital e as desumanidades e desigualdades que ele produz. Para isso teve-se que abandonar a crítica da base material da reprodução da riqueza e o reconhecimento da relação antagônica de classe entre o capital e o trabalho, como condição para se poder participar na esfera da política burguesa enquanto cidadãos tributários das benesses da democracia, pensando que assim se poderia ocupar espaços que levassem os trabalhadores à emancipação (PANIAGO, 2017, p. 17).

Em meio a pandemia, medidas executadas pelo governo federal como, por exemplo, o auxílio emergencial, equivalente a R\$ 600, pago aos trabalhadores informais, está muito aquém da eficácia necessária para a manutenção da força de trabalho em casa. Nota-se que os recursos de

combate ao coronavírus oferecidos pelo governo federal, que contemplam diretamente os trabalhadores têm um custo irrisório ao compararmos com a verba destinada ao capital financeiro. Para entendermos esse problema, ilustremos através dos dados fornecidos pelo portal da transparência do governo federal e pelo Banco Central do Brasil, algumas cifras referentes ao combate à covid-19 relacionadas à saúde pública, ao auxílio emergencial e ao capital financeiro.

**Tabela 1** - Orçamento de combate ao coronavírus no Brasil

Âmbito	Recurso Total
Saúde Pública	R\$ 44,79 bilhões
Auxílio Emergencial	R\$ 254,24 bilhões
Capital Financeiro	R\$ 1,45 trilhões

**Fonte:** Produzida pelos autores com base nos dados do Portal da Transparência (2020); Portal da Transparência (2020a); Agência Brasil (2020) e Auditoria Cidadã da Dívida (2020).

Os números são taxativos em elucidar que o governo federal do Brasil destinou, sob a justificativa de combate à covid-19, um valor 97% maior ao capital financeiro que à política de saúde pública. O exorbitante valor oferecido aos bancos, por meio do Banco Central do Brasil, corresponde a cerca de 19,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, de acordo com dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019. Tais números são

absurdos e representam literalmente o Estado enquanto servo da classe dominante.

Ao realizarmos uma comparação entre a soma dos recursos destinados à saúde pública e ao auxílio emergencial em relação ao montante oferecido ao capital financeiro, o valor total condiz a 20% do que foi gasto com o último. Constata-se, dessa maneira, a prioridade do governo federal frente a uma pandemia que ultrapassa 2 milhões de infectados: a manutenção dos lucros dos bancos em alta. Enquanto isso, a classe trabalhadora padece devido ao acesso precarizado à saúde, com hospitais e postos de saúde superlotados, além da escassez de medicamentos, bem como as dificuldades encontradas em conseguir realizar exames pelo convênio do SUS. Trabalhadoras e trabalhadores são expropriados do direito a realizar o isolamento social, pois, a verba que poderia garantir o sustento de suas famílias é destinada à reprodução do capital financeiro.

Quando analisamos com mais cautela os dados ofertados pelo portal da transparência do governo federal, detectamos que há uma diferença substancial entre o orçamento total da ação proposta e o orçamento realmente executado. Na esfera da Saúde Pública, o valor executado foi de 14,5 bilhões, o que representa somente 32% da verba total; em relação ao auxílio emergencial, somente foi gasto R\$ 121,79 bilhões, desta feita, verificamos a forma enviesada a qual o governo utiliza-se de diversas nomenclaturas, a fim de mistificar que 55% da verba destinada à saúde e ao auxílio emergencial ainda não foram executadas, ou seja, mais da metade do orçamento total proposto, não foi realizado



materialmente, pairando no âmbito da abstração dos cálculos do governo federal.

Os dados supracitados exprimem a prioridade do governo brasileiro, representado por figuras repugnantes, a exemplo do presidente da república Jair Bolsonaro e o Ministro da Economia, Paulo Guedes, esta consiste, mesmo diante de uma crise sanitária, em subalternizar-se aos interesses imperialistas do capital financeiro, designando 19,8% do PIB do país ao domínio dos bancos, conforme mencionado anteriormente, enquanto se utiliza do discurso negacionista e genocida para propagar mentiras a respeito de supostos medicamentos que seriam a cura da covid-19, como, também, a participação deliberada em aglomerações de pessoas.

O significado da pandemia no capital caracteriza-se como a forma de ser própria deste, pois, ao qualificar mercadorias com o *status* de humanidade e transformar seres humanos em mercadorias, a acumulação do capital torna-se a pedra de toque dessa relação de produção, forjada por meio do sangue da classe trabalhadora. As personificações do capital inscritas no governo brasileiro são o exemplo literal da desumanidade imposta pelo capital e da subserviência do Estado em relação a este, em que os mesmos estão intrinsecamente ligados em uma relação de “reciprocidade dialética” (MÉSZÁROS, 2002).

### **3 O caráter de classe do Estado**

A gênese do Estado, escreve Engels (1984), constitui-se devido à necessidade de contenção das “irremediáveis

contradições” que a sociedade de classes impôs à humanidade, por meio do jugo civilizatório. Conforme exposto pelo autor mencionado, o Estado é um ente histórico, que possui uma função social específica, esta consiste em apaziguar os conflitos entre as classes sociais, pois, os interesses dessas são diametralmente opostos, visto que, não existe viabilidade de conciliação entre explorador e explorado. A obtenção do excedente econômico implicou na possibilidade de exploração de um ser humano sobre outro, o que ocasionou o surgimento da propriedade privada e a extinção gradual das gens ou tribos. Logo, a pretensa neutralidade atribuída ao Estado representa uma falácia da classe dominante, para a preservação da exploração de uma classe sobre a outra.

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1984, p. 191).

O processo civilizatório para Engels (1984) significou o surgimento do Estado para a manutenção dos interesses da classe dominante de cada época histórica. Desta feita, balizou-se uma série de formas de exploração ao longo da história, a exemplo de pessoas escravizadas e senhores de escravos, servos e senhores feudais, e, contemporaneamente, inscritos na ordem sociometabólica do capital: proletariado e burguesia. Assim, a continuidade do Estado figura na necessidade de conservação dos interesses dos proprietários privados, nesse sentido, esse ente é um produto societário de caráter finito, pois, diversas sociedades viveram sem ele, e, outras tantas ainda podem existir fora de sua órbita totalizadora.

Portanto, o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder [...] Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze (ENGELS, 1984, p. 195-196).

Destarte, sob a luz dos escritos de Laski (1973), o Estado tem a funcionalidade de “aparar as arestas do fervor revolucionário” da classe trabalhadora, para que esta encare a democracia burguesa liberal enquanto possibilidade única de emancipação. No entanto, o Estado *laissez-faire*, tem como pressuposto a liberdade formal, a qual somente pode ser

alcançada pela classe dominante que explora trabalhadores de forma sistemática e protegida pelo seu guardião citado.

Marx (1995) também constrói uma crítica radical ao Estado, o autor afirma categoricamente que “se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como oposição a ela” (MARX, 1995, p. 5-6). Infere-se dessa argumentação que o Estado é necessariamente um servo da classe dominante que detém a propriedade privada dos meios de produção e expropria o produto do trabalho daqueles que produzem a riqueza material, seja diretamente, por meio da escravidão ou servidão deliberadas, seja de forma indireta, através do trabalho assalariado.

Ao tratarmos hodiernamente sobre o Brasil, a funcionalidade do Estado circunscrita pelos autores supracitados é completamente ratificada. Conforme dados expostos anteriormente, durante a pandemia da covid-19, o Estado brasileiro destinou cerca de 97% a mais de recursos ao capital financeiro, em comparação à política de saúde pública. Essa afirmação demonstra a atualidade do pensamento marxiano, em que o mesmo aponta que a “impotência é a lei natural da administração” (MARX, 1995, p. 5).

O absurdo constatado no qual o Estado mantém o lucro dos banqueiros em detrimento da vida de milhões de brasileiros pertencentes a classe trabalhadora, não é algo fora do comum ou acontece devido à corrupção, dentre outras mazelas. Essa é a essência do Estado, ele serve aos interesses referentes à acumulação do capital mesmo que, para isso,

milhares de pessoas tenham que morrer durante uma pandemia. Mészáros (2002) aponta que há uma “reciprocidade dialética” entre capital e Estado, onde a função deste enquanto “comando político totalizador do capital” se baseia na viabilização da extração sem limites de trabalho excedente, pois, “o sistema do capital é um modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão” (MÉSZÁROS, 2002, p.131).

Os defeitos estruturais intrínsecos a essa sociabilidade, estudados por Mészáros (2002), demonstram que o capital precisa manter sua “perversa circularidade”, a fim de assegurar o funcionamento da totalidade do sistema. Logo, as contradições impostas pelo capital não podem ser eliminadas sem sua própria extinção, bem como seus pilares formados pelas classes sociais, propriedade privada e Estado.

O Estado, destarte, atua na tentativa de remediar e apaziguar conflitos antagônicos, mas jamais realizar a eversão destes, que, desta maneira, tendem a se acumular, e resultaram na crise estrutural e sistêmica (MÉSZÁROS, 2011), na qual estamos inseridos desde o fim da década de 1970 até hoje. Os defeitos estruturais do capital acirram os antagonismos de forma exponencial, em que produção, controle e circulação/realização estão fragmentados, e, então, causam a “ausência de unidade” característica desse modo de produção. (MÉSZÁROS, 2002)

Decorrente da mistificação realizada em torno de uma suposta neutralidade do Estado, em que reformistas defendem a possibilidade de ocupar o Estado com os interesses da classe trabalhadora, a disjunção entre política e economia, explanada por Holloway (1982), inscrita na ordem

sociometabólica do capital, é uma tentativa de mascarar o caráter essencial do Estado, que está ligado a defesa intransigente dos interesses da classe dominante, sendo impossível, portanto, realizar quaisquer conquistas dentro do Estado que sejam compatíveis com os interesses revolucionários da classe trabalhadora. A luta voltada somente ao âmbito da política pelo “aperfeiçoamento” da democracia burguesa está fadada ao fracasso do reformismo, de acordo com Paniago (2017), devido à impossibilidade de reformar o Estado.

O capital é desumano em sua essência. Essa desumanidade imposta ao trabalhador está no cerne da autorreprodução ampliada do capital, pois, este modo de produção precisa exercer o controle total sobre o mesmo, para manter seu desenvolvimento. Assim, mesmo diante de uma pandemia, o capital mantém seu funcionamento onde “o poder que domina o trabalhador é o poder circularmente transformado do próprio trabalho social, que assume uma forma ‘atrofiada, travestida’ e se afirma na ‘situação fetichizada em que o produto é o proprietário do produtor” (MÉSZÁROS, 2002, p.707).

O cenário brasileiro evoca de forma brutal o caráter de classe do Estado, através do presidente neofascista Jair Bolsonaro, que conflui com total subserviência aos interesses do capital financeiro. Bolsonaro encarna a figura de um líder neofascista que utiliza todos os mecanismos do fascismo clássico para se promover e alcançar o apoio de determinada parte da população, ele utiliza de forma recorrente recursos como a construção de um “passado mítico”, ou seja, inventa uma mentira sobre o passado, para justificar suas medidas no

presente. A criação de uma história falsa junto a um saudosismo de algo que nunca existiu permite a Bolsonaro, realizar uma propaganda mentirosa baseada na irreabilidade para convencer seus “seguidores” de todos os seus preceitos. Bolsonaro utiliza-se do discurso supremacista branco, recorre ao patriarcado como arma para a manutenção do *status quo*, em que representa de forma falaciosa, o homem de família que visa recuperar os valores tradicionais do Brasil, tradição essa inventada para servir de caminho à implantação de uma hegemonia deste “líder” na sociedade (STANLEY, 2018).

A propaganda falsa é uma arma constante utilizada por Bolsonaro para a criação de uma realidade paralela, baseada no recurso ao anti-intelectualismo e ao negacionismo da ciência para disseminar suas ideias, isso pode ser notado de forma evidente com a forma a qual o mesmo trata a pandemia da covid-19 no Brasil. O presidente constrói narrativas falsas de forma deliberada, incita as pessoas a não respeitarem o isolamento social, promove um ataque às instituições científicas e aos profissionais de saúde, descredibiliza o papel das universidades públicas no processo de pesquisa e combate ao coronavírus, enfim, contribui de forma decisiva para o que o país esteja “com as altas notificações diárias, o Brasil se mantém em segundo lugar no *ranking* de países com mais mortes e casos da covid-19 no mundo desde 12 de junho, quando ultrapassou o Reino Unido” (CARDIM e LIMA, 2020, n. p.).

Bolsonaro é neofascista, mas isso não significa necessariamente que ele conseguirá implantar o neofascismo em seu governo, pois este não depende somente de uma escolha individual, mas sim de condições históricas que

possibilitem o seu desenvolvimento e inserção na sociedade. O capital, por meio da burguesia “estende a mão pro beijo do fascismo” (ZETKIN, 1923, n. p.) quando lhe convém, assim, abdica da democracia burguesa quando for necessário manter a incontrolável acumulação do capital.

Zetkin (1923) aponta em seus escritos que o fascismo é um mecanismo de ofensiva da burguesia em um momento de crise do capital e que toma o desespero dos “desiludidos” como arma para impor ideologicamente a necessidade da ordem do capital, assim como, o recurso à coerção àqueles que não se adequarem a esta. A autora alemã demonstra como a tentativa de conciliação de classes realizada pela esquerda no início do século XX teve grande importância na desilusão da classe trabalhadora em relação aos socialistas, e, assim, o fascismo, ao utilizar mentiras e falsificar a história pôde se incrustar na classe trabalhadora. Situação análoga ocorre no Brasil em que depois de um pretense governo de esquerda que se orgulhou de possibilitar aos empresários o período de maior lucratividade da história e relegou a classe trabalhadora à miséria, o país elegeu um neofascista para a presidência.

Assim, o delinear da história nos leva a iminência do neofascismo. O capital encontra-se em meio à crise estrutural, que se configura de acordo com Mézáros (2002), como uma crise sistêmica e com a possibilidade de deslocamento das contradições cada vez mais limitado. O capital vê-se encurralado, portanto, pode dispensar a democracia burguesa a qualquer momento para manter seu domínio sobre a classe trabalhadora. Enquanto o capital existir, o fascismo sempre estará entre seu leque de estratégias de diminuir os impactos



da crise e aumentar a acumulação do capital por meio expropriação intensificada da classe trabalhadora.

A necessidade histórica da superação do capital está na ordem do dia. Conforme aponta Marx (1995) ao deslindar uma crítica voraz ao Estado, é premente a construção de uma alternativa para além do capital, tal qual o entendimento de que, enquanto a democracia burguesa existir, os caminhos estarão abertos para a face mais perversa do capital, denominada de fascismo, poder vir à tona novamente. A luta da classe trabalhadora deve estar em consonância com a perspectiva de aniquilação completa do capital, pois, a manutenção da democracia burguesa consiste em continuar a extração do excedente da classe trabalhadora. Esta é utilizada na tentativa de esconder as contradições essenciais do capital no concernente à sua forma de produção e reprodução.

A república democrática – a mais elevada das formas de Estado, e que, em nossas atuais condições sociais, vai aparecendo como uma necessidade cada vez mais iniludível, e é a única forma de Estado sob a qual pode ser travada a última e definitiva batalha entre o proletariado e a burguesia – não mais reconhece as diferenças de fortuna. Nela a riqueza exerce seu poder de modo indireto, embora mais seguro (ENGELS, 1984, p. 194-195).

A democracia burguesa abre precedente para que o ovo da serpente<sup>6</sup> continue sendo chocado. A prova definitiva disso é que, por meio do voto em uma sociedade democrática, um neofascista conseguiu chegar ao poder e permanecer nele,

---

<sup>6</sup> Referência ao filme *O Ovo da Serpente*, dirigido por Ingmar Bergman. Este retrata Berlim em 1923 e demonstra a ascensão do nazismo na Alemanha.

mesmo com todos os indicativos de que é “antidemocrático”. O governo Bolsonaro em sua repugnância absoluta demonstra os perigos e contradições inscritas na democracia burguesa e, desse modo, joga por terra qualquer tentativa baseada na materialidade, na afirmação que o Estado pode ser reformado a favor da classe trabalhadora.

A emancipação política, segundo Marx (2009), configura-se como um dos limites do Estado burguês, em que o ser humano é fragmentado em um ser abstrato e outro real. Através da contraposição estabelecida entre Estado e sociedade civil, promove-se a aparência do primeiro enquanto representação da neutralidade. A divisão entre indivíduo e cidadão impede que os seres humanos, dentro da ordem burguesa, possam alcançar a emancipação humana.

*Toda a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo egoísta independente; por outro, a cidadão, a pessoa moral. [...] Só quando o homem individual retorna em si o cidadão abstrato e, como homem individual, – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais –, se tornou ser genérico; só quando o homem reconheceu e organizou as suas forças próprias [forças próprias] como forças sociais e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força política - [é] só então [que] está consumada a emancipação humana (MARX, 2009, p. 71-72, grifo do autor).*

Evidencia-se, veementemente, o caráter de classe do Estado, pois este corrobora para a cisão do indivíduo e proporciona que o capital mantenha a extração do trabalho excedente de forma ilimitada. A transformação radical da

sociabilidade burguesa através de uma ofensiva de massa socialista está na ordem do dia, para que seja posto um fim na exploração de uma classe sobre a outra, e, desta forma, os seres humanos possam emancipar-se humanamente. Marx (1995) aponta que o processo de extinção do capital e do Estado passa por uma “revolução política com alma social”, a fim de destruir completamente as relações de produção burguesas com o intuito de construir uma sociedade inteiramente nova, fundada no trabalho associado.

#### **4 Considerações Finais**

Constatamos por meio da investigação realizada que a pandemia da covid-19 é um reflexo da forma de ser do capital. Desde a acumulação primitiva até a contemporaneidade, o capital dissemina as mais variadas epidemias (SANTOS NETO, 2020), com o intuito de promover o estabelecimento e continuidade do funcionamento do modo de produção capitalista. O capital, portanto, tem um caráter destrutivo perante a humanidade. O fetiche da mercadoria (MARX, 2017), que dá status de humanidade a esta e transforma os seres humanos em mercadorias, contribui para que, mesmo diante de uma pandemia capaz de levar a óbito, milhares de pessoas, a pedra de toque da sociedade continue sendo o lucro.

A lei geral da acumulação capitalista (MARX, 2017) demonstra uma das contradições do capital, onde o preço da acumulação de riquezas é pago pela classe trabalhadora, que, em contrapartida, vive na miséria e pobreza. O modo de produção capitalista visa extrair trabalho excedente sem

limites, para tanto, a exploração das trabalhadoras e trabalhadores não pode parar, mesmo com o risco de morte de parte dessa classe. No capital, o lucro está acima da vida humana.

A classe trabalhadora, desta feita, é um alvo constante da contaminação e morte pela covid-19, visto que, precisa permanecer trabalhando durante a pandemia. O cenário brasileiro, assim, é um exemplo literal de como o Estado serve aos interesses da classe dominante, pois, o mesmo destinou uma verba 97% maior aos bancos, em relação à saúde pública. As poucas medidas destinadas aos trabalhadores, como, por exemplo, o auxílio emergencial correspondente a R\$ 600, somado aos recursos oferecidos à saúde pública, representam somente 20% do total gasto com o capital financeiro.

Engels (1984) aponta que o Estado não é neutro, ele surge, necessariamente, com o advento da sociedade de classes no processo civilizatório, para defender os interesses da classe dominante, em meio às “irremediáveis contradições” estabelecidas pela sociedade de classes, pois, os interesses do explorador e do explorado são antagônicos. O caráter de classe do Estado se evidencia, no Brasil, devido à subserviência do governo brasileiro ao capital financeiro, em que relega à classe trabalhadora à morte, enquanto mantém os lucros dos bancos em alta.

O presidente Bolsonaro, que está alinhado com ideias neofascistas, mesmo em meio a democracia burguesa pôde ser eleito através do voto, outrossim sendo “antidemocrático”. Este promove um genocídio no Brasil, país que passa de 2 milhões de infectados, o mesmo defende o uso de medicamentos ineficazes à covid-19, incentiva e participa de

aglomerações de pessoas, ataca as instituições científicas, bem como, os profissionais de saúde e a pesquisa nas universidades públicas, demonstrando de forma evidente o recurso ao negacionismo, à anti-intelectualidade, à irrealidade, entre outras características do discurso fascista clássico (STANLEY,2018).

Desta feita, entendemos a democracia burguesa enquanto uma face do capital que abre precedente para que o fascismo seja sempre um risco iminente. De acordo com Zetkin (1923), o fascismo é uma ofensiva da burguesia num momento de crise do capital, em que este busca manter a ordem burguesa. Assim, o capital pode dispensar a democracia burguesa, no momento em que for preciso e conveniente à acumulação de capital.

A alternativa à classe trabalhadora não se encontra na democracia burguesa, muito menos no fascismo, enquanto face mais perversa que o capital pode assumir. Trabalhadoras e trabalhadores precisam construir uma alternativa para além do capital, conforme aponta Marx (2009), pois, a emancipação humana só pode ser alcançada com o fim do capital, do Estado, das classes sociais, da propriedade privada e de todos os pilares que sustentam essa sociabilidade.

Portanto, reiterando Marx (1995), uma “revolução política com alma social” está na ordem do dia, para que os seres humanos emancipem-se humanamente. A destruição das relações de produção vigentes e a construção de uma sociabilidade completamente diferente, é mais que uma utopia, é uma necessidade e possibilidade histórica, que só pode ser construída pela classe trabalhadora.

## Referências

AUDITÓRIA CIDADÃ. Bancos recebem R\$ 1,2 trilhão do Banco Central mas só 4% disso vira aumento de empréstimos para pessoas e empresas. *Auditoria Cidadã da Dívida*, Brasília, 1 de jul. 2020. Disponível em <https://auditoriacidadada.org.br/bancos-recebem-r-12-trilhao-do-banco-central-mas-so-4-disso-vira-aumento-de-emprestimos-para-pessoas-e-empresas/> Acesso em 23 jul. 2020.

CARDIM, Maria Eduarda. LIMA, Bruna. Covid-19: Brasil registra 1.367 mortes e 41.008 casos em 24 horas. *Correio Braziliense*, Brasília, 21 de jul. de 2020. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/21/interna-brasil,874085/covid-19-brasil-registra-1-367-mortes-e-41-008-casos-em-24-horas.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CARVALHO, Severino. Benedito Bentes e Vergel do Lago lideram número de mortes por Covid-19 em Maceió. *Agência Alagoas*, Maceió, 2 de jun. de 2020. Disponível em <http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/33415-benedito-bentes-e-vergel-do-lago-lideram-numero-de-mortes-por-covid-19-em-maceio>. Acesso em 23 jul. 2020.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HOLLOWAY, John. *Fundamentos Teóricos para una Crítica Marxista de la Administración Pública*. México: Instituto Nacional de Administración Pública, 1982.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
*Produto Interno Bruto - PIB*. Brasília. 2019. Disponível em  
<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> Acesso em 23 jul.  
2020.

LASKI, Harold. *O Liberalismo Europeu*. São Paulo: Mestre  
Jou, 1973.

MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital*. São Paulo:  
Global Editora, 1980.

\_\_\_\_\_. *Glosas Críticas Marginais ao artigo “O Rei a Prússia e a  
Reforma Social. De um Prussiano.” In: Práxis n.5 – Belo  
Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.*

\_\_\_\_\_. *Para a Questão Judaica*. São Paulo: Expressão Popular,  
2009.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. 2. ed. Livro  
I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÁXIMO, Wellton. Medidas do BC liberam até R\$ 255,5  
bilhões em crédito. *Agência Brasil*, Brasília, 23 de jun. de 2020.  
Disponível em:  
[https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-  
06/medidas-do-bc-liberam-ate-r-2555-bilhoes-em-credito](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/medidas-do-bc-liberam-ate-r-2555-bilhoes-em-credito).  
Acesso em 23 jul. 2020.

MELO, Maria Luisa. Primeira vítima do RJ era doméstica e  
pegou coronavírus da patroa no Leblon. *UOL*, Rio de  
Janeiro, 19 de mar. de 2020. Disponível em:  
[https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-  
noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-](https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-)

domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.html. Acesso em: 23 jul. 2020.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Crise Estrutural do Capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

PANIAGO, Cristina. *Derrota do Reformismo e Abandono da Crítica da Economia Política*. In: Anuário 2017. São Paulo. Instituto Lukács, 2017.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. *Portal da Transparência*, Brasília, 14 de jul. de 2020. Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-e-acoas/acao/21C0-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-decorrente-do-coronavirus>. Acesso em 14 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Auxílio emergencial de proteção social à pessoas em situação de vulnerabilidade, devido à pandemia da COVID-19. *Portal da Transparência*, Brasília, 14 de jul. de 2020a. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-e-acoas/acao/00S4-auxilio-emergencial-de-protecao-social-a-pessoas-em-situacao-de-vulnerabilidade-devido-a-pandemia-da-covid-19> Acesso em: 14 jul. 2020.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *Capital e Pandemia*. Goiânia-GO: Editora Phillos, 2020. Disponível em <https://www.editoraphillos.com/capital-e-pandemia>. Acesso em: 23 jul. 2020.



STANLEY, Jason. *Como Funciona o Fascismo*: a política do “nós” e “eles”. 2018.

TRATABRASIL. Com 180 anos de existência, Maceió continua sem saneamento básico. *Trata Brasil*, Maceió, 5 de dez. de 2019. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/blog/2019/12/05/com-180-anos-de-existencia-maceio-continua-sem-saneamento-basico/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

ZETKIN, Clara. *A Luta Contra o Fascismo*. 1923.

**Seção II**  
Impactos da pandemia no cotidiano  
dos trabalhadores

# O TRABALHO REMOTO NA PANDEMIA DA COVID-19: tendências e sequelas para as/os trabalhadoras/es da educação pública brasileira

*Fábio dos Santos Barbosa*<sup>1</sup>  
*Ana Paula Leite Nascimento*<sup>2</sup>

## 1 Introdução

Desde a crise estrutural de 1970 o capitalismo não recuperou as taxas de lucro obtidas pelos países de economia central nas chamadas décadas gloriosas que sucederam a Segunda Guerra Mundial. O saldo das tentativas de superação é uma série de transformações no mundo do trabalho a partir do incremento de novas tecnologias atuantes na flexibilização da acumulação do capital e reestruturação produtiva. Aliado a

---

<sup>1</sup> Assistente Social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Sergipe (Proest/UFS) e da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), lotado no Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE). Doutorando em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ) e membro da coordenação do SINTUFS (gestão 2019/2020). E-mail: [fabihoots@gmail.com](mailto:fabihoots@gmail.com). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3274-0380>.

<sup>2</sup> Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), lotada no Campus Lagarto desde 2009. Doutora em Educação (UFS/2019). Pós-Doutoranda em Educação (UFS/2020). Participa do Grupo de Pesquisa: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero (UFS) e do Grupo de Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica (Nepept/IFS). Foi coordenadora de Formação Política e Sindical do Sinasefe Sergipe (2019/2020). E-mail: [paulajcbrasil@yahoo.com.br](mailto:paulajcbrasil@yahoo.com.br). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2050-1596>.

essa estratégia ganhou força a partir da década seguinte o projeto neoliberal que escancarou a função do Estado burguês, repercutindo num processo de enxugamento da máquina pública em todo o mundo, com privatizações, terceirizações, ataques ao movimento sindical, contrarreformas no campo da seguridade social e trabalhista, além de alterações nas legislações nacionais para intensificar a abertura econômica ao investimento do capital externo.

Esse contexto foi agudizado em países de economia dependente, como o Brasil. Aqui a lógica de flexibilização produtiva para redução de custos da produção e rebaixamento dos salários avança para os serviços públicos com suporte das tecnologias informacionais a partir da contrarreforma administrativa de Bresser Pereira fundada, entre outras bases, no discurso ideológico de aumentar a “eficiência” do Estado nos finais de 1990. Nas décadas seguintes, as tecnologias da informação e os sistemas informacionais vão se consolidando como parte da instrumentalidade mediadora da operacionalização de políticas sociais, inclusive, a educação pública federal. Ainda que de formas distintas, é essa consolidação que vai permitir a realização do trabalho remoto pelas/os trabalhadoras/es das instituições de ensino durante a pandemia da covid-19 no país. Ou seja, a classe trabalhadora já estava enfrentando uma longa conjuntura de profundas crises econômicas, sociais e políticas – sobretudo, demarcada pelo avanço da extrema direita ultraliberal, de caráter racista, negacionista e neofascista do atual governo Bolsonaro – que se complexificaram com a crise sanitária posta pela contaminação em larga escala do novo coronavírus.

As inseguranças e a desordem do mundo do trabalho (MATTOSO, 1995; 1998) se exacerbaram, somando-se às incertezas e instabilidades provocadas por essa pandemia, essencialmente pelos avanços nas taxas de infectadas/os e mais ainda pelas taxas elevadas de letalidade ampliando o número de mortos. Além de ter ceifado mais de meio milhão de vidas no planeta, tem provocado alterações aparentemente irreversíveis no mundo do trabalho. Com exceção dos serviços de saúde, segurança, assistência social, alimentação e bancários – considerados essenciais no enfretamento e contenção de infectados pelo novo coronavírus – as demais atividades foram imediatamente suspensas. A necessidade do distanciamento social para garantir a prevenção e reduzir os níveis de contaminação e letalidade da doença generalizou a modalidade do trabalho remoto como alternativa mais segura de manter os serviços funcionando e intensificou a adesão e expansão do uso de tecnologias informacionais nas Universidades e Institutos Federais do nosso país.

Se antes da pandemia essa modalidade já era justificadora de sobrecarga de trabalho para as/os servidoras/es destas instituições, com o *home office*, há tendências de aumento da exploração e precarização das condições de trabalho para essa categoria às quais pretendemos examinar, ainda que de forma preliminar, no presente escrito. Inicialmente, abordamos a generalização do trabalho remoto como alternativa e seqüela da pandemia da covid-19 no campo da educação pública federal. Em seguida, problematizamos os impactos dessa modalidade para as mulheres trabalhadoras da educação inseridas nesse contexto, cujo recorte para a análise foi a realidade social vivenciada

pelas trabalhadoras das Universidades e dos Institutos Federais. Por fim, apresentamos algumas notas conclusivas (que não são finais) captadas a partir do movimento do objeto perquirido nesse exercício de investigação e reflexão crítica.

## **2 A generalização do trabalho remoto como alternativa e sequela da pandemia no campo da educação pública federal**

A pandemia da covid-19 abriu espaço para alterações ainda sem precedentes às condições de trabalho no mundo já corroído pela crise estrutural do modo de produção capitalista entre o final da década de 1960 e o princípio da década seguinte, geradora de um desemprego crônico de mesma magnitude (MÉSZÁROS, 2014). Considerando que nos momentos de crise tanto o desemprego quanto o investimento em tecnologias atuam como contratendências para reduzir a queda da taxa de lucro dos capitalistas, vivemos nos últimos cinquenta anos uma revolução tecno-científica direcionada, sobretudo, para o aumento da produtividade e o rebaixamento do custo da força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2007). Adensada pela crise de 2008, esse sistema alcançou um nível de exploração que permite

[...] ritmos estonteantes de corrosão do trabalho; destruição ilimitada da natureza; degradação do mundo rural, convertido em agrobusiness e em zonas de extrativismos predatórios; segregação urbana e social, etc. Acrescente-se ainda a forte eugenia social, a exacerbação do racismo, a opressão de gênero, a xenofobia, a homofobia, o sexismo, além da propagação do culto aberrante da

ignorância, do desprezo a ciência, dentre outros traços destrutivos [...] (ANTUNES, 2020, p. 8).

Assim, fica ainda mais evidente que numa sociabilidade hegemônica pelo capital as tecnologias são desenvolvidas na perspectiva da redução do custo da produção e da força de trabalho com rebatimentos diretos na divisão do trabalho (MARX, 2017). Ou, nas palavras de Mészáros (2002, p. 527): “[...] a inserção social da tecnologia capitalista mostra que ela é estruturada com o único propósito da reprodução ampliada do capital a qualquer custo social”.

Na particularidade do Brasil já vínhamos sofrendo, mesmo antes da crise sanitária posta pela pandemia da covid-19, alterações significativas, demarcada pelas altas taxas de desemprego, o aumento da informalidade e o rebaixamento do custo dessa força de trabalho, como vem comprovando os estudos de Antunes (2009; 2018; 2020) – recentemente agravadas pela lei de terceirização ampla e a contrarreforma trabalhista, ambas aprovadas em 2017.

Para aquelas/es que atuam nos serviços públicos a Emenda Constitucional 95/2016 implicou no limite de gastos com as políticas sociais por duas décadas e atualmente o Congresso Nacional e o governo federal vêm insistindo numa nova contrarreforma administrativa com o objetivo de fazer mudanças na carreira, salários e estabilidade do funcionalismo. Com o período de experimentação posto pela generalização “forçada” do trabalho remoto durante a pandemia, temos preocupações de que essa modalidade possa se tornar definitiva em alguns setores, inclusive, do segmento técnico-administrativo vinculado ao Poder Executivo federal, incluindo as/os trabalhadoras/es da Educação.

Apesar da lei 8.112/90<sup>3</sup> não considerar a possibilidade do trabalho remoto, a contrarreforma administrativa de Bresser Pereira<sup>4</sup> (BEHRING, 2008) utilizou a previsão da flexibilidade da jornada de trabalho para permitir<sup>5</sup> a criação de programas de gestão cujo controle do trabalho se dá pela produtividade – com base nas metas e resultados – em contraposição ao controle das horas e assiduidade. Fundamentado neste decreto e na perspectiva ideológica de “modernizar” as instituições do poder executivo federal, o governo Temer<sup>6</sup> (2016-2018) elaborou a Instrução Normativa 01/2018 prevendo a implementação de programas de gestão com base na produtividade da/o servidora/or seja na modalidade por tarefa, semipresencial ou teletrabalho<sup>7</sup>. Nestes casos, são de inteira responsabilidade da/o trabalhadora/or a estrutura física, tecnológica e de equipamentos adequados para realização das atividades laborais, bem como as despesas decorrentes, como energia elétrica e internet<sup>8</sup>. Essa normativa

---

<sup>3</sup> Que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

<sup>4</sup> Realizada no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) através do Plano Diretor da Reforma do Estado do próprio Ministério da Administração e da Reforma do Estado na segunda metade da década de 1990.

<sup>5</sup> A partir do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995.

<sup>6</sup> Que assumiu o poder através de um golpe jurídico-parlamentar à democracia brasileira, com apoio da grande mídia, e pôs fim aos governos de conciliação de classes construídos por Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016).

<sup>7</sup> Planos de trabalho que não constituem direito da/o servidora/or e demandados apenas à interesse da instituição.

<sup>8</sup> Não encontramos registros de experiências da adesão a esses programas de gestão na educação federal. No âmbito do poder executivo federal, o INSS é um exemplo das instituições que aderiu ao teletrabalho desde 2018.



serviu de base para regulamentar o trabalho remoto na pandemia da covid-19.

A diferença entre o teletrabalho e o trabalho remoto é que o primeiro acontece de maneira permanente e completamente fora da instituição. Já o segundo pode ocorrer de forma híbrida, dentro ou fora da instituição, temporária ou esporadicamente. Ambos os controles são feitos com base no resultado quantitativo de atendimentos, de processos administrativos respondidos/encaminhados, de ações e atividades realizadas (ou não), por exemplo. Não há, portanto, controle das horas que compõem a jornada de trabalho. No setor privado o teletrabalho não gera qualquer valor adicional além dos acordos previstos em contrato, podendo, em alguns casos, haver reembolso de parte das despesas (ANTUNES, 2020).

Esta mesma lógica tem sido aplicada aos serviços mediados pelo Estado. O incremento de tecnologias informacionais tem sido utilizado para rebaixar o custo das despesas de manutenção das instituições, repassando parte destas para as/os trabalhadoras/es, bem como ceifando direitos conquistados e reduzindo os salários. E o trabalho remoto no capitalismo não escondeu sua face nem mesmo no contexto de pandemia, afinal, implicou para algumas categorias no corte de direitos e benefícios. Entre as perdas para as/os que se inseriram na nova modalidade estão o adicional ocupacional de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por raio-x, além dos auxílios

transporte, adicional noturno e adicional por serviço extraordinário<sup>9</sup>.

A pesquisa realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Sergipe (SINTUFS) sobre as condições do trabalho remoto na pandemia apontou como consequências<sup>10</sup>: o aumento da sobrecarga de trabalho e a pressão sobre os resultados e metas a serem alcançadas; o rompimento do limite da carga horária de trabalho, a perda da distinção entre o espaço de trabalho e o ambiente doméstico, impactando na redução do tempo antes destinado pelas/os trabalhadoras/es (efetivas/os e terceirizadas/os) à sua vida privada. Além do aumento do nível de exposição às demandas de trabalho que não têm controle e chegam por todos os canais telemáticos de comunicação (correio eletrônico, telefone, aplicativos de mensagens e redes sociais), há servidoras/es cujos dados de contatos pessoais estão expostos nos canais oficiais de comunicação institucionais retirando-lhes total condição de privacidade.

Estas sequelas são exemplos de que a experiência do trabalho remoto na pandemia está servindo para desmistificar “o canto da sereia” sobre essa “nova” modalidade, como comprova também a pesquisa de Viana (2014) acerca da intensificação da exploração da/o trabalhadora/or a partir do teletrabalho. Na pesquisa desta autora, realizada antes da

---

<sup>9</sup> Recomendação prevista nas Instruções Normativas nº 27 e 28/2020 do Ministério da Economia. Mas, não só. No Poder Judiciário várias categorias também tiveram os benefícios cortados em razão do trabalho remoto.

<sup>10</sup> Pesquisa intitulada “**As implicações do trabalho remoto na UFS durante a pandemia**: impressões preliminares das lutas que estão por vir”. Disponível em: <http://sintufs.org.br/conteudo/1020/artigo>. Acesso em: 13 jul. 2020.

pandemia, as experiências apontaram que, ao contrário das instituições, é a/o trabalhadora/or quem flexibiliza o seu tempo, implicando na ampliação da sua jornada de trabalho. Revela também uma tendência de elevação do nível de adoecimento das/os funcionárias/os “pelo clima de desconfiança, incertezas e intimidação, por um sentimento de vigilância” (VIANA, 2014, p. 209). Essa forma diferenciada de controle do trabalho medida pela produtividade gera medo e tensão em decorrência da sensação de ameaça constante.

A regulamentação do trabalho remoto ainda é muito vulnerável. Apesar da contrarreforma trabalhista de 2017 regulamentar algumas medidas para aquelas/es que são reguladas/os pelo regime celetista, para quem atua nos serviços públicos a regulação ainda é muito incipiente e as condições de trabalho expressam quase nenhum direito para o funcionalismo<sup>11</sup>. Do nosso ponto de vista, o discurso da “modernização” enviesada pela precarização e ajuste fiscal sobre o orçamento público é utilizado para desresponsabilizar o Estado pela garantia até mesmo da infraestrutura necessária à realização do nosso trabalho e prestação dos serviços. Implica em economia para as instituições, mas em aumento de despesa para a/o trabalhadora/or, posto que os custos com equipamentos e sua manutenção, o consumo de energia elétrica, água, telefonia e serviço de internet são transferidos para a/o servidora/or.

A estratégia do trabalho remoto nas condições em que aí estão não reduz apenas o custo da força de trabalho para o

---

<sup>11</sup> É sempre imprescindível destacar que, se há condições de trabalho realizado de forma presencial como direitos constituídos e assegurados na prática, é porque foi resultado de uma luta histórica desse segmento da classe trabalhadora.

Estado, mas também tende a dividir e distanciar as/os trabalhadoras/es. Ao retirá-las/os de seu cotidiano laboral, evidencia uma nítida barreira à manutenção das relações interpessoais que são construídas no ambiente de trabalho. Além disso, tende a fragilizar e afastar a/o trabalhadora/or do poder de organização e mobilização, inclusive, sindical, reconduzindo a comunicação entre esses para os meios telemáticos.

O trabalho remoto (assim como o teletrabalho) esconde a armadilha de tornar a nossa participação menos efetiva nas decisões institucionais, da possibilidade de conviver e construir laços e relações com nossos pares e usuárias/os dos serviços – a exemplo da relação que é construída com a comunidade estudantil nessas instituições de ensino.

Essa conjuntura de mudanças aberta em 2020 pela pandemia aponta para a necessidade de que as organizações de classe (sindicatos, conselhos, associações, centrais sindicais, federações e fóruns) precisam pautar as condições adequadas de realização do trabalho remoto, semipresencial, teletrabalho ou por tarefas. O governo federal já sinalizou que apenas os três primeiros meses de trabalho remoto renderam uma economia de quase meio milhão de reais<sup>12</sup>. Portanto, seria ingênuo supor que essa modalidade de trabalho seja desconsiderada na contrarreforma administrativa que se avizinha.

---

<sup>12</sup> Dados publicados em matéria do jornal *Correio Brasiliense*. Disponível em:

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/05/internas\\_economia,869461/home-office-de-servidores-gera-corte-anual-de-gastos-de-ate-r-500-mil.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/05/internas_economia,869461/home-office-de-servidores-gera-corte-anual-de-gastos-de-ate-r-500-mil.shtml). Acesso em: 7 jun. 2020.

Neste sentido, precisamos colocar esse tema na pauta e fortalecer nossa capacidade organizativa para fazer frente às novas mudanças antes que sejam realizadas de forma unilateral e sem diálogo, gerando ainda mais adoecimento das/os trabalhadoras/es e precarização das condições de trabalho, sobretudo, para as mulheres que têm sido as mais penalizadas nesse processo, como demonstraremos a seguir.

### **3 Os impactos do trabalho remoto para as mulheres trabalhadoras da educação na pandemia da covid-19**

O cotidiano da vida social é atravessado por desafios e demandas de diferentes dimensões que exponenciam as condições de existências da classe trabalhadora. A cotidianidade é marcada por construções sociais de gênero que impõem papéis sociais sexuais que reforçam a divisão sexual do trabalho, de forma a impactar sobremaneira a vida das mulheres trabalhadoras. Essa divisão caracteriza-se pela “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)”. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

A divisão sexual do trabalho se espalha historicamente e socialmente tendo como base dois princípios organizadores:

[...] o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante

um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie. Se os dois princípios (de separação e hierárquico) encontram-se em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isto não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, ela tem inclusive uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço, como demonstraram fartamente antropólogos e historiadores(as). O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo (IBID., p. 599-600).

Os princípios de separação e hierárquico estão modulando a divisão social e sexual do trabalho no âmbito produtivo e reprodutivo. Logo, as jornadas de trabalho são ampliadas e extenuantes para as mulheres que se desdobram para dar conta da jornada de trabalho na ocupação do espaço público somada às jornadas do espaço privado, contabilizando jornadas duplas, triplas ou mesmo de dimensões imensuráveis pela sobrecarga que lhes são atribuídas no trabalho doméstico (reprodutivo) não remunerado. Essa situação se agrava para as mulheres trabalhadoras com a incorporação do trabalho remoto, adotado em muitas instituições, nesse momento, como medida de prevenção aos riscos de contaminação devido ao cenário de crise sanitária mundial posta pela pandemia da covid-19.

Entre as características decorrentes desse contexto e que impactam os seres humanos de maneiras específicas, os estudos da Fiocruz (2020a, p. 2) destacam as seguintes:

Desconfiança no processo de gestão e coordenação dos protocolos de biossegurança; Necessidade de se adaptar aos novos protocolos de biossegurança; Falta de equipamentos de proteção individual em algumas estruturas sanitárias; Risco de ser infectado e infectar outros; Sintomas comuns de outros problemas (febre, por exemplo) podem ser confundidos com Covid-19; Preocupação por seus filhos ficarem sem as referências de cuidado e trocas sociais, isto é, sem a convivência nas escolas, distanciamento da rede socioafetiva: avós, amigos, vizinhos, etc; Risco de agravamento de saúde mental e física de crianças, pessoas com deficiência ou idosos que tenham sido separados de seus pais ou cuidadores devido a quarentena; Alteração dos fluxos de locomoção e deslocamento social.

Nos últimos meses temos acompanhado e comprovado nas próprias vivências os impactos do distanciamento social na saúde mental e na atenção psicossocial, especialmente porque “a mudança brusca nas atividades do dia a dia (ex., rotina de trabalho, estudos e convívio comunitário), por vezes sem previsão de quando ocorrerá o retorno à ‘vida normal’, pode provocar sofrimento e insegurança [...]” (FIOCRUZ, 2020b, p. 4). Acrescido a essa questão, “[...] a diminuição das interações face a face tende a gerar a sensação de isolamento social, a qual é comumente acompanhada pela sensação de isolamento emocional e de privação de liberdade”(IBID).

Vivenciar a pandemia da covid-19 e o seu célere avanço nos coloca em uma condição de maior vulnerabilidade, sobretudo, pelos agravos decorrentes da “[...] rápida mudança nos modos de vida habituais [que] pode contribuir para o desencadeamento de reações e sintomas de estresse, ansiedade e depressão” (FIOCRUZ, 2020b, p. 5,

acrécimo nosso). Enfatizamos que “o medo de ser acometido por uma doença potencialmente fatal, cuja causa e progressão ainda são pouco conhecidas, afeta o bem-estar psicológico das pessoas” (IBID). De igual modo, gera preocupação a incidência de outros sintomas, pois

estudos têm revelado ainda que outros sintomas psicológicos são recorrentes em situações de distanciamento social, a saber: solidão, desesperança, angústia, exaustão, irritabilidade, tédio, raiva e sensação de abandono. Observa-se também maior probabilidade de ocorrência de distúrbios do sono, abuso de substâncias psicoativas e ideação suicida, bem como agravamento de transtornos mentais preexistentes (FIOCRUZ, 2020b, p. 5).

A classe trabalhadora já convivia, antes da pandemia, com doenças acometidas pelo trabalho e agravos à saúde mental decorrentes das relações de trabalho e da precarização das condições de trabalho. Relatos da experiência do trabalho remoto apontam para o agravamento das condições de saúde das/os trabalhadoras/es e acometimentos de novos quadros de adoecimentos pela dinâmica de trabalho estabelecida. Esse contexto se mostra ainda mais preocupante no caso das mulheres, haja vista o acúmulo e os desafios da rotina do trabalho remoto e do trabalho doméstico, assumido majoritariamente por elas como reflexo da divisão sexual do trabalho e do patriarcado como um sistema de poder que hierarquiza e as oprime. A “opressão fundamental vem do sistema de classe sexual, que se inicia na família biológica e se expande na divisão sexual hierárquica da sociedade e nos



papéis sexuais que são atribuídos a uns e outros”. (CRUZ, 2005, p. 39).

Na perspectiva de dialogar com o propósito desse estudo, focaremos na abordagem dos impactos do trabalho remoto para as mulheres trabalhadoras da educação na pandemia da covid-19, trazendo à tona as particularidades das experiências vivenciadas por elas nas Universidades e nos Institutos Federais. Com exceção dos hospitais universitários<sup>13</sup> e grupos de pesquisa que estão atuando na linha de frente do combate à pandemia, em ambas as instituições as atividades presenciais estão suspensas – preservados alguns serviços considerados essenciais com escala de revezamento que mantém as rotinas de trabalho presencialmente. Nessas instituições os demais fluxos de funcionamento estão sendo pautados pelo movimento de defesa da implantação do Ensino Remoto, com moldes semelhantes ao Ensino à Distância. Este constitui parte dos projetos em disputa que ganham relevo na conjuntura política e econômica do país, em completa contraposição ao movimento de defesa da educação pública, gratuita, presencial, laica, de qualidade, inclusiva e de referência social.

Em algumas dessas instituições, o funcionamento já vem se dando com a implantação do Ensino Remoto, não obstante o rechaço da comunidade acadêmica diante das vulnerabilidades socioeconômicas, sociodigitais, socioafetivas e socioemocionais, exacerbadas pela pandemia da covid-19.

---

<sup>13</sup> Ressaltamos que algumas/uns trabalhadoras/es, pesquisadoras/es e estudantes que possuem comorbidades que as/os tornam mais frágeis ao risco letal do novo coronavírus também foram afastadas/os e adaptadas/os ao trabalho remoto. Porém, não sem intervenção sindical, a exemplo do que ocorreu no Hospital Universitário de Aracaju (SE).

Essas vulnerabilidades traduzem as dificuldades de acesso e permanência, bem como os desafios das condições de trabalho e de estudos impostos às/aos trabalhadoras/es e às/aos estudantes, refletindo em prejuízos e comprometimentos aos objetivos da educação pública e de sua função social.

Em outras, o Ensino Remoto encontra-se em vias de implantação, mesmo com todas as problemáticas que causará ao conjunto das/os estudantes e das/os trabalhadoras/es da educação, expressando assim a rendição à programática do (des)governo federal do desmonte da educação pública, comprometendo os princípios da democratização do acesso e da permanência. Ao mesmo tempo, corrobora com o estímulo à produtividade desenfreada que gera danos às condições de saúde daquelas/es que se inserem na política de educação, seja como trabalhadora/or ou como estudante.

Em contrapartida, há também reduto de resistência em determinadas instituições pelo Brasil afora em defesa dos pressupostos e dos princípios da educação pública, de qualidade, presencial e socialmente referenciada. São instituições que vêm desenvolvendo atividades, projetos, serviços e cursos nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica remotamente, sem a obrigatoriedade arbitrária de considerar essas atividades como continuidade do calendário acadêmico. Sem as exigências e os aprisionamentos da produtividade em larga escala, como forma de minimizar os impactos da pandemia, vêm respeitando os limites, as condições de vida e o ritmo da produção de cada uma/um.

Face ao emaranhado das instabilidades, das incertezas, das inseguranças, dos medos e dos agravos à saúde como impactos resultantes – provocados e/ou intensificados pela pandemia da covid-19 – adicionado ao avolumado quantitativo de informações e às mudanças recorrentes que caracterizam esse cenário de crise sanitária, “[...] é esperado que as pessoas apresentem queda na capacidade de concentração, bem como sensação de letargia, o que muitas vezes leva à diminuição do interesse para realizar atividades cotidianas”. (FIOCRUZ, 2020b, p. 6-7). Esses impactos afetam as condições de vida e existências, por conseguinte, as condições de realização e desenvolvimento do trabalho, bem como da produção do conhecimento.

No caso das mulheres trabalhadoras da educação nas Universidades e nos Institutos Federais vamos expor alguns dos impactos provocados ou, de certo modo, intensificados pela pandemia da covid-19 e pelo trabalho remoto, como forma de possibilitar socialização e reflexões acerca do que essas trabalhadoras experienciam, dado o grau de maior adoecimento e sobrecarga de trabalho para elas.

O assédio moral encontra terreno fértil nesse contexto do trabalho remoto para se reproduzir, e, como uma prática presente no cotidiano do trabalho (remunerado) das mulheres vem causando adoecimentos somados aos adoecimentos decorrentes da pandemia. As chefias imediatas cobram a produtividade das atividades sem relacionar à atual conjuntura de crise social e sanitária que estamos vivendo. Agem como se estivéssemos dispostos de condições objetivas e subjetivas de trabalho que nos possibilitam produzir no mesmo nível anterior aos impactos da pandemia. Aliás, as

cobranças vão na direção de um ritmo maior e mais acelerado na produtividade para alcance de metas, ainda que elas impliquem consequências devastadoras para a saúde das mulheres.

As cobranças são explícitas e implícitas legitimadas como se o fato de estarmos “em casa” correspondesse ao significado de termos a disponibilidade para o trabalho a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana. Há situação em que chegam ao ponto de cobrar de forma intimidatória, até mesmo exigir, participação em reuniões e atividades remotas<sup>14</sup> e respostas tempestivas a demandas do trabalho em horários que extrapolam os horários das rotinas de trabalho, agora sem horários fixos, por mais que tentemos estabelecer rotinas e jornadas pré-definidas de acordo com a jornada de trabalho diária exercida outrora. Antes tínhamos os horários delimitados com 6h, 8h ou 12 horas (em caso de regime de plantão) de trabalho diárias, a exemplo da especificidade de trabalho desenvolvida pelas mulheres trabalhadoras lotadas nos hospitais universitários. Com a pandemia e a mediação das tecnologias para a operacionalização do trabalho remoto as rotinas extrapolam as cargas horárias de trabalho, principalmente porque as demandas se multiplicaram, se complexificaram e estão a exigir respostas imediatas e céleres, invadindo e misturando-se a outras demandas da vida cotidiana, já que a casa é o ambiente da realização do trabalho remoto, das atividades pessoais, familiares e domésticas. Essa condição culmina em

---

<sup>14</sup> Atividades realizadas em plataformas virtuais contratadas pelas instituições e em que se realizam reuniões em tempo real com as equipes de trabalho.

acúmulo e sobrecarrega muito mais as mulheres, casadas ou solteiras, com filhos ou sem filhos.

Muitas chefias insistem em ignorar que os impactos da pandemia influenciam no nível de concentração, nas condições de planejamento e de execução das tarefas do trabalho, no ritmo da produtividade e de respostas às demandas do trabalho. Ao ignorar esses agravos passam a assediar e a exigir uma produção desenfreada que tende a adoecer cada vez mais as trabalhadoras: tanto aquelas que respondem às cobranças tentando ao máximo produzir e dar respostas profissionais tempestivas como se tudo estivesse em seu funcionamento regular, quanto aquelas mulheres que não conseguem cumprir as metas ou dar respostas satisfatórias ao trabalho e às chefias por não disporem de condições objetivas e subjetivas no momento. Acirra-se, portanto, a lógica cruel de comparação da produtividade e nível de colaboração nas demandas por suas chefias, colegas de trabalho ou por elas próprias, gerando o sentimento de competitividade e adoecendo-as ainda mais.

A sobrecarga de trabalho é visível para as mulheres que acumulam as jornadas do trabalho remoto às jornadas do trabalho doméstico e às jornadas de apoio às atividades escolares das/os filhas/os, visto que a medida do distanciamento social trouxe também essas tarefas para o ambiente doméstico, coincidindo e até competindo com o uso dos mesmos aparelhos/dispositivos tecnológicos/digitais, os horários e a concentração para as atividades de trabalho remoto ou doméstico desenvolvidas por suas mães, pais e/ou outras/os responsáveis. No entanto, as dimensões histórica, social e cultural da divisão sexual do trabalho, do patriarcado,

do sexismo e do machismo estrutural implicam em maior acúmulo e sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado às mulheres. Muitas das vezes invisível (por mais que seja uma carga extenuante de trabalho) às outras pessoas que usufruem desse trabalho reprodutivo, constituindo-se como determinante para as condições de realização do trabalho remunerado e para a existência propriamente dita.

As mulheres desde o amanhecer “mergulham automaticamente” na rotina do trabalho remoto respondendo mensagens e demandas que chegam na sua conta de telefonia pessoal (poucas são aquelas que possuem contas comerciais institucionais) ou através de redes sociais e grupos de aplicativos de conversa usados para os atendimentos e respostas de demandas vindas das chefias imediatas, dos pares e das/os usuárias/os dos serviços que desenvolvem; no e-mail pessoal ou institucional; recebendo ou fazendo ligações para atendimentos, acolhimentos, acompanhamentos, orientações e encaminhamentos para outros setores, outras/os profissionais ou instituições que possam atender às demandas apresentadas; participando de reuniões virtuais, debates ao vivo, cursos de formação continuada, oficinas, bem como outras atividades remotas; elaborando documentos, pareceres, relatórios (inclusive das atividades desenvolvidas para o registro nos sistemas de ponto eletrônico, como mecanismo de controle da produtividade e das metas), entre outras ações; demandas e respostas profissionais que se estendem até o anoitecer, sem limites de horários ou dias, tendo em vista que nos finais de semana ou feriados elas também são objetos de solicitação, análise, discussão e resoluções profissionais,

aumentando a sobrecarga e as tendências à intensificação dos processos de adoecimentos.

No Brasil, em que o machismo e a misoginia vêm sendo reproduzidos pelo atual presidente da República, o trabalho doméstico é atravessado pelas demandas do trabalho remoto e coexistem com as demandas assumidas historicamente como papel exclusivo das mulheres (reflexo da propagação dos papéis sociais sexuais), ampliando as demandas para elas. Se antes da pandemia não havia divisão das tarefas domésticas e de suporte às/aos filhas/os, muito raramente mesmo tendo um esposo/companheiro pouco ou nada (literalmente) será feito para mudar essa realidade. No escopo de uma convivência/relação homoafetiva, as duas terão atividades domésticas além das demandas do trabalho remoto, sendo cumulativas para as duas mulheres. E em casos de mãe solo ou mulheres que vivem sozinhas sem filhas/os essas demandas são assumidas por elas exclusivamente, como um dado potencial que também gera níveis de esgotamento e adoecimento, pois são as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e o trabalho remoto. Com filhas/os ou pessoas idosas em casa as demandas são maiores porque esse cuidado fica sendo exclusivo das mulheres, fazendo alusão ao princípio de separação e ao princípio hierárquico da divisão sexual do trabalho.

Ainda que estejam enfrentando os efeitos e os agravos da pandemia da covid-19, as mulheres continuam sendo as mais afetadas com a sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado. Desse modo, “devido à saturação dos sistemas de saúde e ao fechamento das escolas, as tarefas do cuidado recaem principalmente sobre as mulheres, que, em geral, têm

a responsabilidade de cuidar de familiares doentes, pessoas idosas e crianças”. (ONU MULHERES, 2020, p. 1). Essa configuração, pois, associa-se às construções sociais de gênero e aos papéis sociais sexuados atrelados às concepções de cuidados e responsabilidades atribuída aos homens que se preocupam com o dinheiro, a carreira, as ideias e o progresso; e, às mulheres que cuidam de suas famílias, vizinhos, amigos, como pressupostos basilares do patriarcado e do sexismo (CHIES, 2010; NASCIMENTO, 2019).

As mulheres trabalhadoras que são pesquisadoras também são afetadas diretamente pelo acúmulo dessas jornadas do trabalho remoto e do trabalho doméstico no que se refere às pesquisas realizadas e as produções acadêmicas, posto que essa sobrecarga e os agravos da pandemia comprometem as condições de levantamento de dados, leituras, fichamentos, sistematização de dados, produção do conhecimento e publicações. Essas implicações reduzem as taxas de produção técnica e científica das mulheres, com rebatimentos nas suas respectivas carreiras enquanto mulheres, trabalhadoras e pesquisadoras.

Os atributos de gênero, por sua vez, expressam a estrutura da ocupação dos cargos de direção em pesquisa, a exemplo dos dados relativos aos 126 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT): 109 dirigidos por homens e 17 dirigidos por mulheres; do mesmo modo, o marcador gênero ainda indica menor participação das pesquisadoras na Academia Brasileira de Ciências (ABC): 795 homens e 122 mulheres. (MOURA, 2020). Mesmo sendo em número menor, as mulheres assumem protagonismo relevante como trabalhadora e pesquisadora, com jornadas cumulativas e



desgastantes, em espaços da ciência outrora exclusivos aos homens.

Sabe-se que com “as restrições a deslocamentos, a suspensão de atividades em escolas, locais de trabalho ou de convívio comunitário intensificam o contato entre as pessoas residentes no mesmo domicílio”. (FIOCRUZ, 2020b, p. 5). Vale demarcar que “em alguns casos, essa condição amplifica a exposição a situações de violência, principalmente para pessoas que ficam expostas à presença de agressor no domicílio”. (IBID). Isso nos leva a refletir sobre outra questão grave que impacta e ceifa lamentavelmente a vida das mulheres: o aumento da violência doméstica e familiar. Portanto, a medida do distanciamento social provoca alterações e consequências nas relações sociais familiares. Por um lado, revelando possibilidades de estreitar e fortalecer os vínculos afetivos entre as pessoas que convivem na mesma casa; por outro lado, essa convivência mais constante está produzindo conflitos ou ativando os que já faziam parte das relações familiares no ambiente doméstico.

Cumpramos registrar o alerta da Organização Mundial de Saúde (OMS) quanto ao aumento da violência contra a mulher, cujos sinais de elevação já datavam do início da pandemia da covid-19 no cenário mundial. No caso do Brasil, os casos de violência contra a mulher também apresentaram crescimento, não obstante a redução no número de registros dos boletins de ocorrência por violência doméstica após as primeiras experiências do distanciamento social, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Entretanto, ampliou-se o quantitativo de mulheres que perderam a vida

por serem vítimas de feminicídios, apontando o alargamento da violência doméstica e familiar. (FIOCRUZ, 2020c).

Durante a pandemia da covid-19 a violência doméstica aumentou e continua aumentando assustadoramente, tendo como principais vítimas as mulheres que estão confinadas em casa com o seu agressor. As mulheres que conseguem sobreviver à violência “podem enfrentar obstáculos adicionais para fugir de situações violentas ou acessar ordens de proteção que salvam vidas e/ou serviços essenciais devido a fatores como restrições ao movimento em quarentena” (ONU MULHERES, 2020, p. 2), tornando-as refém dos agressores em casa pelas limitações impostas no contexto da pandemia.

O ambiente que deveria ser o lugar de proteção e segurança contraditoriamente é o lugar em que as mulheres são violentadas e assassinadas, como mostram os dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: no Brasil em 2018 a cada 2 minutos houve um registro de violência doméstica, totalizando 263.067 casos de lesão corporal dolosa; e, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio, sendo que em 88,8% dos casos o autor foi o companheiro ou ex-companheiro. (FBSP, 2019). Desta feita, a “[...] casa não é o lugar de segurança das mulheres, não é o porto seguro, mas sim, um espaço de confronto, de violência e morte de muitas mulheres”. (MESQUITA, 2020, p. 5).

#### **4 Considerações finais**

A pandemia da covid-19 provocou mudanças na organização da vida social e nas condições de vida da

humanidade, afetando as estruturas e dinâmicas sanitárias, sociais, econômicas, culturais e políticas. A letalidade se agrava a cada dia e mais vidas são ceifadas pela crise sanitária atual, mas que possui suas bases nas crises históricas, cíclicas e estrutural do capital. As mortes interseccionadas pelos marcadores de classe, raça e gênero traduzem o massacre e a dor que atingem maior parte da população constituída pela classe trabalhadora no mundo inteiro. A política de caráter genocida realizada pelo (des)governo brasileiro colocou o Brasil como epicentro da pandemia com mais de dois milhões de infectadas/os e caminhando para casa de 100 mil mortas/os, retrata os impactos da crise do capital e das expressões da questão social agudizadas em tempos de epidemia global do novo coronavírus.

As alterações decorrentes dessa tragédia sanitária implicaram rebatimentos também na organização e na realização do trabalho, contexto em que o trabalho remoto chega ao patamar de quase generalização para as/os trabalhadoras/es que dispõem de condições de trabalho que lhes permitem “ficar em casa” e aderir ao distanciamento social. Os desafios às/aos trabalhadoras/es que precisam se submeter aos riscos diários da contaminação/infecção da covid-19 são esdrúxulos e revelam o acirramento das contradições da relação capital x trabalho. Todavia, ainda que as/os trabalhadoras/es que estão inseridas/os no serviço público estejam em condições de maior proteção social e tenham melhores condições de trabalho, são trabalhadoras/es que enfrentam formas específicas de precarização do trabalho e impactos da pandemia, obviamente não comparáveis a outros processos de precarização vivenciados por grande

parte da classe trabalhadora subempregada, *uberizada* e controlada pelas plataformas digitais de aplicativos ou que compõe o exército industrial de reserva.

Sem o intento de comparar ou medir os processos de precarização do trabalho enfrentados por diferentes estratos da classe trabalhadora, problematizamos, nesse estudo, as particularidades da precarização do trabalho remoto que refletem a realidade das/os trabalhadoras/es da educação pública federal, listadas em seis pontos. Primeiramente, observamos uma tendência ao rompimento do controle da jornada de trabalho posto que abdica-se da assiduidade pelo alcance de metas e resultados. Segundo, como as/os trabalhadoras/es utilizam suas redes e seus equipamentos pessoais, as demandas não respeitam o período da jornada e tempo dedicado ao trabalho: se excedem, invadindo o tempo das horas livres, dedicada à vida privada. Terceiro, a modalidade remota reduz os custos dos serviços básicos como água, energia elétrica, internet e uso de equipamentos das instituições e transfere parte dessas despesas para a/o servidora/or. Quarto, conseqüentemente, por esta mesma razão implica na redução dos salários destas/es trabalhadoras/es, pois utilizarão sua remuneração para manter o funcionamento dos serviços institucionais. Quinto, há também uma invasão do espaço do trabalho sobre o ambiente doméstico provocando alteração na rotina, na relação da/o trabalhadora/or com esse ambiente e seus coabitantes. Sexto, identificamos que a sobrecarga de trabalho é ainda maior sobre as mulheres porque numa sociedade impregnada pela reprodução do machismo e sexismo na sua história, como é o

caso da realidade brasileira, elas acumulam nesse ambiente a maior parte, senão todas, as tarefas domésticas.

No trabalho remoto, o assédio moral e a sobrecarga de trabalho se manifestam mais aparentes e ganham contornos particulares, pois, como dissemos, não tem hora fixa delimitada para a jornada diária de trabalho, dinâmica reforçada pelo *modus operandi* das tecnologias e redes digitais, sociais e comunicacionais acessadas para desenvolver o trabalho remotamente. As mulheres, embora sobrecarregadas, incorporam a ideia enraizada, desde a socialização na infância, de que possuem superpoderes, a exemplo da associação à personagem Mulher-Maravilha, ou, que exercem poder/função de monarca do/no lar, quando são caricaturizadas como Rainha do Lar. Na verdade, vítimas desses estereótipos tendem a incorporar e a executar as múltiplas jornadas de trabalho, das tarefas domésticas e outras áreas da vida como se fossem dotadas de superpoderes, “reais” apenas nos contos de ficção científica, que lhes dão, em tese, condição de fazer “tudo” sem terem o direito de ecoar que estão cansadas, esgotadas e adoecidas pelo acúmulo de atividades assumidas. A ideia que se apresenta como força motriz e engrenagem de sustentação consciente ou inconsciente de que, mesmo em situação de esgotamento físico e mental, as mulheres dão conta “de tudo” reflete expressões da violência e opressão que elas sofrem.

Esperamos que as reflexões contribuam para instigar o debate, que não se esgota aqui, demandando mais pesquisas e aprofundamento das análises, incluindo a questão étnico-racial nesse processo. Ainda que este tema esteja indiretamente tangenciado no objetivo do presente texto, seu

recorte é fundamental no Brasil, cuja formação social é estruturada sobre bases racistas. O esforço da análise crítica com o recorte de gênero se propôs ao exercício da exposição das mediações do real pensado a partir das experiências cotidianas, como ato político para oxigenar o fôlego necessário às lutas a serem travadas pela classe trabalhadora, particularmente as mulheres trabalhadoras que vivenciam condições ainda mais precárias de trabalho e de vida. Que possamos ampliar as possibilidades de nos acolhermos e fortalecer a sororidade e dororidade para enfrentarmos os impactos do patriarcado, do machismo estrutural, da misoginia, do sexismo, da precarização das relações de trabalho, do desemprego, dos ataques aos direitos da classe trabalhadora, com maiores rebatimentos às mulheres, e, os determinantes das raízes do adoecimento, da invisibilidade, da necropolítica que têm marcado o cotidiano das mulheres (não apenas das servidoras públicas, mas de todas as mulheres da sociedade brasileira e mundial), sobretudo, pobres e negras. Isto demandará esforços no sentido da mobilização e organizações política dos movimentos sociais e sindicais não só da Educação, mas de todos os segmentos. Qualquer saída contra o avanço das novas modalidades de exploração do trabalho exigirá uma reação coletiva e na direção de uma nova forma de sociabilidade capaz de superar a crise sanitária e humanitária posta pelo capitalismo.

## Referências

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado (Pandemia Capital)*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BARBOSA, F. S; MOREIRA, T. C. J. As implicações do trabalho remoto na UFS durante a pandemia: impressões preliminares das lutas que estão por vir. *Sintufs*, São Cristóvão, 13 jul. 2020. Disponível em <http://sintufs.org.br/conteudo/1020/artigo>. Acesso em 13 jul. 2020.
- BARBOSA, M. Home office de servidores gera corte anual de gastos de até R\$ 500 milhões. *Correio Braziliense*, Brasília, 05 jun. 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/05/internas\\_economia,869461/home-office-de-servidores-gera-corte-anual-de-gastos-de-ate-r-500-mil.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/05/internas_economia,869461/home-office-de-servidores-gera-corte-anual-de-gastos-de-ate-r-500-mil.shtml). Acesso em: 7 jun. 2020.
- BRASIL. *Novo modelo de gestão integrada do trabalho presencial e remoto*. Resolução 677/2020. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2020.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *Instrução Normativa nº 1*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 31 ago. 2018.

Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39382838/d01-2018-09-03-instrucao-normativa-n-1-de-31-de-agosto-de-2018-39382704](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39382838/d01-2018-09-03-instrucao-normativa-n-1-de-31-de-agosto-de-2018-39382704). Acesso em: 12 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia. *Instrução Normativa nº 27*. Brasília, DF: Ministério da Economia, 25 mar. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-27-de-25-de-marco-de-2020-249807664>. Acesso em: 12 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia. *Instrução Normativa nº 28*. Brasília, DF: Ministério da Economia, 25 mar. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-28-de-25-de-marco-de-2020-249807751>. Acesso em: 12 mai. 2020.

BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.18, n.2, maio-agosto, 2010, p. 507-528.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2010000200013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 13 jul. 2020.

CRUZ, Maria Helena Santana. *Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade*. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*. Ano 13, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp->



[content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](#). Acesso em: 13 jul. 2020.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. Recomendações gerais. In: *Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19*. Ministério da Saúde, Fiocruz: Brasília, 2020a.

\_\_\_\_\_. A quarentena na Covid-19: orientações e estratégias de cuidado. In: *Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19*. Ministério da Saúde, Fiocruz: Brasília, 2020b.

\_\_\_\_\_. Violência doméstica e familiar na Covid-19. In: *Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19*. Ministério da Saúde, Fiocruz: Brasília, 2020c.

HASSEL, R. Governo inicia pesquisa para ver desempenho de servidor em home office. *Correio Braziliense*, Brasília, 11 maio 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/05/11/internas\\_economia,853394/governo-inicia-pesquisa-para-ver-desempenho-de-servidor-em-home-office.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/05/11/internas_economia,853394/governo-inicia-pesquisa-para-ver-desempenho-de-servidor-em-home-office.shtml). Acesso em: 15 mai. 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez., 2007, p. 595-609.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

\_\_\_\_\_. *Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho*. SP: UNICAMP. IE, 1998.

MESQUITA, Andréa Pacheco de. *As Mulheres, o Covid-19 e o confinamento social: será a casa o lugar mais seguro para as mulheres?* Conselho Regional de Serviço Social de Alagoas, CRESS–AL, abril, 2020. Disponível em: <http://www.cress16.org.br/noticias/as-mulheres-o-covid-19-e-o-confinamento-social-sera-a-casa-o-lugar-mais-seguro-para-as-mulheres>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. *O poder da ideologia*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOURA, Mariana. Mulheres na ciência: avanços e perspectivas das cientistas no Brasil. In: *Feminismo: por que lutamos*. Curso On-line, Escola de Formação Política Castro Alves, Aula 7, maio, 2020.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. *Juventudes em cena no cotidiano escolar: movimentos de (re)produção de silenciamentos, regulações de gênero, subversões e resistências*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. 317p.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ONU MULHERES. *Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta*. ONU Mulheres, março, 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp->

[content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19\\_LAC.pdf](#). Acesso em: 5 jul. 2020.

VIANNA, J.A. *As mudanças no mundo do trabalho: um estudo sobre o trabalho mediado por tecnologias de informação e comunicação e os efeitos sobre o trabalhador*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014.

# A SUPEREXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES DE APLICATIVO

*Thays Fidelis<sup>1</sup>*  
*Liana Barradas<sup>2</sup>*

## 1 Introdução

Marx em seus diversos escritos nos revela a centralidade do trabalho enquanto categoria essencial para entendermos a vida social. Partindo dessa centralidade e da particularidade do capitalismo brasileiro (enquanto país da periferia do capitalismo) buscamos entender como a classe trabalhadora vem se reproduzindo atualmente, em especial a parcela dos trabalhadores que foram expulsos das relações formais de trabalho e recorreram às plataformas digitais para garantir sua reprodução. Essas plataformas digitais, desde o início do século XXI, vem sugando a mão de obra descartada dos setores produtivos e de circulação do capital: seja como motoristas, seja como entregadores.

Entendemos que a categoria *superexploração da força de trabalho* desenvolvida por Ruy Mauro Marini nos ajuda a entender como essa nova estratégia de apropriação da mais-

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social pela UFRJ. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na UFAL, professora substituta da Faculdade de Serviço Social da UFAL e Assistente Social do Hospital Regional do Norte/AL. Contato eletrônico: thays.karoll@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Atualmente é professora adjunta do curso de Serviço Social da Universidade de Pernambuco – UPE. Contato eletrônico: liana.barradas@upe.br.

valia no setor da circulação é, na verdade, uma tendência do capitalismo em sua fase de crise estrutural. Esta tem uma face própria nos países da periferia do capitalismo, aprofundando os mecanismos de exploração da força de trabalho e criando outros mecanismos que levam ao consumo do fundo de vida dos trabalhadores.

O presente escrito se debruça sobre algumas obras de Marx e de uma série de estudiosos do campo marxista como Mészáros, Marini, Antunes, Hirata, entre outros, buscando desvendar uma realidade que durante a pandemia da covid-19 teve um *boom* e acabou tornando-se a realidade de grande parcela da classe trabalhadora: o trabalho por aplicativo.

## **2 A categoria superexploração e a saúde dos trabalhadores**

A troca desigual entre os países centrais e periféricos resulta numa tentativa de compensação da perda de mais-valia dos países desfavorecidos. Essa tentativa se dá, essencialmente, através da superexploração da força de trabalho. Marini pontua as três principais formas da superexploração: aumento da intensidade do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e redução do consumo dos trabalhadores abaixo do seu limite normal. As duas primeiras são as mais clássicas, dado que aconteceram anteriormente nos países industrializados (hoje chamados de centrais). A terceira forma Marx aponta no capítulo 24 d’*O capital* como uma das formas de aumentar o tempo de trabalho excedente, no qual “o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital” (apud MARINI, 2011, p.

148), ou seja, há um aumento no tempo de trabalho excedente apropriado pelos capitalistas e uma diminuição do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho, o que resulta numa reprodução da força de trabalho abaixo do seu valor histórico social.

Conforme Marini, essas três formas “configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (idem, p. 149) e correspondem ao “baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam” (idem, p. 149). Nos países centrais a tentativa de aumento da extração da mais-valia se dá através da elevação do consumo dos meios de trabalho através do incremento destes (por exemplo, maior consumo de matéria-prima devido o incremento tecnológico), recorrendo ao aumento de intensidade e/ou ao prolongamento da jornada de trabalho em momentos de crise. Nos países dependentes, dada a especificidade da produção<sup>3</sup>, a tentativa de aumento da extração da mais-valias se dá através da combinação entre a intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho e não do consumo elevado de capital constante, pois sua baixa industrialização ou seu baixo nível tecnológico lhes impõe o emprego desses mecanismos para tentar equiparar sua produtividade a dos países centrais. Além da extração de mais-valia por esses mecanismos padrões (mais-valia absoluta e relativa), o terceiro mecanismo demonstra uma apropriação da riqueza produzida referente ao tempo de trabalho socialmente necessário para a

---

<sup>3</sup>Especificidade abordada em Fidelis (2020).

reprodução do trabalhador. Esses mecanismos desenham as relações produtivas nos países dependentes que têm uma redução na composição do capital (menos capital constante e mais capital variável), elevando ao mesmo tempo as taxas de mais-valia e de lucro. Conforme Marini,

nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (Idem, p. 149).

Assim, a categoria superexploração pode ser entendida como “uma violação do valor da força de trabalho, seja porque a força de trabalho é paga abaixo do seu valor, seja porque é consumida pelo capital além das condições normais, levando ao esgotamento prematuro da força vital do trabalhador” (LUCE, 2013, p. 172). Ou seja, a superexploração da força de trabalho apropria-se do fundo de consumo (quando diminui a capacidade de consumo de produtos necessários à sua reprodução) e do fundo de vida dos trabalhadores (quando consome a força física e/ou mental dos trabalhadores).

Jaime Osório, um estudioso da teoria marxista de dependência, entende o fenômeno da superexploração como uma violação do valor da força de trabalho para a criação de uma tendência (própria do capitalismo dependente) que diminua o efeito da transferência de valor das economias dependentes para as centrais – processo no qual as economias dependentes estão submetidas devido ao desenvolvimento desigual e combinado e à divisão internacional do trabalho. Marisa Amaral e Marcelo Dias Carcanholo (2012, p. 99) apresentam a superexploração a partir de quatro formas:

Há quatro formas principais de superexploração [da força] do trabalho – atuando de forma isolada ou combinada (e esta última parece ser a tendência) – que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, quais sejam: a) o aumento da intensidade do trabalho; b) o prolongamento da jornada de trabalho; c) a apropriação, por parte do capitalista de parcela do fundo de consumo do trabalhador – então convertido em fundo de acumulação capitalista –, valendo o comentário de que esse mecanismo atua no sentido de criar ‘condições através das quais o capital viola o valor da força de trabalho’; e d) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal.

Essa descrição dialoga com a de Mathias Luce (2013) que também destrincha a terceira forma apresentada por Marx e Marini e apresenta a superexploração a partir de quatro modalidades: aumento da intensidade do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho, remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor e aumento do valor histórico-moral da força de trabalho sem pagamento correspondente.



A primeira forma/modalidade é o *aumento da intensidade do trabalho*. Ela pode ser analisada em casos bem cotidianos em que há o esgotamento prematuro da vida seja por adoecimento, seja por acidentes de trabalho. Mathias Luce faz uma comparação entre o aumento da produtividade e o aumento da intensidade:

enquanto o aumento de produtividade implica que o trabalho executado pelo trabalhador transforme maior quantidade de meios de produção no mesmo tempo, no aumento da intensidade há extração de mais-trabalho pelo capital mediante elevação do ritmo ou desgaste físico no mesmo tempo. E sempre que tal intensidade for elevada acima das condições normais, se estará superexplorando o trabalhador (LUCE, 2013, p. 180).

Apontemos, então, alguns exemplos para facilitar o entendimento dessa modalidade de superexploração. O primeiro deles é o da indústria automobilística no contexto histórico dos anos 1980 que dobra a produção com a mesma composição técnica do capital, fazendo o “milagre econômico” da Ditadura Empresarial-Militar. Outro exemplo é o do setor sucroalcooleiro que se utiliza do trabalho degradante dos cortadores de cana manuais; segundo Luce (2013)

em apenas dez minutos cada trabalhador corta 400kg de cana, desfere 131 golpes de facão e flexiona o tronco 138 vezes. Ao final de um dia de trabalho, após inúmeras sequências de operações repetitivas e extenuantes, são computados em média por trabalhador: 11,5 toneladas de cana cortada, 3.792 golpes de facão e 3.994 flexões de coluna.

Como resultado, tem-se expectativas de vida que não passam dos 35 anos de idade (LAAT apud LUCE, 2013, p. 181).

Poderíamos nos questionar: podemos combater a superexploração com o incentivo à mecanização das indústrias sucroalcooleiras? Devemos, no entanto, levar em consideração que o valor das mercadorias são determinados pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua (re)produção, então mesmo que haja mecanização de algumas indústrias sucroalcooleiras, as indústrias que não conseguirem inserir maquinários irão recorrer ao aumento da intensidade e os trabalhadores serão obrigados a cumprir cotas ainda maiores de produção, num processo de consumo do fundo de vida dos trabalhadores cada vez mais rápido.

Outro exemplo que podemos citar são os empregos com jornadas de trabalho menores, porém intensas, como é o caso dos telemarketings. Os trabalhadores desse ramo são os que desenvolvem, em maior quantidade, doenças físicas e psíquicas devido ao ritmo/níveis de intensidade, levando ao esgotamento prematuro.

Um último exemplo, que abordaremos mais detalhadamente na próxima seção é o dos trabalhadores de aplicativos, que por não terem vínculo trabalhista e assumirem todos os custos do serviço submetem-se a longas e exaustivas jornadas de trabalho.

Citamos todos esses exemplos para demonstrar que o aumento da intensidade de trabalho tem a longo prazo o esgotamento prematuro do fundo de vida e tem a curto prazo o adoecimento dos trabalhadores e a ocorrência de acidentes de trabalho. Além disso, para demonstrar que a

superexploração acontece tanto nos ramos em que os trabalhadores recebem altos salários como nos que vivem em condição de semiescravidão (como é o caso dos boias-frias): ela acontece em todos os setores em que há o esgotamento prematuro da corporeidade física e psíquica dos trabalhadores e que salário nenhum há de recompor.

A segunda modalidade que se refere ao *prolongamento da jornada de trabalho* trata da apropriação de anos de vida futuro dos trabalhadores, pois estes têm um prolongamento da jornada de trabalho semanal e/ou têm dois ou mais empregos para conseguir sobreviver. E mesmo que as horas extras sejam pagas e que os demais empregos também remunerem esse trabalhador, a superexploração permanece, pois o fundo de vida do trabalhador está sendo consumido e a remuneração não será suficiente para repor o desgaste de sua corporeidade viva.

É importante ressaltar que as duas modalidades de superexploração do trabalho *aumento da intensidade do trabalho* e *prolongamento da jornada de trabalho* abordadas até agora são legitimadas pelo Estado brasileiro por meios de leis, decretos e medidas provisórias, como por exemplo: banco de horas, abertura do comércio aos domingos, flexibilização da CLT para venda de 1/3 das férias e para redução em até 50% do horário do almoço, etc. Esses exemplos mais antigos estão sendo atualizados pelos últimos governos que passaram a permitir “acordos coletivos” de redução de salários e horas de trabalho para permanência de postos de emprego e com diversas medidas que atacam os direitos trabalhistas. Do ponto de vista do capital, essas flexibilizações possibilitam a exigência de maior dispêndio da força viva dos trabalhadores

sem custos adicionais, o que garante maior valor apropriado da força de trabalho, enquanto exaure a vida dos trabalhadores. Do ponto de vista destes, o exaurimento de suas vidas tem como contrapartida a aquisição de bens – porém essa aquisição só pode ser realizada por meio de endividamento, pois a renda extra advinda dessas flexibilizações não muda em nada as condições de vida dos trabalhadores.

A terceira modalidade apresentada por Marx e Marini é a *redução do consumo dos trabalhadores abaixo do seu limite normal*. Essa modalidade é dividida por Amaral, Carcanholo, Luce e outros estudiosos em duas: remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor e aumento do valor histórico-moral da força de trabalho sem pagamento correspondente. Entendemos que o limite normal de consumo dos trabalhadores é determinado historicamente e socialmente e que a redução desse consumo abaixo do seu limite normal deve ocorrer, essencialmente, através da redução da remuneração da força de trabalho. Essa redução alheia-se ao desenvolvimento das forças produtivas e ao conseqüente aumento/incremento das necessidades humanas – causando um aumento do valor histórico moral da força de trabalho sem pagamento correspondente. Vamos destrinchar essa terceira modalidade para entendê-la melhor.

Para analisar a *remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor* é preciso entender que a reprodução dos trabalhadores é composta por moradia, alimentação, saúde, educação, lazer, vestuário, higiene, etc. e que a quantidade de valores de uso necessária à reprodução representa o valor da força de trabalho. Por ser uma categoria histórica e relacional,

o valor da força de trabalho depende das condições sócio históricas e é nesse sentido que a teoria marxista da dependência nos ajuda a entender a realidade dos países dependentes e a forma que é calculada a remuneração. Em síntese, quando a remuneração da força de trabalho não equivale aos bens necessários à reprodução dos trabalhadores estes são superexplorados.

A necessidade do capital da presença dos trabalhadores tanto na produção, como na circulação (para a realização do ciclo reprodutivo do capital), somada à luta dos trabalhadores por direitos trabalhistas, resulta em legislações sobre as condições de trabalho e na instituição do salário mínimo para a reprodução dos trabalhadores e suas famílias. No Brasil esse movimento acontece nos anos 1970 quando o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) calcula o Salário Mínimo Necessário (SMN) levando em consideração a composição necessária para a reprodução da força de trabalho, chegando numa estimativa de quanto deveria ser o salário mínimo constitucional.

No mês de maio do presente ano (2020) o Salário Mínimo Necessário calculado pelo DIEESE era de R\$ 4.694,57<sup>4</sup> e o Salário Mínimo Nominal (pago pelo INSS) é de R\$ 1.045,00. Isso nos permite enxergar a discrepância entre o necessário à reprodução dos trabalhadores e o valor pago.

---

<sup>4</sup> “Para calcular o Salário Mínimo Necessário, o DIEESE considera o preceito constitucional de que o salário mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família e cujo valor é único para todo o país. [...] A família considerada para o cálculo é composta por 2 adultos e 2 crianças, que por hipótese, consomem como 1 adulto.” (DIEESE, 2020, p. 10)

Nos permite, ainda, afirmar que mesmo 4 membros de uma família trabalhando e recebendo o salário mínimo nominal, não se chega ao salário mínimo necessário: não há como repor o desgaste físico e mental de sua força de trabalho, não há como esses trabalhadores consumirem os itens necessários à sua reprodução – itens determinados historicamente. Nesse sentido, há, portanto a superexploração. Atentamos que a questão não são os baixos salários pagos e sim que eles não permitem a reprodução necessária da força de trabalho, num processo de “animalização” dos seres humanos que vivem em situações extremamente precárias de vida.

Para analisar o *aumento do valor histórico-moral da força de trabalho sem pagamento correspondente* é necessário entender que ele se refere às novas necessidades de reprodução da força de trabalho (graças ao desenvolvimento das forças produtivas) e que devido à remuneração não podem ser atendidas. Marx, n’*O salário, preço e lucro*, afirma que o valor da força de trabalho é determinado por elementos físicos<sup>5</sup> e de caráter histórico e social<sup>6</sup>, ou seja, o *elemento histórico-moral do valor da força de trabalho* relaciona-se com a atualização da lista de bens necessários à reprodução da força de trabalho que, graças ao desenvolvimento material da sociedade e à generalização dos novos bens, aumentam essa lista. Exemplos atuais dessa

---

<sup>5</sup> “Seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico, quer dizer, para poder manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação” (1865, p. 39).

<sup>6</sup> “Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens” (Idem, p. 39).

ampliação da lista é a necessidade de televisores e da máquina de lavar nas casas dos trabalhadores:

se um televisor passa a ser necessário na sociabilidade que vai sendo criada no capitalismo e se uma lavadora automática passa a ser a maneira de facilitar as atividades domésticas que cumprem um papel para a reprodução da força de trabalho [...] esses são valores de uso que passam a compor o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho (LUCE, 2013, p. 183).

Como as únicas formas de adquirir tais bens necessários à reprodução são o endividamento e/ou horas extras de trabalho (ou até executar mais de um trabalho) nos deparamos com o não acompanhamento da remuneração ao elemento histórico-moral, ou seja, o aumento do valor da força de trabalho sem o pagamento correspondente. Utilizando-se de uma das duas formas ou até de ambas, os trabalhadores consomem o fundo de consumo futuro e/ou o fundo de vida – e sem esse(s) consumo(s) não há acesso aos bens necessários, pois do ponto de vista do capital tais bens (valores de uso) não passaram a integrar o valor da força de trabalho e o pagamento desta.

Após a exposição desses mecanismos de superexploração da força de trabalho, podemos entender que a superexploração é o conjunto deles e resultam no esgotamento prematuro da força física e mental dos trabalhadores e na remuneração abaixo do necessário para sua reprodução, que configuram os fundamentos do capitalismo

ependente juntamente à transferência de valor e à cisão entre as fases do ciclo do capital<sup>7</sup>.

### **3 A superexploração dos trabalhadores de aplicativo**

A atualidade da discussão sobre a superexploração da força de trabalho nos países dependentes nos faz refletir sobre a impossibilidade do sistema capitalista ter como prioridade o pleno desenvolvimento dos seres humanos. O sistema capitalista e a sua lógica socio-reprodutiva incontrolável têm na produção ampliada da acumulação de capitais, a partir da extração da mais-valia através da exploração/superexploração da força de trabalho, um movimento contínuo. O sistema de produção, reprodução e acumulação do capital de forma expansiva torna-se um impulso e, portanto, um movimento incontrolável. Marx (1983, p. 189) ao estudar e analisar a sociedade do século XIX afirmou que “o capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa”.

O objetivo e mola propulsora da produção capitalista não é simplesmente a mais-valia, em qualquer quantidade, em uma única apropriação, mas a obtenção ilimitada de mais-valia, em um crescimento incessante, em quantidades sempre maiores. Isso só pode ser alcançado pelo mesmo recurso mágico: pela produção capitalista, isto é, mediante a apropriação de trabalho assalariado não-pago em meio ao processo de fabricação de mercadorias e mediante a realização dessas mercadorias assim produzidas. Com isso, a

---

<sup>7</sup> Cf. Fidelis (2020).



produção sempre reiniciada, a reprodução como fenômeno regular adquire na sociedade capitalista motivação totalmente nova e desconhecida em qualquer outra forma de produção (LUXEMBURGO, 1984, p. 12).

Mészáros, no mesmo sentido de Marx, mas já nos séculos XX e XXI, afirma que em relação à natureza do sistema sociometabólico do capital: “[...] o capital se torna verdadeiramente *causa sui* (“sua própria causa”), reproduzindo-se como um poder que deve ser transcendido em todos os seus aspectos devido precisamente ao seu poder autoconstituente [...] de *causa sui*.” (2006, p. 711, grifos do autor). “O capital não é uma simples relação, mas um processo, em cujos vários momentos sempre é capital” (MARX apud MÉSZÁROS, 2006, p. 711).

A autovalorização ampliada do capital através da apropriação contínua do trabalho excedente revela a natureza incontrolável do capital, que segundo Marx (1983), consolida de forma específica e histórica o modo de produção baseado na produção de mercadorias, na cisão entre os produtores e meios de produção e no assalariamento da força de trabalho. Mészáros (2006) afirma que é a natureza essencial do sistema orgânico do capital autovalorizar-se num círculo vicioso de autorreprodução em si. “O capital é o impulso infinito e ilimitado de ultrapassar as barreiras que o limitam. Qualquer limite (*Grenze*) é e tem de ser uma barreira (*Schranke*) para ele. [...] A barreira se apresenta como um acidente a ser conquistado” (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, p.251).

Precisa-se atentar que a lógica produtiva e reprodutiva do sistema do capital desde a sua origem tem o impulso incontrolável à expansão de forma sempre crescente. O

desenvolvimento das relações sociais de produção foi historicamente constituído e fundado por relações desiguais entre classes sociais e nações. As desigualdades sociais em nível planetário expressam atualmente no âmbito da divisão internacional do trabalho relações desiguais, porém combinadas entre países dependentes, periféricos e países centrais do capitalismo. Nesse sentido, os aspectos impulsionadores que suscitaram mudanças nos métodos de produção e organização do sistema industrial capitalista rebatem ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI em todas as esferas da sociedade.

Sejam os princípios elementares da gerência científica e as particularidades adotadas no início do século XX para a produção e distribuição através de uma forma de consumo em massa e disciplinamento rigoroso da força de trabalho dentro e fora da fábrica, ou mesmo através de formas flexíveis de produção baseadas nas especificidades japonesas desenvolvidas pelo ohnismo/toyotismo em resposta à crise do sistema do capital de 1970, os objetivos impulsionadores incontroláveis do capital sempre foram buscados. É importante analisar que sejam as contribuições de Taylor (1986), com o desenvolvimento do fordismo, ou com as descobertas criativas de Ohno (1997) a partir das experiências toyotistas; ou mesmo a partir das atuais inovações desenvolvidas com a “Quarta Revolução Industrial”, ou “Indústria 4.0”, a natureza dos objetivos do sistema capitalista permanece a mesma.

Os objetivos do sistema socio-reprodutivo do capital permanecem os mesmos: de explorar e superexplorar a força de trabalho e todo o conjunto de trabalhadores assalariados

para assim acumular expansivamente de forma crescente. Os analistas do século passado entendiam que o controle da força de trabalho através de mecanismos organizacionais e os métodos da execução do trabalho com o planejamento do trabalho intelectual realizados de forma alheia ao conjunto dos trabalhadores garantiram patamares de aumento da produtividade. Taylor na década de 1920, Ohno a partir da década de 1950 e os organizadores do Fórum Econômico Mundial em 2016 que definiram o domínio global sobre a implementação da “Quarta Revolução Industrial” estabeleceram como objetivos prioritários “o maior benefício para todos”, porque eles partem de pressupostos de uma existência harmônica entre as classes. Ou seja, se todos trabalham, todos terão acesso aos benefícios, bens/produtos e o progresso da sociedade.

Por mais persuasivos que sejam tais afirmações, a desigualdade social entre classes e entre países estão explícitas no cotidiano mais tangível e brutal do sistema capitalista. A própria recalcitrância da classe trabalhadora revela que o antagonismo e a relação hostil entre “inimigos” nas relações de trabalho entre patrões/gerentes e trabalhadores, jamais revelam harmonia ou congruência para interesses comuns. Apesar das resistências ou relações hostis veladas, a classe trabalhadora necessita sobreviver e, para tanto, vende a sua força de trabalho que adentra no processo de produção capitalista como meio de produção. É fundamental para a análise marxiana a constatação de que o conjunto da força de trabalho é capital vivo e o seu uso pelos capitalistas que as compra, fazendo-a trabalhar por jornadas de trabalho,

constitui a única mercadoria que gera novo valor, ou seja, é a única fonte criadora de valor.

A análise sobre a força de trabalho desenvolvida por Marx no século XIX foi feita a partir da sua crítica à economia política, e ainda é verdadeiramente válida para os dias atuais. São em momentos de crises que as contradições capitalistas podem se tornar mais explícitas no cotidiano, revelando alguns aspectos fundamentais das desigualdades sociais e lutas de classes. Mandel (1990, p. 13) analisa que desde a formação do mercado mundial, até a década de 1970, aconteceram crises cíclicas e parciais do capital. Porém, no início da década de 1970 o sistema enfrentou e vem enfrentando até os hoje uma crise que não é apenas cíclica ou parcial, mas é uma crise sistêmica e sincronizada à escala mundial; e que para Mészáros (2006), trata-se de uma crise estrutural e profunda do sistema do capital.

Sendo assim, o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças – mesmo que importantes – *no interior* do próprio sistema relativamente autônomo. Justamente por isso, uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo. O mesmo contraste pode ser expresso em termos dos limites que qualquer complexo social particular venha a ter em sua imediaticidade, em qualquer momento determinado, se comparado àqueles além dos quais não pode concebermente ir. Assim, uma crise estrutural não está relacionada aos limites *imediatos* mas aos limites *últimos* de uma

estrutura global (MÉSZÁROS, 2006, p. 797, grifos do autor).

A reestruturação produtiva a partir de 1970 tem como predominância o desenvolvimento do “toyotismo, ou modelo japonês” como forma de responder à crise estrutural do capital. Salienta Antunes (2005 p. 52-53) que se instauram algumas mutações no processo produtivo, como a “desregulamentação dos direitos trabalhistas, aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora, precarização e terceirização da força humana que trabalha, subcontratação e destruição do sindicalismo de classe com o processo de cooptação sindical, com o ‘sindicalismo de empresa’?”. O autor afirma que há “o aumento da produtividade, eliminação de postos de trabalho e qualidade total nos contornos de uma ‘empresa enxuta’ com redução do contingente de força de trabalho e altos índices de produtividade.”

Os trabalhadores passam a ser chamados de “associados ou colaboradores” nos seus trabalhos formais e os índices de desemprego e informalidade aumentaram significativamente. Outro aspecto importante acerca dos impactos da reestruturação produtiva no trabalho refere-se a uma modalidade comum adotada como alternativa para a diversificação e adaptação do produto ao mercado como forma de aumentar a flexibilidade, a terceirização, a qual é amplamente disseminada na estrutura produtiva do Japão (HIRATA, 2002, p. 91). Além disso, destaca que o círculo de controle de qualidade realiza-se de forma conjunta com os operadores, com as pessoas que produzem os produtos e com o controle “científico”, de forma descentralizada, informal e

cotidiana, mesclando o paternalismo empresarial com o paternalismo da estrutura familiar (HIRATA, 2002, p. 94).

Helena Hirata investiga as consequências diferenciadas da crise econômica sobre o emprego de acordo com a configuração da divisão sexual do trabalho e afirma que “as situações de trabalho, de emprego e de atividades dos homens e das mulheres após sua perda de emprego são de uma diversidade extrema: trabalhos não-industriais, ‘bicos’, trabalho temporário e outras formas de atividade instável, desemprego aberto, inatividade.” (HIRATA, 2002, p. 188) De maneira genérica se pode concluir que a crise econômica e o desemprego afetam de forma diferenciada os homens e mulheres, pois o momento de recessão gerou incertezas e obstáculos ainda maiores para o retorno das mulheres ao mercado de trabalho.

Atualmente diante das inovações da Indústria 4.0 podemos identificar em escala global mudanças sistemáticas e profundas nas relações trabalhistas. As inovações são perceptíveis e faz parte do cotidiano doméstico, profissional, em centros tecnológicos como o Vale do Silício nos EUA, ou nos bairros periféricos do Brasil. Os denominados “disruptores, onipresentes”, aplicativos de serviços, transportes, comércio, comunicação, inteligência artificial IA, sistemas de produção e serviços automatizados, “internet das coisas IoT”, robótica, nanotecnologia e etc. (SCHWAB, 2016), são expressões dessa quarta revolução industrial, Indústria 4.0 ou “economia compartilhada.”

O século XXI é marcado pela introdução de aprimoramento tecnológico de ponta em diversos âmbitos da sociedade, sejam na produção, distribuição/consumo e

serviços. As plataformas virtuais passam a integralizar uma rede de informações nos setores de serviços e do setor comercial fazendo com que diversos trabalhadores assalariados se vejam empregados a grandes conglomerados e marcas multinacionais. Os monopólios físicos passam a se tornar aos poucos grandes monopólios que são operacionalizados de forma virtual. Os serviços passam também a ser organizados e geridos por plataformas monopólicas a nível internacional, como é o caso da empresa de transportes por aplicativos Uber. Apesar das relações trabalhistas serem ainda mais aviltadas e precarizadas por essas grandes empresas, há o fenômeno da difusão do “empreendedorismo” que passam a não ser mais reconhecidos como trabalhadores.

Os entregadores de aplicativos pertencem a esta parcela de trabalhadores precarizados que não são reconhecidos como trabalhadores e nem possuem contratos formais de trabalho. Esses trabalhadores denominados de “empreendedores”, “que trabalham por conta própria” e “não possuem patrões”, não possuem renda fixa estipulada em contratos formais, não possuem legislações ou direitos trabalhistas que formalizem suas profissões. São “empreendedores” que devem custear seus equipamentos e instrumentos de trabalho e suas respectivas manutenções. Nos seus ambientes de trabalho: nas ruas ao realizarem as entregas não possuem ambiente de apoio, banheiro, refeitórios ou vale alimentação. Alguns desses entregadores de aplicativos afirmam:<sup>8</sup> “levamos diversas refeições quentes e

---

<sup>8</sup> Essas afirmações foram coletadas nas redes sociais do Movimento de entregadores antifascistas do Brasil durante 2 paralisações denominadas

cheirando, porém, não temos direito a um prato de feijão com arroz e trabalhamos às vezes de barriga vazia.” Caso aconteça algum acidente durante as entregas, não há direito a plano de saúde, ou direitos da previdência diante dos perigos do ambiente de trabalho.

A desproteção social e precarização extrema que estão submetidos esses entregadores podem ser evidenciadas cotidianamente nos centros urbanos em que a maioria se aglomera em locais com sombras e pode-se perceber a rotina de trabalho intensa. A maioria desses trabalhadores são homens negros, desempregados e residentes nas periferias distantes dos seus locais de trabalho. A maioria aluga seus meios de transporte para entrega, sejam automóveis, motocicletas ou bicicletas. Quando realizam o cadastro nas plataformas das empresas são selecionados a partir de uma seleção virtual e são aceitos ou não para o trabalho de modo virtual também. Vale notar que inicialmente, os que não possuem meios de transporte para o trabalho, recebem mochilas térmicas, camisa da empresa, transportes como bicicletas ou suportes de telefones os quais passam a ser creditados como saldos negativos de uma dívida contraída pelo acesso aos instrumentos de trabalho. Os valores por quilometragem percorridos são inicialmente incógnitos para os novatos. As punições inexplicáveis como bloqueios do sistema que impedem as diárias de trabalho; ou mesmo ausências de pagamentos que são suspensos repentinamente,

---

“breque dos Apps” realizadas nos dias 1º e 25 de julho de 2020. Essas paralisações foram organizadas por movimentos que reivindicam aumento do valor por quilômetro percorrido e fim das punições e bloqueios dos aplicativos sem explicações pelas empresas.



também se constituem em “mistérios” na rotina desses trabalhadores.<sup>9</sup>

Para exemplificar melhor esse cotidiano, descrevemos: em Maceió, através de abordagens informais com alguns entregadores de aplicativos que aguardavam outras entregas em uma região de grandes restaurantes que estão fechados ao público devido à pandemia, constata-se que pelo valor de R\$ 7 (sete reais) um entregador jovem percorria de bicicleta no período noturno a distância de 18 km entre os bairros da Ponta Verde ao Benedito Bentes para a realização de uma única entrega. O mesmo voltaria novamente essa distância para continuar a jornada de trabalho e retornar para casa. De acordo com alguns artigos, como o da BBC NEWS Brasil (2019), alguns entregadores chegavam a dormir nas ruas, porque diante das enormes distâncias de suas residências aos locais de trabalho, o cansaço fazia-os pernoitarem nas ruas.

A precarização das condições de trabalho e as ausências de qualquer direito social ou trabalhista são ignorados por essas parcelas de trabalhadores que estão desempregados e em situação extremamente desesperadora. A informalidade dos vínculos empregatícios revela a ausência de direitos trabalhistas e sociais básicos garantidos pela CLT no Brasil. A sujeição à precariedade do trabalho pode ser compreendida quando se revelam índices alarmantes de taxas do desemprego atuais no Brasil. No contexto da pandemia devido ao coronavírus a continuidade do trabalho dos entregadores de comida por aplicativos trouxe à tona a

---

<sup>9</sup> Panorama extraído do curta-metragem documentário brasileiro “Vidas Entregues” de Renato Prata Biar que aborda o tema: trabalho de entregadores de aplicativos de comida.

discussão sobre as condições de vida e trabalho desses serviços considerados essenciais à sociedade. A ausência de cuidados e equipamentos de proteção individual fornecidos pelas empresas para a segurança no trabalho diante da crise pandêmica também evidenciou a ausência de direitos trabalhistas. De acordo com Soprana (2020) em um artigo jornalístico recente, a pandemia de coronavírus alterou significativamente a dinâmica de trabalho e remuneração dos entregadores. De acordo com o artigo, o aumento da demanda por serviços de entregas do comércio de alimentação, houve também o aumento de entregadores advindos de processos de desempregos na pandemia. Soprana (2020) descreve que:

as empresas distribuíram as entregas e não alteraram as taxas, o que deixou quem estava dependente desse serviço antes da pandemia com a remuneração mais baixa: 59% passaram a ganhar menos em relação ao período pré-coronavírus, mostra estudo da Remir (Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista), feito por universidades federais e pelo MPT (Ministério Público do Trabalho).

A perversidade dessas relações trabalhistas consolidadas em relações extenuantes de superexploração, precarização e informalidade, apesar de serem propagandeadas como “soluções individuais e empreendedoras ao desemprego” começam a ser questionadas nas esferas da vida cotidiana reais. Os dias de greves gerais e reais dos entregadores de aplicativos podem ser considerados um dos momentos mais inovadores da

resistência a esses processos aviltantes de superexploração. A tangibilidade real e concreta do “breque dos Apps” em meio a uma situação de isolamento e pandemia pode expressar a atualidade da necessária organização recalcitrante dos trabalhadores.

#### **4 Considerações finais**

A particularidade do capitalismo brasileiro que se baseia na superexploração da força de trabalho para tentar compensar a diferença entre os preços de mercado e o valor da produção impõe à classe trabalhadora diversos mecanismos de extração e expropriação dos valores produzidos. Apresentamos os três mecanismos pontuados por Marini e percebemos que eles têm sido apresentados de maneira cruel durante a pandemia da covid-19. Observamos jornadas de trabalho de mais de 10 horas diárias; trabalhadores sem equipamentos de proteção individual; trabalhadores que contraíram o coronavírus e, ao pararem suas atividades sem proteção trabalhista, perderam as condições de manutenção da vida; enfim, trabalhadores que são sugados pelo vampiro-capital e têm seu fundo de consumo/vida convertido em fundo de acumulação de capital.

Marx (2017) ainda em 1842, ao observar a punição legal dos camponeses pobres “despossuídos” ao pegarem galhos secos para aquecimento ou cozimento, atentou para o fato fundamental que assola todo o sistema capitalista até os dias atuais: as injustiças sociais são enraizadas no sistema de apropriação privada das condições e meios de sobrevivência.

As inquietações de Marx no século XIX permanecem as mesmas no século XXI: o que é mais importante, as vidas humanas ou os lucros, o capital? Os “despossuídos contemporâneos” respondem em seus cartazes do “Breque dos Apps”: “nossas vidas valem mais que os lucros deles”.

## Referências

AMARAL, Marisa; CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente in: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. SP, 7ª reimpressão. Boitempo editorial, 2005.

BBC NEWS Brasil. Dormir na rua, pedalar 30 km e trabalhar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. Jornal O Globo, Época Negócios, SP. Maio de 2019. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/05/dormir-na-rua-pedalar-30-km-e-trabalhar-12-horas-por-dia-rotina-dos-entregadores-de-aplicativos.html> Acesso em: 10 Jul. 2020.

BIAR, Renato Prata. “*Vidas Entregues*”. Curta-metragem documentário brasileiro. 2019.

DIEESE. *Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*. Disponível

em<<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>> Acesso em: 01 Jul. 2020.

FIDELIS, Thays. A lei geral da acumulação capitalista e sua particularidade em condições de dependência latino-americana *In*: NASCIMENTO; FIDELIS; NUNES (orgs.). *Economia, política e dependência: contribuições para análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente*. Maceió: EDUFAL, 2020.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e para a sociedade*. São Paulo, Boitempo editorial, 2002.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora *in*: *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, abr. 2013. Disponível em<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462013000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 Jul. 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural. V. I, 1984.

MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital*. Ed. Ensaio – Unicamp, São Paulo, 1990.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência *in*: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini. 2º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. 1865. Domínio Público.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - São Paulo: Abril Cultural, (Os economistas). Livro I, v. I, 1983.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - São Paulo: Abril Cultural, (Os economistas). Livro I, v. II, 1984.

\_\_\_\_\_. *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. 1 ed. São Paulo, Boitempo 2017.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital - rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.

OHNO, Taiichi. *O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre, Bookman, 1997.

SCHWAB, Klaus. *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro, 2016.

SOPRANA, Paula. Entregadores de apps confirmam segunda paralisação nacional no dia 25. *Jornal Folha de São Paulo*, SP. Acesso em julho de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/entregadores-de-apps-confirmam-segunda-paralisacao-nacional-para-o-dia-25.shtml> Acesso em: 23 Jul. 2020.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de Administração Científica*. 7 ed. São Paulo, Editora Atlas, 1986.

# UNIVERSIDADE, CIÊNCIA E PANDEMIA: entre desmontes e resistências

*Paulo Roberto Felix dos Santos*<sup>1</sup>

## **1 Introdução**

Desde o final de 2019 temos vivido, em escala planetária, uma das mais graves crises sanitárias das últimas décadas. Ao eclodir a pandemia de um novo coronavírus, o Sars-CoV-2 (covid-19), decorreu-se uma corrida científico-tecnológica, de modo a buscar alternativas às consequências advindas do ciclo pandêmico. No Brasil, esse cenário foi mais intenso a partir dos primeiros meses de 2020. Ainda que pudéssemos ter tido o “privilégio” de um certo retardo dos efeitos mais agudos desse fenômeno, a condução reativa à pandemia não resultou na adoção de medidas mais efetivas para sua mitigação, desafiando ainda mais os(as) envolvidos(as) no efetivo combate à disseminação do vírus.

Dada a instauração de um falso dilema entre vida e economia – que só faz sentido no seio de uma sociabilidade onde a humanidade está subsumida aos imperativos do capital –, o Estado brasileiro seguiu claudicante no atendimento às recomendações das principais agências sanitárias

---

<sup>1</sup>Assistente Social. Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (DSS/UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas da Universidade Federal de Sergipe (GPEM/UFS).

internacionais, a exemplo da Organização Mundial da Saúde (OMS). Nesse contexto, algumas áreas se sobressaíram como anteparos de “resistência”, frente ao avanço descontrolado do vírus no país. Dentre estas, destacamos a mobilização da rede de saúde pública, por meio do Sistema Único de Saúde (unidades de atendimento, equipamentos, equipes técnicas, etc), o que se mostrou fundamental, a despeito do seu constante processo de sucateamento. Noutra frente, tem-se enfatizado a relevância dos centros de pesquisas científicas e, dentre estes, aqueles vinculados às universidades públicas que, também, apesar dos limites financeiros e estruturais, têm buscado responder à altura as dificuldades que o novo cenário tem oferecido.

Ainda que demonstrando amplas potencialidades de respostas aos dilemas da expansão pandêmica, as universidades vêm passando por uma série de dificuldades que afetam diretamente a capacidade de potencializar tais respostas. Por um lado, identificamos dificuldades objetivas que as instituições têm em reafirmar a sua função social, dados os poucos recursos que dispõe para a manutenção de suas atribuições, resultando, inclusive, em certa “crise de legitimidade social”. Como pretendemos abordar ao longo do texto, não se trata de uma condição que se encerre em si mesma, mas cauciona-se em determinações estruturais, localizadas nos limites da agenda econômica brasileira, em sintonia com o quadro internacional, e que se agudiza em um cenário de profunda crise sistêmica capitalista, acompanhada de medidas que contribuem para a tentativa de esvaziamento do “sentido social” das instituições universitárias. Por outro lado, e com estreita articulação ao primeiro elemento,



identificamos um substrato ideopolítico assentado em frequentes ataques à sua atual configuração, a partir de uma série de questionamentos que, em sua maioria, coligem para uma ampliação da capacidade produtiva das universidades públicas, em harmonia com as demandas do mercado, com vistas à mercantilização e à financeirização do ensino superior.

É nessa medida que no texto que se segue buscamos delinear alguns elementos que conformam desafios às universidades no atual contexto em que o protagonismo da ciência reforça a sua importância, contrastando com a própria precarização que vem sofrendo, no processo de sucateamento, na ausência de recursos, na fragilização de sua autonomia, nas medidas (abertas ou veladas) de privatização, na deslegitimação ou ressignificação de seu sentido social, etc. Nos parece que o papel estratégico das universidades e dos centros de pesquisa tem ganhado um novo fôlego, como polos fundamentais de resistência. Em meio ao “apagão” da maior parte das instituições privadas, submetidas aos interesses lucrativos de “barões de ensino”, mais preocupados com a captação de vagas e recursos financeiros do que com o desenvolvimento de pesquisa de ponta, resta patente que as universidades públicas, de “antros de balbúrdias”<sup>2</sup>, passam a assumir um lugar estratégico no combate à covid-19, o que repõe o debate de qual deve ser o seu papel e o seu sentido social, em buscar responder aos problemas de um país como o Brasil e quais os projetos disputam essa orientação.

---

<sup>2</sup>Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/os-ataques-de-weintraub-as-universidades-da-balburdia,c5f4988ad50a620e0cf0b0915a9272d6gcjhx8ci.html>. Acesso em 20 de julho de 2020.

## 2 Ajuste estrutural e um projeto de desmonte da universidade brasileira

Como bem assinalara o antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1986), a crise da educação no Brasil não é uma crise, mas é um projeto. Diríamos que a frase permanece válida, inclusive considerando os diferentes projetos em disputa do seu presente e futuro. Apesar de sua importância, tais instituições vêm sofrendo constantemente uma série de ataques de caráter *material* – na redução de recursos financeiros, humanos, de desafios da manutenção de sua autonomia – e *ideológico* – ofensas, rede de divulgação de falsas notícias, tentativas de ridicularização – que intentam minar a potência, o prestígio acadêmico e a possibilidade de reafirmação do seu significado social.

Vale salientarmos que o cenário em que se acentuam tais ataques circunscreve-se em uma das mais profundas crises do capital, de natureza “estrutural”, conforme sinaliza Mézáros (2002)<sup>3</sup>. Para o filósofo húngaro teríamos começado a experimentar essa crise a partir dos anos de 1970. De lá para cá, estaríamos vivenciando o aprofundamento de seus sintomas, diante da ativação dos limites absolutos do próprio capital. Como tentativa de minorar os efeitos desse processo, é acionada uma série de medidas político-econômicas com

---

<sup>3</sup>Os limites do presente texto não nos permitem um melhor desenvolvimento acerca do debate. Cumpre apresentar, contudo, quatro aspectos que denotariam o caráter estrutural da crise: o caráter universal; o alcance verdadeiramente global; a escala de tempo extensa, contínua e permanente; e, por fim, em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, o modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante (MÉSZAROS, 2002, p.796).

sustentação ideocultural, incapazes, ao nosso ver, de solucionar tal problema. No limite, o que tais alternativas podem resultar é no deslocamento – no tempo e no espaço – das insolúveis contradições que demarcam o ciclo expansivo do capital.

A última grande explosão dessa crise se deu em 2008, iniciada no centro nervoso do capitalismo mundial – nos Estados Unidos da América (EUA) – alastrando-se, rapidamente, por várias partes do mundo. De lá para cá vem sendo adotados, em diversos países, mecanismos de “ajuste estrutural”, de modo a mitigar a queda na taxa de lucros. É assim que nos marcos das consequências de uma das mais profundas crises do capital, busca-se alternativas de reorganização, apoiadas em uma malfadada “cultura de crise” (MOTA, 1995), na constituição de um consenso de que seus efeitos abarcariam o conjunto da sociedade de modo indistinto e que um esforço coletivo seria necessário para superar esse cenário. Para isso, seria importante compreendermos e nos comprometermos com os ajustes necessários, dado que resultariam em maiores benefícios a todos(as) e na retomada do crescimento econômico-social.

No Brasil, o desenho mais emblemático desse quadro é possível ser localizado em 2013, no eclodir das chamadas “Jornadas de Junho/Julho” daquele ano, atestando, não à toa, a crise do projeto sócio-político, conformado a partir de uma “democracia de cooptação” (IASI, 2017) e de tentativa de “conciliação de classes”. Nesse cenário, dentre outras áreas, as universidades públicas, também são consideradas, pela burguesia, e seus asseclas, como segmentos perdulários, devendo se constituir como foco daqueles dispositivos do

Estado que demandariam uma maior racionalização, geridos pela lógica da eficiência e da eficácia, fundada em um modelo gerencial. Requisita-se, desse modo, a adoção de melhores estratégias de gestão que possam compatibilizar o *máximo de resultados* com o *mínimo de recursos*. Partindo dessa necessidade de desenvolvimento econômico, especialmente no âmbito da crise estrutural, o Estado voltou-se para a universidade como uma das “tábuas de salvação” para o capital, que busca nela uma operacionalização para a sua reprodução ampliada (LEHER, 2013), reafirmando um determinado paradigma nos moldes da *universidade operacional*,

[...] regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe (CHAUI, 2003, p. 06).

Vale destacar que, inseridas no circuito geral de reorganização da dinâmica acumulativa do capital, as universidades passaram a ser objetos não da ampliação de investimentos, mas de investidas que, mais recentemente, conseguiram perfazer, *mutatis mutandis*, amplos espectros ideopolíticos, – do *social-liberalismo petista*<sup>4</sup> ao mais recente *ultraliberalismo bolsonarista* –, em que se asfixiou a autonomia

---

<sup>4</sup> Vale destacar que não se tratam de propostas homogêneas. O que queremos destacar é que, por distintos mecanismos, e em diferentes governos, verificamos o ataque ao caráter público das universidades, no circuito das políticas macroeconômicas, mesmo com resistências na disputa dos projetos de ensino superior, em questão.

política, administrativa e financeira das instituições. Segundo dados da última pesquisa de Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, de 2018, o Brasil investiu 1,26% do PIB em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em 2017. O valor fica bem abaixo de países que lideram a corrida tecnológica – como Coreia do Sul (4,55%), Japão (3,21%), Alemanha (3%), Estados Unidos (2,79%) e China (2,15%)<sup>5</sup>. A partir das informações do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC), Ildeu de Castro Moreira, o Brasil está no 11º lugar no *ranking* global em produção científica com um contingente de 200 mil pesquisadores, número que na proporção por 1 milhão de habitantes fica bem abaixo de diversas nações, como Argentina, Estados Unidos, os países da União Europeia, Coreia do Sul e Israel<sup>6</sup>, o que, no conjunto geral, como veremos, aponta o esforço e a potência da pesquisa no país que, a despeito do parco investimento, ainda consegue se destacar mundialmente.

Na nossa avaliação, tal cenário é agravado com a ascensão do Governo Bolsonaro, em 2019<sup>7</sup>, onde o ataque às instituições universitárias passa a se realizar, em algumas frentes, articuladas entre si. Um *mix* representado pelo dito “*braço ideológico*”, sustentado em um certo “negacionismo

---

<sup>5</sup>Disponível em: <https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/111800-baixo-investimento-em-pesquisa-faz-brasil-importar-testes-para-covid-19>. Acesso em 23 de julho de 2020.

<sup>6</sup>Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/pandemia-ressalta-necessidade-de-investimento-em-educacao-saude-e-cti/>. Acesso em 20 de julho de 2020.

<sup>7</sup> É fato que esse projeto de desmonte das universidades não inicia nesse governo. Basta lembrarmos que, mesmo em períodos de gestões “democrático-populares” já dispúnhamos de sinais de quais projetos de universidades se encontravam em disputa.

técnico-científico”, o chamado “*braço militar*” com a apoio das Forças Armadas, e, por fim, alinhavada pelo “*braço econômico*”, com uma pauta conduzida sob a batuta do *Chicago boy* Paulo Guedes – Ministro da Economia –, e a afirmação e defesa de uma agenda ultraliberal. Da junção entre o ódio à ciência e às universidades e a necessidade de implementação das contrarreformas econômicas, verificamos a sanha do capital em recolher, para sua “autoexpansão” (MARX, 2013), parte dos recursos públicos que são destinados ao, já minguado, orçamento das instituições federais, dentre elas, as universidades. Já em 2019, primeiro ano de governo, verificamos uma redução dos recursos para investimentos e custeio. O quadro, basta lembrar, é dramático. Com cortes financeiros, sem insumos e verbas, sem bolsas de pesquisas, ou mesmo com seus valores defasados, e com o desmonte da pós-graduação, a agonia das universidades segue a passos largos. Até o fim de outubro de 2019, as universidades e instituições de pesquisa brasileiras tinham perdido quase 18 mil bolsas de estudo. Em maio passado daquele ano, o governo federal contingenciou 42% das despesas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)<sup>8</sup>.

Para o ano de 2020, o orçamento do Ministério da Educação (MEC) foi reduzido em R\$ 19,8 bilhões, em comparação a 2019. Se em 2019 contávamos com o montante de R\$ 122,9 bilhões, para esse ano a estimativa é orçada em 103,1 bilhões, o que representa um corte de 16,3%. Com um

---

<sup>8</sup>Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/04/07/cortes-na-ciencia-comprometem-resposta-a-covid-19-no-brasil.htm>. Acesso em 20 de julho de 2020.

ódio a tudo que “cheira à ciência”, as principais ações do governo Bolsonaro afetam duramente as universidades e os institutos federais. Nas primeiras teríamos um corte de R\$ 7,3 bilhões (14,8%), enquanto que os institutos federais teriam a menos R\$ 1,1 bilhão (7,1%). Já no âmbito do orçamento para Hospitais Universitários, a perspectiva era de redução em R\$ 2,9 bilhões<sup>9</sup>. Com esses números, que podem ser localizados no processo geral de precarização das políticas públicas, a impressão que se extrai é de que a pesquisa de ponta, a produção e o desenvolvimento científico seriam realizados em um “passe de mágica”. Ainda assim, como veremos adiante, a ciência brasileira segue resistindo.

Mediante esse projeto de desmonte das universidades públicas<sup>10</sup>, tal qual o concebemos, as alternativas “salvacionistas” aparecem aos montes, se fixando, via de regra, em saídas que, longe de superar o quadro de crise das universidades, o reorienta, sintonizado com as demandas do mercado, não só acionando e reorganizando mecanismos de privatização, mas também aprofundando a condição heteronômica das instituições e de sua produção acadêmica. Desse modo, presenciamos, por exemplo, o estímulo às chamadas Parcerias Público-Privadas (PPPs), a realização de

---

<sup>9</sup>Disponível em: <http://adufc.org.br/2020/01/31/corte-de-198-bilhoes-na-educacao-e-reducao-drastica-do-fomento-a-pesquisa-no-orcamento-de-2020/>. Acesso em 20 de julho de 2020.

<sup>10</sup> Como sabemos, a proposta de desmonte das universidades não pode ser resumida à sua concreta extinção, mas a um processo contínuo e sistemático de asfixia das capacidades que as instituições ainda dispõem, de modo a garantir a sua reorientação, bem como, novos espaços de acumulação de capital. Assim, como veremos adiante, em regra, o que está em jogo nesse projeto para as universidades, é a conformação de um novo sentido social à instituição.

contratos de gestão, a barganha dos projetos – de pesquisa e extensão – buscando torná-los mais atrativos não ao que, de fato, interessa ao conjunto da sociedade, mas ao de grupos particulares e empresas com capacidade de financiamento. Advogava-se, assim, tais saídas como formas de preservar a autonomia universitária. Das últimas “pérolas”, a proposta denominada de “Future-se”, é considerada como uma nova “salvação da lavoura” (cf. GIOLO; LEHER; SGUISSARDI, 2020) em mais uma frente de adequação do sentido social da universidade e dos institutos federais de ciência e tecnologia à lógica da produção mercantil, estimulando que essas unidades possam se constituir como “grandes balcões de negócios”, em que a oferta de serviços e o empreendedorismo por meio da inovação, poderiam funcionar como grandes atrativos de investimentos, e de resolução de problemas relativos ao fluxo de caixa.

Noutra frente, verificamos uma ofensiva ideológica dentre as tentativas de deslegitimação das universidades, da produção de conhecimento científico e de sua relevância social, acusadas de serem “locais de balbúrdia”, com baixa produtividade, e que precisariam ser redimensionadas. É preciso destacar que mais de 90% de toda a ciência brasileira é produzida nas universidades públicas<sup>11</sup> e que, de acordo com o *ranking Times Higher Education* (THE), recentemente divulgado, na avaliação das 10 maiores universidades da América Latina, 07 são brasileiras. Segundo diretor da THE, Phil Baty, tais dados demonstram a força das instituições

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://uenp.edu.br/covid19-noticias/item/2653-pandemia-e-ciencia-publica-por-aldo-nelson-bona>. Acesso em 23 de julho de 2020.



universitárias e “se as universidades brasileiras continuarem a mostrar essa diligência e se conseguirem apoio suficiente do governo e da população durante tempos extremamente difíceis, elas começarão a desafiar algumas das melhores do mundo, tanto no ranking regional como no ranking mundial”<sup>12</sup>.

Ainda que, com números expressivos, estamos diante de um cenário em que os resultados científicos e sua seriedade passam por questionamentos, em face das disputas estabelecidas em nível da chamada “guerra de narrativas”. A saída, nesse sentido, parece se confirmar em um contínuo *bic et nunc* [aqui e agora], para o qual a busca por soluções imediatas, cujos resultados poderiam ser vistos a curto prazo, seria o recurso mais usual de modo a enfrentar os difíceis problemas dos nossos tempos.

Ante a esse cenário, é difícil esperar muitas possibilidades de um governo que colige entre seus principais acólitos, figuras tão bizarras a ponto de, em pleno século XXI, fazer coro com o chamado “terraplanismo”, além de questionamento às evidências científicas, patentemente verificáveis, inclusive ao nível da comunidade científica internacional, como, por exemplo, o aumento significativo no volume das queimadas na Amazônia. A despeito do caráter burlesco que essas assertivas possam parecer, entendemos que elas se articulam a um projeto mais amplo, de adequação aos imperativos econômicos e políticos de legitimação da agenda governamental, a partir, também, da descredibilização das

---

<sup>12</sup> Disponível em:

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/07/07/brasil-tem-7-universidades-no-top-10-de-ranking-da-america-latina.htm>. Acesso em 23 de julho de 2020.

instituições universitárias públicas. Nesse sentido, e diante desse quadro brevemente sumariado, estamos diante de um projeto de desmonte da universidade, o qual conhecemos e entendemos, enquanto um projeto da educação pública brasileira em todos os seus níveis.

### **3 Universidade e a “resistência” necessária: desafios no contexto de “crise pandêmica”**

Ainda que o cenário atual se constitua como um momento oportuno de aprofundamento do projeto de redimensionamento do sentido social das universidades públicas, contraditoriamente, esse mesmo contexto tem propiciado demonstrar a capacidade de respostas dessas instituições, ante a um conjunto de problemáticas que já vem sendo-lhes impostas constantemente, e tem se sobressaído no contexto da pandemia. Desde março de 2020, o Brasil vem sendo impactado com as incidências do novo coronavírus. Como já dissemos, a expansão da covid-19 contribuiu para escancarar, mais uma vez, o “alto preço” da desigualdade social brasileira. A crise pandêmica potencializou o conjunto de contradições que conformam os limites e o sentido da própria crise sociometabólica do capitalismo, com as suas particulares incidências nos países de economia periférica e dependente, como o caso brasileiro.

Em meio a uma das mais graves crises sanitárias dos últimos 100 anos, o país foi confrontado com a urgente necessidade de enfrentamento a esse quadro, em um ambiente em que verificamos o acirramento das desigualdades socioeconômicas, a ampliação da precariedade nas relações de trabalho, o peso da baixa alocação de recursos em políticas

sociais – inclusive naquelas voltadas para a assistência social e para a saúde, imprescindíveis nesse momento histórico –, bem como, o fraco dinamismo em investimentos em ciência e tecnologia, num quadro de profunda crise do parque industrial brasileiro. Nesse cenário, as respostas à pandemia acabam por revelar não só nossas mazelas sociais, mas também, o caráter dependente da produção científica brasileira que precisa recorrer à certa criatividade e ao esforço de pesquisadores(as) imbuídos(as) não só na busca de respostas para o enfrentamento ao vírus, mas contribuindo na reafirmação do compromisso social das instituições, ainda que com os limites estruturais em que se encontram.

Verificamos que, desde o início, foram as universidades públicas e os institutos de pesquisa (em sua maioria, vinculados às universidades públicas) que se mobilizaram, junto a outros setores, de modo a enfrentar o quadro de crise sanitária que começou a se agravar no país. Mesmo com poucos recursos, e com constantes ataques, tem sido essas instituições públicas que respondem pela maior parte das pesquisas científicas no país. Ainda assim, mesmo com esse *knowhow*, é possível verificar um terreno onde se travam diversos conflitos. Nessa arena, em que se disputam projetos de classes, vemos a concorrência dos principais órgãos consultivos de pesquisa no país, com sua “pilha de dados”, informações, resultados, diagnósticos, enfrentando a “política negacionista” adotada por governos, sobretudo em nível federal, ao desconsiderar orientações básicas quanto às medidas necessárias de mitigação dos efeitos da covid-19. Basta lembrarmos que, em diversas ocasiões, o próprio presidente Jair Bolsonaro minimizou o potencial do vírus,

relacionando-o como uma “gripezinha”<sup>13</sup>, ignorando medidas, a exemplo da observância do distanciamento sócio-sanitário; do uso de máscaras; da necessidade de realização das testagens em massa; dentre outras que se constituem recomendações de organismos internacionais, o que lança o país em uma situação de aprofundamento de sua catástrofe social.

Nesse diapasão, de menosprezo dos resultados e indicações de pesquisas acadêmicas, são desconsideradas, ou subdimensionadas, orientações mais triviais dos organismos científicos. Que se dane a ciência? Pois é. Mais uma vez, é ela – a ciência – e a estrutura das universidades e de demais centros de pesquisa públicos – laboratórios, recursos materiais e humanos, insumos, informações – que, dentro dos seus limites, vem conseguindo contribuir para mitigar os efeitos do vírus, servindo como importantes espaços de anteparo contra a propagação da pandemia. Nesse esforço, salientamos o mérito da ciência brasileira, por meio da liderança de duas pesquisadoras da Universidade de São Paulo (USP) – Ester Sabino e Jaqueline Goes de Jesus – no sequenciamento do vírus, realizado em 48h, bem abaixo da média de outros países que era de 15 dias<sup>14</sup>, justamente no período em que a pandemia se instalou no país, o que contribuiu para que pudéssemos melhor conhecer as suas formas de mutação. É

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-volta-a-se-referir-ao-coronavirus-como-gripezinha-e-criticar-governadores-por-restricoes.610d2ad9a7b9a1d2b9f6184ecf899ecep2nkpfit.html>. Acesso em 23 de julho de 2020.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://namidia.fapesp.br/pesquisadoras-brasileiras-da-usp-sequenciam-genoma-do-coronavirus-em-tempo-recorde/218841>. Acesso em 23 de julho de 2020.

importante, resta evidente, investimentos científicos de modo a potencializar informações e ações:

O enfrentamento de uma epidemia como essa requer, mais do que nunca, a opinião especializada e bem informada de cientistas e pesquisadores que conhecem e têm capacidade de pesquisa sobre a dinâmica da doença e de sua transmissão. Por ser uma doença nova, requer também que sejam produzidas as respostas necessárias e ainda inexistentes para o controle da epidemia e para a mitigação de seus impactos na sociedade e, até mesmo, para calibrar as medidas adotadas, a fim de minimizar os impactos negativos na economia (DE NEGRI et al., 2020, p.15).

Mesmo com um acentuado processo de “desindustrialização no país”<sup>15</sup>, as pesquisas geridas no interior das universidades têm contribuído para suprir parte do déficit de equipamentos e insumos, como elementos indispensáveis no combate aos efeitos da pandemia. Destacamos a descoberta de alternativas mais viáveis, a baixo custo na produção de testes e de ventiladores pulmonares, como o que foi desenvolvido pela equipe de pesquisadores(as) da Escola Politécnica da USP, utilizando-se de tecnologia nacional e de caráter aberto e, que, desde o dia 16 de julho,

---

<sup>15</sup> Obviamente, que um cenário de crise sanitária esse quadro se revela de modo mais agudo. Mas, é importante salientar que essa tendência já está disposta de modo anterior à própria pandemia. Com um parque industrial e tecnológico frágil, verifica-se também um baixo dinamismo em alguns setores de inovação Cf.

<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/recuo-da-industria-em-18-8-reflete-desindustrializacao-e-mercado-em-frangalhos>. Acesso em 23 de julho de 2020.

passou a ser utilizado no Instituto do Coração (INCOR)<sup>16</sup> em São Paulo, resultando em uma solução viável – de caráter “insubordinadamente balbúrdico” – e absolutamente necessária aos dias atuais, dada a pouca capacidade de produção nacional e as dificuldades de aquisição no mercado competitivo internacional.

As instituições de pesquisa, dentre essas as Universidades, têm assumido uma tarefa importantíssima no suporte à gestão em saúde nos estados e nos municípios, frente ao esforço dos(as) profissionais da rede hospitalar. Sabemos que são estes(as) trabalhadores(as) que estão na linha de frente no combate à doença, e o fazem em meio às precárias condições de trabalho e a ausência de equipamentos, tornando-se ainda mais expostos(as). Segundo informações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS): Suspeitos de contrair o novo coronavírus, mais de 787,6 mil profissionais de saúde precisaram se afastar dos seus postos de trabalho durante a pandemia no país. Do montante, 174.137 tiveram a confirmação para o vírus. O Ministério da Saúde confirmou, ainda, 138 mortes de trabalhadores da área pela doença. No entanto, o número diverge do anunciado em 12 de junho, quando a pasta confirmou 169 mortes (CNTS, 2019, n.p.).

Nessa dimensão, se destacam a iniciativa na fabricação e distribuição, junto às unidades de saúde do país, de protetores faciais, máscaras de proteção, aventais, matérias de

---

<sup>16</sup>Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/15/pacientes-com-coronavirus-no-incor-serao-tratados-com-respiradores-da-usp.htm>. Acesso em 23 de julho de 2020.

esterilização, sabonete líquido, além de insumos básicos, como álcool em gel e líquido, que se constituem como formas mínimas de viabilização da proteção, tanto daqueles(as) trabalhadores(as) que estão mais expostos às infecções quanto ao conjunto da população em geral, atendida por esses(as) profissionais. Em outra frente, cumpre lembrarmos que parte desses materiais também foi disponibilizada a outras instituições (Organizações Não-Governamentais (ONGs), Instituições de Longa Permanência para Idosos, Unidades de Segurança Pública, Associação de Bairros, dentre outras), sobretudo em um contexto em que tais recursos se mostraram inflacionados, demandando aportes financeiros de alto volume, inviabilizando, em diversas situações, uma distribuição menos desigual sobretudo junto a vários segmentos mais necessários, com pouca capacidade financeira de aquisição.

As testagens em massa vêm sendo destacadas como uma das alternativas importantes no enfrentamento à covid-19, como já indicam diversas autoridades sanitárias, inclusive a própria Organização Mundial da Saúde (OMS). Frente ao quadro de grande subnotificação, é um recurso importante para orientar a gestão das medidas de “distanciamento social”, de regulação das atividades que começam a ser flexibilizadas, na elaboração de protocolos de biossegurança, enfim, em um conjunto de ações articuladas pelos poderes públicos de atendimento ao conjunto da população. Sem isso, se alastra a propagação do vírus e se reduz a capacidade de diminuição de seus efeitos, os quais, tem afetado duramente os segmentos mais pauperizados, concentrados, em geral, nas periferias das cidades brasileiras, compostas, em sua maioria, por

trabalhadores(as) negros(as) (PATERNIANI; CARVALHO, 2020).

A necessidade de desenvolvimento de um volume maior de testes revelou a dependência da ciência brasileira na aquisição de insumos básicos – como reagentes químicos – que, uma vez produzidos ou adquiridos em nível nacional, poderiam ampliar a capacidade de testagem, num cenário em que boa parte do mundo recorre aos mesmos materiais. Num esforço inventivo, um grupo de pesquisadores(as) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), liderado pelo bioquímico Luciano Huergo desenvolveu uma metodologia para teste da covid-19 capaz de entregar o resultado em 15 minutos, a um custo de R\$ 10. Atestando a pujança da ciência brasileira, a equipe conseguiu produzir antígenos do vírus (moléculas que acionam a produção de anticorpos) em laboratório. Segundo o professor Huergo, tais materiais se constituem como “os insumos mais caros para o desenvolvimento de testes imunológicos”. Eles poderiam chegar a custar em empresas de biotecnologia estrangeiras um miligrama dessas proteínas por 1 mil dólares, sem contar os custos de importação<sup>17</sup>.

Como podemos verificar nos exemplos citados, a excelência, a criatividade e o esforço coletivo de pesquisadores(as) brasileiros(as) tem permitido a construção de estratégias para driblar, na medida do possível, dificuldades que tencionam um maior desenvolvimento da ciência brasileira. Diante dessas debilidades, quem mais uma vez resiste? São as universidades públicas que, também, vem

---

<sup>17</sup>Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/ufpr-teste-rapido-covid-19-15-minutos-10-reais/> Acesso em 23 de julho de 2020.



assumido um papel relevante, disponibilizando a sua *expertise* em pesquisas e no mapeamento quanto ao avanço e diagnóstico da doença. Assim, têm sido realizadas diversas pesquisas a fim de monitorar os impactos (sanitários, sociais, econômicos, logísticos, culturais, etc) da pandemia, sobretudo, acerca dos níveis de incidências nos segmentos mais pauperizados, a massa da população brasileira.

Apesar de todo o esforço empenhado pelas instituições públicas de pesquisa no país, quanto ao cenário de propagação do vírus, a forma mais eficaz de controle, como sabemos, diz respeito à produção de vacina(s). A ciência brasileira vem se destacando na realização de importantes parcerias que podem resultar na descoberta mais rápida possível desse material, bem como destaca-se, de igual modo, a presença de pesquisadores(as) brasileiros(as) nos maiores e mais renomados laboratórios do mundo<sup>18</sup>, somando-se no esforço planetário para a neutralização da pandemia. Ainda da série de iniciativas na corrida pela produção de vacina(s), vale destacar a articulação de um grupo de pesquisadores(as), a partir da vacina BCG contra a tuberculose, que já é testada e usada por bilhões de pessoas em todo o planeta. Apesar dos resultados promissores, cumpre salientar a dificuldade de alocação de maiores recursos no projeto.

A situação, emblemática no cenário em que estamos, reitera o drama da ciência brasileira que, apesar de todos

---

<sup>18</sup>Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/globonews-em-ponto/video/pesquisadora-brasileira-na-inglaterra-diz-que-vacina-contra-a-covid-19-esta-na-3a-fase-8593276.ghtml>. Acesso em 23 de julho de 2020.

esforços que vem empreendendo, ainda carece de maiores investimentos<sup>19</sup>.

É fato que o sistema de saúde acaba sendo mais pressionado, exigindo, em curtíssimo prazo, uma ampliação de sua capacidade de atendimento, com leitos – de UTI e de Enfermaria –, e corpo técnico preparado para lidar com as particularidades da situação. Frente a esse quadro, são também os Hospitais Universitários – muitos dos quais geridos à lógica empresarial da EBSEH<sup>20</sup> – que têm apoiado as gestões em saúde de estados e municípios, somando-se à rede do Sistema Único de Saúde, ampliando assim, as frentes de intervenção do conjunto das universidades públicas no país. Nesse sentido, demonstra o significado e a importância das universidades brasileiras, bem como outras instituições públicas, como a FIOCRUZ<sup>21</sup>, que vem desempenhando um

---

<sup>19</sup>A pesquisa é realizada em uma articulação entre um conjunto de instituições públicas, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de Santa Catarina (UFSC), o Instituto Butantan, de São Paulo, e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Doenças Tropicais (INCT-DT). O trabalho conta com a colaboração da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, e do Instituto Karolinska, na Suécia. É possível observar na matéria que, mesmo considerando a importância de um projeto dessa natureza, e ainda que já tenha sido aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a equipe ainda não recebeu os recursos do órgão, o que denota o significado atribuído pelas agências de fomento à situação, mesmo em uma condição de calamidade pública. Informações disponíveis em: <https://www.bb.com/portuguese/geral-53355214>. Acesso em 23 de julho de 2020.

<sup>20</sup>Vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada em 2011 por meio da Lei nº 12.550, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) tem assumido a gestão de diversos Hospitais Universitários pelo país.

<sup>21</sup>Acessar informações em: <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>.

papel fundamental, frente à inépcia do Ministério da Saúde, corolário da pauta

macroeconômica do governo federal, subordinada aos interesses de capitalistas nacionais/internacionais, que reatualizam a assertiva marxiana de que o capital não tem “a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador” (MARX, 2013, p.338).

#### **4 A ciência brasileira existe e resiste. Mas, até quando?**

Como podemos observar, em inúmeras frentes, as universidades públicas brasileiras têm assumido um protagonismo importante no enfrentamento à covid-19. Nessas circunstâncias, diante de todas as ações realizadas, reafirma a sua função e relevância junto ao conjunto da sociedade *pela e para* qual deve se comprometer, mesmo “agonizando nas cordas”, sobrevivendo com poucos recursos. Uma questão que nos parece válida apontar se refere à seguinte: *Passada essa crise pandêmica, à qual normalidade voltará a universidade?* Sua “normalidade”, como temos constatado, tem sido andar no “fio da navalha”. Sem recurso e com a autonomia ameaçada, se vê asfíxiada pelo projeto de sua destruição. *Quais “respiradores” socorrerão uma instituição que vem forjando, ao longo de uma das maiores crises sanitárias do país, diversas estratégias para salvar a vida de milhões de brasileiros(as)?*

Como apontamos, no pós-crise do coronavírus, não só deve permanecer, como será aprofundada a crise capitalista, e com ela o acirramento das disputas no interior dos distintos projetos de classes travados no conjunto das lutas sociais, que se manifestam também em disputas de

distintos projetos de educação. É nessa área que insere a disputa por um projeto popular de universidade, da produção científica e de seus resultados, na defesa do seu caráter público e socialmente referenciado. Significa a necessidade de disputar os recursos do fundo público, inclusive daquela parcela que deve ser direcionada para a expansão das pesquisas nas universidades e em outras instituições públicas, voltada aos interesses não só ao desenvolvimento do país, mas do conjunto de trabalhadores(as) que, ao fim e ao cabo, constituem a base sócio-material de sustentação desses espaços. Tal defesa implica um movimento que se assente no contínuo processo de democratização dessas pesquisas, com monitoramento e avaliação das instituições públicas, bem como no direcionamento dos resultados para o conjunto da sociedade, na reafirmação da sua função e sentido públicos.

As questões levantadas ao longo do texto revelam que as nossas mazelas sociais não se iniciam nos marcos dessa crise pandêmica, como muitos querem nos fazer crer; porém, a covid-19 nos põe diante de um espelho que reflete a nu a agonia da nossa barbárie, produto das contradições da sociabilidade do tempo presente. A ciência, a pesquisa e a extensão das universidades – elementos indispensáveis, inclusive, para a conformação de um ensino com qualidade – a despeito de todos os ataques, vem se constituindo como um dique de resistência frente a uma onda de ataques de todos os âmbitos. Por esses motivos, em meio a imensos desafios, vale reafirmar que a universidade e a pesquisa científica públicas com qualidade “existem” e, sobretudo, “resistem”! Até quando? Aqui reside uma resposta que, somente no interior da correlação de forças da própria da luta de classes, em torno

dos projetos societários e, conseqüentemente, de educação, a história nos dirá.

## Referências

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*. n. 24. set/dez 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em 24 de julho de 2020.

CNTS. Disponível em: <https://cnts.org.br/noticias/787-mil-profissionais-de-saude-foram-afastados-por-suspeita-de-covid-19/>. Acesso em 21 de julho de 2020.

DE NEGRI, Fernanda, et al. *Ciência e Tecnologia frente à pandemia*. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/182-corona?fbclid=IwAR1YNIFMEok52jAen537ThafeGm7y2rk68kK2QWq3gO7takh1LwQ9T\\_yFos](https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/182-corona?fbclid=IwAR1YNIFMEok52jAen537ThafeGm7y2rk68kK2QWq3gO7takh1LwQ9T_yFos). Acesso em 21 de julho de 2020.

GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto, SGUISSARDI, Valdemar. *Future-se* [recurso eletrônico] : ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020.

IASI, Mauro Luis. *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP, 2017.

LEHER, Roberto. A universidade reformanda: atualidade para pensar tendências da educação

superior 25 anos após sua publicação. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 8, n. 16, ago./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1702/1551>. Acesso em 10 de julho de 2020.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. Tradução P.C. Castanheira e S. Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social*. São Paulo: Cortez, 1995.

PATERNIANI, Stella CARVALHO, Lauro. *Periferias e pandemia: desigualdades, resistências e solidariedade*. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/02/periferias-e-pandemia-desigualdades-resistencias-e-solidariedade>. Acesso em 24 de julho de 2020.

RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

# O IMPACTO DA PANDEMIA NAS PERIFERIAS: uma questão de raça e classe<sup>1</sup>

*Marcos Ricardo de Lima<sup>2</sup>*

*Mônica Regina Nascimento dos Santos<sup>3</sup>*

## 1 Introdução

Não se discute que a pandemia da covid-2019 impôs ao mundo um novo regulamento sanitário internacional, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) trata-se do mais alto nível de alerta<sup>4</sup> dos últimos tempos, portanto, ela tem proporções gigantescas se comparada com as anteriores, que não foram poucas, a peste bubônica, gripe russa e a gripe espanhola foram apenas algumas delas, algumas tendo atravessado diversos anos. Portanto, para a comunidade científica e os governos de modo geral não há nada de novo nessa história, pois, a humanidade já enfrentou situações

---

<sup>1</sup> Artigo originado da Live com o mesmo título exibida em 17 de maio no canal de Youtuber "A voz do povo".

<sup>2</sup> Professor do Curso de Pedagogia da UFAL- Campus do Sertão. Doutor em Serviço Social/UERJ.

<sup>3</sup> Professora do Curso de Pedagogia da UFAL- Campus do Sertão. Mestre em Educação Brasileira, doutoranda em Serviço Social, membro do NUDES (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade e Educação no Sertão Alagoano) e do Grupo de pesquisa sobre Reprodução Social.

<sup>4</sup> Segundo o site da OPAS (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2020): "A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (covid-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional".

semelhantes em outros tempos e, desse modo, já possui, ou deveria possuir, um certo *know-how* sobre esse assunto.

No caso específico dessa pandemia, foram muitos os alertas emitidos pelas instituições especializadas em epidemiologia, bem como, da própria OMS, mas, apesar de todos os avisos, alguns países não se prepararam devidamente para evitar a entrada do vírus em seus territórios, ou mesmo conter sua propagação em grande escala. Na contramão dessas evidências, muitos optaram por adotar atitudes negacionistas e, agora, amargam altos índices de contaminação e mortes por covid-19, portanto, sob esse aspecto, essa pandemia pode ser considerada a *Crônica de uma morte anunciada*.

Um claro exemplo dessa morosidade em tomar as precauções sanitárias necessárias é o ocorrido no Brasil, no espaço de tempo entre o epicentro da covid-19 na cidade Wuhan na China e o primeiro caso registrado no país, houve lastro suficiente para que fossem tomadas as medidas preventivas demandadas pela gravidade do contexto pandêmico, tais como: a reestruturação dos hospitais públicos, atualmente sucateados, a compra de equipamentos médicos, o treinamento de pessoal e a organização de campanhas educativas para a população entre outras ações profiláticas. Contudo, se essas medidas estão sendo adotadas agora, de modo tardio e atropelado – investimento em hospitais de campanha (temporários), ao invés de recuperar os centros hospitalares já existentes, e indicação de medicação sem que houvesse um protocolo científico que fundamentasse tal medida – é pelo simples fato de que o vírus não escolhe classe, gênero ou cor.



Todavia, é preciso enxergar que se o vírus é, de certa forma democrático: pode acometer a qualquer um, a doença, ao contrário, não é, ela tem classe, gênero e cor sim. As consequências da covid-19 acometem bem mais aos periféricos – sobretudo, negros – do que aos ricos, como se pretende demonstrar ao longo deste texto.

## **2 Impactos socioeconômicos da pandemia nas periferias**

Um dossiê organizado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), sobre a covid-19, revelou que os negros, juntamente às outras categorias estão mais vulneráveis aos impactos socioeconômicos do coronavírus, “[...] las mujeres y las personas jóvenes, indígenas, afrodescendientes y migrantes resulta de la confluencia de los ejes de la desigualdad y constituye un fuerte núcleo de vulnerabilidad [...]” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, 2020, p. 06), e não por acaso, são categorias que compõem a maioria da população nas periferias, que residem em ambientes de vulnerabilidade e não gozam das mesmas condições de proteção social que o restante da população. Dada a impossibilidade de gerar renda por força dos Decretos Estaduais e Municipais que instituíram o distanciamento social, a situação dos povos periféricos – que sobrevivem das vendas de produtos e serviços gerados nas aglomerações – se tornou ainda mais complexa durante a quarentena<sup>5</sup>. Ao considerar que proporcionalmente, os ricos

---

<sup>5</sup> “Las mujeres, las jóvenes, los indígenas, los afrodescendientes y los migrantes están sobrerrepresentados entre los trabajadores informales” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, 2020, p. 01).

estão entre os mais infectados, enquanto os pobres lideram a lista dos que morrem, se percebe o caráter xenofóbico da pandemia nas periferias.

O quadro esboçado pela pandemia é aterrador, entretanto, ele não traz nenhuma grande novidade, pois, a moldura social que o envolve já era absurda. O rastro da pandemia sobre a perda de vidas será grande, mas, enorme já era a construção opressora sobre a periferia. Não há como encobrir o fato de que a vida social no Brasil tem os traços característicos do que o sociólogo peruano Aníbal Quijano chama de colonialidade de poder, noutras palavras, quando as relações sociais e de poder são racialmente hierarquizadas.

A hierarquização racial das relações resulta da tríade: classificação racial, modernidade e colonização. Embora se saiba que o autor tenha teorizado sobre a colonização em si, a realidade atual no país, ainda apresenta a reminiscência dessa submissão, basta observar a forma como o governo brasileiro se *pone de rodillas* ante o governo norte-americano em relação à covid-19. A esse respeito convém esclarecer, os presidentes de ambos os países tiveram inicialmente atitudes negacionistas em relação ao vírus e, logo em seguida, divulgaram a hidroxicloroquina como cura para a covid-19, sem que houvesse um protocolo científico balizador para tal posicionamento.

Após os especialistas terem descartado os resultados positivos no uso dessa medicação para essa doença em específico, o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), tratou de se livrar do estoque desse medicamento, vendendo-o para o Brasil, que já o possuía em acúmulo, por ter sido – por ordem presidencial – produzido em larga escala

pelo exército brasileiro. O resultado é que há aqui um estoque para mais de 18 anos<sup>6</sup>, de um medicamento cujo prazo de validade é curtíssimo, em contrapartida, faltam analgésicos nos postos e hospitais da rede pública. No bojo dessa relação submissa está a periferia, composta majoritariamente por pessoas negras, que resvalam os principais efeitos negativos do contexto pandêmico.

A colonialidade do poder teorizado por Quijano, também se expressa no âmbito do trabalho.

A classificação *racial* da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos *brancos*. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das *raças inferiores* pelo mesmo trabalho dos *brancos*, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2005, p. 120, grifo do autor).

A hierarquização racial do trabalho se dá não apenas na inserção submissa do Brasil – país cuja população é majoritariamente negra – na divisão mundial do trabalho, bem

---

<sup>6</sup> Talvez seja por isso que o presidente do Brasil faça, todos os dias, propaganda desse medicamento em suas redes sociais. Mesmo sem o aval da OMS e da Sociedade Brasileira de Infectologistas.

como internamente, nas ocupações socialmente relegadas aos povos periféricos constituídos em sua maioria por corpos negros. Nessa perspectiva, as relações sociais hierarquicamente racializadas, impõem não apenas a classificação racial e uma rede de privilégios aos que se encontram no topo da hierarquia, como também, instituem um controle geográfico – em sentido amplo – sobre o trabalho: funções iguais remuneram de forma desigual a negros e brancos; periféricos ocupam cargos de menos *status* em comparação com os residentes das consideradas áreas nobres e centrais, entre outras expressões desse modelo de controle mundial sobre as relações.

Ponderando a respeito dessas variáveis, é possível depreender que a *colonialidade do controle do trabalho* em tempos de pandemia, pode beirar ao genocídio da população negra. Segundo dados da CEPAL, são majoritariamente negros, os trabalhadores desempregados e/ou precarizados mais afetados pelo isolamento sanitário<sup>7</sup> e, muitos, por não terem o CPF regularizado – e problemas afins –, são invisíveis<sup>8</sup> ao sistema, conseqüentemente, não conseguem sequer acessar o

---

<sup>7</sup> Alguns chamam esse fenômeno atual de distanciamento, de isolamento social, mas de acordo com Mauro Iasi, em entrevista ao canal TV 247, não existe isolamento social, pois, mesmo isolado o homem é um sujeito social e seu isolamento sanitário, reafirma essa condição.

<sup>8</sup> Para Ricardo Paes de Barros, especialista em pobreza e desigualdade, em entrevista à Cássia Almeida em 08/04/2020 do portal G1, as filas quilométricas nas agências da Caixa Econômica, são “[...] um problema logístico que tem que ser resolvido de alguma maneira. A gente está sofrendo as conseqüências de um país que tem um conjunto de pessoas que, na verdade, são invisíveis para o governo” (ALMEIDA, 2020, p. 1). O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, afirmou em entrevista ao Luis Nassif do canal GGN que a pandemia revelou a existência de 10 milhões de invisíveis ao sistema.

auxílio emergencial do governo federal, logo, sem condições de gerar renda, são obrigados a se lançar às ruas à procura da sobrevivência, se expondo ao coronavírus e à média de mais de mil mortes diárias segundo dados do próprio Ministério da Saúde.

Essa realidade análoga às bases constitutivas de um estado de genocídio acontece sem o devido direito ao luto e ao atestado de óbito em muitos casos. Uma portaria do Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Ministério da Saúde, determinou que os mortos pela covid-19 podem ser sepultados ou cremados sem o devido atestado de óbito, traduzindo: são vidas sendo literalmente descartadas, mas isso já ocorria com o genocídio negro nas favelas. Os corpos negros – de todas as idades – já eram/são cotidianamente violentados e mortos pelas abordagens policiais nas periferias de modo geral, e jogados em covas comuns nos diversos cemitérios clandestinos. O sistema, de modo voluntarioso, tem *pisado no pescoço*<sup>9</sup> dos corpos negros.

Dados do jornal El País-Brasil, publicados em 2 de junho, dão conta de que as “[...] mortes em operações policiais no Brasil aumentam, apesar da quarentena [...]” (GALARRAGA GORTÁZAR, 2020, p. 1). No Rio de Janeiro, por exemplo, conforme esse jornal, “[...] 290 pessoas morreram em dois meses em intervenções das forças de

---

<sup>9</sup> Em plena pandemia, dois policiais fizeram uma operação em um bairro periférico da cidade de São Paulo para apurar a denúncia de uso de som alto em um carro, portanto, uma ocorrência simples. No entanto, no abuso da força, um dos policiais pisou no pescoço de uma mulher negra que estava suplicando por seu amigo que já estava no chão. O policial chegou a apoiar todo o peso do seu corpo sobre o pescoço da mulher que chegou a desmaiar por três vezes.

segurança, apesar da diminuição do crime durante a pandemia [...]” (Ibid., p. 1). Os corpos negros periféricos eram e continuam sendo descartados no Brasil, que, embora “[...] nunca tenha tido leis de segregação como nos Estados Unidos, há no país um racismo estrutural que faz com que os negros sejam sistematicamente mais pobres e vivam menos” (Ibid., p. 1).

Esses dados revelam uma legalidade entranhada no *modus operandi* das instituições desse país, que agem em conformidade com o racismo estrutural cotidianamente presente na vida periférica (ALMEIDA, 2018). A grande novidade desse período pandêmico é, por certo, que os brancos estão experimentando uma realidade que antes era exclusiva dos negros. Os brancos, sobretudo, os pobres, estão percebendo que, apesar de gozarem do privilégio da branquitude, nesta quarentena forçada, estão relegados às Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) lotadas, sem os devidos equipamentos, bem como, estão sendo jogados nas valas coletivas dos cemitérios, sem o devido rito cerimonial tão necessário ao consolo espiritual nesse contexto de incertezas.

Essa aproximação das realidades entre negros e brancos, fez reverberar algo já percebido por Aimé Cesáire, escritor e político francês, em seu *Discurso sobre o Colonialismo*, ao comparar o holocausto e o colonialismo, abstraindo as devidas proporções, é possível trazer as análises desse autor para os dias atuais e verificar que tanto no passado, como nos tempos hodiernos, quando algo acontece com brancos ganha notoriedade, todavia, quando é exclusivo com negros, se torna

invisibilizado, vide as subnotificações da covid-19 nas favelas (CÉSAIRE, 1978).

De acordo com Eliana Silva Sousa, diretora da ONG Redes da Maré, em entrevista publicada pelo site G1, é “[...] assustador ver a subnotificação que existe e aí a subnotificação tem a ver com notificação errada, que aí tem a ver com outros problemas estruturais em relação à questão da favela” (CHAGAS, 2020, p. 1). Nas favelas e periferias, as subnotificações se expressam na falta de testagem, nas notificações malfeitas, em muitos casos, devido à falta de domicílio de muitas das pessoas e também no registro de óbito que aponta causas respiratórias, mas, não associam essas causas com a covid-19, apesar de ser incomum um surto de problemas respiratórios dessa grandeza em todo o país.

Outro grande problema social é a proporção de mortos entre ricos e pobres, dados do Ministério da Saúde informam que os negros são os que mais morrem em decorrência da covid-19. Considerando que a maioria entre os pobres são negros, e que os ricos no Brasil – em grande parte são homens brancos, heteronormativos –, gozam de condições sanitárias melhores e ocupam leitos privados, fica mais fácil entender os motivos dessa relação. De acordo com a revista Exame, a maior parte dos leitos de UTIs do país estão localizados na rede privada e se destinam à apenas 25% da população enquanto a maioria absoluta da população dispõe de apenas 44% de leitos de UTIs do Sistema Único de Saúde (SUS), e a maior parte dos usuários do SUS são negros. É claro que a assistência à saúde não se limita ao acesso aos hospitais, ela se dá também pela inclusão no âmbito da atenção básica em saúde, aos equipamentos médicos, cuidados sanitários, entre outros elementos, porém, em

tempos de pandemia, o acesso a unidades hospitalares é fundamental (GONÇALO JÚNIOR, 2020; MUNIZ; FONSECA; PINA, 2020).

A falta de acesso a hospitais impacta enormemente a população negra, em São Paulo, segundo o jornal Estadão, o risco de mortes pela covid-19 entre os negros alcançaram 62% na comparação com os brancos e, de acordo com o *site* A Pública, o número de pretos e pardos entre mortos e hospitalizados é cinco vezes maior que o de brancos. No estado de Alagoas e em diversos outros estados, ocorre a mesma situação. O próprio Ministério da Saúde admite essa situação em seus números: a covid-19 é mais letal entre negros do que entre brancos, como confirmado pela CEPAL.

Las desigualdades en el acceso al agua, al saneamiento, a los sistemas de salud y a la vivienda (y el consecuente hacinamiento), así como la desigualdad en las propias condiciones de salud, pueden traducirse en mayores tasas de contagio y mortalidad por COVID-19 entre las poblaciones rurales, las poblaciones urbanas marginales, los pueblos indígenas y los afrodescendientes. Por ejemplo, al 9 de abril de 2020 los afrodescendientes representaban el 45,2% de las muertes por COVID-19 del Brasil, pese a representar solo el 37,4% de las hospitalizaciones (Ministerio de la Salud, 2020). (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, 2020, p. 07).

A própria condição geográfica do *ser periférico*, impõe a situação de afastamento das condições básicas de saneamento, recursos e serviços fundamentais, resultando, impreterivelmente, nas maiores taxas de contágio e mortes, esse cenário expressa o que Quijano chama de *geografia social*



*do capitalismo, e controle racial do trabalho.* Negros, residem na periferia por terem os piores trabalhos e vice-versa, reproduzindo um círculo vicioso, e desse modo, são acometidos com mais intensidade, por todos os infortúnios, inclusive os pandêmicos.

Em um trabalho conjunto da CEPAL com a Organização Pan-Americana de Saúde, foi relatado que “[...] a pandemia nos forçou a lidar com três tipos de emergências ao mesmo tempo: a de saúde, a social e a econômica [...]” (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020), estas organizações também alertam para a volta da fome. É preciso questionar a análise empreendida por essas organizações, visto que a pandemia não trouxe nada de novo, porquanto, bem antes deste surto epidemiológico, a periferia já convivía com essas três ordens de emergência, que podem ser resumidas em uma pandemia de desigualdade social, e no Brasil, isso se traduz em desigualdade racial.

Fome e exclusão dos recursos econômicos, sanitários e de saúde são fenômenos presentes no cotidiano das periferias há muito tempo, eles apenas foram agravados pela pandemia, agora, o agravante é que se elege o outro como responsável: o culpado é a China, é a esquerda, é o pobre que não se cuida, é a negrada que está na rua. Mas, é importante frisar que se os pobres, marcadamente negros e mulheres, estão nas ruas, é pela falta de condições básicas de sobrevivência, eles são os uberizados e precarizados que estão se expondo todos os dias para dar conforto ao isolamento dos ricos, a exemplo das empregadas domésticas: a primeira morte pela covid-19 registrada no Brasil foi de uma empregada doméstica que contraiu o vírus de seus patrões.

Também foi uma empregada doméstica na cidade do Recife, capital de Pernambuco, que teve o filho morto pela negligência de sua patroa<sup>10</sup>, quando esta deixou a criança de apenas cinco anos, sozinha no elevador do prédio, a criança saiu do elevador em um andar aleatório e caiu de uma das varandas (BRASIL, 2020). A empregada negra também contraiu covid-19 de seus patrões: prefeito e primeira dama respectivamente, mas, enquanto o prefeito pôde manter-se em quarentena, a empregada mesmo doente continuou indo ao trabalho, tendo que levar seu filho junto, porque as escolas estão fechadas durante a pandemia. Esses dois exemplos podem ser explicados à luz do *controle racial do trabalho*. São as mulheres negras, os corpos negros que, em plena pandemia estão sendo condenados a servir corpos brancos, ficando à mercê, inclusive do vírus.

A Organização das Nações Unidas (ONU), já alerta para a possibilidade do retorno da escravidão, de acordo com Tomoa Obokata, relator especial das Nações Unidas para formas contemporâneas de escravidão, o "[...] severo efeito socioeconômico da pandemia da covid-19 provavelmente irá aumentar o flagelo da escravidão moderna, que já afetava mais de 40 milhões de pessoas" (SAKAMOTO, 2020, p. 1). Se é

---

<sup>10</sup> De acordo com o *site* do notícias R7, “Miguel Otávio Santana da Silva é filho de uma empregada doméstica que trabalha na casa do prefeito de Tamandaré, cidade no litoral sul do estado. Sem aula por causa da pandemia, ele teve de acompanhar a mãe ao trabalho, em um apartamento no quinto andar do prédio. A doméstica precisou sair para passear com o cachorro da família e deixou o filho com a patroa. O menino tentou ir atrás. Imagens de câmeras de segurança mostram o menino dentro do elevador e a primeira-dama, que é a patroa da doméstica, apertando o botão do nono andar e deixando que a porta do elevador se fechasse com o garoto, sozinho, dentro” (BRASIL, 2020, p. 1).

que a escravidão algum dia deixou de existir completamente. Ela deixou de ser a atividade hegemônica, mas, sempre esteve na periferia de todas as sociedades desde o seu fim formal. As condições socioeconômicas das periferias com 10 milhões de invisíveis ao sistema, já apontam para algo nesse sentido.

As comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, os povos de terreiro, as favelas, a comunidade LGBTQIA+, entre outras, já eram constantemente agredidas e contingenciadas pela deficiência nas condições sanitárias, carência no atendimento básico de saúde, pelo desemprego e a insegurança alimentar e educacional, sem acesso a direitos elementares do chamado cidadão. E este não é um cenário novo. A novidade é que a classe média parece ter acordado do sonho de Alice que vive no *País das Maravilhas* e, finalmente, descobriu que essas pessoas existem, agora enxergam que as comunidades apresentam um quadro de carências de toda sorte, mas, a classe média tem tratado essa questão como um romance adocicado do que tipo em que “chove sobre o molhado”.

E se chove sobre o molhado é porque essa realidade já vinha sendo denunciada pelos movimentos sociais, mas apesar dessa comoção, há de se alertar para o fato de, no Brasil, a necropolítica neoliberal – no sentido de ser uma política que não prioriza a vida –, segue impondo um regime de morte aos trabalhadores permitindo desmatamentos e grilagem em terras indígenas, conclamando a população para a volta ao trabalho em plena pandemia, cumprindo ordens de despejos nos territórios ocupados. Percebe-se uma política de desmonte do Estado articulada ao regime de morte para a

população periférica, uma amostra do caráter genocida da política adotada no combate ao contexto pandêmico.

Já são mais de 88 mil mortes<sup>11</sup> pela covid-19 no Brasil, cujo Ministério da Saúde segue comandado por militares, sem a devida formação técnica na área, os quais substituíram os funcionários especialistas que foram demitidos por discordarem da prescrição indiscriminada do medicamento hidroxicloroquina entre outras discordâncias. Após a interinidade dos militares na pasta, o número de contaminações e mortes pela covid-19 teve um aumento de mais de 100%, sem ter despertado nenhuma análise por parte do governo.

### **3 A relação pandemia e economia e os impactos sobre a periferia**

Muitos jornalistas da mídia hegemônica afirmam que, com a pandemia, a economia entrou em crise, pois, o distanciamento sanitário proporcionou uma queda nas vendas e na circulação de dinheiro. Exigindo uma alta dos preços para a manutenção das empresas, logo se viram obrigadas a demitir seu quadro de funcionários, portanto, por essa lógica, sem emprego não há consumo e sem consumo não há como garantir os postos de trabalho, e isso tem alimentado o discurso do governo brasileiro sobre a necessidade de se fazer uma escolha crucial: salvar as vidas ou salvar a economia, mas, a esse respeito é preciso considerar duas questões fundamentais: a crise econômica é anterior à pandemia, e esse

---

<sup>11</sup> Dados coletados até 28 de julho de 2020.

dualismo vida *versus* economia se assenta sob uma falsa premissa.

Sobre a crise econômica, é importante apreender que, o que está na base desse contexto é a crise estrutural do capital. No desequilíbrio da acumulação de “[...] capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias [...]”, segundo Marx (1985, v. 1, t. 2, p. 195), o sistema do capital se baseia na expansão, sua “[...] determinação mais profunda [...]”, consoante Mészáros (2009, p. 99) é a acumulação de capital, quando ocorre algum desequilíbrio nessa relação ou desproporção entre capital constante e capital variável, ocorrem as crises, que costumam ser cíclicas.

Ocorre que, com o avanço do neoliberalismo e a ultra financeirização do capital, essas crises têm se mostrado sistêmicas, dado que são constitutivas da lógica destrutiva do capital, estão, portanto, na estrutura sociometabólica que, conforme Mészáros, afetam “[...] o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social” (MÉSZÁROS, 2009, p. 100).

A crise sanitária no que lhe concerne, apenas revela uma faceta da natureza autodestrutiva do capital, encapada por suas personificações: governos e empresários, sobretudo, banqueiros. No bojo da crise estrutural do capital agravada pela crise sanitária atual, é a periferia que tem classe, cor e gênero que mais sofre com os impactos socioeconômicos.

Em relação ao falso dualismo: salvar vidas ou salva a economia, de acordo com Ladislau Dowbor<sup>12</sup> (2020), o problema não é a falta de recursos, pois, o Brasil tem um PIB (Produto Interno Bruto) de 7.3 trilhões e 212 bilhões de habitantes, portanto, se hoje o PIB fosse dividido igualmente por todos daria uma média de 11 mil reais por família de 4 pessoas, um patamar muito bom, considerando a realidade atual. Ainda nas palavras de Dowbor, há apenas 33 milhões de ocupações formais, portanto, existe uma subutilização da força de trabalho, além disso, o Brasil possui, uma das maiores reservas de terras agricultáveis do mundo e água em abundância, destarte, recursos financeiros e naturais suficientes para a recuperação pós pandemia existem, o governo pode então se dedicar a salvar vidas.

Bom, em se tratando de um país capitalista, a divisão equitativa do PIB pode ser, no mínimo, uma utopia, além do mais, a equipe econômica constantemente afirma não haver recursos em caixa, dessa forma, talvez, não haja mesmo condições de recuperação econômica. Todavia, a esse respeito, convém recuperar o fato de o governo ter liberado, imediatamente, logo no início da pandemia, para o setor financeiro o valor de 1 trilhão e 200 bilhões, uma soma bastante volumosa, contrastante com um caixa vazio. Inclusive, a alegação da falta de recursos motivou o Congresso Nacional a aprovar a chamada PEC (Proposta de Emenda Constitucional) do teto, a qual instituiu um teto limítrofe para

---

<sup>12</sup> Cf.: debate *online* sobre economia, no canal TV 247 em julho de 2020, numa roda de conversa com Ladislau Dowbor, Iriana Cadó, Juliane Furno, Walfrido Warde e Rafael Valin.

os gastos governamentais com as áreas sociais, *vis-à-vis*, como foi possível liberar tal soma ao setor financeiro?

Ainda de acordo com o professor Dowbor, os 1,2 trilhão que foram injetados no setor financeiro, representam 16% do PIB nacional enquanto, caso fosse distribuída uma renda básica universal, o total iria significar apenas 10% do PIB. Desse modo, o problema não é da economia, como também não é necessariamente sanitário, já que, sobre a covid-19, sabe-se o que se pode ou não fazer. Para conter os efeitos da pandemia basta seguir os protocolos adotados pelos países em que, apesar do contágio, estão com índices de mortes iguais a zero ou próximo disso. Sem precisar ir tão longe, há exemplos locais de gerenciamento da crise econômica e sanitária sem sacrificar a periferia, a cidade de Maricá<sup>13</sup> no Estado do Rio de Janeiro tem servido de modelo nesse assunto, apenas aplicando a lógica do capital. Então qual é a verdadeira questão? O problema é a desigualdade social, que no Brasil, é estruturalmente racial e misógina. Mesmo sob a lógica do mercado, o país se tornou disfuncional, pois, não consegue sequer aplicar as leis básicas do capitalismo na conjuntura atual.

De acordo com Iriana Cadó (2020), a crise sanitária rompeu com os fluxos naturais da renda, em razão de as pessoas não estarem circulando e fazendo circular a moeda tal como antes. Não obstante, enquanto o resto do mundo entendeu que, nessa conjuntura, é preciso gastar por meio do Estado para refazer o fluxo da renda, a exemplo dos EUA que embora sejam o bastião do liberalismo no mundo, de imediato

---

<sup>13</sup> “Cidade do RJ repassa R\$ 130 mensais para 25% da população e vira laboratório da renda básica” (SCHREIBER, 2020, p. 1).

investiu 2 trilhões na economia para aquecer o setor de serviços, o Brasil, porém, na contramão desse movimento, permanece preso aos dogmas do neoliberalismo e segue reduzindo o tamanho do Estado de forma criminosa, um exemplo disso é o modo como vem sucateando o SUS em plena pandemia.

Ainda em conformidade com Iriana Cadó, o auxílio emergencial, mesmo no valor irrisório de 600,00<sup>14</sup> reais entregues para as famílias se manterem em casa durante a quarentena, conseguiu conter uma queda maior do PIB. Em termos de circulação financeira, comparativamente, os 1,2 trilhão investidos no setor financeiro não voltarão para o mercado, não gerarão fluxo de renda, enquanto o auxílio emergencial tem retorno imediato porque o gasto de uns é correspondente à renda de outros, portanto, não há oposição em salvar vidas investindo no SUS e dando simultaneamente o auxílio emergencial, como apregoam o governo federal e a mídia hegemônica.

#### **4 A pandemia em Alagoas e os efeitos sobre a população negra**

Em Alagoas os números da pandemia, tal como no Brasil, são alarmantes. Os dados recolhidos pelo *Observatório Alagoano de Políticas Públicas para o Enfrentamento da Covid-19*, que adotando os critérios estabelecidos pelo Subcomitê de Epidemiologia vinculado ao Comitê Científico do Consórcio Nordeste, tem alertado para a necessidade da manutenção do

---

<sup>14</sup> Ante a gravidade da situação o auxílio deveria ser de no mínimo um salário mínimo, no entanto, o governo queria destinar apenas R\$ 200,00 por família.



distanciamento sanitário<sup>15</sup>. Porém, como manter-se em distanciamento sem as condições estruturais para isso?

No estado mencionado acima, as comunidades quilombolas têm exposto em suas redes sociais, a falta de condições mínimas para enfrentar essa pandemia, sobretudo, naqueles quilombos mais isolados, os quais nem o poder público consegue acesso para a entrega de cestas básicas. Recentemente, foi aprovado na Câmara dos Deputados, o auxílio emergencial estadual para essas comunidades, mas, enquanto essa lei tramita, as comunidades estão à míngua, como afirmou Manuel dos Santos, liderança do quilombo Mumbaça da cidade de Traipu “[...] com a covid-19, cadê o álcool em gel? Cadê as máscaras gratuitas? Se depender do governo, iremos morrer”<sup>16</sup>. Essa fala respondia a uma afirmação de Luiz Henrique Mandetta (à época ministro da saúde), que, em um posicionamento público, informou que todos os “quilombos do país têm atendimento do SUS” (BORGES, 2020, p. 1). A situação nos outros quilombos alagoanos, não é diferente, conforme dados dos institutos que

---

<sup>15</sup> Mesmo que os índices pareçam ter atingido um platô, a junção de elementos críticos: saturação dos leitos de hospitais; carência equipamentos a exemplo de respiradores; ausência de vacina entre outros, levam o observatório a reforçar a “necessidade da adoção de políticas públicas para o cumprimento das demais medidas indicadas pelo C4NE, como estratégias para identificar, isolar e rastrear novos focos, contenção de surto em locais de alta vulnerabilidade, monitoramento de riscos externos e participação da sociedade nas tomadas de decisão”.

<sup>16</sup> De acordo com o *site* Alma Preta em matéria postada em março de 2020, “Manuel dos Santos sinaliza que dos quatro quilombos certificados e reconhecidos no município de Traipu, em dois existem postos de saúde e em apenas um há agente de saúde, na própria comunidade de Mumbaça. A infraestrutura é inadequada para dar conta dos cuidados de todas as comunidades, segundo ele ‘Pessoas já chegaram morrer por falta de ambulância para socorrer’” (BORGES, 2020, p. 1).

acompanham esse assunto, a exemplo do Instituto Ganga Zumba.

A periferia de Maceió, por seu lado, além de espelhar a situação geral, possui dois agravantes:

a) Apagamento da história e da memória de bairros importantes e periféricos da capital, atingidos pelos efeitos da mineração a longo prazo numa região margeada pela lagoa. Em plena pandemia, muitas famílias, portanto, milhares de pessoas estão sendo despejadas de suas casas, as quais estão sendo derrubadas. Disso resulta que, grandes áreas de atividades comerciais, culturalmente pulsantes, estão virando zona fantasma<sup>17</sup>;

b) Ausência de condições sanitárias na região lagunar. Visto que, em pleno século XXI, os povos das lagoas convivem com o esgoto a céu aberto e resíduos sólidos à frente de suas residências. Relatos de moradores indicam que os locais mais isolados não estão sendo acessados pelo poder público, assim, diante dessa realidade, o Movimento dos Povos das Lagoas denuncia em suas redes sociais através de fotos, vídeos e documentos, a ausência de condições estruturais mínimas para manter o isolamento e, principalmente, a sobrevivência.

Todas essas comunidades têm um potencial produtivo e criativo enorme, em condições miseráveis conseguem produzir sua sobrevivência e fazer cultura, mas, são

---

<sup>17</sup> “Um estudo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) constatou três fissuras na região, com 1,5 km cada uma, e concluiu que o fenômeno é resultado da extração de sal-gema, substância utilizada para a fabricação de soda cáustica e PVC. Essa atividade teria gerado instabilidade no solo e tem ocasionado o desmoronamento de casas e asfaltos” (CARVALHO, 2020, p. 1).

constantemente alijadas pelo racismo estrutural que se enraíza e se manifesta inclusive nas pandemias.

## **5 Considerações finais**

Essa pandemia é antes de tudo uma questão de raça e classe, submersa nela, a periferia pede socorro. E já pedia socorro antes, porque essa crise não é apenas sanitária e econômica, ela é uma crise do capital e está na base do antagonismo entre capital e trabalho.

Se a colonização representou a coisificação dos corpos negros, e o holocausto significou a coisificação de corpos brancos, o capitalismo representa a coisificação de todos os corpos, sendo potencialmente mais letal para os negros, que além de amargar os efeitos do capitalismo, enfrentam o racismo estrutural. Nesse bojo, a pandemia, vem questionar o sentido de humanidade, e o valor da vida, quando a economia mundial entra em crise.

Em Alagoas, por suas particularidades, a pressão sobre os corpos negros periféricos se torna mais intensa, os impactos socioeconômicos da pandemia na periferia de Maceió estão condenando a cidade – que possui o maior número de expressões culturais em atividade do país –, tendo seus sonhos e anseios enterrados nas valas comuns da covid-19, pela ausência de políticas públicas efetivas para essa população.

A despeito dessa realidade, no contexto da própria lógica do capital, o Brasil segue disfuncional, mostrando-se incompetente em aplicar leis constitutivas da sociedade burguesa, segundo as quais, em tempos de crise, o Estado é

acionado para socorrer a economia e garantir a reprodução da força de trabalho. Essa disfunção se expressa tanto na ausência da competência técnica na condução da pasta da saúde, quanto na inadequação da política econômica adotada no contexto de agravamento da crise estrutural. Isso se verifica na emergência do governo em aplicar a cartilha ultraliberal e aprofundar a submissão colonialista do país ao grande capital.

Por fim, a crise econômica que o mundo enfrenta, ao contrário do que muitos afirmam, não têm suas raízes na pandemia, posto ser a expressão da crise do capital presente desde 2008 e, ligadamente ao estouro da bolha financeira e a crise sanitária está levando o capitalismo para uma grande depressão. Esse cenário, por outro lado, abre para os trabalhadores, sobretudo a população negra, a oportunidade histórica de se livrar dos grilhões da exploração e da opressão, dado que o capitalismo segue trôpego, pela queda vertiginosa da taxa mundial de lucro.

## Referências

ALMEIDA, Cássia. 'País tem conjunto de pessoas invisíveis para o governo', diz economista: Para Ricardo Paes de Barros, está na hora de proteger o nosso capital humano. *Globo.com*, 8 abr. 2020, versão *online*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pais-tem-conjunto-de-pessoas-invisiveis-para-governo-diz-economista-24358050>. Acesso em: 15 Jul. 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz. *O que é o racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BORGES, Pedro. Coronavírus: “se dependermos do governo, iremos morrer”, dizem quilombolas. *Alma preta: jornalismo preto e livre*, 20 mar. 2020, versão *online*.

Disponível em:

<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/coronaviru-s-se-dependermos-do-governo-iremos-morrer-dizem-quilombolas>. Acesso em: 17 Jul. 2020.

BRASIL. Patroa responderá por morte do filho de 5 anos de doméstica em PE: Mulher deixou garoto pegar elevador sozinho para ir atrás da mãe. Detida, pagou fiança de R\$ 20 mil e responde em liberdade por homicídio culposo. *R7*, 4 jun. 2020, versão *online*. Disponível em:

<https://noticias.r7.com/brasil/patroa-respondera-por-morte-do-filho-de-5-anos-de-domestica-em-pe-04062020>. Acesso em: 15 Jul. 2020.

CARVALHO, Igor. Quatro bairros de Maceió podem desaparecer por conta da ação de mineradora. *Sul21*, 14 jan. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2020/01/quatro-bairros-de-maceio-podem-desaparecer-por-conta-da-acao-de-mineradora/>. Acesso em: 22 Jan. 2020.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHAGAS, Priscilla. Subnotificação em favelas tende a ‘reduzir a percepção de risco’, alerta médico da Uerj sobre coronavírus: Diretora da ONG Redes da Maré... *G1*, 18 maio 2020, versão *online*. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/18/subnotificacao-em-favelas->

tende-a-reduzir-a-percepcao-de-risco-alerta-medico-da-uerj.ghml. Acesso em: 18 Mai. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. *Informe especial COVID-19, n. 3*. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45527/5/S2000325\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45527/5/S2000325_es.pdf). Acesso em: 18 Jul. 2020.

ESTADÃO CONTEÚDO. Mais procurado, SUS tem apenas 44% dos leitos de UTI do país: Em uma situação de emergência e catástrofe, a recomendação é que se aumente a capacidade dos leitos em 20%. *Exame*, 13 mar. 2020, versão *online*. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mais-procurado-sus-tem-44-dos-leitos-de-uti-do-pais/>. Acesso em: 15 Abr. 2020.

GALARRAGA GORTÁZAR, Naiara. Mortes em operações policiais aumentam no Brasil, apesar da quarentena. *El País*, 2 jun. 2020, versão *online*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-02/mortes-em-operacoes-policiais-aumentam-no-brasil-apesar-da-quarentena.html>. Acesso em: 17 Jul. 2020.

GONÇALO JÚNIOR. Em SP, risco de morte de negros por covid-19 é 62% maior em relação a brancos: especialistas atribuem a estatística a questões socioeconômicas e históricas. *Estadão*, 4/05/2020, versão *online*. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,em-sp-risco-de-morte-de-negros-por-covid-19-e-62-maior-em-relacao-aos-brancos,70003291431>. Acesso em: 08 Mai. 2020.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (v. 1, t. 2).

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MUNIZ, Bianca; FONSECA, Bruno; PINA, Rute. *Em duas semanas, número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil*: Levantamento da Pública mostra que mortes e hospitalizações de pretos e pardos sobem mais que em brancos; em São Paulo, recorde de mortes ocorre onde população negra é maior. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>. Acesso em: 06 Jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE.  
*Diretora da OPAS pede que países abordem emergências de saúde, social e econômica à medida que COVID-19 se espalha nas Américas*. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6167:diretora-da-opas-pede-que-paises-abordem-emergencias-de-saude-social-e-economica-a-medida-que-covid-19-se-espalha-nas-americas&Itemid=812](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6167:diretora-da-opas-pede-que-paises-abordem-emergencias-de-saude-social-e-economica-a-medida-que-covid-19-se-espalha-nas-americas&Itemid=812). Acesso em: 18 Jul. 2020.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SAKAMOTO, Leonardo. *Relator da ONU alerta que pandemia deve aumentar casos de trabalho escravo*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/05/13/relator-da-onu-alerta-que-pandemia-deve-aumentar-casos-de-trabalho-escravo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 15 Mai. 2020.

SCHREIBER, Mariana. Cidade do RJ repassa R\$ 130 mensais para 25% da população e vira laboratório da renda básica. *BBC News Brasil*, 15 jan. 2020, versão *online*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51114636>. Acesso em: 22 Mai 2020.



## **Seção III**

### Natureza, pandemia e exploração

# AS EPIDEMIAS VIRAIS COMO FENÔMENOS DA NATUREZA DO SISTEMA DO CAPITAL

*Luiz Felipe Barros Silva<sup>1</sup>*  
*Talvanes Eugênio Maceno<sup>2</sup>*

## 1 Introdução

O ano de 2020 entrará para a história da humanidade como um dos mais trágicos já vividos pelo homem. Certamente ele comporá a funesta galeria histórica que reúne os anos das grandes guerras, da pandemia de *influenza* de 1918, entre outros tristes episódios. O que eles trazem em comum, além de se constituir em momentos de perdas humanas irreparáveis, é o fato de que não são tragédias naturais. A atual crise epidemiológica que vivemos não decorre de uma causa puramente natural. Conforme demonstraremos ao longo deste texto, a origem, desses fenômenos decorre da natureza autoexpansiva, autorreferente, incontrolável e destrutiva do modo de produção capitalista.

Não obstante a excessiva difusão de informações a respeito da atual pandemia e sobre o vírus que a originou, pouco se tem mostrado acerca do vínculo estreito existente entre eles e a dinâmica produtiva capitalista. Quando esses organismos de “informação” enxergam a vinculação entre a produção econômica capitalista com tragédias ambientais que

---

<sup>1</sup> Graduado em geografia pela UFAL, mestre em Serviço Social pela UFAL.

<sup>2</sup> Graduado em história pela UFAL, mestre e doutor em educação pela UFAL, professor adjunto da UFAL.

resultam em danos humanos, trata-os, de um modo geral, como eventos relacionados a poluição, vazamentos, contaminação de produtos tóxicos, acidentes nucleares etc. Todavia, a vinculação apontada entre esses eventos e a prática produtiva capitalista é mostrada de maneira superficial. O problema é apresentado como uma questão de moral, de falta de consciência, de ausência de políticas públicas eficientes, de ineficiência dos organismos de controle e dos Estados. Ou seja, as causas não residiriam na natureza do sistema do capital, mas em elementos que poderiam ser corrigidos no interior da sociedade capitalista.

Se o fundamento histórico-social a partir do qual as tragédias supracitadas se originam não são reconhecidas em profundidade por quem se coloca sob a perspectiva social que considera o capitalismo a última (e superior) forma de relação entre os homens, que dirá a vinculação entre a sociedade do capital e as crises pandêmicas? Conforme demonstraremos neste escrito, o sistema do capital não apenas é razão pela qual as últimas crises pandêmicas se desenvolveram, como o conhecimento prévio sobre a possibilidade de suas emergências é reconhecido pela ciência burguesa há décadas.

O que verificamos é que não apenas a destrutividade do mundo natural com forte impacto sobre a vida social continuou, como trouxe a possibilidade concreta da eliminação das condições da sobrevivência do homem na terra. Nossa exposição procura demonstrar que a sobrevivência da humanidade só pode ser assegurada por uma forma superior de relação da sociedade com a natureza, relação esta que é impossível de ser instituída no modo de produção capitalista.

## **2 As revoluções técnicas na agricultura e pecuária capitalistas e as consequências para o meio ambiente**

Desde o início do período neolítico, o homem tornou possível a produção dos requisitos para a sua subsistência através da domesticação de plantas e animais, isto é, do próprio domínio humano sobre a natureza. A forma desse domínio variou conforme as necessidades e as possibilidades de cada época. Há, certamente, elementos de progresso evolutivo nas técnicas usadas na agricultura, constituindo um domínio ascendente da humanidade sobre a natureza, mas o que também está presente na história são os momentos de inflexão pelos quais a nossa espécie passou na forma de produzir o necessário à subsistência, com grandes implicações sobre as técnicas e os impactos destas para a reprodução da natureza. A essas fases correspondem os modos de produção.

A existência de variados modos de produção na história demonstra que a humanidade viveu momentos de transição profundos na sua forma de produzir, alguns com efeitos sobre toda a espécie espalhada no globo. Esse caráter radicalmente histórico da sociabilidade, que faz com que os homens revolucionem continuamente as suas forças produtivas originando, em dados momentos, modos de produção diversos, é majoritariamente negado na sociabilidade capitalista. Quando muito, ele é admitido, porém, para indicar que o atual modo de produção constituiria a última forma de relação produtiva entre os homens.

Todavia, o que a transitoriedade dos modos de produção da humanidade nos indica é justamente o contrário, isto é, que assim como modos de produção milenares ruíram

dando lugar a outros, o modo de produção do capital não é supra-histórico. Neste sentido, o capitalismo pode acabar. Dele podem originar-se formas regressivas de modo de produção, ou sua superação pode dar lugar a uma nova e superior forma de relação da humanidade com a natureza. Para onde caminhará a humanidade, irá depender das ações humanas, uma vez que a história é resultado (como nos ensina Marx) dos atos humanos singulares em sínteses sociais, muito embora ela não seja teologicamente orientada.

Dessa forma, a agricultura especificamente capitalista não representa o destino final da humanidade, no que se refere ao modo como os homens se relacionam com o mundo natural para produzir seus alimentos. Portanto, existem alternativas históricas possíveis de intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza para a produção alimentar.

Muitos pesquisadores têm concluído que o capitalismo é a causa da maior parte dos problemas sociais e também das perturbações sofridas pela natureza, posicionando-se na contramão dos postulados “ecocentristas”<sup>3</sup>, que tomam o mundo natural como modelo de relação no qual a sociedade deve se orientar, deslocando a centralidade do mundo social da relação homem  $\times$  natureza, para a natureza simplesmente. Para os “ecocentristas”, o capitalismo não seria o responsável pelos graves problemas dos desequilíbrios ambientais, já que esses seriam decorrentes de uma humanidade totalmente amorfa, ou consequência de uma falta de consciência dos indivíduos; em todo caso, atribuem ao plano da consciência individual tal responsabilidade. Essa maneira de encarar a questão isenta o

---

<sup>3</sup> A este respeito, ver Silva (2018).

sistema do capital da responsabilização sobre os danos ambientais que causa.

A agricultura propriamente capitalista emerge na segunda metade do século XIX. É nesse momento que as ciências naturais, desenvolvidas sob o horizonte das necessidades pragmáticas do sistema do capital, adentram o cenário rural, combinando técnicas industriais mais avançadas – antes empregadas apenas na indústria urbana – com a intensificação da expansão do mercado, numa configuração que ficou caracterizada como capitalismo de monopólios ou capitalismo monopolista/imperialista. Dessa maneira, a “inovação” científica da agricultura, sob a égide da fase imperialista da acumulação capitalista, faz surgir a agricultura capitalista, configurando uma transformação espacial no planeta numa escala sem precedentes. A revolução agrícola do capitalismo mal emergira e seus efeitos já podiam ser percebidos por muitos estudiosos. Assim como Karl Marx, no século XIX, dedicou sua vida para entender a natureza do sistema de produção capitalista, com certo grau de especificidade na indústria urbana, outros autores buscaram desvendar especificamente as contradições inerentes às novas práticas agrícolas engendradas nas áreas rurais.

A tese de Justus von Liebig, por exemplo, intrigou Marx. Liebig demonstra a relação entre a exaustão do solo agrícola e a poluição das cidades, com o esgoto humano e animal produzido pela sociedade. Ele também descobre que o transporte por longas distâncias dos alimentos através do mercado mundial, em intensa expansão, levava a um nível de esgotamento da terra, exigindo aplicações rotineiras de fertilizantes nos solos e abrindo uma fratura metabólica

[*metabolic rift*]<sup>4</sup> na relação entre a sociedade e a natureza (FOSTER, 2005/2013).

Em que pesem as constatações científicas de pesquisadores como Liebig, o desenvolvimento da “indústria capitalista”, entretanto, seguiu seu caminho no meio rural, produzindo um tipo de relação com o solo e com a natureza que cada vez mais exigia, para a realização de seu fim, a saber, a produção do lucro, a introdução de componentes químicos estranhos à dinâmica natural ecossistêmica do solo a ser cultivado. Intensificou-se a produção e a utilização de produtos, que vão de fertilizantes a pesticidas, buscando, com isso, “controlar” os problemas surgidos nas plantações agrícolas sob a lógica capitalista com insumos da indústria química em intensa expansão.

Percebe-se, assim, o caráter irracional do intercâmbio sociedade  $\times$  natureza, instituído no capitalismo. De um lado, a produção agrícola segue uma lógica orientada para a produção de mercadorias e não para a satisfação das autênticas necessidades humanas, mesmo que isso implique a degradação das fontes naturais da subsistência humana no planeta. Por outro lado, as saídas encontradas para a “correção” dos problemas apresentados nas plantações destinadas à produção capitalista passam pela intensificação da destruição ambiental. A própria adoção das “soluções” químicas na produção agrícola amplia as consequências da destruição ambiental. Também as pesquisas científicas engendradas pelas forças sociais do sistema capitalista, para

---

<sup>4</sup> A teoria da fratura metabólica refere-se às descobertas de Liebig que são apropriadas por Marx ao sistema do capital; consiste no esgotamento dos solos por conta de uma realocação dos elementos químicos decorrentes de uma produção agrícola para o capital global.

ampliar sua capacidade geradora de lucro, revelam os objetivos ambíguos e multilateralmente mórbidos deste sistema social.

Os inseticidas organoclorados e organofosforados e os herbicidas baseados em hormônios sintéticos nascem nos anos 1920-1940 como resultado das pesquisas sobre armas químicas usadas durante a I Grande Guerra pelos dois campos beligerantes (MARQUES, 2015, p. 179-180).

Encontramos também em Marques outro exemplo significativo de como as pesquisas científicas voltadas para as necessidades econômicas do sistema capitalista aliam produção e destruição e lucratividade e morte. Não por acaso, o desenvolvimento alemão no campo das pesquisas químicas no início do século XX e sua ampliação durante o período nazista vão “devolver à Alemanha sua supremacia na indústria química” (MARQUES, 2015).

Marques menciona que grandes indústrias alemãs como a Agfa, Basf, Hoechst e Bayer, resultados do desmembramento da IG Farben, foram responsáveis pela viabilização industrial dos pesticidas organofosforados que atacam o sistema nervoso central, além de desenvolverem, concomitantemente, armas químicas letais como gás Sarín (MARQUES, 2015).

Como podemos observar, não é recente a utilização de venenos na produção de alimentos em larga escala, como forma de evitar “pragas” de insetos e gramíneas nos cultivos da agricultura industrial. Tais soluções adotadas demonstram cabalmente a prioridade do lucro em detrimento da necessidade humana e da preservação ambiental.



O princípio dá prova cabal da insanidade da agricultura industrial: envenenam-se nossos alimentos para impedir que outras espécies os comam. As doses do veneno, pequenas em relação à massa corpórea humana, não nos mata. Mas, ao atirarem numa espécie com uma metralhadora giratória, os pesticidas provocam “danos colaterais”: matam ou debilitam espécies não visadas, provocando desequilíbrios sistêmicos que promovem seleções artificiais capazes de reforçar a tolerância das espécies visadas, ou a invasão de espécies oportunistas, por vezes tão ou mais ameaçadoras para as plantações que as espécies visadas pelos pesticidas (MARQUES, 2015, p. 181).

Tal lógica destrutiva em relação ao mundo natural vem sendo combatida por diversos segmentos científicos há décadas. Todavia, a irracionalidade e a morbidez do sistema, ficam ainda mais claras quando verificamos que os alertas científicos não são suficientes para reorientar o caráter da produção agrícola no capitalismo. Ao contrário do que se poderia esperar de qualquer forma de relação sustentável com o meio natural, o sistema do capital afirma sua força, surpreendentemente ignorando toda a cadeia de resultados nocivos aos seres humanos, ampliando a produção e a consequente aplicação de pesticidas agrícolas, na mesma medida em que crescem as evidências de impactos ambientais decorrentes da sua forma de produção agrícola.

Sabe-se que a maior parte do solo amazônico é de baixa fertilidade caso seja retirada sua camada florestal; mesmo assim, é contínuo o processo de transformação de áreas florestais em plantações monocultoras de soja, pastagem para criação bovina etc. Na maior floresta do planeta, da qual o ecossistema global atual depende para a sua integridade,

ocorrem talvez os processos mais abrangentes de desflorestamento inescrupuloso, encobertos pelos órgãos governamentais nacionais e globais para satisfazer os interesses capitalistas na região. A atuação do Estado em relação à destruição capitalista do mundo natural confirma a natureza do Estado formulada por Marx. Sua forma de ação, em perfeita sintonia com as necessidades da reprodução do capital, vai da omissão completa à conivência e estímulo decisivo à exploração, conforme aponta Picoli:

Através do Estado, seus órgãos com o ofício de orientar e coibir abusos ambientais e humanos na região nos deixam dúvidas na aplicabilidade desses objetivos. Eles nos passam a sensação de impotentes e incapazes pelos resultados obtidos, bem como nos transmitem insegurança e comprometimento pelas formas de degradação do homem e do meio ambiente produzidos na Amazônia. Em regra geral, o Estado e seus órgãos, mesmo atuando de forma pouco convincente, se sustentam em dois princípios básicos. O primeiro, uma atuação medíocre e com poucos resultados pela impotência e amarras na sua atuação, vindo a se sustentar na omissão e na conivência, atuando com resultados que revelam a impunidade e os favorecimentos de forma generalizada. O segundo concretiza a tese de Marx e Engels: o Estado só existe em função da propriedade privada e, assim, os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses através dos órgãos estatais comprometidos com eles (PICOLI, 2006, p. 125).

Como podemos ver, os impactos da agricultura industrial capitalista não se limitam apenas aos efeitos de pesticidas e herbicidas. Para além desses, há diversos outros. O desflorestamento merece um lembrete especial para a

questão que procuramos discutir, qual seja: a diminuição das mantas vegetais nativas como resultado da expansão da fronteira agrícola. Este fenômeno é importante de ser destacado por várias implicações que dele decorrem, entre elas, diante dos problemas que atingem a humanidade como um todo neste momento histórico, a sua grande influência no surgimento de epidemias virais. A razão do problema é muito simples. Ao expandir, de maneira rápida e descontrolada as fronteiras agrícolas, penetrando em ecossistemas que subsistiam, havia muito tempo, de modo isolado, o sistema capitalista estabelece o contato humano com novas cepas de vírus desconhecidas pelo mundo social até então.

Segundo Picoli, o processo de desflorestamento se dá, principalmente, da seguinte forma:

As madeiras vão na frente, e os agropecuários chegam depois. A grande destruição das florestas pelas madeiras é pelo aproveitamento econômico das árvores, pois os grandes projetos para a região são os agropecuários (PICOLI, 2006, p. 127-8).

As madeiras,

Através da utilização da força de trabalho e motosserras, cortam todos os dias grandes quantidades de madeiras, como cedro, mogno, sucupira, maçaranduba, castanheira, seringueira etc. Após a retirada das árvores nobres, passam as motosserras no restante e queimam para facilitar o uso do espaço para a agropecuária (PICOLI, 2006, p. 128).

Além das motosserras, é conhecido o chamado “correntão”, que consiste numa corrente de grande espessura

presa a dois tratores que rodam paralelamente e põem abaixo árvores, arbustos e toda forma vegetal. Há, ainda, a prática de usar os próprios pesticidas contra a floresta, técnica bastante utilizada (com o agente laranja) na Guerra do Vietnam para desfolhar a floresta e exibir os esconderijos utilizados pela guerrilha. Embora esse método não leve ao aproveitamento mercadológico da madeira, tem a “vantagem”, capitalisticamente falando, de ser mais rápido, eficiente e econômico, como esclarece Procópio:

Os herbicidas e desfolhantes são de uso mais simples. Lança-se essa arma bioquímica na área desejada e, em pouco tempo, as folhas caem das copas, os caules perdem o viço e os velhos lenhos nobres passam a lembrar aquelas árvores esgalhadas e secas [...]. Os desfolhantes são lançados de avião, e em pouco tempo a árvore perde seu viço, seus folhas e morre (PROCÓPIO apud PICOLI, 2006, p. 128).

Picoli afirma que é a partir da década de 1970 que os processos de desflorestamento intensificam-se abruptamente na Amazônia; ele cita uma estimativa apurada por Schwartz que corrobora essa interpretação: de 1500 até 1970, apenas 4% de toda a floresta amazônica teria sido destruída. Nos nossos dias, a área devastada expandiu-se para algo entre 12 e 20% da floresta (PICOLI, 2006, p. 132).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> É interessante ter sempre em mente as faixas temporais em que ocorrem os desmatamentos, pois, se podemos concordar que há um caminho ascendente de evolução do desmatamento, digamos, desde 1500, não podemos, por outro lado, obscurecer o assustador ponto de inflexão que ocorre a partir da sociedade capitalista e, sobretudo, a partir da década de 1970. Algo que converge com o apurado por Marques, baseado em dados da FAO: “Foram necessários os primeiros 60 anos do século XIX (1800-

É a partir dessa década que se intensificaram diversos problemas num nível global de devastação. As alterações exigidas nas técnicas, a expansão da exploração capitalista para “áreas ociosas” e o desenvolvimento de novos meios de produção necessários à retomada da taxa de lucro do capital, que entra em franca redução a partir dessa década, representam a base material sobre a qual a devastação ambiental se amplia e se acelera assustadoramente. É a partir desse período que se desenvolvem intensamente a microeletrônica e a robótica e há um *boom* do desenvolvimento automobilístico. No que se refere mais estritamente à questão ambiental, ampliam-se exponencialmente as pesquisas genéticas em plantas e animais, desenvolvendo formas de ampliação dos lucros que ignoram completamente suas consequências destrutivas para os ecossistemas e os seres humanos.

A chamada revolução pecuária<sup>6</sup> – *livestock revolution* (WALLACE, 2015; MARQUES, 2016; 2020) – emerge com uma transformação estrutural que ocorre no sistema do capital: o início de sua crise estrutural. De acordo com Mészáros (2011), a crise estrutural do capital se desenvolve a partir da década de 1970. Ela se caracteriza pela ativação dos limites últimos do capital, isto é, por ser uma crise cuja saída

---

1860) para se desmatarem os primeiros 2 milhões de km<sup>2</sup>, e apenas 30 anos (1980-2010) para desmatarem os mesmos dois milhões” (MARQUES, 2015, p. 66).

<sup>6</sup> A revolução pecuária e a revolução agrícola que ora comentamos recebem esta denominação por conta de uma transformação drástica nas forças produtivas deste setor, algo que o sistema do capital está, continuamente, impulsionando. Há momentos, contudo, que ocorrem inflexões especialmente significativas nas técnicas utilizadas, com abrangência potencialmente universal.

não é possível e cujas estratégias para contorná-la ou se mostram inviáveis à sobrevivência do sistema ou implicam a própria agudização da crise. Não poderíamos sintetizar as linhas gerais da crise estrutural neste espaço. Mencionamo-la apenas para destacar que as tentativas, por parte do capital, de retomada da queda tendencial da taxa de lucro que a acompanha, mediante a adoção de estratégias pontuais de recuperação, ampliam a destrutividade do sistema. Em outras palavras, a partir de então será necessário explorar mais intensamente as possibilidades de acumulação de capital em cada âmbito ou esfera produtiva. Tal necessidade estrutural é a base sobre a qual se ergue uma nova estrutura na produção de alimentos para o consumo global. Voltaremos a isso adiante.

A revolução pecuária, embora emerja na crise estrutural do capital, tem seu pontapé inicial após a Segunda Guerra Mundial, quando algumas companhias monopolistas<sup>7</sup> do setor almejam uma “criação de aves globalizada” ou uma “mercadorização em massa de frangos” (WALLACE, 2016, l. 859, 992-1000)<sup>8</sup>. Segundo o autor, o “agronegócio” [*agrobusiness*], que inclui a produção pecuária, tem se direcionado, a partir desta transformação produtiva, à expansão, e até mesmo à transferência da produção para países com salários mais baixos, fracas regulamentações ambientais e terras mais baratas (WALLACE, 2016, l. 1000-1016).

---

<sup>7</sup> Wallace menciona as companhias Tyson, Holly farms e Perdue.

<sup>8</sup> As citações realizadas ao longo deste capítulo, cujas referências são originalmente em língua estrangeira, foram livremente traduzidas por nós. Nas referências das obras consultadas em formato digital (*kindle*) consta sua localização/posição em vez de sua paginação.

Esse novo contexto é claramente um estímulo econômico e político para fomentar o enfraquecimento das normas legais, sobretudo nos países periféricos, como forma de absorverem este expansivo fluxo de capitais das grandes companhias monopolistas da agropecuária, ignorando, como sempre, o ônus socioambiental inerente a esse ímpeto expansivo irrefreável.

Já mencionamos a consequência que tem a ampliação capitalista sobre a manta vegetal para o desenvolvimento de epidemias virais; cabe mencionar, neste momento, o papel da “revolução agropecuária” nesse processo, isso porque essa expansão trouxe, ainda, outras características à produção agropecuária global no que concerne ao seu potencial para desenvolver uma epidemia. Por um lado, o confinamento em massa de um número cada vez maior de animais “facilita uma maior taxa de transmissão”; por outro, o uso de “monoculturas genéticas” remove a barreira de imunidade que poderia diminuir a capacidade de transmissão. Além disso, a redução da idade de abate do animal, que, no exemplo da produção de aves, diminuiu de sessenta para quarenta dias, “pressiona a evolução do vírus para uma maior virulência” (WALLACE, 2016, 1. 1907-1923).

Comenta Wallace:

O florescimento de uma variedade de novos subtipos de *influenza* capaz de infectar humanos aparece como resultado de uma globalização do modelo industrial de produção concomitante de frangos e porcos [...]. O mundo é hoje cercado de cidades com milhões de monoculturas de porcos e frangos impresados um ao lado do outro, uma ecologia quase perfeita para a evolução de múltiplas

cepas virulentas de *influenza* (WALLACE, 2016, 1584).

A hipótese desse autor é que essa nova estrutura produtiva agropecuária é a base causal da emergência das epidemias virais que vêm ocorrendo no mundo periodicamente desde 1997. A partir de um longo processo de estruturação global da produção de animais para exportação é que teriam surgido gripes como a suína<sup>9</sup>, a aviária<sup>10</sup> e a SARS (tanto sua cepa de 2002 quanto a Sars-CoV-2 de 2019). As epidemias virais associadas a esses vírus, bem como a pandemia originada da covid-19, puderam emergir apenas a partir dessas novas características técnicas engendradas<sup>11</sup>.

Analisaremos agora os elementos explicativos desta hipótese à luz dos casos históricos das pandemias virais concretamente ocorridas. Com isso pretendemos construir uma hipótese mais conclusiva acerca das consequências das relações da sociedade com a natureza, sob o peso do modo de produção capitalista no atual momento histórico.

---

<sup>9</sup> Originalmente são variações da *influenza* A, H1N1.

<sup>10</sup> Cepas normalmente de composição H5N1.

<sup>11</sup> Num outro texto sobre a covid-19 especificamente, o autor e outros três pesquisadores afirmam que: as monoculturas genéticas removem os mecanismos de imunidade que, na existência de populações de animais e vegetais mais diversas retardariam a transmissão; as condições de aglomeração com alta densidade populacional de animais facilitam as transmissões; a redução da idade de abate provavelmente seleciona patógenos capazes de sobreviver a sistemas imunológicos mais robustos; o aumento da extensão geográfica do comércio e exportação de animais vivos elevou a diversidade de segmentos genômicos que seus patógenos associados trocam, aumentando a taxa com que agentes de doenças exploram as suas possibilidades evolutivas (WALLACE et al., 2020).



### 3 Vírus e pandemias no capitalismo

É verdade que os vírus possuem seus próprios mecanismos de evolução; sua história evolutiva possibilitou a adaptação a diversos nichos ecológicos, transitando em diferentes escalas entre os seres vivos e adquirindo grande adaptabilidade e variabilidade de acordo com as possibilidades oferecidas pela seleção natural. Os seres humanos sempre sofreram com os vírus em sua história; muitos causaram tantas mortes que é bastante comum a comparação com os efeitos de uma guerra. Varíola, ebola, malária, febre amarela, dengue e HIV possuem sua própria história evolutiva específica, que diz respeito à sua gênese e desenvolvimento particular, inclusive a forma como se relacionam com a humanidade e com os fármacos que os homens põem em interação com eles. Nesse sentido, existe um contexto biocultural da emergência particular de cada vírus.

A varíola certamente já matou milhões de pessoas em todo o mundo. Em 2019, comemoraram-se os quarenta anos de total erradicação do vírus (SBIM, 2019). Contudo, há alguns tipos de vírus que possuem maior adaptabilidade e acelerada evolução, dificultando uma solução permanente. Muitos deles são os que originam as epidemias gripais, que nos acometem sazonalmente e a cujos sintomas estamos tão acostumados. Esse tipo de epidemia possui uma taxa de mortalidade bastante variável; as variantes de *influenza* são um exemplo, mas também os coronavírus podem ser mencionados como agentes de infecções gripais com variada taxa de mortalidade.

No que diz respeito à evolução do conhecimento do homem sobre os vírus, destaca-se a *influenza*. A história coevolutiva da *influenza* junto à humanidade está entrelaçada com a própria evolução da capacidade humana de compreender e combater com eficácia os vírus que nos ameaçam. As gripes da *influenza* já eram conhecidas no século XIX pelas suas características típicas. No início do século XX, pensava-se tratar-se de um bacilo, uma bactéria (*Hemophilus influenzae suis*)<sup>12</sup> causadora das gripes sazonais. Esta hipótese predominou até a emergência da cepa de 1918, que após se espalhar no auge da Primeira Grande Guerra, ceifou mais indivíduos do que o próprio conflito armado (KOLATA, 2000).

Richard Shope e Paul Lewis, no início da década de 1930, investigaram a hipótese aventada por J. S. Koen de que a pandemia de 1918 tinha relação com a gripe que contagiou milhões de porcos e que ocorreu quase simultaneamente. É Koen quem a nomeia de “*influenza suína*” (KOLATA, 2000, 1947). Deve-se a Shope e Lewis a descoberta de que a causa da enfermidade da gripe “espanhola” era um vírus.

A descoberta dos vírus estava apenas engatinhando nesse momento. Um salto qualitativo significativo no conhecimento humano sobre os vírus foi a descoberta por Walter Reed em 1899 do vírus da febre amarela. Contudo, tratava-se de um “argumento por exclusão”, já que ainda não se conheciam suas características morfológicas e comportamentais; sabia-se apenas, com base em experimentos, que ele era tão fino que passava num filtro que

---

<sup>12</sup> Pfeiffer estudou uma epidemia em 1890, isolou seu agente causador e propôs sua definição como bactéria (KOLATA, 2000, 1900).

retinha bactérias, e que infectavam animais expostos ao fluido filtrado (KOLATA, 2000, l. 1002-1008).

É com os estudos de versões da *influenza* posteriores à pandemia de 1918, conduzidos por três cientistas britânicos, Wilson Smith, Christopher H. Andrewes e P. P. Laidlaw, que se darão passos mais importantes para desvendar o mistério de sua natureza, inclusive a possibilidade de imunização utilizando o soro de indivíduos resistentes. Esses estudos também corroboram a correlação (já sinalizada por Koen, Shope e Lewis) entre as duas *influenzas*, a humana e a suína (KOLATA, 2000, l. 1062). Shope, em interlocução com os outros estudos e mediante a repetição de experimentos com furões, descobriu que as gripes suína e humana eram semelhantes e poderiam ser transmitidas para espécies diferentes, entretanto não eram exatamente iguais (KOLATA, 2000, l. 1096).

Foram esses os pontapés iniciais, dados nas primeiras décadas do século XX, que possibilitaram à humanidade reconhecer um vírus rapidamente hoje em dia, e cada vez mais rapidamente encontrar uma forma de enfrentá-lo. Não obstante a ampliação do domínio humano nesse campo, mediante o desenvolvimento de vacinas, campanhas públicas de imunização e a erradicação de doenças com origens em vírus, as epidemias virais sazonais não deixaram de ocorrer. Não apenas novos vírus continuaram aparecendo, como, também, variações de vírus já conhecidos cientificamente.

Dessa rápida síntese historiográfica que apresentamos sobre o desenvolvimento da virologia, podemos extrair uma constatação inequívoca no que diz respeito ao conhecimento humano sobre os vírus e as pandemias deles decorrentes, qual

seja: a superioridade, neste plano, das condições científicas de enfrentamento da pandemia atual ante a ocorrida em 1918. Todavia, ao analisarmos o problema mais de perto, vemos que a constatação não é tão óbvia e que a afirmativa só se sustenta na aparência. O fato de hoje se conhecer muito mais sobre vírus do que no início do século XX não necessariamente resulta num controle infectológico e epidemiológico mais eficiente. A contaminação de *influenza* de 1918 corresponde a uma pandemia que a humanidade não conhecia suas causas e, portanto, não podia se preparar para a sua emergência. Hoje, entretanto, a questão é um pouco diferente. O problema não é mais o desconhecimento.

Inegavelmente, no decorrer do século XX, a humanidade passou por um desenvolvimento tecnológico fenomenal sob o capitalismo. No tocante ao conhecimento humano sobre os vírus, diversas novas técnicas facilitaram a compreensão, o rastreamento e a aplicação de medidas solucionadoras. Contudo, à medida que tal progresso técnico ampliou o domínio do gênero humano sobre os potenciais riscos de epidemias virais, liberando a humanidade do obscurantismo absoluto do desconhecimento que predominava até o início do século XX, outras barreiras econômicas, políticas e sociais elevaram o risco global de disseminação viral. O progresso apresenta-se, nesse caso, como uma faca de dois gumes, ao tempo que possibilita melhor diagnóstico e compreensão dos fenômenos epidemiológicos, também conduz à criação de um contexto social e territorial potencialmente pandêmico.

A primeira de uma sequência de epidemias contemporâneas, desenvolvidas no contexto capitalista que

descrevemos, vale lembrar, de crise estrutural do capital, ocorreu no fim do século XX, em 1997, no sul da China e no sudeste asiático. Durante todo o século passado já se temia a possibilidade de um novo 1918, entretanto, a iminência de uma nova pandemia foi expressa cientificamente em 1982, quando o microbiólogo Kennedy Shortridge apontou os elementos científicos que demonstram concretamente que o contexto ecossistêmico existente provocaria novos surtos pandêmicos.

Shortridge identificou, na província de Guangdong, na China, numa única fábrica de aves, 46 de 108 possíveis subtipos de *influenza* com capacidade de infectar humanos, com diferentes combinações de composição das moléculas de hemaglutinina e neuramidase que o envolvem. A partir de então, concluiu que a região possuía particular potencial para ser o foco do surgimento de novas epidemias de *influenza*. Em seu estudo, ele expõe a interface concreta na qual as pandemias germinam: inumeráveis viveiros de criação de aves, configurando uma produção em massa; grande número de cepas diferentes de *influenza* circulando e sobrevivendo nos animais simultaneamente; *influenza* tipicamente sazonal circulando o ano inteiro e sobrevivendo ao período interepidêmico pela transmissão fecal-oral; e a proximidade de cidades adensadas nos arredores dos criadouros no sul da China. Essas características forneceria, já na década de 1980, um contexto propício ao surgimento de uma cepa com capacidade de infectar os seres humanos e de se espalhar de modo preocupante. Considerando a liberalização da economia chinesa e o crescimento das áreas urbanas e da produção agropecuária, Shortridge advertiu em 1995, dois

anos antes da primeira epidemia em Hong Kong, que a próxima cepa de uma pandemia surgiria naquela região (WALLACE, 2016, l. 335, 343, 349; 1070, 1078).

A reestruturação que sofreu a região de Guangdong com a “liberalização da economia chinesa” foi brutal. Para Wallace, as transformações geográficas, econômicas, políticas, sociais e ambientais sofridas pela região<sup>13</sup> são o resultado da intensificação das forças capitalistas monopolistas globais, do agronegócio e de sua conquista vertiginosa da região.

Segundo Wallace, “a produção de aves cresceu 7% por ano durante a década de 1990. A exportação de aves processadas cresceu de 6 milhões de dólares em 1992 para 774 milhões em 1996”. A partir de 1997, houve uma política de aumento ainda maior na atração de investimentos estrangeiros em diversos setores, incluindo o agropecuário (WALLACE, 2016, l. 1134). É nesse contexto que surge a primeira grande epidemia de *influenza* do capitalismo contemporâneo. Apesar de ocorrer no fim do século XX, em 1997, ela inaugura a tônica do que serão os primeiros anos do século XXI, configurando uma cada vez maior normalidade das

---

<sup>13</sup> Wallace teve como objeto de estudo as transformações geográficas ocorridas no delta do rio Pearl, buscando historicamente as explicações de por que esta região e por que em 1997 as condições superaram o patamar de potência e se tornam ato, na propagação da nova cepa de h5n1 patogênica. Ele descobriu que a região passou por uma transformação na relação com o ambiente nas últimas décadas, sobretudo após a liberalização da economia chinesa, ampliando e aprimorando “capitalisticamente” as técnicas tradicionais de cultivos associados de vegetais com animais (aves e peixes). Esse contexto ecossistêmico associado ao imenso *boom* populacional e urbano no entorno propiciou as condições bioculturais que explicam a emergência dessas cepas de *influenza*.

pandemias virais resultantes de recombinações do trânsito evolutivo intraespécies.

A variedade dessa primeira pandemia de 1997 é do tipo H5N1, conhecida como gripe aviária; também é responsável por outros reaparecimentos devido a mutações e rearranjos genéticos. Em 2005 ocorreu um novo surto com casos de infecção humana na Ásia e na Europa. Wallace publicou em 2007 a identificação da geografia de múltiplas cepas da *influenza* A, explicitando, a partir da análise de amostras de diversas localidades do sudeste asiático e da China, a fonte da gripe aviária localizada em Guangdong, que remonta às cepas de 1997 (WALLACE, 2016, l. 266).

Guangdong também é a fonte da epidemia do Sars-CoV-1, a epidemia viral ocorrida em 2002-2003, que se espalhou por 26 países. O mesmo contexto geográfico que influenciou no desenvolvimento de uma cepa mortal de H1N1 também é responsável pela origem de outro vírus com potencial pandêmico. Isso não parece apenas coincidência.

A análise de Wallace sobre a gripe suína de 2009 também corrobora sua tese de que a virulência e a diversidade das *influenzas* e epidemias virais do presente cresceram a partir da Revolução Pecuária intensificada com o neoliberalismo. Já que a região do sul dos Estados Unidos e o México – origem geográfica da cepa da gripe suína – também passaram pela reestruturação da produção agropecuária imposta pelo mercado industrial capitalista em tempos neoliberais, ele identificou características semelhantes às encontradas em Guangdong: profunda alteração geográfica, ambiental e econômica da região, desestruturação da produção local,

incentivando a produção para exportação com investimento estrangeiro, e a ampliação gigantesca da produção de porcos.

De acordo com Wallace, é equivocada a denominação de “gripe suína”, já que esta mesma cepa de vírus foi identificada em humanos, pássaros, porcos e em populações humanas tanto na América do Norte quanto na Europa. Na realidade, tratar-se-ia de uma “recombinação suíno-aviária-humana” [*“swine-bird-human” reassortant*] (WALLACE, 2016, l. 500). Isso não quer dizer que a indústria dos suínos está isenta de culpa; indica apenas que sua responsabilidade na produção de contextos mais virulentos e potencialmente mortais é compartilhada com outros setores capitalistas da “indústria” agropecuária. Isso ilustra o grau de complexificação e inter-relação da produção capitalista contemporânea, que mantém conexão não apenas entre empresas do mesmo ramo, mas entre empresas de ramos distintos, como, por exemplo, entre o setor químico e o setor agropecuário. Mais que isso, independentemente dos setores da produção capitalista, a responsabilização pelas consequências ambientais danosas decorre da própria essência do modo de produção capitalista, não sendo exclusividade de nenhum ramo produtivo em especial, muito embora um ou outro setor possa provocar maior ou menor destruição direta. A destruição do mundo natural que o setor produtivo capitalista, em todos os ramos, realiza sob a direção do capital, é resultado da manipulação de toda uma cadeia de causas oriundas do modo de produção em sua atual fase de crise estrutural e de financeirização.

Wallace e seus parceiros propõem uma metodologia integrada para o estudo das epidemias e pandemias virais que articulem elementos multidimensionais nas análises científicas



das doenças, indo desde sua base natural-evolutiva à inclusão da dimensão dos “circuitos do capital” aos quais estão concretamente circunscritas. Ele se opõe à forma tipicamente estudada das doenças epidêmicas, que eliminando a historicidade da análise empreendida, compreende como fruto de uma mera coincidência histórica da seleção natural o fato de elas emergirem. A simplificação – conveniente à manutenção das relações de exploração capitalistas – das investigações empreendidas chega ao ponto de que estas propõem falsificações explicativas, como, por exemplo, culpar as populações indígenas pelo surgimento das doenças infecciosas.

Nossa teoria geral do surgimento neoliberal de doenças, incluindo, sim, a China, combina: circuitos globais de capital; implantação do referido capital destruindo a complexidade ambiental regional que mantém o crescimento da população de patógenos virulentos sob controle; os aumentos resultantes nas taxas e na amplitude taxonômica dos eventos de transbordamento; os crescentes circuitos periurbanos de mercadorias que transportam esses patógenos recém-derramados sobre o animal e o trabalhador, do mais profundo interior às cidades regionais; as crescentes redes globais de transporte (e comércio de gado) que enviam os patógenos dessas cidades para o resto do mundo em tempo recorde; as maneiras como essas redes reduzem o atrito de transmissão, selecionando para a evolução de patógenos de maior mortalidade nos animais e nas pessoas; e, entre outras imposições, a escassez de reprodução local no gado industrial, removendo a seleção natural como um serviço de ecossistemas que fornece proteção contra doenças em tempo real (e quase gratuita) (WALLACE et al., 2020).

O fato de a Sars-CoV-2 ter emergido de Wuhan, capital da província de Hubei, parece corroborar a tese de Wallace, já que a região também passou por transformações similares em torno dos rios Yangtzé e Han. Mesmo que seu curso clínico demonstre uma correlação estritamente natural, a busca da raiz explicativa deve estar conectada com a estrutura produtiva de caráter social que determinou não apenas o surgimento, mas a propagação nos diversos níveis bioculturais.

A premissa operacional subjacente é que a causa da Covid-19 e de outros patógenos não se encontra apenas no objeto de qualquer agente infeccioso ou em seu curso clínico, mas também no campo das relações ecossistêmicas que o capital e outras causas estruturais impediram para sua própria vantagem. A grande variedade de patógenos, representando diferentes taxonomias, hospedeiros de origem, modos de transmissão, cursos clínicos e resultados epidemiológicos, todos os indicadores que direcionam nossos olhos arregalados para os nossos motores de busca a cada surto, marcam diferentes partes e caminhos ao longo dos mesmos tipos de circuitos de uso da terra e acumulação de valor (WALLACE et al., 2020).

Observamos, portanto, o que parece ser a construção de uma normalidade de epidemias e pandemias de gripes causadas por vírus. A busca pela explicação causal desta normalidade está em pleno andamento e seus passos já anunciam, e não é de hoje, um futuro catastrófico nas próximas décadas caso a humanidade não decida coletivamente realizar uma tortuosa transição rumo a um modo de produção diferente. Uma forma de produção de

riqueza cuja relação entre sociedade e natureza seja orientada para um fim não voltado à produção de mercadorias, mas à satisfação de necessidades autenticamente humanas, que, por sua vez, envolve a preservação dos recursos naturais necessários à manutenção de uma vida socialmente rica em generidade.

Ao contrário da nossa posição, acima exposta, Wallace parece dar algum crédito à possibilidade de reformas políticas no interior do sistema capitalista que reorientariam a forma predatória da sua exploração. O autor defende algumas transformações, a seu ver, necessárias no interior da estrutura produtiva capitalista, particularmente as de caráter antineoliberal e antimonopolista, porém, não identifica o próprio sistema do capital, enquanto tal, como causa última da destrutividade ambiental. Wallace dirige sua revolta contra uma forma particular do capitalismo, e não contra o sistema do capital em si, enquanto modo de produção. Não fica claro se ele acredita na possibilidade de construção de um capitalismo de face humana como transição a um modo de produção socialista, ou se apenas deposita esperanças num mundo de larga desolação, no que concerne à prática social efetiva no sentido de uma solução socialista.

#### **4 O coronavírus e o capital em crise estrutural**

Gostaríamos de ser tão otimistas quanto Gorz (2010, p. 20), e considerar que “a saída do capitalismo já começou”, uma vez que a “revolução informacional” começa a corroer as bases do capital. Entretanto, as dificuldades de vislumbrar uma transformação do modo de produção não anula a

necessidade de encontrarmos essa solução, ao contrário, apenas amplia a urgência de iniciá-la o quanto antes.

Mészáros (2011) propõe uma ofensiva socialista como a única solução possível à crise estrutural do capital, instaurada desde a década de 1970. Sua tese apresenta a análise histórico-concreta conjugada com a solução historicamente possível e necessária. Sua caracterização do sistema de produção do capital se conecta com a atualização da proposição de uma ofensiva para a construção de um modo de produção socialista. Isso traz elementos interessantes para a compreensão de sua teoria.

Para Mészáros (2011, p. 781), o capital é

A mais elevada extração praticável do trabalho excedente por um poder de controle separado, em um processo de trabalho conduzido com base na subordinação estrutural hierárquica do trabalho aos imperativos materiais de produção orientada para a acumulação – “valor sustentando-se a si mesmo” (Marx) – e para a contínua reprodução ampliada da riqueza acumulada.

Tal lei inelutável do sistema do capital é implacável, segundo o autor, qualquer ideia que tente anulá-la, ou mesmo diminuir sua intensidade, está fadada ao fracasso. A perseguição à valorização de valor é um “impulso infinito e ilimitado de ultrapassar as barreiras que o limitam [...]” (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 251), apresentando-se como um “impulso expansionista cego” (MÉSZÁROS, 2011, p. 259). Portanto, como poderia ele incluir mecanismos de restrição à acumulação de capital? Não apenas o seu ímpeto acumulador gera contradições e problemas fatais para a

humanidade, como, também, as estratégias adotadas por ele para contornar esses problemas (criados por ele mesmo), não se apresentam como saídas universais, mas tão somente particulares.

Mészáros (2011) afirma que, com a crise estrutural, essa essência irrefreável do sistema do capital se torna ainda mais desoladora, pois os problemas que o modo de produção capitalista provoca se tornam mais graves e, ao mesmo tempo, impossíveis de ser contornados no interior do sistema. Isso é facilmente verificável na questão ambiental. Como apontamos, com a crise estrutural intensifica-se a destruição do mundo natural sem que nenhuma medida autenticamente global de enfrentamento possa ser posta em prática, o que evidencia a total impossibilidade de alterações na relação da humanidade com a natureza sob o capitalismo.

A crise estrutural do capital possui uma “novidade histórica” em relação às crises anteriores, pois, ao contrário delas, se origina da totalidade das esferas do sistema do capital. Seu caráter é tanto *universal*, do ponto de vista dos ramos e setores produtivos, quanto *global*, no que concerne aos países afetados por suas manifestações. Ademais, ela pode se prolongar por um período muito longo. Segundo Mészáros (2011, p. 795-796), pode ser entendida até mesmo como uma crise “permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital”.

Desde sua eclosão na década de 1970, assistimos a manifestações periódicas dessa crise estrutural. A crise do *subprime* de 2008, por exemplo, teve consequências perversas, ainda mais sobre os trabalhadores e às populações pobres, mas também implicou a falência de diversos bancos, empresas

imobiliárias etc. Foi preciso recorrer a uma pesada ajuda estatal para a recuperação (HARVEY, 2011); boa parte proveio de ajudas emergenciais que o Estado realiza, como o financiamento à ONU, que sofreu uma diminuição drástica de seu orçamento nos anos posteriores à crise (ZIEGLER, 2013).

Agora assistimos a uma pretensa **nova** crise do capital, que seria decorrente da inesperada emergência do Sars-CoV-2. Para nós, essa tese não possui sustentação. Em primeiro lugar, em nossa análise demonstramos o fato de que tais epidemias virais vêm sendo apontadas, desde muito tempo, como possibilidades resultantes da organização estrutural da agroindústria global. Desse modo, não são completamente inesperadas, nem exógenas ao sistema. Em segundo lugar, apontamos que o próprio desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista colocou, como decorrência de sua lógica interna, a humanidade num patamar de crise sem precedentes, crise na qual já nos encontrávamos mesmo antes da emergência da covid-2019.

Segundo Santos Neto (2020) e Toussaint (2020), o sistema do capital encontrava-se com os precedentes de uma intensificação da crise no fim de 2019, representada por uma queda na bolsa de valores em fevereiro de 2020.

Isto significa exatamente que essa crise independe da pandemia, apesar de ser afetada também por algumas consequências dela. A produção e a circulação de mercadorias que mantêm o capital vivo não sofreram grandes alterações; a limitação da circulação de pessoas é incapaz de derrubar o sistema do capital por si só.

A crise não decorre simplesmente da paralisação da produção e das atividades de bens e serviços prestados por conta da pandemia da Covid-19, mas da própria ditadura do capital financeiro, iniciada em 1970. [...] A diminuição da capacidade produtiva da China precede a crise promovida do coronavírus (Covid-19) e transcende o problema sanitário, envolvendo toda a estrutura do sistema forjado na exploração do trabalho, na tentativa desesperada de assegurar suas taxas de lucro mediante novos processos de acumulação de mais-valia (SANTOS NETO, 2020, p. 49-50).

A natureza do capital e a história do modo de produção capitalista nos mostram que os aspectos destrutivos do sistema irão se intensificar e explodir em vários fenômenos que agravarão as condições de sobrevivência humana. Isso tanto no que diz respeito à destruição dos recursos naturais necessários à sobrevivência humana, quanto na piora das condições sociais de sobrevivência dos indivíduos. Queremos salientar que os impactos destrutivos do capital não se limitam ao mundo natural. Eles se referem também, como aponta Mészáros, à destruição dos indivíduos, como a transformação de populações inteiras em trabalhadores supérfluos às necessidades reprodutivas do capital, que muito embora sejam inconvenientes ao sistema, podem ser por ele descartados. Também serve de exemplo, o crescimento assustador dos desempregados crônicos, dos subempregados e dos “pejotizados”, que vivem em condições extremas de vulnerabilidade e alienação.

Além de vítimas mais diretas do processo de exploração capitalista, são os indivíduos que compõem esse contingente, os mais atingidos pelas tragédias ambientais e

crises sanitárias e pandêmicas. Isso porque há um processo de determinação recíproca entre as consequências da lógica reprodutiva autoexpansiva do capital e os desastres “naturais”. O caráter destrutivo do capital, em última instância, origina tais “desastres”, todavia, uma vez eclodidos, tais fenômenos retroagem sobre a destruição que o capital já provoca, intensificando seus danos. É claro que nessa interação, o momento predominante recai sobre a dinâmica irrefreável do capital em crise estrutural.

Essa relação dialética que esboçamos acima é demonstrada na crise pandêmica que está em curso. Ainda que o vírus contamine indistintamente indivíduos das mais diversas classes sociais, é sobre as comunidades e regiões mais pobres do planeta que a sua fatalidade é mais perversa. Para além desse aspecto, outras consequências da pandemia se abatem sobre os pobres do mundo; a mais grave e visível é o crescimento da fome mundial, que antes mesmo da eclosão dessa crise já se achava em franco crescimento. As estimativas atuais são de que a fome no mundo pode dobrar (BBC, 2020).

Como se vê, os caminhos que sociedade do capital aponta para a humanidade são os mais tenebrosos possíveis. É neste momento em que a crise estrutural do capital mostra a insustentabilidade deste sistema, dado seu poder altamente corrosivo, que menos aparece no horizonte social da humanidade uma saída positiva e superior a esse modo de produção. Contraditoriamente, justamente quando a construção de uma sociedade autenticamente socialista é possível em termos materiais, mas as pessoas consideram impossível uma superação para além do sistema do capital. O que pensamos ter demonstrado é que não apenas essa



superação é possível, como ela é extremamente urgente e necessária, uma vez que está posta sobre a mesa, a continuidade da reprodução metabólica dos seres humanos e do planeta.

## Referências

BBC. Coronavírus: pandemia agrava fome e desespero na Venezuela. *BBC*, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53443134>  
Acesso em: 20 Jul. 2020.

FOLADORI, G. Una Tipología del Pensamiento Ambientalista. In: *Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. Guillermo Foladori y Naína Pierri (Org.). Universidade Autónoma de Zacatecas, Miguel Angel Porrúa, México, 2005.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. Marx and the Rift in the Universal Metabolism of Nature. *Monthly Review*, New York, vol. 65, n. 7 (dec.), 2013.

GORZ, A. *Ecológica*. São Paulo: Annablume, 2010.

HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

KOLATA, G. *Flu: the story of the great influenza pandemic of 1918 and the search for the virus that caused it*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2000. Edição Kindle.

MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MÉSZÁROS, I. From primitive to substantive equality – via Slavery. *Monthly Review*, New York, vol. 68, n. 4 (set), 2016.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Organização Mundial da Saúde (OMS) celebra 40 anos da erradicação da varíola. *SBIM*, 2019. Disponível em: <https://sbim.org.br/noticias/1200-organizacao-mundial-da-saude-oms-celebra-40-anos-da-erradicacao-da-variola>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

PICOLI, F. *O Capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS NETO, A. B. dos. *Capital e pandemia*. Goiânia: Editora Philos, 2020.

SILVA, L. F. B. O “eco” do marxismo: o metabolismo social do capital e o pensamento ambiental. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 42, v. 16, p. 167-181 (jan.), 2018.

TOUSSAINT, E. *The Capitalist Pandemic, Coronavirus and the Economic Crisis*. Committee for the Abolition of Illegitimate Debt, 2020. Disponível em: <http://www.cadtm.org/The-Capitalist-Pandemic-Coronavirus-and-the-Economic-Crisis>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

WALLACE, R. *Big Farms make big flu*: Dispatches on infectious disease, agribusiness, and the nature of Science. New York: Monthly Review Press, 2016. Edição Kindle.

WALLACE, R. et al. *A covid-19 e os circuitos do capital*. Esquerda Diário, 2020. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/O-COVID-19-e-os-circuitos-do-capital> Acesso em: 20 Jul. 2020.

\_\_\_\_\_. *COVID-19 and Circuits of Capital*. Monthly Review, 2020. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2020/05/01/covid-19-and-circuits-of-capital/> Acesso em: 20 Jul. 2020.

ZIEGLER, J. *Destruição em massa: geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013.

# O AGRONEGÓCIO E A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

*Elaine Nunes Silva Fernandes<sup>1</sup>*  
*Franqueline Terto dos Santos<sup>2</sup>*

## 1 Introdução

Desde que o sistema sociometabólico do capital entrou na sua mais profunda crise, caracterizada por Istvan Mészáros como uma crise estrutural, a busca pela retomada de elevadas taxas de lucro tem requerido do sistema capitalista o avanço, cada vez mais acelerado, no sentido dos seus “limites absolutos” (MÉSZÁROS, 2003). Esse avanço implica na criação e recriação de mecanismos que intensificam, por um lado, a exploração da força de trabalho; e, por outro, a extração, expropriação e controle de recursos da natureza, principalmente nos territórios que historicamente tentam resistir à força destruidora do capital.

Como consequência desse processo, pesquisadores apontam uma realidade crescente de busca pela aquisição de terras pelo capital estrangeiro em todo o mundo, como uma importante reserva de valor<sup>3</sup> (SAUER e LEITE, 2012;

---

<sup>1</sup> Assistente Social, mestra e doutora em Serviço Social e docente da Faculdade de Serviço Social FSSO/ UFAL.

<sup>2</sup> Assistente Social, doutoranda em Serviço Social (UFAL) e mestra em Ciências Sociais (UFCG, 2009).

<sup>3</sup> Os dados desse processo de monopolização de terras pelas grandes corporações transnacionais são assustadores. Baseados em estudo do Banco Mundial, realizado em 2010, Sauer e Leite (2012, p. 1, grifos do autor) informam: “A transferência de terras agricultáveis (ou terras

NAKATANI, FALEIROS e VARGAS, 2012). Os benefícios que esse meio de produção oferece ao sistema, conforme veremos a seguir, são inúmeros e extremamente seguros para a ordem sóciometabólica do capital, especialmente no atual estágio de financeirização da economia global; Não só pelo lucro advindo da renda da terra, mas também pelo caráter cada vez mais predatório do capital no setor agrícola, segundo nos alerta Mészáros (2002, p. 255):

[...] As práticas de produção e distribuição do sistema do capital na agricultura não prometem, para quem quer que seja, um futuro muito bom, por causa do uso irresponsável e muito lucrativo de produtos químicos que se acumulam como venenos residuais no solo, da deterioração das águas subterrâneas, da tremenda interferência nos ciclos do clima global em regiões vitais para o planeta, da exploração e da destruição dos recursos das florestas tropicais etc. Graças à subserviência alienada da ciência e da tecnologia às estratégias do lucrativo marketing global, hoje as frutas exóticas disponíveis durante o ano inteiro e todas as regiões – é claro, para quem tem dinheiro para comprá-las, não para quem as produz sob o domínio de meia dúzia de corporações transnacionais. Isso acontece contra o pano de fundo de práticas irresponsáveis na produção, que todos nós observamos impotentes. Os custos envolvidos não deixam de colocar em risco – unicamente pela maximização do lucro – as futuras colheitas de batata e as safras de arroz. Hoje, o ‘avanço dos métodos de produção’ já

---

cultivadas) era da ordem de quatro milhões de hectares por ano antes de 2008, sendo que, entre outubro de 2008 e agosto de 2009, teriam sido comercializados mais de 45 milhões de hectares, 75% destes na África e outros três milhões de hectares no Brasil e Argentina [...], impulsionando aquilo que se convencionou chamar de ‘*landgrabbing*’, ‘*acaparamiento*’ ou ‘*extranjerización*’ de terras [...]’.

coloca em risco o escasso alimento básico dos que são compelidos a trabalhar para as ‘safras de exportação’ e passam fome para manter a saúde de uma ‘economia globalizada’ paralisante.

Nessa poderosa lógica, todo o investimento aplicado deve ser feito para que os produtos agrícolas sejam comercializáveis e rentáveis para o capital, independente das demandas nacionais por segurança alimentar.

Todos os países do mundo enfrentam a pandemia do novo coronavírus no quadro de uma economia global que já se encontrava bastante debilitada. Contudo, o agronegócio – significativamente fortalecido por benefícios e subsídios estatais – tem comemorado recordes nas exportações agropecuárias, na maioria dos países latino-americanos<sup>4</sup>. Os processos mencionados acima, sobre a ofensiva do capital internacional para a aquisição de terra e os mecanismos predatórios de intensificação da produtividade e elevação dos lucros no setor agropecuário, hegemônico pelo grande capital, não tiveram nenhum recuo no atual contexto de pandemia do novo coronavírus – Covid 19.

Enquanto a América Latina avança para 200 mil mortes pela covid-19 – sendo cerca de 100 mil mortes apenas no Brasil –, o agronegócio avança como uma das principais expressões destrutivas no sistema do capital, conforme veremos a seguir.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://rvtv.com.br/2020/07/20/america-latina-exportacoes/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

## 2 Agronegócio na América Latina

As mudanças orquestradas pelo grande capital para o enfrentamento da crise estrutural impuseram ao continente latino-americano o caminho de uma “reversão colonial”, ou seja, a retomada de um padrão de especialização agroexportador. Este processo fez com que a região recuperasse o papel historicamente atribuído, no quadro da divisão internacional do trabalho, de provedora de matérias-primas. No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, fíncado no sistema financeiro, esta produção figura no mercado de *commodities* – das “periferias” do capitalismo para os grandes centros industriais do mercado mundial. É o que também analisam Mancio e Moreira quando afirmam:

Não tem como negar a importância deste continente na geopolítica mundial, como maiores detentores de recursos naturais, com ênfase nas terras agricultáveis, biodiversidade, água, minérios, incluindo agora o pré-sal brasileiro, que coloca o país entre os maiores produtores desse mineral do mundo. Essa posição estratégica faz com que os olhares do mundo recaiam sobre a América Latina como grande potencial para exploração destes recursos, aliados a farta mão de obra barata, que dá ao capital, fôlego para novos ciclos de acumulação (s.d., p.11).

Essa reprimarização da economia tem impactado significativamente a América Latina, sobretudo, no crescimento do agronegócio em paralelo ao processo de desindustrialização. Situação fortemente verificada no Brasil. É como se o continente estivesse dando passos em direção ao

passado e retroagindo na sua busca pela autonomia em relação aos países imperialistas. Ao direcionar a economia para produção de *commodities*, a região interrompe os poucos esforços voltados para a diversificação de suas economias nacionais.

Não por acaso, o crescimento desse mercado tem implicado em profundas mudanças na agricultura do continente, principalmente a partir dos anos 60, dando a este setor, papel de destaque nas relações comerciais entre países. As empresas do agronegócio contam com o apoio irrestrito de Estados nacionais, dedicados a atender as demandas imperialistas. Este mesmo empenho não é verificado quando se refere ao abastecimento do mercado interno de alimentos.

Interessante observar que, tal como é característico do processo latino-americano, a ampliação da produção e exportação de *commodities* só pôde se efetivar graças à junção entre o arcaico e o moderno. Noutras palavras, a combinação de sofisticadas tecnologias com relações de trabalho que remontam a era colonial tem garantido para as empresas do setor lucros extraordinários. Katz (2016, p. 20) ressalta que “em todos os países se fortaleceu um empresariado que opera os negócios rurais com critérios capitalistas de acumulação intensiva. A velha oligarquia encabeçou esta reconversão, em estreita associação com as grandes empresas do “*agrobusiness*”. Aos trabalhadores rurais da agricultura camponesa não têm restado outra saída, a não ser “pagar a conta” desse crescimento do capital transnacional sobre o continente, conforme observa o mesmo autor:



Os pequenos produtores são onerados com o encarecimento dos insumos, maior pressão competitiva e crescente transferência de riscos, através de contrato formatados às regras de exportação. Devem formatar sua atividade a novas exigências de refrigeração, transporte e insumos agroquímicos para gerar produtos nos moldes do marketing global. Frequentemente ficam endividados, vendem a terra e terminam engrossando a massa de excluídos que emigra para as cidades (KATZ, 2016, p. 20).

O Brasil tem ocupado lugar de destaque nesse processo de “reversão neocolonial”, especialmente no que diz respeito à aliança da burguesia agrária com o capital transnacional<sup>5</sup>. Tal como nos demais países da América Latina, a entrada em cena do capitalismo financeiro no cenário brasileiro - refletido especialmente pela atuação das transnacionais - provocou notáveis mudanças nos arranjos industriais e repercutiu também nas relações de poder político e econômico que dominam a sociedade brasileira.

Ao que parece, as alterações mais agressivas ocorreram na década de 1990. Nesse período, as mudanças implementadas pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC), tais como a abertura comercial e a venda de empresas estatais, provocaram uma maior dependência da economia brasileira em relação ao capital

---

<sup>5</sup> Ao se referir ao Brasil como país que lidera o bloco de formações capitalistas que buscavam desenvolver certa autonomia em relação à soberania norte-americana, Katz (2016, p.48) destaca que “o país que encabeça esta estratégia alcançou um PIB de US\$ 2,4 trilhões, em 2011, se situa no topo das economias de projeção global e opera investimentos externos em função de um plano estratégico (IIRSA) com financiamento estatal (BNDES)”.

financeiro internacional. É preciso destacar que essas transações comerciais extremamente exitosas para as empresas estrangeiras só foram possíveis graças ao apoio fundamental do Estado brasileiro via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme Fontes (2010, p. 328) explica:

[...] Vale mencionar o importante papel cumprido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao realizar substantivos aportes, direcionando algumas privatizações e favorecendo certos grupos de capitais brasileiros. Assim, o setor público financiava o desmantelamento das empresas públicas através de formidáveis doações de capital nos governos Fernando Henrique Cardoso. Pode-se dimensionar a concentração pelo crescimento do fluxo de capitais provenientes do exterior para investimento direto, ou seja, de capitais que não se limitavam ao circuito imediatamente especulativo.

O financiamento concedido pelo Estado a grupos de capitais, via BNDES, teve intensa continuação nos governos de Luiz Inácio “Lula” da Silva, a partir de 2003, dessa vez apoiando fortemente a transnacionalização das empresas brasileiras, a maior parte delas, privadas. Para otimizar a atuação desse Banco, importantes mudanças foram feitas com o intuito de garantir os recursos necessários à expansão das empresas brasileiras para além dos limites geográficos do país. Ainda de acordo com Fontes:

[...] mais importante apoio público à expansão de transnacionais brasileiras é o suporte bilionário assegurado pelo BNDES, instituição que

experimentou importante inflexão no período da gestão Lula da Silva (2003-2010). Em 2003, o BNDES alterou o seu estatuto e, além de fornecimento de linha de crédito específica para a internacionalização, passou a apoiar projetos no exterior. Posteriormente, em 2009, abriu em Londres uma subsidiária, BNDES Limited, empresa de investimento objetivando a participação acionária em outras empresas [...] (FONTES, 2010, p. 328).

Neste sentido, é possível afirmar que o Estado brasileiro garantiu as condições políticas e econômicas para a expansão do capital transnacional na América Latina. Generosos auxílios também foram prestados às corporações que se fundiram com o capital nacional para extrair, sem grandes dificuldades, as riquezas nacionais. Afinal, como bem lembra Mészáros (2002, p. 230), “os representantes das seções mais poderosas do capital compreendem que não estão em posição de dispensar a proteção oferecida por seus Estados nacionais aos seus interesses vitais [...]”.

Nessa direção, as empresas ligadas ao setor do agronegócio contam com a absoluta conivência dos Estados nacionais que, não apenas se isenta do seu papel fiscalizador, como também favorece transações comerciais que envolvem a aquisição de terras por parte dessas corporações internacionais. No Brasil, os benefícios vão desde a adoção de medidas que legalizem a ação exploratória e predatória desses grupos sobre áreas fundiárias requisitadas pelo agronegócio brasileiro ou mesmo por empresas estrangeiras. Recorde-se a aprovação do novo código florestal, cujas alterações visavam favorecer fundamentalmente, os interesses do agronegócio, e a criação de dispositivos legais que possibilitem a

regularização fundiária de grandes extensões de terra invadidas por empresários ruralistas, como madeireiros e pecuaristas, mineradores, bem como, a facilitação de aquisição de terras por grupos estrangeiros.

É importante destacar que essa postura “complacente” dos Estados latino-americanos para com as empresas transnacionais do agronegócio não se alterou com o advento da crise sanitária provocada pelo novo coronavírus<sup>6</sup>. Sob o argumento de que as atividades essenciais não podem parar, mesmo diante de uma grave crise pandêmica, o agronegócio expande seus lucros e negócios pelo mundo, sem encontrar grandes dificuldades pelo caminho, diferentemente de outros setores.

[...] A Cargill, maior empresa de agronegócio do mundo, está em vias de superar o pagamento recorde de 640 milhões de dólares feito no ano passado a um pequeno número de membros da família Cargill. Com o crescimento do comércio eletrônico durante a crise da Covid-19, principalmente em vendas de alimentos, o patrimônio líquido de Jeff Bezos, fundador da gigante Amazon, aumentou em chocantes 24 bilhões de dólares. O momento é bom até mesmo para acionistas de empresas menores, como a SOCFIN, do setor de dendezeiros e seringueiras. As duas famílias proprietárias da empresa, uma francesa e uma belga, receberam 20 milhões de euros (cerca de 22,5 milhões de dólares) em

---

<sup>6</sup> No final de 2019 na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, foram identificados os primeiros casos de seres humanos acometidos por uma nova síndrome respiratória aguda (SARS), denominada depois de COVID-19. A rápida difusão da doença levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) à declarar, em março de 2020, a situação internacional de pandemia e que poderia atingir, em curto espaço de tempo, todos os países do globo.

dividendos e remunerações das operações, enquanto as comunidades onde a empresa opera na Nigéria, em Gana e em Camarões não têm acesso a água limpa ou segura<sup>7</sup>.

Porém, é importante destacar que, por trás dessa extraordinária lucratividade, está a exploração de milhares de trabalhadores, pressionados pela necessidade de laborar em ambientes com alto risco de contágio e nos quais as medidas de segurança sanitária exigidas às empresas não são asseguradas. As denúncias sobre a crescente contaminação em frigoríficos, supermercados, portos, depósitos, fazendas e demais empreendimentos agrícolas são recorrentes. As situações mais graves são percebidas em países em que o isolamento social foi afrouxado ou “simplesmente” desaconselhado, para que os impactos negativos à economia fossem evitados ou minimizados.

A dinâmica produtiva do sistema do capital é movida pela lógica do lucro, mesmo em contexto de grave crise social. Logo, os esforços empreendidos pelo setor do agronegócio não se voltaram à planificação de medidas para evitar o desabastecimento local, mas sim para a não interrupção da produção das *commodities*, atendendo aos interesses de abastecimento das grandes economias capitalistas, como os Estados Unidos da América (EUA) e China, conforme descrito abaixo:

Na América Latina, o novo epicentro da pandemia, a carnificina foi particularmente grave. Com a

---

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/agroimperialismo-em-tempos-de-covid-19/>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

economia global praticamente parada, o agronegócio na região continuou funcionando com total impunidade, aprofundando seu impacto e os danos que causa a comunidades e ecossistemas. Em quase todos os países da região, as atividades agroindustriais foram excluídas da quarentena, pois são consideradas ‘essenciais’, embora seu foco esteja nas exportações, e não no fornecimento de alimentos para a população local<sup>8</sup>.

Ou seja, o principal argumento utilizado para defender a continuidade do funcionamento das empresas ligadas ao agronegócio não tem respaldo na realidade já que, a exemplo do que ocorre no Brasil, a produção dessas empresas está voltada quase que exclusivamente para a exportação. Protagonizado por estes grandes grupos empresariais transnacionais, o capital financeiro internacional se expande à custa da força de trabalho e dos recursos naturais latino-americanos, apesar da crescente crise sanitária do novo coronavírus.

Além dos ganhos diretos para o agronegócio durante a pandemia, extraídos a partir da força de trabalho assalariada em atividade nos grandes complexos agroindustriais, há ainda os benefícios indiretos obtidos com a destruição de políticas fundamentais para a conservação e preservação ambiental no território brasileiro, conforme é possível perceber abaixo:

Com os olhos do Brasil — e do mundo — voltados para a crise do coronavírus, madeireiros, garimpeiros e grileiros multiplicaram ações criminosas, aproveitando-se do momento para avançar sobre a floresta com motosserras e retroscavadeiras. Os alertas de áreas devastadas

---

<sup>8</sup> Idem.

bateram o recorde no primeiro trimestre desse ano, totalizando 796 quilômetros quadrados, o que representa um aumento de 51% em relação ao mesmo período de 2019, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) <sup>9</sup>.

O desmatamento na Amazônia, sem precedentes na história, não só ameaça gravemente a biodiversidade, com implicações na extinção de espécies animais e vegetais, empobrecimento do solo, mudanças climáticas, aumento de pragas e doenças, dentre outras, como, por exemplo, a ameaça de extinção de populações indígenas inteiras. Tanto porque essas populações vivem da e na floresta amazônica, quanto pela presença dos não-índios invasores portadores da covid-19 e transmissores do vírus para os habitantes das aldeias, conforme alertam analistas <sup>10</sup>.

O cenário é simplesmente desalentador. Até final de julho, foram cerca de 21 mil indígenas contaminados, 599 mortos e 145 povos afetados<sup>11</sup>. Essa situação, decorrente da negligência e conivência do governo federal, implica numa verdadeira política genocida que ameaça o futuro dos povos indígenas e da floresta no Brasil.

---

<sup>9</sup> Leia mais em: GONÇALVES, Eduardo. *Em meio a pandemia, o desmatamento dispara na Amazônia*. Veja. Brasil, 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/em-meio-a-pandemia-o-desmatamento-dispara-na-amazonia>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

<sup>10</sup>Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/pandemia-avan%C3%A7a-na-amaz%C3%B4nia-e-amea%C3%A7a-povos-ind%C3%ADgenas/a-53787765>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

<sup>11</sup> A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) tem publicado diariamente dados sobre a propagação da covid-19 nas Terras Indígenas. Conferir: *Panorama geral da Covid-19*. APIB, 2020. Disponível em:<<http://apib.info/>> e <<http://emergenciaindigena.apib.info/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

Tudo leva a crer que o desmatamento da floresta amazônica tem encorajado empresários e madeireiros em outras regiões do continente à também avançar contra as riquezas naturais dos seus territórios. A inoperância dos órgãos de fiscalização estatal tem produzido sucessivos crimes ambientais também na Argentina:

Em meio à quarentena nacional na Argentina, as exportações de soja e as derrubadas de florestas também não cessaram. Em uma das florestas mais preservadas em todo o ecossistema do Gran Chaco, está havendo prospecção para desmatar uma área de 8 mil hectares. Além disso, com base no monitoramento por satélite, o Greenpeace denunciou que quase 10 mil hectares já foram derrubados no norte do país desde o início do confinamento<sup>12</sup>.

Como vimos e ainda veremos no item a seguir, a conjuntura pandêmica se constituiu numa excelente oportunidade para o capitalismo agrário fazer avançar suas pautas e medidas consideradas impopulares, principalmente nos países latino-americanos geridos por governos neoliberais e ultraneoliberais, como no caso do Brasil. E, sem encontrar resistências no âmbito do Estado, preocupado apenas com o lucro, o agronegócio brasileiro, lidera com extrema margem de segurança, o processo acelerado de reversão colonial e

---

<sup>12</sup> *Agroimperialismo em tempos de Covid-19*. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Boletim 250, 2020. Disponível em: <<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/agroimperialismo-em-tempos-de-covid-19/>>. Acesso em: 27 jul. 2020.



desindustrialização da economia, sob o véu de uma grave pandemia.

### 3 O “agro” brasileiro e a covid-19

A permanência do monopólio de grandes extensões de terras é um traço característico do Brasil, que interfere diretamente na forma de ser da sociedade e em tudo que lhe é peculiar. Muitos estudos apontam a relação entre a concentração de terra e a elevada desigualdade econômica, social e cultural que atinge o país<sup>13</sup>. Entretanto, novos fatores se somam agora a esse “antigo e novo” problema, uma vez que, nos tempos recentes, a concentração fundiária não envolve apenas o capitalista ou latifundiário nacional. Na atualidade, é o capital financeiro internacional, corporificado nas corporações transnacionais, e em articulação com a burguesia agrária “nacional”<sup>14</sup>, que detêm as maiores

---

<sup>13</sup> O Censo Agropecuário 2017 reafirmou o monopólio das terras no Brasil: cerca de 1% das grandes propriedades rurais ocupam quase 50% do território rural do país. Já os pequenos estabelecimentos, ou seja, metade de todas as propriedades rurais, ocupam apenas 2% da área total (TRICONTINENTAL, 2020, p.3). Tal cenário torna o Brasil o quinto país latino-americano em desigualdade no acesso à terra, com Índice de Gini 0,87 (OXFAM, 2016).

<sup>14</sup> É assertiva a ponderação que Sampaio Júnior faz sobre o caráter conservador da burguesia agrária brasileira: “a aversão da burguesia brasileira em relação à possibilidade de qualquer turbulência que possa propiciar a emergência do homem pobre como sujeito histórico manifesta-se – não por acaso – com força redobrada quando se trata de questões agrárias. O latifundiário constitui, em última instância, a base social e territorial de seu controle sobre o Estado, pois é um dos elementos estratégicos que a burguesia dispõe para compensar, através da monopolização dos excedentes econômicos e do poder político, a

extensões de terra e, sobre ela, opera em favor do mercado financeiro e do agronegócio.

A relação da agricultura brasileira com o mercado financeiro tem, no período da ditadura militar, o seu nascedouro, posto que é nesse momento que acontece um amplo e irrestrito apoio do Estado brasileiro à entrada do capital internacional, como também um aumento das importações industriais<sup>15</sup>. Neste período, várias iniciativas foram tomadas para tornar mais fácil, não só o avanço do setor financeiro na agricultura, como também a liquidez certa dos empresários que operavam no campo.

Além do desenvolvimento tecnológico na produção e da expansão da fronteira agrícola, que teve como consequência o crescimento da concentração de terras, houve ainda, em 1965, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural. O objetivo era promover uma verdadeira transferência de recursos para a agricultura brasileira. O resultado foi a criação do que ficou conhecido como “complexos agroindustriais” que integravam os fornecedores de insumos às empresas que manipulavam os produtos agropecuários.

Nada mais generoso para o capital transnacional, que na época intensificava seus investimentos no Brasil, do que

---

instabilidade econômica, social e política inerente ao desenvolvimento desigual e combinado” (s.d., p.6).

<sup>15</sup> Nesse sentido, Firminiano (2014, p. 35), faz uma observação importante com a qual concordamos inteiramente: “Dessa perspectiva histórica, o processo de industrialização da periferia, particularmente do Brasil – aparecia como necessário à nova plataforma de valorização financeira que surgiu nos idos de 1970. [...] Sob o influxo da ditadura civil-militar, a industrialização brasileira respondeu, ao mesmo tempo, às necessidades de um capital que buscava investimentos produtivos [...] e pelos anseios da esfera financeira em expansão.”

um aparelho estatal atento às suas demandas e prontamente disposto a destravar possíveis obstáculos. Assim, o ambiente ditatorial colaborava para que o Estado agisse – sem encontrar dificuldades ou qualquer tipo de resistência por parte da classe trabalhadora (violentamente reprimida) ou da burguesia “nacional” – em defesa dos interesses do capital estrangeiro, que, por sua vez, encontrava no país, uma fonte promissora e segura de lucros.

Em linhas gerais, o agronegócio diz respeito a um novo modelo produtivo na agricultura, que alia um novo padrão tecnológico com a permanente, mas agora intensificada, concentração da propriedade privada da terra. Trata-se da junção da agroindústria com a grande propriedade fundiária que objetiva, num primeiro momento, mudar a imagem negativa que o latifúndio brasileiro adquiriu na história brasileira, associada ao atraso econômico, político e social. Também objetiva derrubar a ideia, até então hegemônica na sociedade brasileira, de que a agricultura é sinônimo de falta de oportunidades para quem deseja viver na terra e da terra. Na concepção dos seus ideólogos, seria uma espécie de “modernização” do campo, mas sem alterar a estrutura fundiária brasileira<sup>16</sup>, que macula o país desde os tempos da colonização.

---

<sup>16</sup> De acordo com Sauer e Leite, “o Brasil, em sua extensão continental, detém 850 milhões de hectares de terras, sendo que um pouco mais da metade (436, 60 milhões de hectares, ou 51, 35% está cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do Incra, como imóveis rurais. Excluindo-se as unidades de conservação ambiental (102, 06 milhões de hectares em parques nacionais, reservas extrativistas, florestas nacionais, etc.), as áreas indígenas (128,47 milhões de hectares), as terras públicas formalizadas (4,20 milhões de hectares) e os perímetros urbanos e de infraestrutura (estradas, hidroelétricas, etc.) há ausência de 172, 95

Assim, em plena sintonia com as necessidades do sistema do capital, a partir da década de 1990, sob a égide neoliberal, a agricultura brasileira, voltando-se gradativamente para a produção de *commodities* e o mercado agrícola, perde aos poucos seu vínculo nacional para se tornar um grande complexo industrial sem pátria. Dessa maneira, empresas brasileiras unem-se às gigantes do setor, fundindo-se em grandes conglomerados que reforçam a incorporação subalterna do Brasil ao sistema mundial do capital. Os números impressionam. Segundo dados levantados por Benetti apud Medeiros (2015, p. 627), “entre os anos de 1994 e 2003 foram registrados 312 processos de fusão e aquisições nos setores nacionais de alimentos, bebidas e fumo”. Destaca-se nessas fusões, a atuação de grupos internacionais que controlam o comércio nacional e internacional de sementes, cereais e agrotóxicos, tais como: Monsanto, Bayer, Syngenta, Dupont, Basf e Dow, além da Cargill, ADM, ConAgra, Bunge e Dryfus.

Além de controlar a produção, o monopólio das transnacionais se estende sobre a circulação de mercadorias, subjugando, de um lado, produtores agrícolas (de base camponesa/familiar ou não) e, de outro, a população consumidora, que se torna refém das ofertas de produtos disponíveis no mercado monopolizado pelo agronegócio. Trata-se, portanto, de um processo gradual e sutil de

---

milhões de hectares que devem ser considerados terras devolutas.[...] Essa ausência é confirmada na versão oficial do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que afirma que ‘50,86% da área total do território brasileiro está na condição de cadastrada[...] Isso quer dizer que não há registros formais em nenhum dos instrumentos oficiais de titularidade de terras de aproximadamente 20% do território brasileiro’ (2012, p.505).

apropriação dos ganhos do trabalho desses produtores pelo grande capital que, ao controlar a comercialização das safras, subtrai do produtor o direito de decidir para quem vender a sua produção.

O relançamento do agronegócio no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, como principal plataforma de investimentos na agricultura, contou com o apoio de ampla camada da sociedade política e empresarial. Para tanto, de acordo com informações encontradas em Delgado (2010), uma série de medidas governamentais foram tomadas, com o intuito de demonstrar o apoio político e financeiro que o Estado brasileiro estaria dando aos negócios transnacionais que tinham como base a agricultura brasileira. As principais medidas adotadas foram: 1) Oferecer uma infraestrutura minimamente adequada para a comercialização e transporte de mercadorias; 2) O uso indiscriminado de instituições públicas de pesquisas em benefício do agronegócio, a exemplo do que ocorrera com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMPRAPA); 3) O relaxamento com a regulação do mercado de terras, fazendo vista grossa para a grilagem de áreas devolutas, como também daquelas consideradas improdutivas por não cumprirem sua função social; e, por fim, 4) Uma verdadeira mudança na política de valorização cambial, que tornou o agronegócio altamente competitivo no mercado mundial.

O carácter protecionista do Estado brasileiro em relação ao agronegócio seguiu nessa direção nos governos que sucederam FHC. Desta maneira, nem o advento de um governo progressista, encabeçado por um ex-sindicalista, foi capaz de liquidar o pacto existente entre a burguesia agrária

industrial e o poder público estatal. Nos governos do PT, a reforma agrária prometida aos movimentos sociais deu lugar a uma política de assentamento de famílias, políticas de crédito e de melhoria dos assentamentos rurais, sem incidir no elemento estruturante da questão agrária no país: a concentração de terras.

A aliança do poder público com o agronegócio permaneceu sendo marca registrada também nos governos Temer (2016-2018) e mais recentemente no governo Bolsonaro (2019). Sobre este último, a lista de concessões e irregularidades ambientais é vasta e o “pacote de maldades” parece não ter fim.

A crise institucional que se tornou o governo Bolsonaro tem sido agravada pela presença do “inimigo invisível” – a covid-19. E nesse cenário, as incertezas sanitárias, políticas e econômicas se somam à outra preocupação: a possibilidade de desabastecimento alimentar. Esse argumento tem sido levantado pelos representantes do agronegócio como estratégia pra defender uma postura do Estado ainda mais favorável ao setor, no atual e “oportuno”<sup>17</sup> contexto.

Por outro lado, as possíveis dificuldades para a garantia do abastecimento interno, em consequência da expansão do adoecimento e mortes pela covid-19, parecem não preocupar o governo Bolsonaro que segue concretizando suas promessas de campanha, fazendo concessões ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar.

---

<sup>17</sup> Conforme declaração do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em reunião ministerial realizada em 22 de Abril de 2020, com forte repercussão internacional.

O ruralista Luiz Antônio Nabhan Garcia<sup>18</sup>, que atua como secretário especial de assuntos fundiários no Ministério da Agricultura, está fortemente engajado na política governamental para regularização de terras, expressa na Medida Provisória 910/2019, com forte impacto para privatizar cerca de 600 mil hectares de terras públicas invadidas na Amazônia.

Para o Ministério Público Federal, responsável por uma das campanhas contra a MP, a medida implica gravemente na anistia de crimes de grilagem, invasão de terras públicas e de comunidades tradicionais, permissão legal para desmatamento, abdicação de recursos que poderiam ser recolhidos na forma de multas e revertidos para programas de enfrentamento à covid-19<sup>19</sup>. Sob forte pressão de diversas entidades e militantes ambientalistas nacionais e internacionais, a MP foi retirada da pauta e segue em tramitação agora na forma de Projeto de Lei 2.633/20, ainda sob alvo de críticas<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Pecuarista, Nabhan Garcia, é considerado um dos principais articuladores do Governo com a bancada ruralista. É declaradamente anti-reforma agrária, contra demarcação de terras indígenas e criminaliza os movimentos sociais do campo. Ler mais em: QUADROS, Vasconcelo. *Quem é Nabhan Garcia, o todo-poderoso secretário fundiário de Bolsonaro*. Exame, 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/quem-e-nabhan-garcia-o-todo-poderoso-secretario-fundiario-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://www.anpr.org.br/imprensa/noticias/24039-mpf-lanca-campanha-contraprojeto-de-regularizacao-de-terras-publicas-invadidas>>. Acesso em 25 jul. 2020.

<sup>20</sup> Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/14/perto-de-perder-validade-mp-da-regularizacao-fundiaria-nao-tem-consenso-no-senado>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

Crises sanitárias de grandes proporções, como a que presenciamos com a pandemia do coronavírus, ameaçam o abastecimento alimentar de regiões e países. E os setores relacionados à produção de alimentos – ou supostamente de alimentos<sup>21</sup> – por serem considerados serviços essenciais, não tiveram suas atividades interrompidas. Contudo, grande parte dessa produção trata-se das *commodities*.

Segundo o Ministério da Agricultura, a pandemia não afetou negativamente o agronegócio. Pelo contrário, o setor tem acumulado recordes de produção e exportação - em que se destacam, a soja em grãos, carne bovina *in natura* e açúcar<sup>22</sup>. A projeção do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de 2020, estima em R\$ 716,6 bilhões, ou seja, 8,8 % de crescimento em relação ao ano anterior. O valor das lavouras aumentou em 11,6 % e o da pecuária, 3,4%. Por outro lado, que não é “pop”, o agronegócio investe bastante para esconder o elevado custo social do “sucesso” no setor, principalmente no segmento de frigoríficos, que tem sido alvo de graves denúncias<sup>23</sup>. Ao funcionar em ambientes

---

<sup>21</sup> Conferir a rica problematização realizada por Firmiano (2019).

<sup>22</sup> Ler mais em: Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca. *Com recordes de valores de soja e milho, VBP de 2020 é estimado em R\$ 716,6 bilhões*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/com-recordes-de-valores-de-soja-e-milho-vbp-de-2020-e-estimado-em-r-716-6-bilhoes>>. Acesso em: 24 jul. 2020. *Com alta de 24,5%, exportações do agronegócio batem recorde para meses de junho e ultrapassam US\$ 10 bilhões*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/com-alta-de-24-5-exportacao-do-agro-bate-recorde-para-meses-de-junho-e-ultrapassa-us-10-bi>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

<sup>23</sup> Disponível em:

<<http://www4.trt23.jus.br/portal/trtnoticias/conteudo/22846>>. Acesso em: 27 jul. 2020.



fechados, submetidos a baixas temperaturas e, em geral, aglomerando entre 2 mil e 7 mil trabalhadores, tornaram-se ambientes com alto risco de contágio pela covid-19.

De acordo com levantamento realizado pela Procuradoria-Geral do Trabalho, até primeiro de Julho, o Ministério Público do Trabalho (MPT) contabilizou 114 inquéritos civis em andamento destinados a averiguar casos da covid-19 entre funcionários de frigoríficos. Esses inquéritos tiveram origem em 206 denúncias, em 22 estados brasileiros. Segundo levantamento da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (CONTAC), o setor do agronegócio que congrega frigoríficos de carne suína, bovina e de frango, pode ter contribuído para a contaminação de 400 mil operários pela covid-19 no Brasil, o que corresponde a cerca de 50% de todos os trabalhadores do setor<sup>24</sup>. De acordo com noticiado pelo Tribunal Regional do Trabalho do Mato Grosso, “até maio, 8 frigoríficos foram interditados no país em função da Covid-19 [...]. Os frigoríficos têm sido apontados como pontos de contaminação em massa da covid-19, o que ajudaria na interiorização da doença”<sup>25</sup>.

Além do histórico descaso com a saúde pública, a resistência em reconhecer a gravidade da pandemia, as denúncias de corrupção, as disputas políticas com

---

<sup>24</sup> Disponível em:

<<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/07/13/agronegocio-pode-ter-contaminado-400-mil-trabalhadores-no-brasil-por-covid-19/>>.

Acesso em: 13 jul. 2020.

<sup>25</sup> Disponível em:

<<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/02/coronavirus-cresce-mais-rapido-no-centro-oeste-que-na-media-do-pais.ghtml>>. Acesso em 27 jul. 2020.

governadores e prefeitos, bem como, o incentivo ao uso de medicamentos sem comprovação científica, o Governo Federal ainda desobriga as empresas ao atendimento às rígidas normas sanitárias de segurança para os trabalhadores. E, apesar da Portaria Conjunta entre os Ministérios da Agricultura, da Economia e da Saúde, de 18 de Junho de 2020, que define as medidas de prevenção e controle da covid-19 nos frigoríficos e laticínios, exigências do MPT e reivindicações dos trabalhadores, como testagem em massa e mudança no funcionamento dos turnos, não foram incorporadas. Esta situação também atinge as populações indígenas em diferentes estados brasileiros. Segundo a APIB, o agronegócio é um dos principais responsáveis pela propagação do vírus em aldeias no Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por meio de indígenas contaminados no trabalho em frigoríficos e abatedouros<sup>26</sup>.

Ainda assim, correspondendo aos interesses dos grandes empresários do agronegócio, o presidente Jair Bolsonaro baixou o decreto 10.419/10, de julho de 2020 que altera o sistema público de fiscalização dos frigoríficos<sup>27</sup>, visto tanto por servidores públicos, quanto pelas entidades sindicais, como uma medida que concorrerá para uma maior condição de insegurança à saúde pública.

---

<sup>26</sup> *Como o covid tem chegado nos territórios*. Emergência Indígena. APIB, 2020. Disponível em: < <http://emergenciaindigena.apib.info//>>. Acesso em 25 jul. 2020.

<sup>27</sup> CORREIA, Tatiane. Governo Bolsonaro age para privatizar fiscalização de frigoríficos. Jornal GGN, 2020. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/economia/governo-bolsonaro-age-para-privatizar-fiscalizacao-de-frigorificos/>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

A essa medida ameaçadora, se soma a “generosidade” governamental ao agronegócio quando o assunto é a ampla liberação de agrotóxicos. Os dados apresentados por Soares, Cunha e Porto (2020), da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), revelam que as empresas que produzem e vendem agrotóxicos no Brasil contam com expressivos benefícios estatais, na forma de isenções e reduções de impostos, os quais são essenciais, tanto para promover o consumo desses produtos por um contingente maior de agricultores, quanto para reduzir seus custos de produção. O montante de recursos não pagos por essas empresas revela a ocorrência de um verdadeiro assalto aos cofres públicos e um crime de grandes proporções contra a saúde da população.

O valor que o governo federal e os estados deixam de arrecadar com a isenção fiscal aos pesticidas é equivalente à quase quatro vezes o orçamento total previsto para o ministério do meio ambiente neste ano (R\$ 2,7 bilhões) e mais que o dobro do que o SUS gastou em 2017 para tratar pacientes com câncer (R\$4,7 bilhões)<sup>28</sup>.

Um outro exemplo da permissividade da legislação brasileira, amplificada no Governo Bolsonaro, está na Portaria 43/2020<sup>29</sup> do Ministério da Agricultura (MAPA) que possibilita a

---

<sup>28</sup> Disponível em: <<https://apublica.org/2020/02/bolsa-agrotoxico-empresas-recebem-isencoes-de-impostos-de-r-10-bilhoes-ao-ano/>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

<sup>29</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Portaria nº 43, de 21 de Fevereiro de 2020. Estabelece os prazos para aprovação tácita para os atos públicos de liberação de responsabilidade da Secretaria de Defesa Agropecuária, do

aceleração da liberação de novos registros de fertilizantes e agrotóxicos. Diante desta gravidade, o partido Rede Sustentabilidade ajuizou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 656) no Supremo Tribunal Federal (STF), para que seja concedida liminar de suspensão dos itens da referida Portaria, posto que culminariam na “aprovação tácita” desses produtos, sem os devidos estudos sobre seus impactos ambientais e na saúde da população.

Em função dessa Portaria, e mesmo no contexto de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, foram realizadas ações coordenadas por inúmeras organizações, movimentos sociais e personalidades do meio artístico brasileiro, contra os efeitos daquela Portaria Ministerial, articuladas em torno da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida<sup>30</sup>. Diante da pressão social, os itens questionados da Portaria foram suspensos, por unanimidade, em Junho de 2020. Porém, diversas estratégias para a expansão do mercado de agrotóxicos são acionadas e permanecem em atividade durante a pandemia, como a liberação de produtos técnicos que permitem a fabricação industrial de novos agroquímicos com base em produtos já registrados e em uso na agricultura brasileira<sup>31</sup>.

Obviamente, a atenção dada ao agronegócio brasileiro não é equivalente àquela destina a agricultura

---

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme caput do art. 10 do Decreto nº 10.178, de 18 Dez. 2019.

<sup>30</sup> Leia também: <https://contraosagrototoxicos.org/>

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-registra-21-produtos-tecnicos-para-uso-como-componentes-industriais-na-formulacao-de-defensivos-agricolas>  
Acesso em: 22 Jul. 2020.

familiar. As dificuldades enfrentadas pelos agricultores na conjuntura atual revelam não só o descaso do governo Bolsonaro com quem de fato produz comida, como também evidencia a sua não preocupação com a possibilidade concreta de desabastecimento. A posição de defesa intransigente dos interesses do agronegócio foi reafirmada na aprovação do plano Safra 2020/2021. Após fazer uma avaliação detalhada do plano, Teixeira (2020, n. p.) conclui:

Temos um 'Plano Safra' que nega a diversidade da agricultura familiar e camponesa; que direciona os recursos dos brasileiros para incentivar a garantia da segurança alimentar em outros países e assegurar os bons negócios aos capitais que controlam o setor; que impõe custos reis no financiamento dos agricultores familiares mais vulneráveis; que ignora a sustentabilidade potencializada em discursos sobre programas com significados práticos residuais; que não se atreve a conter a expansão desordenada e irresponsável da agropecuária de larga escala na Amazônia; que concorre para a ampliação da concentração econômica e dos incentivos públicos nos capitais que controlam o agronegócio. Mas que tende a iludir a opinião pública pelo massacre dos discursos triunfalistas sobre as virtudes produtivistas da base primária do agronegócio.

É neste cenário que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com apoio de outros movimentos sociais, cria o Plano Emergencial de Reforma Agrária (abril/maio), numa tentativa de pressionar os governos federal e estaduais a destinar recursos e ações para a agricultora camponesa, principal responsável pela produção de alimentos no país.

Esses dados apresentados até aqui demonstram o caráter de classe do Estado brasileiro que atua continuamente para defender os interesses do capital em detrimento do trabalho, independente de quem ocupe as cadeiras do poder político institucional. Diante do exposto, é possível afirmar que a pandemia do novo coronavírus explicitou a natureza devastadora do sistema sociometabólico do capital e a luta de classes implícita e explícita na conjuntura atual, com implicações no curto, médio e longo prazo, durante e após a pandemia.

#### **4 Considerações finais**

A crise estrutural do capital, explicitada nos idos de 1970, revelou a natureza predatória do sistema sociometabólico do capital e de como ele atua para garantir os lucros do sistema, independente das consequências que possam advir para a humanidade. Neste sentido, os países latino-americanos são impulsionados para continuar servindo de “moleta” para a economia mundial, de forma a reassumir a sua função histórica de provedores das matérias-primas – atualmente as *commodities*, delegada pelo grande capital financeiro internacional. Dotado de inúmeras e variadas riquezas naturais, o continente torna-se alvo dos conglomerados internacionais.

Por essas razões, tornou-se o território ideal para o estabelecimento de gigantes do setor agropecuário, que atualmente monopolizam toda a cadeia produtiva – caracterização típica do agronegócio – em que se destacam como grandes empresas transnacionais, a Monsanto,

Syngenta, Bayer e Dow Agrosiences (hoje Corteva). No Brasil, a prática dessas empresas que atuam no que se convencionou chamar de “agronegócio” está, assim como nos demais países onde atua, atrelada ao domínio do capitalismo financeiro. Nesse novo estágio do capitalismo, a terra reaparece como importante mercadoria, a ser explorada de diversas maneiras por empresas nacionais e internacionais do setor que operam no país.

Neste sentido, a produção de mercadorias agropecuárias se transfigura cada vez mais da produção de alimentos – abastecimento alimentar nacional – pela produção agroindustrial de *commodities*, reguladas pelo mercado financeiro mundial. Esta cadeia produtiva segue moldando a relação das empresas transnacionais com os Estados nacionais, de modo que, os obstáculos à reprodução ampliada do capital, a partir dos complexos agroindustriais, sejam dissipados com a indispensável ação do Estado.

A atual crise sanitária pela qual passa o mundo, expôs com toda a força, a dramaticidade da situação da classe trabalhadora em consequência das contradições próprias da sociedade capitalista, intensificada pela pandemia no contexto de um país dependente e subordinado aos interesses do grande capital internacional. Para acentuar a tragédia social brasileira, o atual presidente Jair Bolsonaro tem demonstrado, não apenas um perigoso despreparo intelectual para lidar com os desafios nacionais que o momento exige – posto que não coordenada, enquanto poder central, esforços efetivos para enfrentamento dos efeitos da pandemia no país e assim atenuar o número crescente de mortes –, como também reafirma políticas genocidas e de caráter fascista.

Essas políticas se expressam também no privilegiamento do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos pela sociedade brasileira, segundo o mais recente censo agropecuário brasileiro (2017). E o aumento do desemprego, subempregos, a perda de renda, ameaçam uma intensificação, no curto prazo, do problema da fome no Brasil e na maioria dos países da América Latina e da África. A demanda e luta por terra para produção de alimentos – alimentos de verdade, saudáveis, livres de agrotóxicos - torna-se socialmente ainda mais relevante.

Intensifica-se, portanto, a luta de classes, no campo e na cidade. De onde virão as mudanças necessárias para o devido enfrentamento das consequências decorrentes da pandemia da covid-19? Uma nova postura da classe trabalhadora frente ao Estado genocida e a intensificação da exploração do capital se faz urgente.

## Referências

FIRMIANO, Frederico Daia. A falácia da segurança alimentar. *Cadernos de Campo*, n.27, São Paulo, 2019.

\_\_\_\_\_. *O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária*. 2014. 245f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2014.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo*. Disponível em: <[resistir.info/livros/brasil\\_capital\\_imperialismo](http://resistir.info/livros/brasil_capital_imperialismo)>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2015.



FREITAS, Gustavo Gomes et al. *O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores*. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Dossiê no 27: Reforma Agrária Popular e a Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Tricontinental, 2020a.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Dossiê no 30: América Latina sob o coronachoque*. São Paulo: Tricontinental, 2020b.

KATZ, Cláudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MANCIO, Daniel; MOREIRA, Renata Couto. *A dependência latino-americana e a reprimarização do continente*. Disponível em: <[https://our-global-u.org/oguorg/es/download/Autores.../reprimarizacao\\_sep.pdf](https://our-global-u.org/oguorg/es/download/Autores.../reprimarizacao_sep.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2015.

MEDEIROS, Marlon Clovis. Estado, capital financeiro e agricultura no Brasil atual. XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. *Anais...* 2015

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2015.

OXFAM. *Terrenos da Desigualdade*. Relatório “Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural”. OXFAM Brasil, 2016.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio. Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, p. 81-97, 2010.

\_\_\_\_\_. *Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da Questão Agrária*. Disponível em: [<www.reformaagrariaemdados.org.br/>](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/). Acesso em: 30 de Maio de 2017.

SAUER, Sérgio e LEITE, Sérgio. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 3, p. 503-524, Jul/Set, 2012.

SOARES, Vagner Lopes; CUNHA, Lucas Neves e PORTO, Marcelo Felipo de Souza. *Uma política de incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é injustificável e insustentável*. GT Saúde e Ambiente, com o apoio do Instituto Ibirapitanga/ABRASCO, 2020.

TEIXEIRA, Gerson. *Um Plano safra' para o agronegócio (Exportador)*. [via e-mail]. Brasília, 2020

# OS TERRITÓRIOS DA MINERAÇÃO NÃO ENTRAM EM QUARENTENA!

*Everton Melo da Silva<sup>1</sup>*  
*Lucas Zenha Antonino<sup>2</sup>*

## 1 Introdução

A crise do capital revela abertamente a natureza destrutiva, desumana e cruel das relações mercantis capitalistas. Com a eclosão da crise sanitária instalada no presente ano, sob o ápice da covid-19, percebe-se uma mudança na dinâmica do capital, no processo de acentuação da exploração da força de trabalho e dos recursos naturais, onde o capital se encontra mais agressivo contra os trabalhadores e os direitos sociais, e destruindo substancialmente a natureza. Esta crise pandêmica deve ser observada sob a perspectiva de classe, raça e gênero, pois a conjuntura brasileira está marcada pela retórica de que “todos estamos juntos no mesmo barco”.

Mesmo com este cenário de necessário afastamento social e de mortes, o capital não deixou de explorar os

---

<sup>1</sup> Assistente social, mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM/UFS).

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Bahia e integrante do Grupo de Pesquisa GeografAR/UFBA. Bolsista (FAPESE) de Pós-Doutorado no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), vinculado à Universidade Federal de Sergipe (UFS).

trabalhadores, as riquezas naturais do Brasil e de disputar os territórios com as comunidades tradicionais. Neste período, o Governo Bolsonaro decretou a atividade mineral como essencial na quarentena, por meio da Portaria n. 135 do Ministério de Minas e Energia (MME), em 28 de março de 2020, estabelecendo a lavra, o processamento e a transformação de minerais, como primordial para a dinâmica econômica. Inclusive, no início de março, a delegação do governo participou da 88ª convenção anual do “*Prospectors and Developers Association of Canada*” e convidou empresas mineradoras canadenses para explorarem as terras brasileiras, oferecendo garantias de flexibilização regulatória que facilitem a exploração mineral<sup>3</sup>. A pretensão é tornar cerca de 40% do território brasileiro disponível para as empresas mineradoras explorar novas reservas e ampliar as minas existentes, atualmente existem mais de nove mil minas em Regimes de Autorização e Concessão de lavra<sup>4</sup>. O estado da Bahia é uma das grandes fronteiras após Minas Gerais e Pará, hoje contando com mais de 500 minas ativas e a liderança em novas solicitações de pesquisas minerais (ANM, 2019).

O presente escrito tem o objetivo de demonstrar que a conjuntura do setor extrativo de *commodities* minerais, ao se estruturar nos territórios em busca destes recursos finitos, mesmo em um momento de pandemia e crise sanitária,

---

<sup>3</sup> Matéria completa sobre a participação do Brasil disponível em: <https://observatoriodaminerao.com.br/mesmo-com-pandemia-governo-bolsonaro-vai-ao-canada-convidar-mineradoras-estrangeiras-para-explorar-novas-reservas-no-brasil/>. Acesso em: 08 jul. 2020.

<sup>4</sup> Informação disponível em: <https://observatoriodaminerao.com.br/mesmo-com-pandemia-governo-bolsonaro-vai-ao-canada-convidar-mineradoras-estrangeiras-para-explorar-novas-reservas-no-brasil/>. Acesso em: 08 jun. 2020

continua o ritmo de exploração dos recursos minerais. Tais ações perpetuam violando povos e comunidades tradicionais do campo, além de populações urbanas periféricas, e mantendo em exposição e em circulação milhares de seus trabalhadores ao maior surto virótico de toda uma geração.

Foram consultadas referências teóricas sobre expropriação (MARX, 1996; LUXEMBURGO, 1981; HARVEY, 2004; 2005; FONTES, 2010), territórios e mineração (GOTTMANN, 1975; SANTOS, 1994; ANTONINO, 2019; TROCATE; COELHO, 2020), Estado brasileiro (FLORESTAN, 1976; SILVA, 2019; SILVA; SANTOS, 2020) e Governo Bolsonaro (SOLANO, 2018; ALMEIDA, 2019). Sobre a relação entre pandemia e mineração<sup>5</sup>, utilizou-se as seguintes fontes jornalísticas *online*: Observatório da Mineração, Folha Uol, Brasil de fato, MAM Nacional, G1 Globo e *The Intercept* Brasil. O método de análise e compreensão da realidade se constitui no materialismo histórico dialético, ancorado nas categorias totalidade, mediação e negação para compreender a dinâmica do capitalismo brasileiro e da mineração.

## **2 Territórios da mineração e o servilismo do Estado brasileiro**

Karl Marx, em “O Capital: crítica da economia política”, sistematizou um conjunto de análises sobre os

---

<sup>5</sup> Parte da discussão da relação entre pandemia e mineração foi socializada no breve texto “A exploração de minérios não entra em quarentena!”, publicado no Blog Ofensiva socialista na data 02 de junho de 2020. Disponível em <https://ofensivasocialista.wordpress.com/2020/06/02/a-exploracao-de-minerios-nao-entra-em-quarentena/>. Acesso em: 09 jul. 2020.

fundamentos do sistema do capital e teceu críticas ao processo de exploração que assola os homens desde a constituição das sociedades de classes ao longo da história. Marx (1996, p. 343) captou que, para emergência do capitalismo, foi necessário a expropriação do povo do campo e jogar “à sorte” “[...] uma massa de proletários livres como os pássaros [...]”. Com a expropriação das terras do homem do campo coadunada com a forte atuação do Estado por meio de legislações sanguinárias<sup>6</sup> se iniciou a “acumulação primitiva do capital”. As críticas de Marx (1996) sobre esse processo permitem entender os caminhos para os territórios de acumulação, que se acentuaram até a contemporaneidade: os processos históricos e violentos da colonização<sup>7</sup>, da escravidão negra africana e dos saques de terras propiciaram esse empreendimento global.

Não se pode considerar essa questão como ultrapassada ou pertencente apenas ao período originário do capitalismo. Além de pertencer aos elementos constituintes do próprio sistema capitalista, tais ações necessitam se perpetuar com essas mesmas engrenagens de expansão para se sustentar, porém adaptando-se com novas roupagens. Fontes (2010, p. 42, grifos nossos) aponta que:

A condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma

---

<sup>6</sup> De forma direta, Marx (1996, p. 359) afirma: “A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva.”

<sup>7</sup> A violência está na nascente do sistema capitalista (MARX, 1996).

subordinada ao capital é a *expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção, que corresponde a um processo histórico ao qual se superpõe, na atualidade, a exasperação dessas expropriações, através de uma disponibilização crescente da população mundial ao capital*. Refiro-me à simultânea produção da base social que nutre o capital.

Para Rosa Luxemburgo (apud CATANI, 1981), essa necessidade do sistema se expandir para além de suas fronteiras é uma contradição essencial do modo de produção capitalista, pois é o primeiro que não pode existir por si mesmo, necessitando dessas outras formas econômicas – não capitalistas – para poder se alimentar e se reproduzir. Fontes (2010, p. 71, grifos originais) problematiza essa “[...] necessidade de um *lado de fora do capitalismo*, seja pela natureza da atividade agrária, em Kautsky, ou pelas relações sociais não capitalistas, em Rosa Luxemburgo.” E continua:

Em inícios do século XX, este aspecto era impactante, dado o predomínio em todo o planeta de formas de vida e de relações sociais de tipo não capitalista, isto é, populações fortemente rurais, fracamente expropriadas e em países não industrializados. Tal argumento dificulta, porém, compreender como a dinâmica *interna* da expansão capitalista promove e exacerba as próprias condições sociais que estão na sua base, seja através da incorporação subalternizada de outros setores da produção, de outras regiões ou países, modificando e subordinando as relações que ali encontrou, seja pela sua expansão direta, como, por exemplo, através de industrializações de novas áreas. Em todos os casos, a imbricação é sempre desigual, porém tende a eliminar qualquer externalidade, à medida que impõe sua dominação, subalternizando

e mutilando as relações sociais precedentes. As expropriações, condição social de sua plena expansão foram realizadas de maneiras, ritmos e graus diversos, acoplando formas de produção diversificadas sob o controle do capital, ainda que à custa de uma enorme brutalidade social, política e cultural (FONTES, 2010, p. 71, grifos originais).

Todo processo de extração e de transformação da natureza em recursos – aqui com destaque ao extrativismo mineral intensivo e voltado quase que exclusivamente para exportação – ainda é realizado violando direitos e destruindo parte significativa da natureza. Essas expropriações de territórios enquadram-se na concepção de uma renovação, ou um novo fôlego, para a reprodução do capital, neste sentido, Marx “[...] reafirma que a expansão das relações sociais capitalistas pressupõe expropriações, para além daqueles trabalhadores já ‘liberados’ (inclusive mencionando a expropriação de capitalistas menores).” (FONTES, 2010, p. 63). Marx não trata a expropriação como algo típico exclusivamente da fase originária do capitalismo, mas como uma condição de reprodução do sistema do capital.

A extração de recursos naturais no território brasileiro acentua a luta de classes entre as diversas frações das comunidades tradicionais com o empresariado/latifundiário, esses sob a proteção do aparato estatal. Assim, conflitos socioambientais provenientes da implantação de territórios minerais são registrados em todos os estados brasileiros e nos municípios “produtores”, além daqueles que recebem parte da infraestrutura de “beneficiamento” e/ou logístico necessário para o funcionamento.



O Brasil tem uma economia fundamentada e dependente dos preços das *commodities* como minérios, grãos, celulose, carnes, entre outras. O servilismo do Estado brasileiro ao capital internacional é nitidamente visualizado no processo de exploração dos recursos naturais e nos impactos ambientais. O Estado brasileiro continua na agenda de reafirmar mundialmente o caráter primário exportador da economia que, historicamente, avançou e avança sobre os recursos naturais de seu território, mantendo-a dependente e vulnerável internacionalmente, cujos preços definidos nessa escala podem alterar rapidamente o encadeamento da dinâmica socioeconômica nacional, regional e local sob a égide da dinâmica do capital financeiro.

O setor mineral é a base produtiva global (TROCATE; COELHO, 2020). Sem ele não há produção capitalista. O ferro é transformado em aço, essencial para o setor da construção civil e setor automobilístico, o cobre é utilizado nos sistemas elétricos ou nas ligas metálicas e o ouro é fundamental para os bancos centrais de todos os países (TROCATE; COELHO, 2020), só para permanecer nos exemplos mais próximos, além de todo maquinário hospitalar carregar inúmeros componentes minerais. Atualmente, os minerais são considerados matérias-primas de negociação de “mercados futuros”, o que significa basicamente a compra e venda de minérios que ainda não foram extraídos e/ou processados.

O modelo vigente de extração mineral no Brasil está organizado sob o “novo” Marco Regulatório da Mineração, tutelado por uma recém Agência Nacional de Mineração

(ANM)<sup>8</sup>, criado sob pressões neoliberais para garantir a chamada “segurança jurídica” para o setor. Castro e Milanez (2018) analisam e polemizam a transferência de “declaração de utilidade pública” dos órgãos do poder executivo (Federal, Estadual e Municipal) para a ANM, processo considerado como um dos maiores retrocessos desse novo código mineral. Isso potencializa novos conflitos territoriais decorrentes de novos processos de desapropriações, sem o mínimo de mediação entre os sujeitos envolvidos. Esses pesquisadores fazem uma ressalva: por mais que “entes públicos”, na maioria das vezes, optem por beneficiar as empresas e as atividades mineradoras, antes existia a possibilidade de entidades e/ou grupos sociais poderem se manifestar contrários àquela declaração (CASTRO; MILANEZ, 2018).

Os Regimes de Aproveitamento dos Recursos Minerais se dão na forma de Concessão de Lavra, autorização de pesquisa, licenciamento, permissão de lavra garimpeira e a monopolização, esse último se encaixa na extração de urânio em Caetité (BA). No primeiro momento de solicitações de pesquisa mineral, e seu imediato cadastro em sistemas de informações geográficas (SIGMINE), começa a se desenhar um provável e futuro território extrativo-mineral. Existem denúncias de conflitos territoriais nessa fase de solicitações de pesquisa que tem como objetivo avaliar as características geológicas e as condições econômicas, sendo a fiscalização e o monitoramento da pesquisa uma obrigatoriedade do Estado brasileiro (ANM). No entanto, as ações estatais são praticamente inexistentes, uma vez que, na maioria dos casos, as informações são inseridas pelos próprios titulares dos

---

<sup>8</sup> Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017 – Planalto.

processos (empresas), muitas dessas de forma superficial e simplória. A quantidade de solicitações de pesquisa é exorbitante, a exemplo da Bahia com 13.000 solicitações em andamento no ano de 2018 (ANTONINO, 2019). Após o evento/crime da Samarco (Vale/BHP) ficou escancarada a completa insuficiência de técnicos para fiscalizar barragens de rejeitos, que apenas em Minas Gerais existem mais de 600.

O território extrativo-mineral provém da operacionalização da categoria território e cumpre o papel de delinear e de nortear conceitualmente a compreensão do uso que se faz do espaço geográfico. Podem ser qualificados como voláteis, ou de uma distribuição geográfica “irregular”; possuem fluxos e redes privilegiadas de grande intensidade financeira e de informação; são abertos e necessitam da escala global para expandirem; são fortemente amparados por legislações e questões jurídicas favoráveis, entre outras (ANTONINO, 2019).

A exportação de minérios continua como um dos principais vetores da economia brasileira e, concomitantemente, a mineração sob o comando do capital se qualifica como grande problema para o Brasil. A título ilustrativo, no ano de 2017, o minério de ferro foi responsável por 9,2% das exportações – principalmente para a China e Japão, o que equivale a 20,1 bilhões; o ouro contabilizou 3.23 bilhões em 2017; e, no mesmo ano, o cobre 2.46 bilhões<sup>9</sup>. Há uma corrida entre as multinacionais para se apropriarem de

---

<sup>9</sup> O “*The observatory of economic complexity*” reúne dados comerciais internacionais de todos países, importação, exportação, balança comercial, complexidade e desigualdade de renda etc. Disponível em: <https://oec.world/pt/profile/country/bra/#Exporta%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 20 jul. 2020

grandes reservas minerais e explorá-las constantemente, sendo os proveitos e rejeitos distribuídos de forma desigual e gerando inúmeros impactos socioambientais: a remoção de florestas e vegetações nativas; poluição dos rios com produtos químicos utilizados na extração e processamento de minérios; assoreamento dos rios; rebaixamento de lençol freático; morte de diversas espécies da fauna e flora marinha; além de conflitos socioambientais entre comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e as empresas em diversas regiões do país envolvendo diferentes usos do solo e subsolo, pois, enquanto as comunidades defendem o uso de forma coletiva, as empresas o fazem de forma privada.

Acselrad (2004, p. 16) assinala que os conflitos socioambientais se explicitam

[...] envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Os territórios extrativo-mineral se fundamentam na territorialização pelo recurso-emprego e atropelam os territórios terra-abrigo, espaços de solidariedade, sobrevivência coletiva e reprodução social. Milton Santos (1994; 2005) e Jean Gottmann (1975) qualificaram as características dos territórios recursos e territórios abrigo e, segundo o geógrafo baiano, só é possível qualificar um território a partir de seu uso, pois, é o definidor por excelência

do território. Nesse confronto entre desiguais, as relações horizontais construídas nos *territórios-abrigo* são esfaceladas para que os *territórios-empresendimentos* possam ser cooptados para a produção do capital.

O Brasil possui grande diversidade de minerais, sendo considerado um país estratégico na dinâmica do capital internacional, conhecido como um importante *player* da mineração mundial. Em função disso, a extração mineral aprofunda a condição dependente e subordinada. A divisão internacional do trabalho demanda que o Brasil explore, sem limites e com a menor regulação pública possível, todas as suas riquezas naturais para a acumulação do capital. Aliás, tornou-se comum afirmar que para o Brasil sair do estágio de “país subdesenvolvido” precisaria dinamizar sua economia e explorar ao máximo seus recursos naturais, bem como a sua potencialidade energética, muito além de seu potencial hídrico<sup>10</sup>, solar ou eólico. Esse é um dos argumentos do poder Executivo Federal para propor iniciativas de flexibilizações das legislações que regulam o meio ambiente e as demarcações das terras indígenas, quilombolas, pescadores ou acampados no Brasil.

Esse discurso é tão somente ideológico e desprovido de fundamentos econômicos reais, uma vez que, o “subdesenvolvimento” é uma condição estrutural devida às próprias características e dinâmica do capitalismo mundial. Trata-se de uma falsa oposição, quando, em verdade, desenvolvimento e subdesenvolvimento são condições

---

<sup>10</sup> Na esteira da contrarreforma do Estado, o Senado aprovou a privatização do saneamento básico brasileiro por meio da PL 4.162/2019, abrindo as “chancelas” para o empresariado gerir as águas brasileiras.

complementares e funcionais ao capitalismo em sua totalidade global: só existe desenvolvimento em alguns países porque existem outros na condição de subdesenvolvidos que alimentam essa engrenagem.

Theotônio dos Santos (2011) se opôs a essa ideia e não considerou que os países desenvolvidos tenham passado por processos semelhantes de subdesenvolvimento em épocas anteriores, embora suas concepções de desenvolvimento fossem diferentes das tratadas na atualidade<sup>11</sup>. No Brasil, o capitalismo conformado é o “capitalismo dependente”, que, de acordo com Florestan Fernandes (1976, p. 93), constitui-se em

[...] um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões — uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em vias de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de “capitalismo dependente”.

Este capitalismo dependente conformou uma forma específica de Estado conservador, patrimonialista, sob a doutrina liberal à brasileira, organizado para manter a exploração da força de trabalho e os padrões de precarização do trabalho, e, principalmente, com a função da dominação das movimentações das massas populares, impedindo-as de ameaçar a dinâmica do capital no Brasil. Fernandes (1976, p. 213) faz a seguinte ressalva: “[...] as ameaças à hegemonia

---

<sup>11</sup> Mészáros (2003) enfatiza e coloca que as contradições a serem enfrentadas na atualidade ainda permanecem no embate entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

burguesa nunca chegaram a ser decisivas e sempre foram exageradas pelos grupos oligárquicos, como um expediente de manipulação conservadora do ‘radicalismo’ ou do ‘nacionalismo’ das classes médias e dos setores industrialistas.”.

Sob as condições do capitalismo dependente, os países centrais transferem suas empresas poluentes para os países periféricos e exploram com menos obstáculo estatal as riquezas naturais. Em “terras brasileiras”, a burguesia internacional juntamente com a mórbida burguesia nacional demarcam ferozmente qual o papel do Estado para assegurar as condições essenciais à dinâmica capitalista no Brasil, considerando suas particularidades econômicas e políticas (SILVA, 2019). O bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas pelos de fora – é a maldição das multidões que estão condenadas a uma “vida de bestas de carga” (GALEANO, 2008).

A classe econômica brasileira tem em seus germes os senhores de engenho, os proprietários de minas de ouro e os fazendeiros de café, que, na atualidade, podem ser visualizadas as raízes escravistas e latifundiárias no agronegócio, comandado pela burguesia agrária, e pelas grandes empresas mineradoras que dominam as “terras brasileiras”. A burguesia brasileira pode ser figurada em empresas financeiras, como Bradesco e Itaú; nas multinacionais como Votorantim, Gerdau e Vale; no setor de construção civil com a Odebrecht; no setor alimentício, com a JBS Friboi e Ambev; ou, até mesmo, com grupos educacionais como Kroton e Anima, que dominam a Educação Superior brasileira. É essa burguesia nacional que precisa se manter no poder político de comando

do Estado brasileiro, conformando a “autocracia burguesa”, conforme apreendeu Fernandes (1976).

Não obstante, o setor mineral tem demandado que o Estado brasileiro forneça condições legais-normativas e, em alguns casos, financeiras, via Banco Nacional do Desenvolvimento/BNDES, para atender aos requisitos do capital internacional (SILVA, 2019; SILVA; SANTOS, 2020), em especial, às demandas das grandes empresas mineradoras. Consequentemente, entende-se que o Estado brasileiro é corresponsável, juntamente com o capital, pela destruição ambiental expressa no Brasil de forma emblemática no rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais.

No caso de Alagoas, um estado não conhecido na dinâmica da mineração, um exemplo de conflito urbano, na capital Maceió, foi ocasionado pela Braskem nos bairros/comunidades do Pinheiro, Mutange e Bebedouro. O maior conflito mineral do Brasil, do ponto de vista de envolver um elevado número de populações atingidas diretamente, eclodiu na extração mineral em pleno cartão postal da capital “das lagoas”. Mais de quarenta mil pessoas foram diretamente impactadas ao redor desse território-extrativo mineral urbano. Alagoas é um estado que carrega as marcas da acentuada exploração do trabalho, sobretudo no setor sucroalcooleiro, altos índices de miserabilidade, falta de acesso à terra e baixa efetivação dos direitos sociais. Não é casual que Elaine Fernandes (2016, p. 63) reiterou: “[...] o atraso de Alagoas é certamente bem mais acentuado e perverso, o que dá a impressão de que as regiões do estado estão inseridas em séculos diferentes.”.



O que não faltam no Brasil são exemplos de destruições, degradações, impactos, conflitos, ou nas palavras do Eduardo Gudynas (2005), de efeito derrame ou mesmo de amputações territoriais promovidas pelas mineradoras globais. São fartos os exemplos no Chile, Argentina, Peru, Bolívia, Colômbia<sup>12</sup> ou em todos os estados da federação brasileira. Por isso, onde existir interesse econômico para implantação de territórios extrativo-mineral, na grande maioria dos casos, o Estado e as empresas irão realizar ações disciplinares rigorosas e com austeridade generalizada em busca destes recursos.

### **3 Governo Bolsonaro, covid-19 e a mineração no Brasil**

Desde o final de 2019, um organismo microscópico, um vírus letal, passou a confrontar a geopolítica mundial e os instrumentos da já conhecida e “perversa globalização” (SANTOS, 2004). A concepção de compressão espaço-tempo (HARVEY, 2006) foi, de certo modo, abalada e as incertezas pairaram em todos os âmbitos da vida, aprofundando mais ainda a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011).

O Presidente brasileiro Jair Bolsonaro (Sem partido), em suas diversas entrevistas, minimizou e ignorou a pandemia. Na data 22 de março de 2020, comparou a covid-19 com o surto da H1N1, afirmando que o Brasil não chegaria

---

<sup>12</sup> O Canadá possui mais de 1.200 projetos de mineração ativos em toda América Latina. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/172-noticias/noticias-2012/511233-canada-tem-1246-projetos-de-mineracao-ativos-na-america-latina> Acesso em: 20 Jul. 2020.

nas 800 pessoas mortas<sup>13</sup>. No início de julho, três meses depois, o país registrava mais de 64 mil óbitos relacionados ao novo coronavírus, isso segundo os dados “oficiais”, cuja subnotificações de casos são alarmantes em um governo que até os dados e a metodologia de contagem foram alteradas. Durante esta pandemia, discursos contra a ciência e até incentivando práticas de eugenia foram nitidamente manifestados por políticos, empresários, diretores financeiros, comerciantes e alguns trabalhadores em carreatas que manifestam algumas mensagens como: “morre gente todo dia”; “o comércio que vai morrer amanhã se não reabrir”; “o pico da covid-19 nas classes altas já passou”; “temos que salvar os empregos”<sup>14</sup>. Com a covid-19, a elite brasileira mostrou, nitidamente, sua verdadeira face propondo a morte dos trabalhadores para manter o ritmo da economia, sendo pressionados por muitos setores a manterem o funcionamento do país, a exemplo do setor de mineração.

As constantes contradições às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) acabaram levando ao afrouxamento da quarentena pela população em geral, o que contribuiu para a continuidade de proliferação do vírus. De bares e restaurantes lotados de “inocentes do Leblon”, no

---

<sup>13</sup> Matéria disponível em:

<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/bolsonaro-erra-previsao-mortes-por-coronavirus-em-43-dias-superam-as-de-h1n1-em-um-ano-24360414> Acesso em: 25 Jul. 2020.

<sup>14</sup> Ainda em Maio o, presidente da XP Investimentos proliferou essa frase que para os ricos já estava controlado. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/brasil-esta-indo-bem-no-controle-do-coronavirus-e-pico-nas-classes-altas-ja-passou-diz-presidente-da-xp.shtml> Acesso em: 12 Jul. 2020.

primeiro dia de “reabertura” no Rio de Janeiro<sup>15</sup>, a jogos de futebol sem torcida e com testes rápidos realizados antes da partida, o Brasil assistia sua catástrofe pandêmica ao vivo. O país do futebol voltando a sua quase “normalidade”, como se o Clube de Regatas Flamengo<sup>16</sup> fosse uma ilha na sociedade, como se as Mineradoras, que não interromperam em momento algumas suas atividades, fossem territórios isolados e protegidos de um vírus letal. Isso em meio a quase inexistência de testes da covid-19, para se ter ideia da contaminação da população. O Brasil, dentro das nações mais afetadas, foi a que menos realizou a testagem em massa. Testes estavam disponíveis apenas para os realmente enfermos, que buscavam hospitais ou postos de campanha, ou para quem podia pagar entre duzentos a quatrocentos reais de forma particular. Isso evidenciou a escolha política de como o governo agiu diante de uma séria pandemia, gastando apenas 29% dos recursos destinados à saúde de março ao início de julho, segundo Relatório do Tribunal de Contas da União<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup>Disponível em:

[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/07/03/interna\\_nacional,1162364/bares-lotados-no-leblon-em-plena-pandemia-geram-criticas-nas-redes-soc.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/07/03/interna_nacional,1162364/bares-lotados-no-leblon-em-plena-pandemia-geram-criticas-nas-redes-soc.shtml) Acesso em: 23 Jul. 2020.

<sup>16</sup> O clube foi o maior incentivador da volta do campeonato Carioca e no dia 15 de julho, quando se sagrou campeão, o número de mortes no Brasil ultrapassava 1.233 em 24h, totalizando 74.262 óbitos de covid-19. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/15/coronavirus-ultimas-noticias-e-o-que-sabemos-ate-esta-quarta-feira-15.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 18 Jul. 2020.

<sup>17</sup>Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/22/ministerio-da-saude-gastou-menos-de-um-terco-do-dinheiro-disponivel-para-combate-a-pandemia-diz-tcu.ghtml> Acesso em: 25 Jul. 2020.

Essas escolhas intencionais demonstram e escancararam o acirramento de classe, de raça e gênero na sociedade brasileira. Trabalhadores tidos como essenciais permaneceram com poucas alterações nas rotinas durante essa fase. Sendo essa maioria da “linha de frente” composta por trabalhadores pertencentes às classes sociais mais baixas da estratificação social, com única exceção dos médicos, logo aponta, também, para o quesito de raça e o mito da “igualdade racial” brasileira. Outra situação evidenciada nos vários lares brasileiros, é referente às mães que, durante o período de quarentena, ficam com as responsabilidades de cuidado da casa e dos filhos e mais expostas à violência doméstica.

O fenômeno do Bolsonarismo é a expressão da essência reacionária e conservadora da burguesia e classe média brasileira, ecoado pela expansão do fundamentalismo religioso (SOLANGE, 2018) na política brasileira e pelo ímpeto antinacionalista<sup>18</sup>, sem projeto de nação, mas com projeto político-econômico de subserviência definido. Um governo permeado por militares que detêm a autoridade, servindo a burguesia brasileira que tem o poder. Além do vice-presidente Mourão, militares assumiram cargos no primeiro e segundo escalão do governo; ademais, tem-se a ascensão de militares em cargos no legislativo, conformando uma espécie de Governo com militares para manutenção da “ordem democrática burguesa” brasileira.

Deve-se considerar o crescimento da bancada evangélica nos estados (destaque para o Rio de Janeiro) e na

---

<sup>18</sup> Embora ele pautar a pátria a todo o momento e adote o *slogan*: “Brasil acima de todos, Deus acima de todos”, seu projeto econômico e político pode ser configurado como uma espécie de “desgoverno anti-brasil”.

câmara de deputados federais e Senado. Com essa bancada, as diversas pautas conservadoras ganharam vozes e leis regressivas. Em termos quantitativos tivemos, nas últimas eleições, 84 deputados federais e 7 senadores evangélicos eleitos. O Partido Social Liberal (PSL) conseguiu eleger 52 deputados federais, configurando-se como a segunda maior bancada, 4 senadores e 3 governadores (ALMEIDA, 2019).

Além de ser um governo conservador, o contexto da pandemia apontou que é também um governo genocida. O Brasil, até a data 13 de julho, teve mais de 1.8 mil casos da covid-19, e mais de 72.800 mil mortes, sem ministro da saúde, sem projeto de controle do vírus, sem orçamento qualificado para a Política de Saúde e Política de Assistência social. Segundo a Revista Fórum, o presidente vetou “[...] o acesso universal a água potável no Projeto de Lei nº 1.142, de 2020, que ‘dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da covid-19 e cria um plano emergencial de enfrentamento ao coronavírus nos territórios indígenas?’<sup>19</sup>. Vetou, inclusive, o fornecimento de *kits* de higiene pessoal e compra de respiradores para os hospitais da região amazônica.

No entanto, o projeto econômico do Governo Bolsonaro se mantém firme, cumprindo a agenda econômica e política. A pandemia revela mais ainda a ferocidade do capital em busca do lucro e o “destino de mortes” para os trabalhadores, e deixa mais evidenciadas nossas raízes latifundiárias, escravistas e da cultura conservadora, da cultura

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/bolsonaro-e-denunciado-na-onu-por-descaso-na-protecao-dos-povos-indigenas-na-pandemia/> Acesso em: 25 Jul. 2020.

autoritária e da cultura política de exclusão das massas dos processos político-decisórios. Durante uma pandemia mortífera, em meio a tanta precariedade sanitária e desigualdade social que fica latente nesse momento, presenciou-se cenas lamentáveis proferidas pelos ocupantes dos mais altos cargos públicos do Estado brasileiro em falas e discursos dignos de um verdadeiro “*show* de horrores”, na qual a última preocupação de tal reunião ministerial eram os enfermos, os mortos ou suas famílias dilaceradas<sup>20</sup>.

Grandes empresas mineradoras continuaram fortemente com o processo de exploração mineral nesta pandemia. A Vale, por exemplo, uma multinacional que tem sede no Brasil, protagonista de crimes socioambientais, não parou suas atividades de extração e processamento mineral mesmo diante da crise sanitária<sup>21</sup>, mesmo com casos confirmados de trabalhadores contaminados, inclusive em Mariana (MG)<sup>22</sup>. As grandes mineradoras Ibar Nordeste Ltda., Xilolite S/A e RHI Magnesita também não suspenderam suas atividades, mantiveram o fluxo diário de

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-23/video-da-reuniao-de-bolsonaro-evidencia-descaso-com-pandemia-que-ja-matou-mais-de-21000.html> Acesso em: 25 Jul. 2020.

<sup>21</sup> A pandemia está sendo oportuna para a Vale que tem utilizado a crise sanitária para melhorar sua imagem com doações financeiras. Em contrapartida, continua ferozmente sua exploração, obtendo um lucro de US\$ 239 milhões neste primeiro trimestre de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/04/28/vale-reverte-prejuizo-e-lucra-us-239-milhoes-no-primeiro-trimestre.ghtml> Acesso em: 20 Jul. 2020.

<sup>22</sup> Matéria veiculada pelo “Brasil de fato” na data 01 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/01/com-aval-do-governo-mineradoras-contrariam-isolamento-e-seguem-operando-no-pais> Acesso em: 02 jun. 2020.

trabalhadores, expondo-os aos riscos<sup>23</sup>. As mineradoras não entraram em quarentena, não pararam sua exploração no território brasileiro. O indígena Ailton Krenak, durante uma transmissão *online* com o astrofísico Marcelo Gleiser, escutou o trem da Vale passando em plena pandemia da covid-19. Trem que entrecruza o território dos Krenak já prejudicados pela lama do rompimento da Samarco na aniquilação do Rio Doce.

À medida que o vírus vai se interiorizando no Brasil, populações do campo, comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e pescadores têm seus territórios impactados. Grandes preocupações são relatadas pelas comunidades tradicionais devido ao sistema de saúde não possibilitar atendimentos adequados, além do sustento alimentar de diversas famílias que sobrevivem de plantio, pesca ou pequenos extrativismos com funcionalidade para autoconsumo e pequena comercialização. Relatos de não acesso suficiente a alimentos, a casos de enfermidades sem testagens, a falta de atenção de saúde básica, além da continuidade da exploração do trabalho nos territórios minerais, cuja relação de atração das doenças para as comunidades são fortes indícios. Essa está sendo a realidade brasileira em pleno 2020.

De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), até a data 06 de julho de 2020, foram confirmados mais de 11.300 mil casos de indígenas infectados

---

<sup>23</sup> O Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) fez este alerta através da matéria “Brumado (BA) teme contaminação da covid-19 através da mineração”. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/2020/04/13/brumado-ba-teme-contaminacao-do-covid-19-atraves-da-mineracao> Acesso em: 22 jul. 2020

e mais de 426 mortes, afetando mais de 122 povos. Amazonas, Pará, Roraima, Mato Grosso, Maranhão e Acre são os estados com mais indígenas mortos pela covid-19. Áreas com presença forte de grileiros, agronegócio e de megaprojeto de mineração<sup>24</sup>. Quanto as comunidades quilombolas, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) atestou mais de 126 casos de óbitos pela covid-19, principalmente no estado do Pará com 35 casos.

A pandemia não foi empecilho para o capital continuar a destruição das comunidades tradicionais. A Mineração Rio do Norte, maior produtora de bauxita do Brasil, segue sua exploração, mesmo colocando em risco a população quilombola em Oriximiná (PA)<sup>25</sup>. Parauapebas (PA), “capital do ferro”, concentra cerca de 43% de casos da covid-19 entre as maiores mineradoras brasileiras<sup>26</sup>. Temos ainda notícias de grileiros e invasores na Aldeia Karipuna,

---

<sup>24</sup> O Estado brasileiro assiduamente legisla pela destruição ambiental e contra os povos tradicionais. Em abril, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) editou medida que permite a ocupação e venda da terra sem homologação, norma que atingiu diretamente mais de 200 terras indígenas. Disponível em:

<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/04/27/funai-edita-medida-que-permite-ocupacao-e-venda-de-terras-indigenas-sem-homologacao.ghtml> Acesso em: 25 Jul. 2020.

<sup>25</sup> Conferir o “The Intercept Brasil” de 18 de Março de 2020, disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/18/mineradora-casos-coronavirus-comunidades-amazonia/>

<sup>26</sup> Conferir a pesquisa disponível em: <https://www.zedudu.com.br/parauapebas-concentra-43-dos-casos-de-covid-19-entre-maiores-mineradores-do-pais/> Acesso em: 22 Jul. 2020.



colocando em risco as comunidades indígenas na Amazônia<sup>27</sup>. O presidente da Companhia Baiana de Pesquisas Minerais (CBPM) relatou que, durante a pandemia, um dos setores que segue “driblando” essa crise é o da mineração ao enaltecer o balanço divulgado pela Caraíba Metais na extração de cobre na Bahia e apontando um lucro de US\$ 20 milhões no primeiro semestre de 2020.<sup>28</sup> Jaguarari e Curaçá, extremo norte da Bahia, são dois municípios pobres, sem leitos hospitalares, e com a presença de dezenas de Comunidades Quilombolas e de Fundo e Fecho de Pasto<sup>29</sup>.

#### 4 Considerações finais

A natureza do capital se constitui essencialmente pela lógica produtiva destruidora que explora as riquezas naturais, de forma indiscriminada e incontrolada, destrói a natureza e coloca em risco a nossa sociabilidade. O capital, no contexto *hodierno*, demanda um aumento sem precedentes de apropriação privada dos recursos naturais como o solo, a água, as florestas, os minerais etc. ancorada no avanço da tecnologia e da ciência. Este avanço potencializa a extração de minérios tais como ferro, cobre, ouro, alumínio, estanho, níquel, nióbio etc. As grandes mineradoras esboçam o futuro pós-pandemia

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://jornalggn.com.br/coronavirus/em-meio-a-pandemia-grileiros-e-invasores-se-aproximam-de-aldeia-karipuna/>  
Acesso em: 20 Jul. 2020.

<sup>28</sup> <https://bahia.ba/politica/mineracao-vai-conseguindo-driblar-a-pandemia/>

<sup>29</sup> Mapa de Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto na Bahia. Disponível em GeografAR/UFBA: [https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar\\_ba\\_2010\\_ffpastoxmunicipios\\_ponto.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_ba_2010_ffpastoxmunicipios_ponto.pdf) Acesso em: 23 jul. 2020.

com mais exploração dos recursos naturais, sob o aparato fundamental do Estado brasileiro. As ações no meio ambiente, sob a égide do capital, têm desencadeado a desolação ambiental, a escassez de recursos naturais e a abundância dos resíduos sólidos.

Numa perspectiva crítica radical, entende-se que não superaremos a crise ambiental por meio do progresso técnico, receituário posto como “solução” para novas formas de explorar a natureza por meio de “tecnologias limpas”, com a tentativa de minimizar os impactos socioambientais. “Tecnologias limpas” não questionam a natureza destruidora do capitalismo, não freiam a acumulação e expansão de capital. O discurso ideário do capital se encaixa na crença acrítica da solução técnica, ignorando que este próprio sistema técnico foi inventado e carrega a sociedade que ele criou com suas vastas contradições (PORTO-GONÇALVES, 2012).

O capital não entra em quarentena e a exploração de minérios é um dos muitos exemplos que podemos destacar quanto a essa realidade inquestionável. Isso requer fortalecimento de produção de conhecimento crítico contra o discurso da “sustentabilidade ambiental”, do “desenvolvimento sustentável”, de “tecnologia limpas”, pois já se espalha o bordão de uma “mineração a seco e sem barragens”, como se findasse os problemas envolvidos.

Este momento de pandemia é também oportuno para fortalecer a perspectiva de classe na produção do conhecimento, e pensar as possíveis saídas coletivas da pandemia, do Governo Bolsonaro e deste modo de produzir desigualdade. O ideário do capital pauta a volta da “normalidade”. Um normal, para este governo conservador e

para o sistema do capital, é de precarização do trabalho, falta de orçamento para as políticas sociais, desemprego, medo e opressão.

É necessário construir um “novo padrão de normalidade” sem exploração da natureza, do homem pelo homem e livre das amarras predatórias do capital.

## Referências

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In: ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004b. p. 09-21

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP* [online]. 2019, vol.38, n.1, pp.185-213. 2019. Disponível em:[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-33002019000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-33002019000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 8 jul. 2020

ANTONINO, Lucas Zenha. *Territórios extrativo-mineral na Bahia: violações de direitos e conflitos nos territórios Terra-abrigo*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2019.

BRASIL, Agência Nacional de Mineração. *Sistema de Informação Geográfica da Mineração*, banco de dados online, 2019

CASTRO, Sabrina de Oliveira; MILANEZ, Bruno. *O novo código da mineração: convergências e divergências*. Relatório Preliminar, julho 2015.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é o Imperialismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976

FERNANDES, Elaine Nunes Silva. A formação agrária brasileira e alagoana: breve considerações. *In*: SOUZA, Diego; GONÇALVES, Japson; ALCÂNTARA, Norma; FREIRE, Silene de Moraes. *“Questão social” em Alagoas: expressões da sociabilidade erguida sob o comando do capital*. Maceió: EDUFAL, 2016.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital imperialismo: teoria e história*. 2 d. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. 48. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory. *Social Science Information*, Paris, v.14, n. 3/4, p.29-47, 1975.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Neoliberalismo. Histórias e Implicações*. Ed. Loyola, tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, 2005.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. V.2. 27. ed. São Paulo: Nova cultura, 1996.

MÉSZÁROS, István. *O Século XXI*. Socialismo ou Barbárie. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. Ed. Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *A Globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: 3ª ed. Civilização Brasileira, 2012.

SANTOS, Milton. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. *Da Totalidade ao Lugar*. SP: EDUSP, 2005.

SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y dependência*. Caracas, Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SILVA, Everton Melo da. Estado brasileiro: “comitê executivo” da burguesia nacional e internacional. In: SILVA, E. M.; SANTOS, P. R. F. dos (Orgs.). *Estado brasileiro: mediações teóricas e históricas* [e-book]. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. p. 199-228. Disponível em: <http://www.livraria.ufs.br/produto/estado-brasileiro-mediacoes-teoricas-e-historicas/> Acesso em: 10 mai. 2020.

SILVA, Everton Melo da; SANTOS, Paulo Roberto Félix dos. Uma abordagem crítica aos fundamentos do Estado: natureza, significado e configuração contemporânea. In:

ARAÚJO, N. M. S. (Org.). *Estado, “questão ambiental” e conflitos socioambientais*. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020.

SOLANO, Ester. Crise da Democracia e extremismos de direita. *Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)*. 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>  
Acesso em: 8 jul. 2020.

TROCATE, Charles; COELHO, Tádzio. *Quando vier o silêncio: o problema mineral brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

# MUNDO DO TRABALHO E MINERAÇÃO: capitalismo e exploração

*Artur Bispo dos Santos Neto<sup>1</sup>*  
*Rikartiany Cardoso Teles<sup>2</sup>*

## 1 Introdução

A atividade minerária é essencial para quem? E para quem? Ela não está sendo essencial para o conjunto das populações, para o conjunto da riqueza nacional e para os trabalhadores (que sustentam o país com sua força de trabalho), pois, grande parte do que é produzido é exportado. A mineração é reforçada pelo *modus operandi* da lógica da produção desenfreada, do acúmulo capitalista, da destruição dos corpos de trabalhadores da mineração; assim, cada vez mais se coloca à direita (empresários, multinacionais), sempre na contramão dos interesses dos trabalhadores desse setor.

A manutenção das atividades pelo setor minerário, em tempos de disseminação do coronavírus, coloca em risco a

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (1993), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2007) e pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atua como professor Associado III na Universidade Federal de Alagoas, nos cursos de Filosofia e Serviço Social. É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Participa do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social.

<sup>2</sup> Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

vida dos trabalhadores e operadores das minas, bem como, os trabalhadores terceirizados, que continuam suas rotinas de trabalho normalmente, colocando em risco, colegas, familiares e comunidades onde vivem ou que encontram em seu trajeto de trabalho. Esses riscos são potencializados pela ausência de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), de reorganização da escala de trabalho e demais recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde). A responsabilidade em lidar com essa situação recai sobre as empresas e o governo, pois estes impossibilitam ou dificultam a efetivação das recomendações da OMS diante de uma pandemia que tem matado milhares cotidianamente, no mundo do trabalho da mineração isso só é ainda mais potencializado.

## **2 Bens naturais e apropriação**

O capitalismo transforma os bens naturais em mercadoria! Essa frase sintetiza bem as questões envolvidas nessa pesquisa. O prosseguimento do modo de produção capitalista, orientado, principalmente, pela potencialização dos lucros, conduz a uma crescente exploração, alienação e expropriação da força de trabalho, por um lado, e, por outro, à destruição da base de produção econômica, da fonte da riqueza, ou seja, da natureza. A natureza não gera valor de troca, ela é fonte do valor de uso, para Marx, os seres humanos e a natureza se encontram numa relação de reciprocidade, conforme descrição nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844:

O ser humano vive da natureza significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar



em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza (MARX, 1968, p. 516).

Segundo Marx (2011, p. 211), “a ligação entre o ser humano e a natureza é definida pelas relações de produção vigentes na sociedade”. Portanto, para compreender, profundamente, a complexidade da destruição ambiental é necessário analisar suas condições históricas, sociais e econômicas. No modo de produção capitalista, tudo tende a ser transformado em mercadoria e o produtivismo é a tendência predominante. Não é a utilidade de um produto ou serviço (valor de uso) que tem prioridade e sim seu valor de troca (mercado), a apropriação desses bens torna-se meramente para o mercado, para o lucro. A mercadoria precisa ser comercializada o mais rápido possível para concretizar o processo de geração de mais-valia e lucro nela existente (MARX, 1996).

Não são as necessidades, mas a capacidade de pagamento que decide sobre o acesso a produtos, serviços e meios de produção. A exemplo disso, podemos perceber por meio da venda e produção de respiradores, para o tratamento contra a covid-19 é inegável, altamente necessário, porque então as indústrias não produzem massivamente e em valor acessível, visto que é uma necessidade de ordem primária para salvar vidas? Na verdade, o que vemos são compras sem sucesso, produtos defeituosos e corrupção no processo de

compra e venda<sup>3</sup>, colocando assim, diretamente, vidas humanas em risco, causando e acelerando mortes.

## 2.1 Capitalismo e geração de conflitos

Diferentemente do que liberais dizem, o capitalismo é claramente incapaz de uma utilização sustentável e duradoura de recursos e energias, de uma manutenção do equilíbrio ecológico. A sustentabilidade, tão amplamente difundida, é um método estético de camuflar o real objetivo empresarial e seus erros<sup>4</sup>. Os interesses do lucro definem, de maneira decisiva, as inovações técnicas, as condições de produção, a qualidade dos produtos, assim como sua sustentabilidade ecológica e social.

Os interesses de lucro não garantem uma ciência fundamentada na sustentabilidade social e ambiental. Na economia de mercado capitalista, a interação entre ser humano e natureza é prejudicada, entrando em seu lugar, o dinheiro, isto é, a pressão do mercado por um constante aumento da produção de mercadorias, que domina a ordem social em prejuízo do ser humano e da natureza.

Segundo dados da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe)<sup>5</sup>, grande parte dos conflitos sociais oriundos da apropriação de bens naturais que ocorreram nos últimos cinco anos, têm relação com a

---

<sup>3</sup> Disponível em < <https://ideiasradicais.com.br/corruptao-em-meio-a-pandemia/>>. Acesso em 15 jul. 2020.

<sup>4</sup> MARQUESI, Roberto Wagner. *Direitos reais agrários e função social*. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

<sup>5</sup> Disponível em < <https://www.cepal.org/pt-br>>. Acesso em 15 jul. 2020.

mineração, ou seja, com a atividade extrativa, e destes, 35% têm relação com a mineração do ouro, que se produz a céu aberto, devasta a paisagem, contamina os recursos hídricos, expulsa as populações camponesas de suas terras, deixando-as sem condições de reprodução, inclusive de subsistência, e isto tem gerado processos altamente conflitivos<sup>6</sup>.

Em segundo lugar pela responsabilidade dos conflitos sociais, estão os 23% da mineração da prata e, logo em seguida, do cobre em torno de 17%. Por isso, a agenda ambiental é fundamental, não tem que ver só com a possibilidade de desenvolvimentos tecnológicos que permitam diminuir ao menor nível possível o impacto ambiental. Há tecnologias de extração que deveriam ser erradicadas. Do contrário, avançamos em direção a um processo de recolonização num mundo através do qual nossos países estão entregando a preços irrisórios os recursos naturais que não são renováveis<sup>7</sup>.

## 2.2 Projeto genocida contra os povos tradicionais

Os povos tradicionais são historicamente mortos e vilipendiados em seus direitos, vide a história do Brasil e conquista/retirada de direitos<sup>8</sup>. Em uma situação pandêmica, de enfrentamento à covid-19, não poderia ser diferente, principalmente em um contexto de um governo que não só

---

<sup>6</sup> COELHO, Tádzio Peters. **A questão Mineral no Brasil vol.1**. Ed. Iguana, 2 ed. 2015.

<sup>7</sup>Disponível em <[https://www.cepal.org/pt-br/search?as\\_q=minera%C3%A7%C3%A3o](https://www.cepal.org/pt-br/search?as_q=minera%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em 15 jul. 2020.

<sup>8</sup> ZHOURI, Andrea. *Mineração, Violências e Resistências*. Ed. Iguana, PA, 2018.

desaprova medidas de proteção aos povos tradicionais, como aprova e conclama publicamente ataques e a destruição desses povos<sup>9</sup>. Principalmente, no sentido de invasão de suas terras, assassinatos e violências contra povos tradicionais em áreas de mineração, garimpo e exploração mineral<sup>10</sup>, um cenário de constantes ataques do garimpo e da pecuária à preservação e demarcação de terras.

Tais medidas governamentais têm sido chamadas de coloniais<sup>11</sup> por movimentos sociais, isso quer dizer a adoção de ações abertas de extermínio das populações originárias, notavelmente aquelas indígenas e quilombolas, em razão de interesses econômicos, especialmente aqueles que atingem à grande indústria extrativista.

Nesse sentido, o cenário internacional de crise sanitária deixa evidente o seu compromisso com o racional colonial, aquele que coaduna com o descarte de determinados grupos, por razões estratégicas. Segundo dados do ISA (Instituto Socio-Ambiental), cidades de referência para povos indígenas, têm sido alvo de crescente número de contágio e morte por causa da covid-19<sup>12</sup>. Conforme *Human Rights Watch* Brasil, as atividades de mineração não só tiveram continuidade durante o período de pandemia, mas também aquelas já

---

<sup>9</sup> Disponível em < <https://covid19.socioambiental.org/>>, Acesso em 16 jul. 2020.

<sup>10</sup> Disponível em < <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>>. Acesso em 17 jul. 2020.

<sup>11</sup> Disponível em < <https://reporterbrasil.org.br/2020/02/governo-adota-postura-colonial-nas-politicas-para-indigenas-dizem-ex-presidentes-da-funai/>>, acesso em 17 jul. 2020

<sup>12</sup> Disponível em < <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/povos-do-territorio-indigena-do-xingu-lutam-contra-a-covid-19>>. Acesso em 18 jul. 2020

combatidas voltaram a acontecer, como é o caso do garimpo de ouro no Rio Tapajós<sup>13</sup>.

### 2.3 Capitalismo e trabalho em tempos de pandemia

O trabalho é o fator que relaciona homem e a natureza; é o esforço do homem para regular seu metabolismo com a natureza. O trabalho é a expressão da vida humana e por meio dele se altera a ligação do homem com a natureza, assim, o trabalho é essencial para a reprodução da vida humana, sendo por meio deste, a transformação da natureza.

O capitalismo, a partir do seu processo de desenvolvimento, crise e recriação, vem determinando, de maneira perversa, uma conjuntura na qual o trabalho tem seu sentido subvertido, afetando diretamente a vida do ser social, na medida em que limita suas possibilidades de desenvolvimento e cerceia as chances de ampliação de sua potencialidade e desenvolvimento não medido pelo lucro. No cenário da mineração, essas contradições ficam ainda mais latentes, visto que esse método laboral é extremamente precário, perigoso e adoecedor para o trabalhador<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Disponível em <<https://www.hrw.org/pt/news/2020/04/26/341343>>. Acesso em 18 jul. 2020.

<sup>14</sup> ACSELRAD, Henri. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

## 2.4 Organização Mundial da Saúde e Organização Internacional do Trabalho

A OIT (Organização Internacional do Trabalho)<sup>15</sup> considera o setor de mineração (ferro, carvão, ouro, diamante, etc.), como o mais perigoso do mundo para se trabalhar atualmente. Segundo esta, uma indústria extrativa oferece mais risco de acidentes e até mesmo à vida, por oferecer menos medidas de segurança aos trabalhadores. Além dos poucos ou inexistentes mecanismos de segurança, trabalhar em uma mina é quase uma garantia de que seus direitos serão desrespeitados, em termos de piso salarial, jornada de trabalho e abusos físicos por parte de empregadores.

As jazidas e minas ao redor do mundo (em geral, isoladas) ocasionam um comércio, atraindo comerciantes, em sua maioria, mulheres. Estas mulheres trazem consigo seus filhos, que acabam virando empregados nas jazidas. Além das péssimas condições de saneamento, elas também estão sujeitas a diversos tipos de violência, especialmente, abusos sexuais. A questão da prostituição de menores é muito presente, por exemplo, na realidade brasileira.

O Brasil declarou em 3 de fevereiro, estado de Emergência em Saúde Pública de importância nacional através da Portaria nº 188, regulamentando, em seguida, as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública por meio da lei nº 13.979/20, medidas essas, que permitiram que autoridades adotassem protocolos de

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/industries-and-sectors/mining/lang--en/index.htm>>. Acesso em 18 de jul 2020.

isolamento social e quarentena em território nacional<sup>16</sup>. Em contrapartida, sem qualquer consulta pública ou estudo prévio, determinou-se que a mineração é atividade essencial<sup>17</sup>, mesmo com denúncias, crescentes números de contágio e mortes de trabalhadores da área, ignorando completamente a vida dessas pessoas, e dentro de um cenário de afrouxamento de leis e do próprio Ministério do Meio ambiente, frente aos ataques contra órgãos fiscais e povos tradicionais<sup>18</sup>.

A OMS declarou recentemente (além das inúmeras diretrizes acerca do contágio e medidas que devem ser tomadas para evitá-lo, e que vão de encontro com toda a lógica laboral da mineração) que o contágio da covid-19 por vias aéreas pode ocorrer<sup>19</sup>, o que evidencia o perigo das minas subterrâneas, nesse cenário.

---

<sup>16</sup> Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/02/governo-decreta-estado-de-emergencia-por-cao-de-surto-do-coronavirus.shtml>>. Acesso em 19 jul. 2020.

<sup>17</sup> Disponível em :< <http://portaldaminerao.com.br/uniao-publica-decreto-considerando-mineracao-atividade-essencial/>>. Acesso em 19 jul. 2020.

<sup>18</sup> Disponível em :< <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/05/22/entidades-ligadas-ao-meio-ambiente-criticam-fala-de-ricardo-salles-durante-reuniao-ministerial.ghtml>>. Acesso em 19 jul. 2020.

<sup>19</sup> Disponível em :< <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/07/07/oms-admite-possibilidade-de-transmisso-area-da-covid-19.ghtml>>. Acesso em 18 jul. 2020.

## 2.5 Mineração e direito do trabalho

A mineração é uma das atividades econômicas e trabalhistas mais antigas do Brasil e do mundo. Elemento milenar, escravista e colonizador, com o intuito de enriquecer os países imperialistas. Além dessas questões levantadas, são históricas e incontáveis, as denúncias referentes ao trabalho escravo oriundo do setor minerário, principalmente de empresas, como é o caso da *Anglo American*, ocorrido em abril desse ano<sup>20</sup>.

O meio ambiente do trabalho (o local onde as pessoas desempenham suas atividades laborais, sejam remuneradas ou não), cujo equilíbrio está baseado na salubridade do meio e na ausência de agentes que comprometam a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores, não se restringe ao local de trabalho estrito do trabalhador, pois abrange também os instrumentos de trabalho, o modo da execução das tarefas e a maneira como o trabalhador é tratado pelo tomador de serviços e pelos próprios colegas de trabalho.

---

<sup>20</sup> A *Anglo American*, uma das maiores mineradoras do mundo, foi autuada junto com três empresas terceirizadas por trabalho escravo. A notificação, ocorrida no dia 15 de abril, é fruto de uma força-tarefa iniciada em novembro pelo Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (MPT-MG), pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Polícia Federal (PF). Ao todo, 185 trabalhadores eram submetidos a jornadas de até 200 horas extras por mês durante até cinco meses. A mineradora está localizada no município de Conceição do Mato Dentro (MG), a 167 km de Belo Horizonte. Após a notificação, o MPT e o MTE se reuniram com os trabalhadores para explicar sobre os direitos trabalhistas referentes à jornada exaustiva. Após o encontro, seis empregados manifestaram interesse em rescindir o contrato com a *Anglo American*. A princípio, a empresa não admitiu que havia trabalho escravo para evitar quitar dívidas trabalhistas. Devido à atuação do MPT-MG, a *Anglo American* reconheceu a prática.



Para que haja um meio ambiente de trabalho seguro, adequado e livre de riscos, é necessário que os tomadores de serviços assegurem “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança” (inc. XXII do art. 7º da CF)<sup>21</sup>. Há quem diga (governo, empresa e afins) que é possível flexibilizar esse ambiente, mas se esquecem que meio ambiente do trabalho sadio e adequado é um direito fundamental inerente à própria condição humana, porque com ele se visa proteger a saúde e a vida das pessoas, assim, não é possível flexibilizar, é necessário enfatizar a importância da adoção de medidas de proteção aos trabalhadores, porque o vírus da covid-19 proporciona risco grave e iminente não somente para os trabalhadores, mas para todas as pessoas do planeta.

A contaminação dos trabalhadores não é um problema apenas deles, é, sobretudo, um problema de todos: dos empregados, dos empregadores e da sociedade, é uma questão de ordem pública, pois esse(a) trabalhador(a) pode e vai, contaminar outras pessoas. Os empregadores podem não ter como evitar a contaminação pelo coronavírus, mas poderão e deverão contribuir para prevenir essa contaminação, além do resguardado constitucionalmente no inc. XXVIII do art. 7º da Constituição Federal, que garante aos trabalhadores “seguro contra acidentes de trabalho, a

---

<sup>21</sup> Disponível em :<  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.  
Acesso em 19 jul. 2020.

cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa”<sup>22</sup>.

As medidas cabíveis devem ser tomadas e maximizadas, nas atividades de risco, a responsabilidade do empregador é objetiva, ou seja, independe de culpa; assim, o empregador que agir com culpa ou dolo poderá ter que responder pelo pagamento de indenização de natureza civil. Caberá ainda analisar a aplicação do art. 927 do Código Civil, que diz que “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”, e seu parágrafo único, que estabelece que “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”<sup>23</sup>.

O juiz titular da Vara do Trabalho de Uruaçu-MG, Antônio Gonçalves Pereira Júnior, determinou em março do corrente ano a suspensão das atividades de uma mineradora localizada no município de Pilar de Goiás, que continuou em operação mesmo sem estar entre as atividades essenciais que poderiam ou deveriam ser mantidas durante a pandemia da covid-19. O magistrado também determinou o afastamento imediato de todos os empregados, prestadores de serviços autônomos e terceirizados que atuem na área de mineração da empresa.

---

<sup>22</sup> Disponível em <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.  
Acesso em 19 jul. 2020.

<sup>23</sup> Disponível em <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm)>.  
Acesso em 19 jul. 2020.

A multa diária estabelecida em caso de descumprimento das determinações é de R\$ 50 mil. Concomitante a isso, o juiz autorizou a mineradora a tomar medidas protetivas: a empresa terá de reduzir em 50% a quantidade de trabalhadores da área de segurança patrimonial e manutenção, pelo período de duração do decreto estadual. Deverão ser afastados os funcionários em grupo de risco acima de 60 anos e gestantes ou portadores de doenças crônicas que possam sofrer complicações severas na hipótese de contaminação com o novo coronavírus.

A decisão judicial ainda estabeleceu que sejam tomadas medidas protetivas para evitar que os trabalhadores remanescentes se contaminem com o coronavírus. Entre elas, observar a distância mínima de dois metros entre os pontos de atendimento dos trabalhadores, fornecendo-lhes EPIs adequados ao risco, além de disponibilizar e orientar os empregados sobre o uso de álcool gel (70%) e manter as áreas de uso comum e os postos de trabalho higienizados e arejados.

## **2.6 Violações a direitos trabalhistas em meio a covid-19**

Uma portaria da Procuradoria Geral do Trabalho do Pará ampliou a atuação de um grupo do Ministério Público do Trabalho (MPT), para reforçar a investigação de supostas violações pela mineradora Vale às medidas de enfrentamento à pandemia da covid-19, nas maiores unidades da empresa no Brasil, na região da Serra dos Carajás (MONEYTIMES, 2020.p.1). A ação ocorre em um momento em que o número de casos da covid-19 disparou na região onde a Vale tem o seu

maior polo produtor de minério de ferro, o que evidencia a latente violação de direitos trabalhistas.

Em junho, o Ministério Público já havia aberto inquérito civil público, para investigar possíveis casos de contaminação de trabalhadores e expediu recomendação para a Vale, elencando diversas medidas a serem implementadas para o enfrentamento e a contenção da covid-19 no Complexo de Carajás em Parauapebas e nos empreendimentos de Canaã dos Carajás e Ourilândia do Norte (PA). Segundo dados da prefeitura de Parauapebas, o número de casos saiu de cerca de 2 mil no final do maio para 5.413 em junho, com 92 óbitos<sup>24</sup>.

O MPT recomendou à empresa, a implementação de plano de contenção e prevenção de infecções e solicitou a reorganização de escalas de trabalho e garantia de flexibilização de jornadas, além do afastamento imediato, sem prejuízo dos salários, dos trabalhadores que integram o grupo de alto risco, como maiores de 60 anos. A Vale só se manifestou que estava adotando as medidas indicadas pelo MPT e OMS<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Disponível em :< <https://www.parauapebas.pa.gov.br/>> Acesso em 19 jul. 2020.

<sup>25</sup> Disponível em :< <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/06/10/mpt-reforca-investigacao-sobre-casos-de-covid-19-em-unidades-da-vale-no-para.htm>>. Acesso em 19 jul. 2020.

## 2.7 Segurança do trabalho e legislação em meio a pandemia

Segundo dados da Frente Sindical Mineral, entre 2012-2018, ocorreram 37.478 acidentes trabalhistas gerados pelas mineradoras<sup>26</sup>, o que equivale a dizer que, por semana, em média, 100 trabalhadores mineiros são vítimas de acidentes no trabalho, sendo que uma parcela destas vítimas teve que se aposentar por invalidez ou morreu enquanto buscava o seu sustento.

Segundo dados do AEAT (Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho) de 2016, da Secretaria de Previdência, o setor da indústria extrativa mineral brasileiro mata 3 vezes mais que os outros setores, uma vez que a taxa de óbitos para todas as atividades naquele ano foi de 5,57 para cada grupo de 100 mil empregados formais no Brasil, e na mineração, essa taxa foi de 14,81 mortes<sup>27</sup>.

A insalubridade do setor mineral é algo horrível e latente: nas jazidas, os turnos chegam a ser de 24 horas e é comum que algum trabalhador, em geral, menor de idade, sofra acidentes sérios ou até mesmo fatais, como citado anteriormente<sup>28</sup>. Há ainda uma enorme frequência de doenças relacionadas ao contato direto dos garimpeiros com mercúrio – um metal altamente tóxico usado para facilitar a “limpeza” do ouro. A exposição ao mercúrio por longos períodos leva a

---

<sup>26</sup> Disponível em :< <http://www.sitraemg.org.br/tag/frente-mineira/>>. Acesso em 19 jul. 2020.

<sup>27</sup> Disponível em :< <http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/04/AEAT-2016.pdf>>. Acesso em 19 jul. 2020.

<sup>28</sup> MICHELOTTI, Fernando. *Mineração: trabalho, territórios e conflitos na região de Carajás*. Ed. Iguana, SP, 2019.

graves problemas respiratórios e, em alguns casos, ao envenenamento.

A Norma Regulamentadora 22, proveniente da Portaria MTE n.º 732/2014, é aplicável as minerações subterrâneas, minerações a céu aberto, garimpos (no que couber), beneficiamentos minerais e pesquisa mineral<sup>29</sup>. Além das diversas problemáticas expostas nessa NR, como a poeira mineral que é um dos agentes físicos que representa maior risco na indústria da mineração, e de acordo com o material lavrado, pode existir outros materiais particulados relevantes do ponto de vista de saúde ocupacional, por exemplo, chumbo e manganês, traz uma grande questão nesse momento de pandemia, que é a ventilação do ambiente. A atividade de mineração subterrânea enfrenta grande desafio e risco, em relação à manutenção da qualidade do ar subterrâneo.

Os veículos movidos a *diesel* são muito utilizados nas atividades operacionais de lavra subterrânea. Todavia, o uso desses equipamentos adiciona novos riscos para essas atividades, relacionados aos gases da combustão do *diesel*, comprometendo a qualidade do ar, caso não sejam implementados e instalados sistemas de ventilação adequados. Ou seja, o cerne de transmissão do vírus é ausência de local ventilado e a permanência em ambiente super lotado, situação essa da maioria dos locais laborais de mineração, o que, potencial e diretamente causa a contaminação de milhares de trabalhadores desse setor laboral, conforme diretrizes da

---

<sup>29</sup> Disponível em :<  
<https://www.anamt.org.br/portal/2014/03/04/portaria-mte-no-732-de-22-de-maio-de-2014/>>. Acesso em 19 jul. 2020.

OMS acerca da transmissão desse vírus<sup>30</sup>. Além disso, tem a questão do processamento químico e/ou biológico dos dejetos, e sua potencialidade na transmissão do vírus, armários individuais, não coletivos, local individual de troca de roupa, etc.

As diretrizes que vêm sendo estabelecidas pela Justiça do Trabalho às empresas mineradoras norteiam alguns pontos, tais como: instalação de barreiras físicas; definição e normatização de áreas de circulação de pessoas; reforço das marcações de distanciamento; implantação de direcionadores de fluxo de pessoas e contratação de fiscais para fazer a vigilância dos ambientes; entre outras medidas determinadas; pontos que já deveriam ser seguidos e, mesmo em meio a uma pandemia, não o são.

### 3 Direito minerário e ambiental

O Estado capitalista possui um braço que exerce por meio de linguagem própria seu poder: o Direito. Mesmo diante de sua natureza capitalista, possui uma contradição que é a de “ceder” espaços e “ganhos” à classe dominada, seja para evitar a destruição total dessa força de trabalho, seja para a continuidade da dominação. Este “ceder” é, na verdade, o resultado da conquista e da luta da classe trabalhadora explorada, que por uma questão de não aceitação de sua condição de oprimida, reage à calamidade, na busca da possibilidade de se reproduzir socialmente<sup>31</sup>. Assim, algumas

---

<sup>30</sup> Disponível em :< <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52472>>. Acesso em 19 de jul 2020.

<sup>31</sup> POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. Rio de Janeiro, pág. 12 Edições Graal, 2000.

questões positivas ainda conseguem ser pleiteadas e atendidas, mas um número quase irrisório diante do cenário de destruição do capitalismo e de dominação da classe burguesa.

Na mineração, a luta se dá, ora pela via institucional e seus instrumentos (o Direito, o Parlamento, o Judiciário e afins), ora pela resistência dos movimentos sociais, que fazem um embate sangrento para terem seus direitos executados. Nesse sentido, o Direito da Mineração e Ambiental serve como instrumento de luta, mas também de grandes perdas, pois a mineração não pode ser uma máquina de crimes e danos sociais.

Os problemas relacionados à ausência de leis rígidas e fiscalização nas jazidas não se limitam à exploração e desrespeito aos trabalhadores. A exploração desenfreada de metais também causa um enorme impacto negativo ao meio ambiente e às comunidades em torno das jazidas, o crescente número de contágios e mortes em comunidades indígenas, por exemplo. A falta de fiscalização também torna estes locais verdadeiros paraísos para diversas atividades ilegais como lavagem de dinheiro, tráfico humano, de drogas e de armas.

Cabe aqui uma reflexão acerca do Direito Minerário e o Direito da Mineração, este último é um sistema amplo composto de microssistemas, que regulam o aproveitamento das riquezas minerais; já o Direito Minerário trata de aspectos regulatórios, cuja estrutura encontra-se embasada pela Constituição Federal e no Código de Mineração com sua legislação correlata, as regras de “compliance”, que devem ser ajustadas para a mineração, as regras do Direito do Trabalho, específicas para o setor mineral<sup>32</sup>, o Direito Ambiental com

---

<sup>32</sup> ATHAIDE, Pedro. *Direito minerário*. Ed. JUSPODIVM, 2017.



suas particularidades quando aplicado à mineração, a Tributação Mineral, as leis que regulam e obrigam a Administração Pública, as leis de distribuição de competência e de definição da estrutura dos órgãos, etc.

A ANM (Agência Nacional de Mineração) tem fomentado debates acerca da adoção de medidas de concessão de direitos minerários, independentemente da obtenção do licenciamento ambiental dos empreendimentos, cerne de muita crítica por parte dos especialistas em direito ambiental, pois, apesar da ANM tratar dos direitos minerários em si, não é ela responsável pela viabilidade socioambiental do empreendimento, de maneira que a concessão desse direito é condicionada, sendo assim, ao entendimento desses especialistas, além de não possuir caráter de urgência, levar a leilão uma determinada atividade, sem que a sua viabilidade, portanto, a licitude do objeto, esteja caracterizada, traz riscos para a administração pública e para os afetados pela licença.

O Código Mineral, na ordem de acesso às liberdades democráticas, é um instrumento necessário, principalmente de controle social, desde que exista participação popular e efetiva execução das demandas e questões colocadas pelos afetados pela mineração, visto que, o impacto ambiental causado pela mineração é grande. As transformações que a atividade provoca no meio ambiente incidem nos recursos hídricos (contaminações de rios, processamento de dejetos, etc.), biológicos (impacto em matas, flores, causa de extinção de espécies, etc.), socioeconômicos (migração de populações, aumento da violência, etc.) e geológicos (mudanças topográficas e geomorfológicas). Segundo Marx (2004, p. 140)

“a alienação da natureza imposta aos trabalhadores está mais ativa do que nunca”, e o atual cenário só ratifica isso.

Os problemas trazidos pela mineração devem ser amplamente discutidos, particularmente agora, pois está em tramitação na Câmara dos Deputados, o novo Código da mineração (em debate desde 2013, com base meramente técnica e fiscal) que apresenta pontos questionáveis. É o caso do artigo 109, parágrafo 3º, onde se afirma que em caso de “relevante interesse da mineração”, a União poderá impedir ações que impossibilitem o aproveitamento de recursos minerais significativos.

Caso esse artigo seja aprovado, os interesses da mineração estarão acima de direitos individuais e coletivos, pois prejudicará a oficialização de novas unidades de conservação e violará os direitos das comunidades indígenas e tradicionais. Há ainda a autorização explícita para que a mineração possa ser realizada em unidades de conservação de uso sustentável, o que se constitui numa violação do pressuposto de criação dessas áreas, uma vez que, a mineração é de alto impacto ambiental. Lefebvre (1973) argumenta que o problema do “meio ambiente” é um problema que envolve todo o espaço, tanto a sua produção quanto a sua gestão, portanto, o Direito não poderia estar distante dessa multidisciplinaridade de temas para buscar as soluções.

A mineração é uma realidade dada, no sentido de ser necessária, isso quer dizer que a questão aqui centrada é como minerar e o sistema econômico atual! Diante da égide cada vez maior da voracidade do capital e seu aspecto destrutivo, é urgente uma organização popular, um programa soberano de bens naturais. Nem todas as áreas devem ser mineradas, áreas

livres de mineração, consulta as comunidades e população acerca de projetos mineradores, não geração de conflitos<sup>33</sup>, tão latentes na realidade latifundiária brasileira.

#### **4 Caso Braskem e bairros de Maceió**

A empresa Braskem, ligada ao Grupo *Odebrecht*, nasceu de um processo de espoliação assegurada pelo Estado, seus interesses foram assegurados por este e estão acima dos interesses nacionais, tem caráter estritamente mercadológico, assegurando as novas demandas do capital financeiro. Opera em Maceió desde 1970 por meio da extração da Sal-gema, tal empresa mineradora ocasionou rachaduras e deteriorações em diversos bairros da capital alagoana (que sempre vem aumentando em vista dos relatórios atualizados de áreas atingidas).

Possui 41 unidades industriais espalhadas no Brasil, Estados Unidos da América (EUA), Alemanha e México, respondendo por 3,5% da produção global de resinas e atende a 70% da necessidade interna do mercado brasileiro<sup>34</sup>. Transformou-se numa transnacional, não para contemplar as necessidades dos trabalhadores ou da sociedade brasileira, mas para beneficiar seus acionistas e o mercado de capitais.

A extração irresponsável e predatória de Sal-gema nas regiões (Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto, mas vem sendo constantemente atualizado, portanto, aumentando) de Maceió ocasionou a desestabilização da estrutura das cavernas

---

<sup>33</sup> Disponível em < <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>>. Acesso em 19 jul. 2020.

<sup>34</sup> Disponível em :< <https://www.braskem.com.br/braskem-no-mundo>>. Acesso em 20 jul. 2020.

subterrâneas existentes e resultou em abalos sísmicos (2.5 na escala *Richter*), instabilidades no solo, erosões, afundamento, fissuras, rupturas e rachaduras em milhares de edificações, vias e logradouros públicos. Em 2018, após fortes chuvas e o citado abalo, as autoridades decidiram fazer algo, decretos de calamidade foram emitidos, mas, a ajuda às famílias afetadas não foi planejada, tão somente foram realizadas algumas poucas realocações. Segundo análise de relatório apresentada pela CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), do Mapa apresentado pela Defesa Civil Municipal de Maceió e das reportagens publicadas nos jornais locais<sup>35</sup>, fica externada e comprovada a responsabilidade da mineradora transnacional pelos danos materiais e morais causados aos milhares de moradores dos bairros mencionados.

Centenas de moradores, famílias, de diversas idades (principalmente de idade avançada, visto que eram bairros tradicionais da capital) tiveram que sair de suas casas sob a ameaça de seus tetos caírem sobre suas cabeças! Essa realidade de verdadeiro terror ocasionou adoecimento mental, físico e danos morais e materiais incalculáveis, mas, monetizados em um Termo/Acordo entre a empresa e o Judiciário (Ministério Público e Defensoria Pública)<sup>36</sup>, sem a participação dos maiores afetados e interessados: os moradores dos bairros, como estes mesmos denunciaram.

---

<sup>35</sup> Disponível em :< <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Acoes-Especiais/Apresentacao-dos-Resultados---Estudos-sobre-a-Instabilidade-do-Terreno-nos-Bairros-Pinheiro%2C-Mutange-e-Bebedouro%2C-Maceio-%28AI%29-5669.html>>. Acesso em 20 jul. 2020.

<sup>36</sup> Disponível em :< <http://www.mpf.mp.br/al/caso-pinheiro>>. Acesso em 20 jul. 2020.

Ao analisar o acordo estabelecido<sup>37</sup>, sem a participação e o aval dos moradores dos bairros lesados, o Poder Judiciário assegurou os interesses do capital e a continuidade dos processos de expropriação e expansão que perpassaram a história da referida transnacional. As multinacionais brasileiras, a exemplo da citada Odebrecht (acusada e sentenciada por inúmeros casos de corrupção)<sup>38</sup>, servem aos interesses internacionais e capitalistas, onde o único interesse é o lucro, em detrimento da vida humana e não humana.

No termo firmado pelas partes acima citadas, sem participação dos atingidos, visto que: a Braskem atua como avaliadora dos atuais valores dos imóveis (já desvalorizados pela própria empresa!), as áreas desocupadas passaram à condição de propriedade privada da Braskem. Já os empreendimentos de maior valor não entram no acordo, como hospitais, autarquias, fundações, concessionárias, não existindo, sequer, um plano indenizatório sobre tais imóveis.

O valor de 1,7 bilhão de reais, destinado à “indenizar” (juridicamente falando, na verdade, é uma mera compensação, e o próprio acordo cita isso) os moradores, com um caráter meramente compensatório, dentro da medida e valor estabelecidos pela própria empresa (causadora dos danos), serve, tão somente como um investimento financeiro mediante a aquisição de imóveis que foram desvalorizados

---

<sup>37</sup> Disponível em :< <http://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/docs/termo-de-acordo-celebrado-com-braskem/>>. Acesso em 21 jul. 2020.

<sup>38</sup> Disponível em :< <https://exame.com/negocios/corrupcao-na-odebrecht-foi-a-mais-organizada-da-historia-do-capitalismo/>>. Acesso em 21 jul. 2020.

pela empresa. O acordo, na verdade, é um negócio de investimento, não de responsabilidade civil – ambiental.

O judiciário abriu mão dos danos materiais e morais (dos moradores e do próprio governo) causados pela Braskem sem perguntar aos afetados se eles aceitariam tamanha expropriação de seus direitos. O que demarca o protecionismo governamental para com a empresa e seus acionistas, visto que a *Odebrecht* tentou dividir os bens da Braskem do resto da empresa, para assim não ser responsabilizada pelos danos causados<sup>39</sup>.

Os trabalhadores da Sal-gema perderam seus direitos ou foram demitidos para serem recontratados com baixíssimos salários. Enquanto a Braskem afetou negócios de diversos bairros, como é o caso do Pinheiro, que segundo dados do Fecomercio eram mais de 20 mil postos de trabalho afetados (CADA MINUTO, 2020.p.1). Em meio a pandemia, moradores de diversos bairros não têm segurança domiciliar, sendo essa a máxima nesse momento, “fique em casa”, mas para essas pessoas, fica a pergunta “que casa?”. Mesmo no cenário atual, tal acordo não fora efetivado pela empresa, ou seja, se os moradores não possuem condições próprias de se mudar, têm que permanecer em casa (pois é o local mais seguro na pandemia), com o risco de morrer pelo vírus ou por desmoronamento.

Portanto, o propósito principal da Braskem em Alagoas não é oferecer emprego e condições dignas de trabalho aos moradores desempregados ou subempregados,

---

<sup>39</sup>Disponível em :<  
<https://www.sunoresearch.com.br/noticias/braskem-pesadelo-maceio/>>. Acesso em 21 jul. 2020.

mas perseverar no processo de expropriação das riquezas naturais com baixíssimo custo e aprofundar a exploração da força de trabalho, com a precarização e a terceirização que marcou o processo de passagem da Sal-gema para a Braskem.

## **5 Considerações finais**

Definir a mineração como atividade essencial no contexto da pandemia não é uma exclusividade do Brasil, também foi feito no Chile, Colômbia e Equador. Países com economia de base extrativa, cujos governos passam por crises de legitimidade depois dos intensos protestos dos últimos anos, sendo este um cenário internacional. Mas a mineração é realmente essencial nesses termos, diretrizes, quais minerais e em qual quantidade?

A mineração teve uma participação de 0,66% no PIB brasileiro, 70% e 90% dos principais minérios extraídos no Brasil (ex. ferro, cobre, ouro, manganês) são exportados, pouco contribuindo para o combate à covid-19 no país, já existem estoques acumulados nos pátios das empresas, permitindo assim uma redução da extração mineral durante a fase crítica da pandemia. A essencialidade da produção de todos os minérios antes produzidos, pois a matéria-prima para equipamentos de saúde é essencial, para joias não.

Nesse cenário, é desnecessária a mineração no contexto de pandemia, deve-se levar em consideração a dificuldade de se garantir o distanciamento social em dormitórios, refeitórios, ônibus e no interior de minas subterrâneas. A decisão de manutenção de uma atividade econômica durante uma pandemia é colocar em risco a vida

dessas pessoas e de seus familiares, portanto, uma decisão que deve ser séria e bem planejada.

Portanto, é visível que a prioridade do governo e das empresas mineradoras não é a proteção da vida e da saúde dos trabalhadores e suas famílias, devendo essa ser a prioridade nesse momento, pois o lucro não vem antes da vida. O capitalismo torna, somente aquilo que gera valor de troca, lucrativo e mercantil em algo importante, que deve ser protegido à qualquer custo. Dessa forma, o debate sobre a essencialidade de algumas atividades minerais deveria ter sido feito com os sindicatos, as secretarias de saúde e as lideranças comunitárias dos municípios da mineração, principalmente. Isso permitiria planejar uma redução controlada e temporária da atividade mineradora baseada na definição de escalas e ritmos de extração, regulação de estoque, planos remunerados de capacitação dos trabalhadores que ficassem em casa e apoio às pequenas e médias empresas mineradoras, evitando, assim, o grande número de contágio que a cada dia cresce, e tantas vidas ceifadas.

## **Referências**

ACSELRAD, Henri. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho* – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo editorial, 1999.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ACIDENTES DO TRABALHO (AEAT). Disponível em :<



<http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/04/AEAT-2016.pdf>>. Acesso em 19 jul. 2020.

ATHAIDE, Pedro. *Direito minerário*. Ed. JUSPODIVM, 2017.

BRASIL. *Código Civil*. Disponível em <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm)>. Acesso em 19 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. *Ministério do Trabalho - Norma Regulamentadora. NR 22*. Disponível em :<  
[https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos\\_SST/SST\\_NR/NR-22.pdf](https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-22.pdf). Acesso em 20 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. *Ministério Público Federal (MPF)*. Disponível em :<  
<http://www.mpf.mp.br/al/caso-pinheiro>>. Acesso em 20 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. *Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Portaria 732*. Disponível em :<  
<https://www.anamt.org.br/portal/2014/03/04/portaria-mte-no-732-de-22-de-maio-de-2014/>>. Acesso em 19 jul. 2020.

BRASKEM. Disponível em :<  
<https://www.braskem.com.br/braskem-no-mundo>>. Acesso em 20 jul. 2020.

CADA MINUTO. *Existem empresários em situação de fome diz presidente de associação dos empreendedores do Pinheiro*. Disponível em :<  
<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/358448/2020/04/25/existem-empresarios-em-situacao-de-fome-diz->

presidente-de-associação-dos-empresendedores-do-pinhoiro>. Acesso em 21 jul. 2020.

COELHO, Tádzio Peters. *A questão Mineral no Brasil*. vol.1. Ed. Iguana, 2 ed. 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Disponível em <<https://www.cepal.org/pt-br>>. Acesso em 15 jul. 2020.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). Disponível em :<<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Acoes-Especiais/Apresentacao-dos-Resultados---Estudos-sobre-a-Instabilidade-do-Terreno-nos-Bairros-Pinhoiro%2C-Mutange-e-Bebedouro%2C-Maceio-%28AL%29-5669.html>>. Acesso em 20 jul. 2020.

DEFESA CIVIL-AL. *Mapa de risco das regiões do Mutange e Pinheiro*. Disponível :<[http://www.maceio.al.gov.br/wpcontent/uploads/2019/06/pdf/2019/06/Mapa\\_Setores\\_Danos\\_DCFinal.pdf](http://www.maceio.al.gov.br/wpcontent/uploads/2019/06/pdf/2019/06/Mapa_Setores_Danos_DCFinal.pdf)> Acesso em 20 jul. 2020.

FIOCRUZ. *Mapa de Conflitos*. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>>. Acesso em 17 jul. 2020.

FOLHA UOL. *Governo decreta estado de emergência*. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/02/governo-decreta-estado-de-emergencia-por-cao-de-surto-do-coronavirus.shtml>>. Acesso em 19 jul. 2020.

FROHM, Eric. *O Conceito de Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964

GOVERNO DE PARAUAPEBAS. Disponível em :<  
<https://www.parauapebas.pa.gov.br/>> Acesso em 19 jul.  
2020.

HUMAN RIGHTS WATCH. Disponível em <  
<https://www.hrw.org/pt/news/2020/04/26/341343>>.  
Acesso em 18 de jul. 2020.

IDEIAS RADICAIS. *Corrupção em meio a pandemia*.  
Disponível em < [https://ideiasradicais.com.br/corrupcao-  
em-meio-a-pandemia/](https://ideiasradicais.com.br/corrupcao-em-meio-a-pandemia/)>. Acesso em 15 jul. 2020.

LEFEBVRE, Henri. *A re-produção das relações de produção*.  
Porto: Edições Escorpião. 1973.

LÖWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005

MARQUESI, Roberto Wagner. *Direitos reais agrários & função social*. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo. Ed.  
Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Rio de  
Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.

\_\_\_\_\_. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

MICHELOTI, Fernando. *Mineração: trabalho, territórios e conflitos na região de Carajás*. Ed. Iguana, SP, 2019.

MONEYTIMES. *MPT reforça investigação sobre casos de covid em unidades da Vale- PA*. Disponível em < <https://www.moneytimes.com.br/mpt-reforca-investigacao-sobre-casos-de-covid-19-em-unidades-da-vale-no-para/>>. Acesso em 19 jul. 2020.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

PORTAL DA MINERAÇÃO. *União publica decreto considerando mineração atividade essencial*. Disponível em < <http://portaldamineracao.com.br/uniao-publica-decreto-considerando-mineracao-atividade-essencial/>>. Acesso em 19 jul. 2020.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2000.

REPORTER BRASIL. *Governo adota postura colonial nas políticas indígenas, dizem ex-presidentes da Funai*. Disponível em < <https://reporterbrasil.org.br/2020/02/governo-adota-postura-colonial-nas-politicas-para-indigenas-dizem-ex-presidentes-da-funai/>> Acesso em 17 jul. 2020.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *Capital e pandemia*. Goiânia: Editora Philos, 2020.

ZHOURI, Andrea. *Mineração, Violências e Resistências*. Ed. Iguana, PA, 2018.

EDITORA  
**phillos.**  
ACADEMY

[www.phillosacademy.com](http://www.phillosacademy.com)